

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

KELI LOPES SANTOS

RESISTÊNCIAS E CONTROLES NO PAIF/CRAS:
o desafio de desnaturalizar práticas e inventar possíveis

VITÓRIA

2015

KELI LOPES SANTOS

RESISTÊNCIAS E CONTROLES NO PAIF/CRAS:
o desafio de desnaturalizar práticas e inventar possíveis

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lucia Coelho Heckert. Co-Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sílvia Vasconcelos Carvalho.

VITÓRIA

2015

KELI LOPES SANTOS

RESISTÊNCIAS E CONTROLES NO PAIF/CRAS:

o desafio de desnaturalizar práticas e inventar possíveis

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Aprovada em 10 de junho de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Coelho Heckert
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Sílvia Vasconcelos Carvalho
Universidade Federal do Espírito Santo
Co-Orientadora

Prof.^a Dr.^a Heliana de Barros Conde Rodrigues
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Gilead Marchezi Tavares
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Rosane Azevedo Neves da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e a toda a minha família que desde a infância ajudaram a construir e incentivaram um prazer pelos estudos. Essa vitória é nossa! Gratidão por sempre estarem ao lado nas alegrias e dificuldades da vida.

Ao meu companheiro Gustavo, que compartilha comigo uma vida e ousa reinventá-la junto de modo tão amoroso e cuidadoso. Amo-te!

Aos meus gatinhos que me acompanharam na escrita da dissertação me ajudando a tornar essa trajetória mais leve com breves desvios de atenção e com longas risadas.

A todos os meus amigos/companheiros, muitos, ainda bem, que não ousou citar nomes. Vocês me ajudam cotidianamente a construir novos caminhos e apostas de vida, seja nos momentos de diversão, seja nas nossas longas discussões e lutas políticas.

À Giselly, Antônio, Fernando e Ricardinho, potente grupo de pesquisa que deu enorme contribuição à pesquisa. Amizade e confiança construídas e consolidadas nessa trajetória do mestrado.

À Ana Heckert, orientadora corajosa que ousa todos os dias lutar por políticas de fato públicas. Ao seu lado tive aprendizados que levo com muito carinho para a vida. Sou muito grata pela oportunidade de tê-la como professora e parceira novamente.

À coorientadora Sílvia que com seu olhar cuidadoso sempre produziu sutis e pertinentes intervenções.

À Gilead, Heliana e Rosane banca que com suas respeitadas e cuidadosas intervenções auxiliaram a construir preciosos direcionamentos para a pesquisa.

À Ufes, ao PPGPSI e à Fapes que possibilitaram esse percurso de mestrado.

A todas as usuárias e trabalhadoras da Assistência Social que lutam cotidianamente construindo práticas produtoras de vidas dignas mesmo diante das imensas adversidades.

Esta dissertação foi escrita a muitas mãos. Muitos foram os que contribuíram para esta escrita. A todos esses potentes encontros que permitiram a escrita dessa dissertação meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta dissertação se fez no entrecruzamento de diversas experimentações no campo da Assistência Social, tanto experiências de trabalho, quanto em espaços de militância e participação popular. É com essas experiências que tecemos o eixo de nossa pesquisa, a qual propõe discutir como vêm se efetuando atualmente os processos de resistências e os processos de regulamentação da vida no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), desenvolvido nos CRAS, no âmbito da Política de Assistência Social, especificamente no município de Cariacica-ES. Os conceitos de Resistência e Regulamentação da vida de Michel Foucault constituíram-se como principais ferramentas conceituais desta dissertação. Aqui se fez uso de duas principais estratégias de produção de saber. Uma delas foi analisar as anotações e memórias da pesquisadora e outra foi a análise do material produzido nos encontros realizados com usuárias e profissionais no período de julho a novembro de 2014. Para esta produção de dados, foi utilizada a estratégia de conversas individuais e encontros periódicos com grupos de profissionais que trabalham ou já trabalharam nos CRAS do município de Cariacica. Por meio dessas memórias e conversas foi possível discutir os processos de resistência e controle a partir de diversos pontos de análise como: família, mulher, trabalho, higienização, caridade e direito, risco e vulnerabilidade, dentre outros. Com isso, não se pretendeu julgar as práticas, mas analisar seus efeitos no âmbito da Assistência Social. Durante a pesquisa foi possível notar que existem várias Políticas de Assistência Social nos CRAS e também para fora deles, não apenas a política estatal, mas também políticas de amizade, de generosidade e políticas rebeldes.

Palavras-chave: Política de Assistência Social; Resistências; Políticas Públicas; SUAS.

ABSTRACT

This dissertation was done in the intersection of several trials in field of Social Assistance, both in work experiences, as in militancy spaces and popular participation. It is from these experiences that it is woven the axis of the research. The purpose is to discuss how the processes of resistance and the processes of life regulamentation are being performed in Protection Service and Integral Care to Family developed on the Reference Center of Social Assistance more specifically at Cariacica city, in the state of Espírito Santo, in the Social Assistance Policy field. The concepts of Michel Foucault of resistance and regulamentation of life are the main conceptual tools of this dissertation. Two main strategies of knowledge production were used. One of them was to analyze the researcher's notes and memories. The other was the analysis of the material produced in the meetings with users and professionals in the period from July to November 2014. For this data production, it was used individual conversations and periodical meetings with groups of professionals who work or worked on Reference Center of Social Assistance at Cariacica city. Through these memories and conversations, it is possible to discuss the process of resistance and control from various points of analyses, such as: family, woman, work, sanitation, charity and right, risk and vulnerability, among others. With that, it is not intended to judge the practices, but to analyze its effects in the Social Assistance Field. During the research, it was noticeable that there are many social assistance policies in the Reference Center of Social Assistance and outside it as well, not only state policies, but also friendship and solidarity policies and rebel policies.

Key-words: Social Assistance Policy; Resistances; Public Policy; SUAS.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- CADÚNICO:** Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
- CEAS:** Conselho Estadual de Assistência Social
- CFESS:** Conselho Federal de Serviço Social
- CFP:** Conselho Federal de Psicologia
- CLT:** Consolidação das Leis do Trabalho
- CNAS:** Conselho Nacional de Assistência Social
- CRAS:** Centro de Referência da Assistência Social
- ECRIAD:** Estatuto da Criança e do Adolescente
- ESF:** Estratégia de Saúde da Família
- FAPES:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo
- FETSUAS-ES:** Fórum Estadual de Trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social do Espírito Santo
- HEAC:** Hospital Estadual de Atenção Clínica
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LOAS:** Lei Orgânica de Assistência Social
- MDS:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- ONU:** Organização das Nações Unidas
- PAIF:** Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
- PBF:** Programa Bolsa Família
- PIB:** Produto Interno Bruto
- PNAS:** Plano Nacional de Assistência Social
- PETI:** Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- PRONATEC:** Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- PSF:** Programa de Saúde da Família
- RF:** Responsável Familiar
- SUAS:** Sistema Único da Assistência Social
- SUS:** Sistema Único de Saúde
- UFES:** Universidade Federal do Espírito Santo
- UNICEF:** Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 EXPERIÊNCIAS, (DES)ENCONTROS E HISTÓRIA.....	9
1.1 CONVITE E PISTAS AO LEITOR	12
1.2 DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO E AFIRMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	13
1.3 TRILHANDO CAMINHOS DE PESQUISA E CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS PARA A PRODUÇÃO DE SABER	18
1.4 POR QUE CARIACICA?	23
2 CONTRIBUIÇÕES DE FOUCAULT PARA SE PENSAR AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E CONTROLE.....	27
2.1 RESISTÊNCIAS E A RE-INVENÇÃO DA VIDA	27
2.2 BIOPOLÍTICA, REGULAMENTAÇÃO DA VIDA E GOVERNAMENTALIDADE LIBERAL.....	30
2.3 A FAMÍLIA COMO INSTRUMENTO DE GOVERNO.....	35
2.4 A PRODUÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO DE UM MODO DE SER MULHER NA FAMÍLIA	47
3 A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO COMO ESTRATÉGIA DE CONTROLE	62
3.1 PROBLEMATIZANDO AS “PORTAS DE SAÍDA” DA ASSISTÊNCIA SOCIAL...67	
3.2 A FORMAÇÃO DE EMPREENDEDORES DE SI MESMOS.....	77
3.3 A NEGATIVA AO TRABALHO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA	89
4 CRITÉRIOS E CONDICIONALIDADES DOS PROGRAMAS E BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PRODUÇÃO DE MODOS DE VIDA	97
4.1 A JUDICIALIZAÇÃO COMO PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO.....	104
4.2 A PRODUÇÃO DA POBREZA, DA VULNERABILIDADE E DO RISCO E SEUS EFEITOS.....	108
4.3 A PREOCUPAÇÃO COM A HIGIENIZAÇÃO DOS “VULNERÁVEIS” NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	118
4.4 ASSISTÊNCIA SOCIAL ENTRE A CARIDADE E O DIREITO	123

5 A INQUIETUDE NÃO SE APLACA	134
5.1 ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DE RESISTÊNCIA E CONTROLE.....	141
5.2 UM DIÁRIO DE EXERCÍCIOS DE RESISTÊNCIA E DE REDES DE GENEROSIDADE: DO CACHORRO, DO PRESENTE E DA LADEIRA	148
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
7 REFERÊNCIAS.....	172
8 ANEXOS	172

1 Experiências, (des)encontros e história

“Tudo que não invento é falso”

Manoel de Barros

A ideia de escrever uma dissertação de Mestrado não foi por acaso. A vontade de transformar as experiências vividas em texto e proporcionar que outras pessoas criem novas experiências com a leitura foi o que impulsionou este trabalho. Exercício de escrita que também produz novas experiências para quem escreve. A todo momento o autor sofre interferências e é colocado a pensar sobre o que escreve. Escrever neste caso pressupõe “feitura” também de quem escreve.

Como afirma Foucault (2010a, p. 290), “[...] escrevo porque não sei ainda o que pensar [...]. Sou um experimentador, e não um teórico. [...] Sou um experimentador no sentido em que escrevo para mudar a mim mesmo e não mais para pensar na mesma coisa que antes”. Pensamos porque somos forçados¹ (DELEUZE, 1987), porque existe um incômodo que nos tira o sono, perguntas sem respostas ou porque há um novo mundo a se fazer. E, apropriando-nos de Clarice Lispector (1977, p. 11), “Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta continuarei a escrever”.

O desenvolvimento deste trabalho se faz no entrecruzamento de diversas experiências e experimentações no campo da Assistência Social, incluindo o trabalho em três Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) na Grande Vitória, entre os anos de 2010 e 2012, a participação/militância no Fórum Estadual dos Trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social do Espírito Santo (FETSUAS-ES), de 2010 a 2013, e no Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) do Espírito Santo, de 2013 a 2014, como conselheira titular, representando o Sindicato dos Psicólogos do Espírito Santo, no Projeto de Extensão Redes no

¹ Deleuze (1987, p. 95) afirma que somos forçados ou coagidos a pensar, por algo que está fora do pensamento, a partir de “[...] impressões que nos forçam a olhar, encontros que nos forçam a interpretar, expressões que nos forçam a pensar.” Afirma ainda que não se trata de um movimento voluntário, e muito menos guiado pela reconhecimento: “O que nos força a pensar é o signo. O signo é o objeto de um encontro; mas é precisamente a contingência do encontro que garante a necessidade daquilo que ele faz pensar. O ato de pensar não decorre de uma simples possibilidade natural; é, ao contrário, a única criação verdadeira. A criação é a gênese do ato de pensar no próprio pensamento. Ora, essa gênese implica alguma coisa que violenta o pensamento, que o tira de seu natural estupor, de suas possibilidades apenas abstratas. Pensar é sempre interpretar, isto é, explicar, desenvolver, decifrar, traduzir um signo. Traduzir, decifrar, desenvolver são a forma de criação pura.” (DELEUZE, 1987, p. 96).

Território², dentre tantos outros espaços de militância, estudos e discussões sobre a política de Assistência Social.

Os Fóruns de Trabalhadores do SUAS foram criados a partir de demanda apresentada por trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na VII Conferência Nacional de Assistência Social, em 2009, por espaços coletivos de discussão sobre a política de Assistência Social. A partir dessa demanda foi instituído o Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS e deliberada a pauta da conferência ocorrida em 2011, cujo tema foi *Valorização dos trabalhadores para consolidação do SUAS*. Na conferência de 2009, foram formados grupos de trabalhadores responsáveis por mobilizar demais trabalhadores em seus respectivos estados. No Espírito Santo esse grupo fomentou a criação do FETSUAS-ES, que teve sua primeira reunião em outubro de 2010. Também foram formados alguns fóruns regionais e municipais de trabalhadores pelo Estado, de modo a facilitar a articulações entre eles. Desde meados de 2013 o fórum se dissolveu e não foram realizadas mais reuniões.

Ao longo do texto, serão trazidas memórias das experiências da pesquisadora com a intenção de servirem como ferramentas para problematizações, análises e desnaturalizações de práticas nesse campo. É com essas experiências que tecemos o eixo de nossa pesquisa, a qual visa focalizar como vêm se efetuando atualmente os processos de resistências e os processos de regulamentação da vida no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), desenvolvido nos CRAS, no âmbito da Política de Assistência Social, mais especificamente no município de Cariacica-ES.

Delimitar um problema de pesquisa frente a tantas questões que nos inquietam, que tiram o sono e o chão, foi um grande desafio. Esta pesquisa tem sido gestada/construída a partir desse turbilhão de experiências, deslocamentos e questionamentos. Como já dito, uma série de perguntas sem respostas.

² O Projeto de Extensão e Pesquisa *Redes no Território: políticas públicas de assistência social, saúde e educação* objetiva contribuir para a construção e/ou fortalecimento de redes no território na região de Campo Verde/Cariacica-ES, especialmente no que diz respeito à política de assistência social e à política de educação. Objetiva contribuir para a criação e/ou fortalecimento de redes entre o CRAS, a escola pública municipal, os movimentos sociais e demais equipamentos sociais existentes, visando a uma atuação pautada na integralidade do atendimento às demandas da população referenciada no CRAS de Campo Verde/Cariacica-ES. Participam desse projeto estudantes de Graduação em Psicologia e Pós-graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Experiência é entendida aqui como qualquer coisa da qual se sai transformado (FOUCAULT, 2010a). A partir das contribuições de Foucault (2010a, p. 293), considera-se experiência como uma ficção, ou “[...] alguma coisa que se fabrica para si mesmo, que não existe antes e que poderá existir depois”.

Tal concepção de experiência não se separa de uma constituição de si mesmo e da construção da história. Para Nicolazzi (2004, p. 106),

[...] Foucault permite-nos pensar que os indivíduos, no processo de constituição de si mesmos enquanto sujeitos de uma experiência singular, encontram maneiras diferentes de se conduzir, ou seja, de agir em relação a um “código de ação” que define os contornos de uma experiência possível.

Nesse sentido, mostra-se importante a preocupação em como tornar essa experiência acessível para outros. Apontando, portanto, para a possibilidade de construção de saberes a partir da experiência.

Como afirma Foucault (2010a, p. 306), tornar a experiência acessível é tornar possível que ela seja feita por outros: “Viso, com ‘saber’, a um processo pelo qual o sujeito sofre uma modificação por aquilo mesmo que ele conhece, ou, antes, por ocasião do trabalho que efetua para conhecer o objeto.”

O conceito de saber aqui apresentado se diferencia da noção de conhecimento, definido pelo autor como “[...] o trabalho que permite multiplicar os objetos conhecíveis, desenvolver sua inteligibilidade, compreender sua racionalidade, mas mantendo a fixidez do sujeito que pesquisa.” (FOUCAULT, 2010a, p. 306). Ou seja, para o autor, o trabalho de produção de saber está totalmente imbricado com a transformação do pesquisador ou do leitor, em suma, daquele que experiencia. Para tornar mais compreensível a diferença apontada por Foucault entre saber e conhecimento, apresenta-se Manoel de Barros (1997, p. 53):

A ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá
 Mas não pode medir encantos
 A ciência não pode calcular quantos cavalos de força existem
 Nos encantos de um sabiá

Nesse sentido, não se pretende aqui construir teorias, muito menos modelos de atuação para a Assistência Social. Mas trazer experiências, problematizações e reflexões com a proposta de produzir deslocamentos, reflexões e inquietações para a produção de novas experiências e práticas comprometidas com a afirmação de

vidas livres e dignas de serem vividas (HECKERT, 2004). A esse respeito, Foucault (2010a, p. 338) afirma:

Considero que o papel do intelectual, hoje, não é de fazer lei, de propor soluções, de profetizar, pois, nessa função, ele só pode contribuir para o funcionamento de uma situação de poder determinada que deve, na minha opinião, ser criticada. [...] Eu me resguardo de fazer a lei. Tento, antes, colocar problemas, trabalhá-los, mostrá-los em uma complexidade tal que chegue a fazer calar os profetas e os legisladores, todos aqueles que falam pelos outros e antes dos outros.

1.1 Convite e pistas ao leitor

Esta dissertação é fruto de uma trajetória de construção também da autora. Próximo ao fim da escrita, relendo o trabalho, foi possível lembrar um pouco dessa construção. No início do texto, as práticas de controle sobressaltam aos olhos. São muitas, na verdade. Mostram como o corpo da pesquisadora foi marcado por essas práticas. Apresentam o que e como foi possível escrever naquele momento sobre os assuntos abordados. Ao longo do texto, sutilmente os exercícios de resistência vão surgindo. Timidamente tentam ganhar o texto. Foi uma escolha política manter alguns trechos da dissertação que, relendo ao final, percebo que estão pesados pelo controle. Esses trechos dizem de uma trajetória, em que escrever sobre isso foi possível e importante. Além disso, compreender como se dão esses mecanismos de controle diz de um processo de resistência, que abre caminhos para a construção de estratégias de como frustrá-los.

O texto como um todo diz de um constituir-se. Como aponta Foucault (2006d), podemos falar de uma “escrita de si”, no sentido de que escrever é também constituir-se. E permitir que o leitor tenha acesso a esse processo é uma escolha política.

O texto se inicia com discussões a respeito do conceito de política pública e traz um panorama das estratégias de produção de saber utilizadas na pesquisa, além de trazer um pouco da história e realidade do município escolhido para a realização da pesquisa. Em seguida, serão trabalhados os conceitos de resistência e regulamentação da vida, à luz das obras de Foucault. Estas constituem as principais ferramentas conceituais para o trato do tema, a saber, as práticas na Política de

Assistência Social, mais especificamente nos CRAS. Em seguida, as práticas de controle e resistência serão trazidas a partir do material proveniente das conversas e das memórias das experiências da autora. Neste trecho os pontos de partida das análises são vários: família, mulher, trabalho, higienização, caridade e direito, risco e vulnerabilidade, dentre outros.

Ao final, o leitor encontra no texto um tópico escrito de modo totalmente diferente do texto até então. São ensaios e tentativas de escapar ao formalismo acadêmico e mostrar que outros modos de se fazer pesquisa são possíveis. Apresentam-se também as sutilezas que compõem as estratégias de resistência das mulheres que fizeram parte da pesquisa. Ao leitor, um convite a permitir-se re-construir com a leitura desta dissertação.

1.2 Desafios na construção e afirmação de Políticas Públicas

Problematizar a Política de Assistência Social traz uma série de desafios. Um deles é marcar a diferença entre política de Estado e política pública e operar no limite entre elas. O desafio se apresenta tendo em vista que se trata de um exercício cotidiano promover práticas que afirmem o caráter público dos serviços sem cair nas armadilhas do modo de funcionamento do Estado.

Para desenvolver essa discussão, apresentam-se aqui as contribuições de Barros e Passos (2005), que afirmam que a máquina de Estado trabalha com a figura de homem transcendente, padrão, longe da experiência concreta dos sujeitos.

Na qualidade de figura transcendental que paira como realidade separada, o Homem é a garantia da normalização, da classificação e da definição de práticas modeladoras e corretivas de tudo que se afasta ou se desvia dessa figura identificatória ideal. (BARROS; PASSOS, 2005, p. 569).

Por sua vez, a política, em sua esfera pública, no plano coletivo, é aquela construída a partir das experiências de cada sujeito e que atravessa Estado, governos, movimentos sociais e a vida cotidiana (BARROS; PASSOS, 2005). De acordo com Monteiro *et al.* (2006, p. 12), “Trabalho este que só se consegue quando nos encontrarmos e nos percebemos como forças enredadas coletivamente. É aí que

nos produzimos na criação de redes afetivas e parcerias amorosas, capazes de ligar o singular ao múltiplo.”

A partir destas afirmações, podemos dizer que não se pretende aqui promover as políticas da máquina de Estado, mas sim, afirmar a dimensão pública e coletiva das experiências que a perpassam e que estas sejam capazes de produzir tensionamentos e afirmação de modos de vida singulares. Compartilhamos da ideia de Schubert (2014) de que os operadores da máquina de Estado podem interferir, mesmo que temporariamente, em sua lógica de funcionamento, produzindo fissuras e novas práticas. Desse modo, trata-se de afirmar que é possível rebelar-se fazendo alianças clandestinas, secretas ou conspiratórias com esses movimentos que escapam à lógica burocratizante, ordenada e subjugadora do Estado, facilitando a construção de atalhos por entre os caminhos dos espaços estatais, “[...] cavando buracos em seus muros; construindo túneis sob suas cercas; sabotando trancas e cadeados de celas e portões; facilitando fugas e invasões.” (SCHUBERT, 2014, p. 111). Atuação rebelde que afirma o caráter de resistência das práticas dos trabalhadores sociais. Nesse sentido, não se pretende julgar como boas ou ruins as práticas na Assistência Social, mas sim analisar e chamar a atenção para o que tem sido produzido junto a elas.

Compõe esta escrita o desejo de problematizar e enfrentar as engrenagens produtoras de precarização e maus-tratos³ da vida e de controle sobre ela. Acreditamos que o desenvolvimento de uma pesquisa é exercício de pensamento que pode se constituir como um dispositivo para a produção de vidas dignas e livres. Podemos citar algumas histórias de vida que impulsionaram esta pesquisa, como a de João⁴, que passou pela experiência da loucura e esteve por muito tempo impossibilitado de visitar suas filhas; de Maria Rita cujo filho sofreu violência policial e era impedido de descer o morro; de José, jovem que foi assassinado em um

³ Claudia Abbês (NEVES, 2009) enfatiza a diferença entre os processos de sofrimento e de maus-tratos com a vida nos serviços de saúde, e podemos fazer uso dessa reflexão para pensarmos as práticas também na política de Assistência Social. Afirma que o sofrimento é um processo constitutivo da vida em seus embates de re-invenção e que não há ruptura com um tipo de vida dominante em nós sem sofrimento. Por sua vez, “os processos de maus-tratos se dão quando tornamos a vida uma funcionária-submissa e refém de prescrições, programas de saúde, médias e padrões instituídos. Estes processos ganham expressão em sintomas e seus efeitos sobre o organismo; na produção de filas madrugantes para busca de senhas para consultas; na desassistência; no re-trabalho a cada novo plantão, programa governamental ou rotina imposta; na produção de escuta e vínculos restritos ao sofrimento orgânico etc”. (NEVES, 2009, p. 782).

⁴ Os nomes utilizados são fictícios com o objetivo de manter o sigilo da pesquisa.

tiroteio entre grupos rivais; de Maria Madalena, que resiste ao acompanhamento do serviço; de Tião, que com cinquenta e poucos anos e dores na coluna não consegue se empregar e garantir seu sustento; ou ainda as histórias de Marias da Penha, Marias José e Marias Aparecidas, profissionais com vínculos de trabalho precarizados e que foram demitidas.

As lutas estão aí sendo travadas. Bem ali onde a vida resiste e insiste. Como potencializá-las? Como produzir práticas revolucionárias e não reativas⁵? Ou melhor, como não sê-lo frente a tantos motivos de luta?

De acordo com Deleuze (2007, p. 211), “a única oportunidade dos homens está no devir⁶ revolucionário, o único que pode conjurar a vergonha ou responder ao intolerável.” Deste modo, por revolucionário entendemos o esforço para a requalificação das lutas com vista à conquista de espaços de liberdade, de democracia⁷ e de criação da vida. Promover mudanças no âmbito dos desejos, possibilitando processos de singularização (GUATTARI; NEGRI, 1987).

Será possível, então, sustentar um devir-revolucionário no PAIF? Será possível se produzir vida digna, vida livre como efeito da política pública de Assistência Social? Como virar esse jogo?

⁵ À luz da obra de Nietzsche (2013), a atitude reativa necessita sempre de um mundo oposto e exterior para poder agir e, portanto, não se configura como ação, mas sim como reação. Para Nietzsche (2013, p. 26), esta atitude está ligada a um ressentimento que gera valores, ou seja, não afirma a vida e a criação, mas reage a um outro: “Enquanto toda moral nobre nasce de um triunfante Sim a si mesma, já de início a moral escrava diz Não a um ‘fora’, um ‘outro’, um ‘não-eu’ – e este Não é seu ato criador. Esta inversão do olhar que estabelece valores [...] é algo próprio do ressentimento: a moral escrava sempre requer, para nascer, um mundo oposto e exterior, para poder agir em absoluto – sua ação é no fundo reação.”

⁶ Para Deleuze e Guattari (2007, p. 191), devir é um processo de diferenciação que incessantemente escapa ao controle, homogeneização e regulamentação, ao invés de promover ou procurar estados já codificados ou alcançar modelos pré-definidos por meio de adestramento ou imitação: “Se os nômades nos interessaram tanto, é porque são um devir, e não fazem parte da história; estão excluídos dela mas se metamorfoseiam para reaparecerem de outro modo, sob formas inesperadas nas linhas de fuga de um campo social.”

⁷ A partir das contribuições de Toni Negri e Felix Guattari (1987) definimos democracia como uma legitimação do poder através do povo. “Legitimação de um caráter particular, porque sempre concreto, pontual, material, em ruptura com a tradição de uma legitimação divina ou absoluta. Com a democracia, a legitimidade é em primeiro lugar humana, temporal e espacialmente definida.” (GUATTARI; NEGRI, 1987, p. 31). Os autores afirmam que o Capitalismo Mundial Integrado se reapropriou do termo, redefinindo-o. Afirmam que, a partir dele, estamos sempre subjugados, já que não podemos localizar o poder. “Se procurarmos chegar à sua origem, descobriremos que estamos submetidos a um segundo, terceiro, *n* grau...” (Idem, p. 32).

Admitir que há regulamentação⁸ da vida por meio das políticas públicas não significa, no entanto, que não existam movimentos de resistência. Seria ingenuidade supormos que os “pobres coitados” atendidos pelos serviços da Assistência Social não têm outra saída a não ser se curvarem diante desses mecanismos de regulação. Ou ainda que as profissionais da Assistência Social são apenas perversas operadoras desta lógica.

O que existe são práticas de controle e resistência⁹, e estas incitam o jogo de forças do poder. Isso porque se trata de uma relação de incitação recíproca e de luta, uma provocação permanente (FOUCAULT, 2010c). O que existe são práticas, e não objetos naturalizados e transcendentais como “o controle”, “a assistência social”, “o profissional perverso” ou “o Estado”. Os objetos são correlatos às práticas que, por sua vez, são construções históricas datadas e que os objetivam (VEYNE, 1998). Veyne (1998) aponta que os objetos parecem determinar as condutas, mas, primeiramente, são as práticas que determinam esses objetos. As práticas de modo algum são instâncias, mas sim, um composto de condutas que só existem na relação (VEYNE, 1998). Neste caso, é preciso atentar-nos para as práticas, e não para os objetos.

Tendo em vista que aqui se objetiva analisar práticas e não pessoalizar ações, o que pensar, então, quando alguém ou alguma família simplesmente não segue os “acordos” dos atendimentos que compõem o processo de acompanhamento, e é dito que esse acompanhamento “não deu certo”? Será que “não deu certo” mesmo? Para quem “não deu certo”? O que é “dar certo”? O que podemos supor desses processos? O não “dar certo” do acompanhamento pode dizer de um processo de resistência em curso?

Importante ressaltar, como já apontado, que as resistências não são respostas aos mecanismos de controle, mas irrompem em meio a esses processos, interrompendo seu fluxo e, por vezes, desmontando sua ordem de funcionamento (HECKERT, 2005).

⁸ Conceito trazido por Foucault (2005) que se refere a um modo de exercício do poder que atua por meio de mecanismos globais sobre a população para se obter estados de regularidade e controle, diferenciando-se do poder disciplinar que atua sobre o corpo dos indivíduos. Esse conceito será melhor trabalhado posteriormente.

⁹ Conceitos de controle e resistência trazidos por Foucault serão melhor trabalhados nos próximos tópicos.

Frente a essas pontuações, questionamentos acompanham esta escrita: De quais estratégias e instrumentos a Política de Assistência Social se utiliza hoje para controle da população? Com quais objetivos? Será possível produzir práticas para além/aquém do controle?

Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica com objetivo de problematizar e desnaturalizar conceitos que passaram a operar no âmbito da governamentalidade em determinados contextos históricos, principalmente as noções de população e família. O exercício de desnaturalizar pode proporcionar a criação de novos sentidos e possibilitar a invenção de novas práticas em um exercício de desacostumar¹⁰ as palavras. Com isso não se tem a pretensão de constituir “a” história desses conceitos ou precisar seu surgimento em termos cronológicos. Por outro lado, partimos da ideia de que não é possível conhecer algo sem conhecer seus movimentos de emergência e proveniência históricas e de que não é possível existir algo separado de suas relações com o mundo (BARROS, 2007). Avaliar “que o essencial, que o fundamental da história passa pelo fio miúdo dos acontecimentos [...]. A história, e o essencial da história passa pelo buraco de uma agulha.” (FOUCAULT, 2010d, p. 99 e 100).

Exercitar-se em espreitar os acontecimentos onde menos se esperava e naquilo que é considerado como não possuindo história, um exercício de desnaturalizar, de tornar difícil e demorado cada passo (FOUCAULT, 2008b).

[...] a história só faz sentido na medida em que é interrogada hoje, a partir de algo que se coloca como questão. Além disso, ela não existe “por si”, sendo perspectivada e situada. Ao mesmo tempo, tem uma função de intervenção no presente, no sentido que o interroga ao colocar em análise os processos de repetição e produção de diferença. (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011, s/p.)

Como aponta Rodrigues (2002, p. 53), experimentar um devir historiador rejeitando as histórias

[...] tranquilizantes, reaseguradoras de identidades, lineares, teleologicamente dialéticas, supostamente objetivas, continuístas, factuais, exclusivamente causalistas, antropológico-humanistas, comportadamente multi ou interdisciplinares, descuidadamente anacrônicas, alegadamente apolíticas.

¹⁰ Menção a Manoel de Barros: “Não gosto de palavra acostumada.” (BARROS, 1997, p. 71). “É preciso desformar o mundo: tirar da natureza as naturalidades.” (Idem, p. 75).

Este é o desafio colocado: fazer história para desestabilizar o presente, para evidenciar que tudo que se apresenta como natural, necessário, óbvio ou evidente foi forjado “[...] peça por peça, por contingências-forças atuantes em certo tempo, as quais, vencendo lutas, hegemonizaram (e permanecem fazendo-o) determinadas formas de pensar, dizer, agir e ser.” (RODRIGUES, 2002, p. 23); e, assim como aponta Foucault (2006a), forjar instrumentos de análise, de ação e intervenção política sobre a realidade em que vivemos e sobre nós mesmos. Pois “[...] necessitamos da história para viver e para agir e não para nos desviarmos negligentemente da vida e da ação [...]” (NIETZSCHE, 2008, p. 15).

Produzir problemas, lá onde se julgava estar tudo resolvido. Questionar as práticas existentes na Assistência Social e afirmá-las como produtoras de realidade. Confrontar a ideia de que existe um modo de vida universal e melhor a ser alcançado. Criar dispositivos que permitam a coletivização das lutas cotidianas. Esses são alguns dos desafios apontados nesta pesquisa.

1.3 Trilhando caminhos de pesquisa e construindo estratégias para a produção de saber

Nesta pesquisa, faremos uso do termo “estratégias de produção de saber”, em detrimento do termo “método”. Esta mudança se mostra necessária quando assumimos que método e problema de pesquisa não se encontram em lados opostos, mas estão mutuamente relacionados. De acordo com Silva (2005, p. 98), “não existe de um lado, o método e, de outro, o problema aguardando uma regra de soluções apropriada.” Nesta pesquisa foi feito o exercício de não reproduzir um determinado sistema de pensamento ou aplicar uma metodologia já pronta de antemão, mas de se instalar nas linhas de fuga deste pensamento, criando assim a possibilidade de novas produções de sentido (SILVA, 2005).

Entendemos, assim como Aragão, Barros e Oliveira (2005, p. 20), que

a metodologia fala do como pesquisar. Mais do que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico utilizado. Fala de uma forma de trabalhar que se relaciona com uma postura ética, no sentido de visões de mundo.

Mostra-se necessário, então, o exercício de pensar e criar estratégias que nos auxiliem a discutir e analisar as questões trazidas nesta pesquisa. Nesse caso, trata-se de admitir que não existe uma realidade pronta e independente do nosso modo de acesso a ela e que, portanto, não existe um método privilegiado de acesso a esta realidade. (SILVA, 2005).

Tendo esse desafio em vista, nesta pesquisa foram utilizadas duas principais estratégias de produção de saber. Uma delas foi analisar as anotações e memórias da pesquisadora no decorrer de seu exercício profissional, militância e encontros na área, e outra foi a análise do material de novas conversas e grupos com usuárias¹¹ e profissionais no período de julho a novembro de 2014. Para esta produção de dados, foi utilizada a estratégia de conversas individuais e encontros periódicos com grupos de profissionais que trabalham ou já trabalharam nos CRAS do município de Cariacica.

Essa escolha se deu com o objetivo de evitar a identificação das trabalhadoras e dos seus relatos. Como grande parte dessas trabalhadoras possui vínculo de trabalho precarizado, não se pode negar que esse fato permite um controle mais apurado de suas práticas por parte da gestão da máquina estatal. Tendo em vista esse quadro, optou-se por mesclar na pesquisa a participação de trabalhadoras e de extralinhadas. Nenhuma prática de pesquisa é neutra, e, admitindo-se isso, se mostra importante frisar que esta pesquisa não objetivou compactuar com práticas pessoalistas ou autoritárias de gestão que limitam a autonomia das trabalhadoras em suas práticas cotidianas e até mesmo as demitem quando resistem. Entende-se que as falas dizem de práticas, e, portanto, não há nenhum interesse por parte desta pesquisa em facilitar a identificação das falas. Pelo contrário, foi observando como se dão as estratégias de controle e punição das trabalhadoras, tivemos a preocupação de tomar essas medidas para garantir a não identificação das participantes.

¹¹ Nesta pesquisa serão utilizados os termos “usuária” ou “usuárias” para designar as pessoas que participam das atividades do CRAS, assim como prevê a Política de Assistência Social, e tradicionalmente são nomeados nos CRAS. No entanto, entende-se a limitação desse termo que diz de quem faz uso, numa visão utilitarista. Entende-se que essas pessoas não são usuárias, mas sim pessoas que integram os serviços de modo ativo e que participam de sua construção mesmo que por vezes indiretamente. O termo será utilizado no feminino indicando “as pessoas usuárias”. O uso no feminino também tem o objetivo de dar visibilidade à participação feminina nesse processo.

Participaram da pesquisa algumas das profissionais que realizam e operacionalizam diretamente o processo de acompanhamento familiar nos CRAS de Cariacica, a saber: psicólogas e assistentes sociais. No decorrer da pesquisa também foi apontada a possibilidade de se incluírem as profissionais de nível fundamental e médio que também desempenham atividades relevantes na operacionalização do PAIF. Porém, foi preciso delimitar o número de participantes da pesquisa e optou-se, então, por incluir apenas duas categorias de profissionais de nível superior, como já dito, psicólogas e assistentes sociais.

Também se colocou como possibilidade delimitar o campo de pesquisa em apenas um dos CRAS de Cariacica. Porém, com essa opção haveria uma maior possibilidade de identificação das participantes. Por esse motivo, foram realizadas conversas com trabalhadoras e ex-trabalhadoras de diferentes CRAS.

Para disparar as discussões, as profissionais foram orientadas a relatar casos considerados por elas como de “fracasso” e outros considerados como de “sucesso” no processo de acompanhamento familiar, bem como a descrever seu cotidiano de trabalho¹². Também foi utilizada a estratégia de conversas individuais ou em grupo com pessoas que tenham sido ou estejam em processo de acompanhamento pelo CRAS. Nos encontros com as usuárias dos serviços, foi dado enfoque a perguntas que as levaram a refletir e expressar as mudanças ocorridas em sua vida após inserção no processo de acompanhamento familiar¹³.

Para sua realização, esta pesquisa contou com submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, que aprovou a proposta da pesquisa. Sendo assim, às participantes foi apresentado o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, que se encontra no Anexo C. Foi aprovada pelo Comitê de Ética a isenção do uso do termo de consentimento nos casos em que apresento memórias dos trabalhos e militâncias, principalmente pela impossibilidade de identificar e localizar os autores das falas. Vale também destacar que esta pesquisa contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

Por conta de minhas experiências de trabalho na Assistência Social e envolvimento com grupos que discutem essa temática, possuo contato com diversas

¹² A lista completa de perguntas disparadoras contidas no roteiro se encontra no Anexo A.

¹³ A lista completa de perguntas disparadoras contidas no roteiro se encontra no Anexo B.

trabalhadoras e ex-trabalhadoras de Cariacica, bem como com usuárias dos serviços. Esses contatos serviram como ponto de partida para as conversas. Ou seja, as pessoas que conheço indicaram outras pessoas para participarem da conversa. Essa técnica se chama “Bola de Neve” e traz a “[...] possibilidade de trabalhar do ponto de vista de uma análise de redes [...]” (LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2004, p. 48). Ou ainda, apresenta a possibilidade de constituir o universo da pesquisa de forma relacional, a partir do próprio campo, sem a necessidade de recorrer a cadastros ou listas em arquivos, seja de trabalhadoras do CRAS, seja de usuárias dos serviços (LAVALLE; CASTELLO; BICHIR, 2004).

A ideia inicial da pesquisa era a de formar um grupo para discussão entre profissionais e outro com usuárias. No entanto, no decorrer do processo observou-se a necessidade de adequar essas estratégias. Em contato com as profissionais, perguntei como elas se sentiriam mais à vontade para participar da pesquisa. Algumas responderam que preferiam fazer esta conversa individualmente, outras responderam que preferiam que fosse em grupo e inclusive escolheram o local em que gostariam de realizar a conversa. Uma das conversas foi feita em um bar, a pedido da trabalhadora. Indicando que a metodologia de pesquisa se faz no processo, não *a priori*. De acordo com Aragão, Barros e Oliveira (2005, p. 20), “[...] a produção de conhecimento está muito mais associada à violação das regras do que à sua obediência.” Afirmam que seguir as regras e técnicas à risca pode produzir um formalismo árido que prejudica o potencial inventivo do processo de investigação. Neste caso, não se trata “[...] de desprezo às estratégias técnicas de abordagem da realidade, mas de negar os diferentes tecnicismos.” (ARAGÃO, BARROS; OLIVEIRA, 2005, p. 20).

Em relação às usuárias, também não foram realizadas discussões em grupo, como proposto anteriormente na pesquisa, mas sim, foram feitas visitas às suas casas a partir do contato com uma usuária que eu já conhecia. Essas experiências de visitas serão trabalhadas no tópico *Um Diário de redes de generosidade: sobre o cachorro, o presente e a ladeira*. A proposta de fazer grupos estava conectada com uma perspectiva de que estes podem ser dispositivos em uma via política, como aquilo que põe em funcionamento os modos de expressão de subjetividade, que opera processos de desindividualização (BARROS, 2007). Porém foi preciso admitir que mesmo em grupo não se têm garantias de que haja a coletivização das questões e

que, nesse sentido, realizar conversas individuais também não pressupõe individualização das questões.

Sobre as conversas com profissionais da Assistência Social, cabe trazer alguns pontos para análise sobre os chamados “bastidores da pesquisa” ou o “fora do texto”, segundo Lourau (1993). Muitas dessas questões serão analisadas no decorrer da escrita, mas de todo modo, apresentam-se também neste tópico em destaque.

As conversas com as profissionais foram agendadas por meio de contato telefônico, contato por e-mail ou pelas redes sociais. Havíamos delimitado inicialmente para a pesquisa contato com até seis profissionais. No entanto, foi necessário contato com um número maior, já que algumas informaram que não poderiam fazer parte da pesquisa, enquanto outras não responderam à minha solicitação, seja por e-mail ou pelas redes sociais.

É interessante situar o momento em que a pesquisa foi realizada. Quando entrei em contato com as profissionais para marcar as conversas, uma delas informou que estavam em greve. Interessante também foi observar que tal fato não havia sido citado pelas trabalhadoras que possuíam vínculo de trabalho terceirizado. Ou, quando a greve era citada por elas, se dava no sentido de um informe. No caso, a greve em questão foi deflagrada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cariacica, que oficialmente não representa os trabalhadores terceirizados. Uma das profissionais, quando questionada sobre qual o local onde preferia que realizássemos a conversa, respondeu que preferir ser no CRAS em que trabalha, pois considera que falar sobre trabalho também é trabalho. Por conta de terem deflagrado a greve, no entanto, optou por realizar a conversa da pesquisa na Ufes, não em seu ambiente de trabalho para não “furar” a greve.

Esta pesquisa foi realizada em um momento muito importante da história do município. Segundo uma das participantes, essa foi a primeira greve ampla da história da Prefeitura de Cariacica, que envolveu vários setores, ou seja, não se tratou de uma greve de uma categoria profissional específica. Diz também que a maioria do movimento é composto por profissionais efetivas, mas que existiam contratadas também na luta, incluindo todas as categorias profissionais, do nível fundamental ao superior. Afirma que a principal reivindicação das trabalhadoras era

o reajuste salarial, mas que outras bandeiras foram sendo incorporadas. Relata que um dos efeitos dessa greve foi a união dos trabalhadores de diferentes categorias e níveis de escolaridade.

Esta pesquisa ainda contará com a restituição do saber produzido a todas as participantes pelo entendimento, assim como apontou Lourau (1993, p. 56), de que a restituição é uma atividade intrínseca à pesquisa: “Ela nos faz considerar a pesquisa para além dos limites da redação final; ou melhor, de sua transformação em mercadoria cultural para servir unicamente ao pesquisador e à academia.”

Vale destacar também que nesta pesquisa foi feito um exercício linguístico quando se referenciam as pessoas participantes da pesquisa, de modo a não as identificar no masculino como usualmente se observa na língua portuguesa. O uso de expressões masculinas, como “os trabalhadores” ou “os usuários” para se referir a um grupo de homens e mulheres invisibiliza a participação feminina nesse processo, que aliás, se apresenta nesse texto como um fundamental ponto de análise. A presença significativa de mulheres, tanto como usuárias do CRAS quanto como trabalhadoras da área social, merece destaque e análise e será desenvolvida no tópico sobre *A instrumentalização e produção de um modo de ser mulher na família*.

1.4 Por que Cariacica?

São vários os motivos que nos fizeram eleger Cariacica como campo de pesquisa. Podemos citar o envolvimento desta pesquisadora com projetos de extensão e pesquisa, ainda na graduação, neste município; o trabalho como educadora social e posteriormente como psicóloga em bairros de Cariacica. Todas essas experiências construíram proximidade com a realidade vivida ali e desejo de compor com as lutas travadas neste município.

Podemos trazer também outros elementos que compõem a escolha por Cariacica que dizem respeito à sua própria constituição histórica e à sua posição socioeconômica perante os outros municípios do Estado do Espírito Santo.

Cariacica é um dos municípios que integra a região metropolitana de Vitória, possuindo 375.974 habitantes, de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2013. Embora tenha havido grande crescimento da população no município, nota-se que a riqueza socialmente produzida no estado do Espírito Santo não é distribuída na mesma proporção: Cariacica reduziu sua participação no total do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, passando de 5,75% em 2002 para 4,60% em 2006, possuindo o segundo menor PIB dentre os municípios da região metropolitana da Grande Vitória (IBGE apud SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

A colonização do município contou com a presença de imigrantes pomeranos, alemães e holandeses (BEZERRA, 2009). Esse processo também foi marcado por grande representatividade da população negra escravizada. Em 1878 o município contava com 5.318 habitantes, dos quais 1.174 eram negros escravizados (BEZERRA, 2009). Conhecida primeiramente como “Carijacica” que significa em tupi “chegada do homem branco”, foi com o passar do tempo abreviada para Cariacica. Foi palco de resistência indígena à colonização branca. A região de Itanhenga, hoje conhecida como bairro de Nova Rosa da Penha, foi o último refúgio da população indígena no município de que se tem notícia (BEZERRA, 2009).

Grandes construções foram empreendidas no município durante seu processo de urbanização, como a Colônia de Leprosos, denominada posteriormente de Hospital Pedro Fontes, no bairro Padre Matias (antigo bairro Itanhenga) e o Asilo dos Alienados, conhecido como Hospital Aduino Botelho, no bairro de Santana, localizado onde hoje é o Hospital Estadual de Atenção Clínica (HEAC). O município possui também grandes presídios e unidades de internação para adolescentes que cometem ato infracional. Pode-se afirmar que Cariacica foi historicamente o município para onde foram direcionadas parcelas estigmatizadas da população que deveriam ser excluídas do convívio coletivo. Em uma das produções históricas do município sobre sua cultura e história, o autor Bezerra (2009, p. 154), também morador de Cariacica, à época expressava sua preocupação com essas construções e aponta:

[...] é necessário que saibamos defender os nossos interesses com sabedoria para valorizarmos o nosso rincão, do contrário a tendência é desaparecermos, como fruto das contínuas desapropriações, tornando-se o nosso território, aos nossos olhos, vasto campo hospitalar de degenerados.

Seu crescimento populacional e sua ocupação territorial se deram, principalmente, em função da instalação de grandes empresas no estado do Espírito Santo: Companhia Vale do Rio Doce, fundada em 1942, hoje conhecida como Vale; e a antiga Companhia Siderúrgica Tubarão, fundada em 1983, hoje Arcelor Mittal (OLIVEIRA, 2010). Com isso houve uma grande confluência de pessoas de várias partes do Brasil para o Espírito Santo.

Durante o processo de instalação, essas empresas absorveram um contingente considerável de trabalhadores, sem necessidade de especialização. A continuação das atividades, entretanto, exigiu mão-de-obra especializada e, como fica claro nesse breve panorama, grande parte das pessoas que participaram da instalação não teriam lugar nas empresas depois. (OLIVEIRA, 2010, p. 19).

Também de acordo com Oliveira (2010), a combinação do grande contingente de pessoas com a ausência de políticas públicas básicas de forma adequada e suficiente como habitação, saneamento básico, saúde, assistência social, dentre outras, contribuiu para a formação de grandes “bolsões de miséria”. Cariacica foi apontada por pesquisas do IBGE como o município de Grande Vitória com maior índice de pauperização (IBGE apud SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012). No entanto, é preciso apontar que este município se constitui “[...] não só de miséria, mas de tantas outras lutas cotidianas comuns a tantos brasileiros.” (OLIVEIRA, 2010, p. 19).

Mais interessante do que ler em livros sobre a história de Cariacica, poucos aliás, foi estar com as moradoras que fazem uso dos serviços do CRAS e ouvir de suas próprias bocas as histórias de luta para estabelecerem residência naquele município. Estas lutas também compõem a história de Cariacica e estão disseminadas no texto e trabalhadas principalmente no tópico *Um Diário de redes de generosidade: sobre o cachorro, o presente e a ladeira*.

No tocante à situação da política de Estado da Assistência Social no município atualmente, podemos destacar a troca de gestão municipal decorrente dos resultados das eleições municipais do Poder Executivo em 2012. Com a troca de gestão, houve grande descontinuidade na execução das políticas públicas. Por conta de alianças políticas realizadas pelo atual prefeito com lideranças religiosas, estas foram direcionadas à gestão de pastas como a da Assistência Social. Vários profissionais assumiram gerências e coordenações na Secretaria de Assistência Social por possuírem alianças políticas com a atual gestão. Ou seja, não

necessariamente possuíam conhecimento ou interesse sobre a política ou sobre gestão pública.

A grande rotatividade de profissionais que executam a política nos serviços também agrava a situação de precariedade das políticas sociais. O concurso público¹⁴ realizado em 2010, para provimento de cargos do quadro permanente em toda a prefeitura, não resolveu essa situação, já que continuou oferecendo baixos salários e condições de trabalho precarizadas.

Como se pode notar, a constituição de Cariacica como um município teve marcas que levaram à sua estigmatização como o lugar de toda pobreza ou, como afirma a manchete de um jornal da década de 70, “o inferno começa do outro lado da ponte” (O INFERNO, 1975). São produções que parecem localizar grandes mazelas e estigmas negativos nesse município. Resta-nos questionar: a que tem servido essa estigmatização? A que serve a produção de um município miserável no entorno de uma capital? São perguntas às quais não se pretende aqui dar respostas finais ou universais, mas que podem funcionar como fios condutores para reflexão e desnaturalização dessas visões. Nesta pesquisa, entretanto, pretende-se dar visibilidade para uma “outra” Cariacica, compostas de práticas que tecem redes de generosidade e que criam cotidianamente novas estratégias de resistências.

¹⁴ O concurso público realizado em 2010 teve o objetivo de suprir a necessidade de profissionais do quadro efetivo, inclusive da Secretaria de Assistência Social. A esta Secretaria foram direcionados profissionais como Auxiliar Administrativo, Educador Social, Assistente Social e Psicólogo, todos aprovados no concurso público com Edital de número 01/2010. Este edital também previa a exigência de especialização profissional para os profissionais de nível superior. Tal fator eliminou muitos profissionais do certame. Vários foram os profissionais que acionaram a Justiça contra essa exigência, porém sem sucesso. Esta situação, aliada aos baixos salários, não garantiu que o quadro de profissionais se constituísse de forma satisfatória. A rotatividade de profissionais continuou grande. O edital 01/2010 previa salário no valor de R\$1.536,00 para profissionais de nível superior com carga horária de 40 horas semanais.

2 Contribuições de Foucault para se pensar as estratégias de resistência e controle

2.1 Resistências e a re-invenção da vida

É inegável que existem investimentos para o controle e regulamentação da vida, como será melhor trabalhado no tópico seguinte. No entanto, é primordial destacar que não existe relação de controle sem resistência, escapatória ou desvio. Ou melhor, como afirma Foucault (2010c), a resistência é primeira, justamente porque existem desvios é que há investimento de controle. E é por isso que se mostra relevante dar ouvidos a essas vozes de resistência. A esse respeito, Foucault (2006c, p. 80) aponta:

Um delinqüente arrisca sua vida contra castigos abusivos; um louco não suporta mais estar preso e decaído; um povo recusa o regime que o oprime. Isso não torna o primeiro inocente, não cura o segundo, e não garante ao terceiro os dias prometidos. Ninguém, aliás, é obrigado a ser solidário a eles. Ninguém é obrigado a achar que aquelas vozes confusas cantam melhor do que as outras e falam da essência do verdadeiro. Basta que elas existam e tenham contra elas tudo o que se obstina em fazê-las calar, para que faça sentido escutá-las e buscar o que elas querem dizer. [...] é por existirem tais vozes que o tempo dos homens não tem a forma da evolução, mas justamente a da “história”.

Quais interesses há em silenciar o louco, o delinquente ou o povo oprimido? Se há investimento em silenciar é porque essas vozes são potentes e capazes de produzir quebras, rachaduras nos modos hegemônicos de se viver. Por outro lado, não pretendem hegemônizar-se, mas garantir a multiplicidade dos modos de existência por meio de suas lutas. Não há garantias, como aponta Foucault, e talvez essa seja a sua grandeza.

Importante frisar que o poder só se exerce sobre “sujeitos livres”: a liberdade é condição de existência do poder (FOUCAULT, 2010c). Deste modo, “[...] não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga [...]” (FOUCAULT, 2010c, p. 293 e 294). Ou ainda podemos dizer que “Em toda parte se está em luta [...] a cada instante, se vai da rebelião à dominação, da dominação à rebelião [...]” (FOUCAULT, 2006a, p. 232). A luta, portanto, passa a ser condição para a existência. Será preciso, então, ter um outro olhar para o que vem a ser luta. Construir um olhar para enxergar as lutas cotidianas por existência, não apenas para

as grandes revoluções e marcos históricos. Afirmar que a luta se faz diariamente é, portanto, apropriar-se da vida e criar novos rumos para ela.

Pode-se afirmar, ainda, que poder e resistência não são polos antagônicos, poder e liberdade não se excluem, nem se antagonizam, pois as resistências não estão fora das relações de poder, mas incitam seu exercício (HECKERT, 2014). De acordo com Machado (2010, p. XIV)

[o poder] não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda estrutura social.

Importante localizar a resistência dentro das relações de poder. O desafio que se coloca, portanto, é o de potencializar esses processos de resistência, questionando e produzindo desvios nas práticas de controle que assujeitam a vida. As práticas de resistência, então, promovem a re-invenção da vida. Como afirma Heckert (2005, p. 15), resistências são processos anônimos e imprevisíveis capazes de tecer outros modos de existência: “Resistir, como re-existência, criação de modos de agir que afirmam a inesgotável potência de criação que constitui o vivo.”

Resistência entendida menos como oposição a uma determinada situação e mais como criação. Os exercícios de resistência nos afastam das ordens e concepções naturalizadas e sinalizam que as formas são sempre contingenciais e não permanências eternas (HECKERT, 2005). A reinvenção da existência, portanto, é feita principalmente destes sinais que perturbam uma ordem que pretende instituir-se como forma hegemônica na contemporaneidade (HECKERT, 2014).

Para Foucault (2010c, p. 277), os processos de resistência são lutas transversais que têm por objetivo atuar nos efeitos de poder, e cita um exemplo: “[...] a profissão médica não é criticada primariamente por ser um empreendimento lucrativo, porém, porque exerce um poder fora de controle sobre os corpos das pessoas, sua saúde, sua vida e morte.” Foucault (2010c, p. 277) também sinaliza que são lutas “imediatas” sem um alvo pré-delimitado: “Elas não objetivam o ‘inimigo-mor’, mas o inimigo imediato”. As resistências também incidem nos efeitos de poder relacionados ao saber, contra os privilégios do conhecimento.

A partir de todo o exposto, não consigo parar de pensar em uma situação vivida por uma trabalhadora da Assistência Social para analisar as relações de poder e resistência na Assistência Social. Essa situação será citada mais uma vez no texto para discutir questões relativas ao imperativo da higienização das famílias. A trabalhadora afirma que, quando foi realizar uma visita domiciliar, um dos membros da família não a deixou entrar na casa dizendo: “Vocês estão aqui para me ensinar a limpar a casa? Não precisamos disso!”.

Ora, neste caso, podemos considerar que o fato de a família possuir um modo de se relacionar com a casa que escapa aos padrões de higiene e limpeza¹⁵ constitui uma resistência aos modos de vida hegemônicos. E nesse caso, parece-nos que os mecanismos de controle¹⁶ estiveram presentes, impondo regras hegemônicas de higiene e limpeza, provavelmente em uma visita já realizada por alguma profissional anteriormente. No caso citado, também há um questionamento dos saberes das profissionais, supostos especialistas, que tentaram impor novos padrões de limpeza e desqualificar determinado modo de gerir a vida e a casa. Na verdade, há uma rejeição desses saberes e afirmação de um outro modo de vida, no caso, de um outro modo de organizar a casa e viver nela. Como menciona Foucault (2010c, p. 277), as resistências afirmam “o direito de ser diferente”. Há uma recusa a determinados modos de governo, pois, “[...] o principal objetivo dessas lutas é atacar, não tanto ‘tal ou tal’ instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder.” (FOUCAULT, 2010c, p. 278). Nesse caso, ao governo que impõe modos de vida hegemônicos e universais.

Nota-se que essas são relações de poder que se estabelecem cotidianamente. E são essas histórias e acontecimentos corriqueiros que serão ao longo do texto colocados em análise. É na sutileza dos fazeres cotidianos que se praticam as resistências e os controles que produzem modos de ser e viver.

Foucault (2010c) diferenciou três tipos de lutas, a saber: as lutas contra as formas de dominação como as étnicas, religiosas ou sociais; as contra as formas de exploração, como as que separam os sujeitos das riquezas ou insumos que

¹⁵ Essa questão da higienização será melhor desenvolvida no tópico *A preocupação com a higienização dos “vulneráveis” na Política de Assistência Social*.

¹⁶ Exercício de poder que de acordo com Foucault (2010c, p. 289) se trata de uma ação sobre outra ação: “[...] um modo de ação sobre as ações dos outros, no sentido mais extenso da palavra, [...] ‘governo’ dos homens uns pelos outros [...]”.

produzem; e aquelas contra os modos de sujeição e subjetivação. Estas últimas mostram sua potência ao afirmarem “não serei governado deste modo” ou “não serei constituído deste modo”. E nos parece que na Assistência Social essas são as lutas mais frequentes e aparentes, já que se observa um grande investimento de poder sobre os modos de vida das pessoas que buscam os serviços, como será possível notar ao longo do texto.

Desse modo, para entender os mecanismos de controle que se instauram no contemporâneo, será necessário ter um olhar cuidadoso para o que escapa, sem moralizações ou culpabilizações. Mas entendendo que se trata sempre de um jogo de forças, de uma luta constante. O que escapa aos mecanismos de controle pode sinalizar a criação de novos movimentos, que sejam capazes de colocar em questão as produções de subjetividade hegemônicas. Para falar de controle, portanto, é primordial que se entenda o conceito de resistência trazido por Foucault para que não se caia em um fatalismo ou um sentimento de que não há saídas para os mecanismos de controle instituídos. Foucault (2010c, p. 276) sinaliza, portanto, que é por meio das práticas de resistência que será possível

[...] esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos empregados. [...] Por exemplo, para descobrir o que significa, na nossa sociedade, a sanidade, talvez devêssemos investigar o que ocorre no campo da insanidade. E o que compreende por legalidade no campo da ilegalidade.

Seguindo esta linha, mais adiante serão trazidas problematizações a respeito dos processos de controle e regulamentação da vida em curso na Política de Assistência Social, fazendo um exercício de partir dos processos de resistência que os incitam.

2.2 Biopolítica, regulamentação da vida e governamentalidade liberal

Os modos de exercício do poder e de funcionamento do Estado sofreram progressivas mudanças principalmente nos séculos XVIII e XIX. Será dada ênfase aos modos de controle e gestão da vida e, para tal, serão trazidos elementos das obras de Foucault.

Foucault (2010a, p. 152) denomina biopolítica da população um processo que possui como característica principal um poder cuja função mais elevada é a de investir sobre a vida, promover uma gestão calculista da vida. Poder entendido como relação de forças, que só existe em ação e portanto, “[...] não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce.” (FOUCAULT, 2008d, p. 175). A esse respeito, conforme Machado (2010, p. XIV),

Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona.

E ainda, essa força não se exerce sobre um objeto dado, mas possui como objeto outras forças, é uma ação sobre outra ação: sobre ações eventuais ou atuais, futuras ou presentes (FOUCAULT, 2010c). “O exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: ele se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados.” (FOUCAULT, 2010c, p. 292). Ele opera sobre o campo das possibilidades: induz, desvia, amplia ou limita, facilita ou dificulta, torna mais ou menos provável.

Partindo dessa definição de poder, podemos dizer que, a partir do século XVII, efetuou-se o poder sobre a vida, primeiro sob a forma de um adestramento e produção de docilidade dos corpos por procedimentos de poder ligados à disciplina. Posteriormente, no século XVIII, esse exercício deixou de visar principalmente ao sujeito, ao seu corpo, e incluiu também como foco as populações e seus fenômenos específicos como os processos de nascimento, mortalidade, nível de saúde, longevidade, esperança de vida, forma de alimentação, dentre outros (FOUCAULT, 2010b). A estratégia utilizada, então, era a de “[...] atuar sobre coisas aparentemente distantes da população, mas que se sabe por cálculo, análise e reflexão, que podem efetivamente atuar sobre a população.” (FOUCAULT, 2008a, p. 94).

Em épocas anteriores, o poder incidia sobre a vida como um direito de apoderar-se dela, e até de suprimi-la, através do poder soberano. Houve uma significativa mudança no velho direito de causar a morte ou deixar viver que foi substituído por um poder de causar a vida ou deixar morrer (FOUCAULT, 2010a). Foucault (2005a) aponta, no entanto, que a lógica do biopoder pode coexistir com o poder soberano por meio do racismo, que asseguraria a função assassina do Estado. E, neste caso,

não se trata apenas do assassinato em si de um determinado grupo dentro da população, mas também “[...] o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 2005a, p. 306).

Foucault (2005a) afirma que surge um poder que ele chamou de regulamentação, o qual opera na lógica do *fazer viver e do deixar morrer*. Nessa nova lógica, não se trata de considerar apenas o indivíduo no nível do detalhe como atua o poder disciplinar, mas ao contrário, mediante mecanismos globais para que se obtenham estados globais de regularidade. Ou seja, leva-se em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie (uma “biopolítica” da espécie humana), de modo a assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma *regulamentação* (FOUCAULT, 2005a). Porém, pode-se dizer que, na maioria dos casos, “[...] os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população são articulados um com o outro.” (FOUCAULT, 2005a, p. 299). Em resumo, não houve uma substituição de uma tecnologia de poder pela outra, mas sim, uma articulação, uma complementando a outra por meio da norma, que pode ser aplicada tanto ao corpo, quanto à população.

A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra. (FOUCAULT, 2005a, p. 302).

A visão e o interesse pela população também não eram os mesmos. Em períodos anteriores ao século XVIII, preocupava-se com a população apenas em casos de grandes catástrofes em que a população decaía bastante, para então se pensar em estratégias de como repovoá-la. Outro modo de interesse pela população se dava no sentido de que, quanto maior a população, maior era o poder do soberano (FOUCAULT, 2008i). “Em suma, a passagem de uma arte de governar a uma ciência política, a passagem de um regime dominado pelas estruturas de soberania a um regime dominado pelas técnicas do governo se faz no século XVIII em torno da população [...]” (FOUCAULT, 2008i, p. 141).

Foucault (2010e) avalia que antes do século XIX o Estado estabelecia com a população o que ele chamou de “pacto territorial”. Nesta relação o Estado era o responsável por fornecer território e garantia de paz nas suas fronteiras. Atualmente, avalia Foucault, o Estado estabelece com a população uma relação diferente na qual ele nomeou de “pacto de segurança”.

Hoje, o problema das fronteiras não acontece mais. O que o Estado propõe como pacto com a população é: “Vocês estarão seguros.” Garantimos contra tudo o que pode ser incerteza, acidente, prejuízo, risco. Vocês estão doentes? Terão a seguridade social! Não têm trabalho? Terão um seguro-desemprego! Há delinquentes? Vamos assegurar-lhes a sua correção, uma boa vigilância policial! (FOUCAULT, 2010e, p. 172).

Porém, essas mudanças não ocorreram com o objetivo de prevenir mortes ou estabelecer entre a população uma relação mais “humanitária”.

[...] jamais as guerras foram tão sangrentas como a partir do século XIX e nunca [...] até então, [se haviam] praticado tais holocaustos em suas próprias populações [...] As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. (FOUCAULT, 2010a, p. 149).

Foucault avalia que tais mudanças se deram com o objetivo de se governar, mas, por outro lado, havia a preocupação de não governar demais. Ou seja, instrumentos coercitivos e proibitivos serão poupados em prol de um investimento e controle maior sobre os fenômenos que compõem a vida da população.

Diversas técnicas serão desenvolvidas para se obter a sujeição dos corpos e o controle das populações. A era da disciplina, no entanto, não foi substituída por uma era da segurança, mas ambas, disciplina e segurança, operam no investimento da vida e pela normalização da sociedade. Foucault (2010a) avalia que aí se inicia a era de um “biopoder”. O poder assume a função de gerir a vida (FOUCAULT, 2010a).

Nesse contexto, uma estratégia de poder e controle são as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, que fazem parte dos mecanismos de segurança da população. Desse modo, algumas reflexões sobre o que chamamos de Estado se mostram relevantes. Para Foucault (2008c), o Estado é efeito de um regime de governamentalidades múltiplas, não se constituindo como universal, muito menos como uma fonte autônoma de poder. E essas práticas são consideradas múltiplas “[...] já que muita gente governa: o pai de família, o superior de um convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. [...] todos esses

governos são interiores à própria sociedade ou ao Estado.” (FOUCAULT, 2008i, p. 124). Foucault renuncia a produzir uma teoria do Estado justamente negando o fato de este possuir uma essência em si mesma ou por si mesma. E propõe “[...] interrogar o problema do Estado a partir das práticas de governamentalidade.” (FOUCAULT, 2008c, p. 106).

Afirma ainda que não é o Estado que dita o tipo de liberdade que será dada à economia, mas que é a economia que dita como a liberdade vai desenvolver uma função de estatização, ou seja, como isso permitirá a legitimação de um Estado (FOUCAULT, 2008e). “Não é o Estado que se autolimita pelo liberalismo, é a exigência de um liberalismo que se torna fundador do Estado.” (FOUCAULT, 2008e, p. 300). Desde modo, aponta, mais uma vez, que o Estado não existe em si, mas sim é efeito de uma série de práticas de governamentalidade, neste caso, da governamentalidade liberal.

As políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, neste sentido, se inserem na mesma lógica. De acordo com Foucault (2008f, p. 195), as políticas sociais em uma economia de bem-estar “[...] para se integrar realmente a uma política econômica e não ser destrutiva em relação a essa política econômica, não pode lhe servir de contrapeso e não deve ser definida como o que compensará os efeitos dos processos econômicos.”

Nos escritos de Sposati (1988) também é possível notar essa concepção. Para ela, a Assistência Social não tem o objetivo de reduzir a pobreza nem de acabar com as desigualdades, visto ser uma política que gesta uma consequência da sociedade capitalista: a pobreza e a desigualdade social. Segundo a autora, nenhuma política de estado tem o objetivo de acabar com a pobreza (SPOSATI, 1988).

Para Foucault (2008f), só existe uma política social verdadeira e fundamental, a saber, o crescimento econômico. Nesse sentido, a política social compõe o que ele chamou de economia social de mercado que opera sob a seguinte lógica:

A forma fundamental da política social não deve ser algo que vai contrabalançar a política econômica e compensá-la; a política social não deveria ser tanto mais generosa quanto maior o crescimento econômico. O crescimento econômico é que, por si só, deveria permitir que todos os indivíduos alcançassem um nível de renda que lhes possibilitasse os seguros individuais, o acesso à propriedade privada, a capitalização individual ou familiar, com as quais poderiam absorver os riscos. (FOUCAULT, 2008f, p. 198).

Em linhas gerais, é preciso que haja pessoas que trabalhem e outras que não trabalhem, ou que haja salários altos e salários baixos, é preciso que os preços também subam e desçam, para que as regulações se façam. Por conseguinte, uma política social que tivesse por objeto principal a igualização, ainda que relativa, que adotasse como tema central a repartição, ainda que relativa, essa política social seria necessariamente antieconômica. Uma política social não pode adotar a igualdade como objetivo. (FOUCAULT, 2008f, p. 195 e 196).

Nesse contexto, nota-se que uma instituição em especial apresentou papel privilegiado para a execução desses mecanismos de controle da população e reprodução da lógica liberal. Esta instituição¹⁷, a saber, a família, em diferentes momentos se apresentou como instrumento de governo da população e gestão da vida.

Para construir análises a esse respeito, inclusive para nos auxiliar com a desnaturalização da noção de família e problematizar sua instrumentalização para o governo do conjunto da população, serão trazidas as contribuições principalmente dos autores Foucault, Donzelot e Rago.

2.3 A família como instrumento de governo

Foucault aponta que já no século XVI o governo da família passou a ser introduzido na gestão do Estado. De acordo com Ariés (1981), a família se tornou célula social e a base dos Estados. Nessa época a arte de governo passava por responder essencialmente à questão de como

[...] administrar corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas, como fazê-los no seio da família que sabe dirigir sua mulher, seus filhos, sua criadagem, que sabe fazer prosperar a fortuna da sua família, que sabe arranjar para ela as alianças que convêm. (FOUCAULT, 2008i, p. 126).

No século XVIII, o governo envolvendo a família é desenvolvido mais ativamente. A família vai aparecer como elemento no interior da população e como apoio fundamental para governá-la. A família passa a ser um segmento privilegiado dentro

¹⁷ Instituição é entendida aqui como práticas sociais produzidas historicamente. De acordo com Lourau (2004, p. 71), “[...] uma instituição é formada pela articulação entre a ação histórica de indivíduos, grupos, coletividades, por um lado, e as normas sociais já existentes, por outro”. Ainda segundo Lourau (2004, p. 73), “[...] se o homem sofre as instituições, também as cria e as mantém por meio de um consenso que não é somente passividade diante do instituído, mas igualmente atividade instituinte, a qual, além disso, pode servir para pôr em questão as instituições”.

da população, pois “[...] quando se quiser obter alguma coisa da população quanto ao comportamento sexual, quanto à demografia, ao número de filhos, quanto ao consumo, é pela família que se terá efetivamente de passar.” (FOUCAULT, 2008a, p. 139). A família passa a ser instrumento do governo das populações, não mais um modelo (FOUCAULT, 2008i).

O governo *através* da família foi o que possibilitou o desbloqueio da arte de governar. A arte de governar estava bloqueada quando a família era considerada um modelo, já que essa arte não podia encontrar sua dimensão própria estando o poder soberano e o Estado de um lado e a gente de família e o chefe de família do outro (FOUCAULT, 2008i). A arte de governar vai consistir em táticas e técnicas absolutamente novas, em que a população vai aparecer “[...] como consciente, diante do governo, do que ela quer, e também inconsciente do que a fazem fazer.” (FOUCAULT, 2008i, p. 140).

Donzelot (1986, p. 56), ao realizar uma análise genealógica do lugar da família nos jogos de poder no contexto de ascensão do Estado Liberal, já no século XIX, afirma que, do surgimento deste, não existiam mais razões para os indivíduos ou famílias recusarem os conselhos do Estado, já que não eram mais ordens, como costumava ocorrer antes do Estado Liberal. Donzelot aponta diferenças nos métodos empregados antes e depois do advento do Estado Liberal. Afirma que houve uma passagem “[...] de um governo *das* famílias para um governo *através* da família” (DONZELOT, 1986, p. 86, grifos do autor). O governo *das* famílias operava sob a seguinte lógica:

Afim de assegurar a ordem pública, o Estado [antes do advento do Estado Liberal] se apóia diretamente na família, jogando com seu medo de descrédito público e com suas ambições privadas. O estado diz às famílias: mantende vossa gente nas regras da obediência às nossas exigências, com o que podereis fazer deles o uso que vos convier e, se eles transgredirem vossas injunções, nós vos forneceremos o apoio necessário para chamá-los à ordem. (DONZELOT, 1986, p. 51).

Porém, esse modelo de governo *das* famílias entra em crise no decorrer do século XVIII. Criou-se um movimento que intimou o Estado a satisfazer as necessidades da população e romper simbolicamente com o arbítrio familiar (DONZELOT, 1986). A família foi colocada, então, “[...] no lugar de afastar os perigos que plainavam sobre uma definição liberal de Estado, sendo a família o princípio reorganizador da sociedade.” (DONZELOT, 1986, p. 52). Ou seja, focalizou-se na família e em suas

transformações como forma positiva de resolver os problemas colocados na definição de um Estado Liberal. Passou-se a governar *através* das famílias:

A família não serve mais para identificar um interlocutor de pleno direito dos poderes estabelecidos, poderes da mesma natureza que ela. Transforma-se em relê, em suporte obrigatório ou involuntário dos imperativos sociais, segundo um processo que não consistiu em abolir o registro familiar, mas em exacerbar seu caráter, em tirar o máximo de suas vantagens e inconvenientes aos olhos de seus próprios membros, a fim de unir [...] as exigências normativas e os comportamentos econômico-morais. (DONZELOT, 1986, p. 86 e 87).

A família moderna se torna um *mecanismo* dentro da sociedade (DONZELOT, 1986). Porém, mesmo nessa lógica a família pode ser alvo de intervenção direta, nos casos em que a ausência de autonomia de recursos justifique uma tutela financeira destinada a fazer valer as normas educativas e sanitárias, ou ainda quando o não cumprimento dessas normas afetar os interesses de seus membros considerados mais frágeis: a mulher e a criança. (DONZELOT, 1986).

Ainda sob o prisma de Donzelot (1986, p. 98), “o patriarcalismo familiar só é destruído em proveito de um patriarcado do Estado”. Nesses casos, a intervenção estatal é de cunho corretivo e salvador. Por outro lado, a família poderá garantir sua autonomia fazendo uso de sua capacidade econômica, resolvendo na esfera privada eventuais problemas na condução de seus membros no plano da moralidade: “[...] será, por exemplo, para uma família rica, a faculdade de gerir, através de uma psicoterapia, o problema de um menor que, numa família popular, seria ocasião de uma pressão social reforçada sobre ela.” (DONZELOT, 1986, p. 87).

A família também foi utilizada como solução para a questão da regulamentação da ajuda aos pobres pelo Estado, que será melhor desenvolvida no tópico *Assistência Social entre a caridade e o direito*. Donzelot (1986, p. 60 e 61) aponta que na Europa do século XIX os governos se sentiram pressionados a escolherem “[...] entre uma institucionalização da caridade que consagre a ajuda como um direito e uma repressão violenta dos pobres quando sua miséria os conduz à insurreição”. Desse modo, perante a institucionalização da ajuda, as classes abastadas utilizaram-se de estratégias para minar o risco de insurreição dos mais pobres e garantir a integração social. Elas promoveram o hábito da poupança e um modelo de família “[...] contra as tentações socialistas e estatizantes, apoiando-se nela contra as antigas formas de solidariedade e dependência e jogando a família contra estas últimas, como possibilidade de autonomia.” (DONZELOT, 1986, p. 63 e 64).

A família passa a ser um meio ideal para o desenvolvimento das ideias e modos de vida liberais burgueses, tendo sido várias as estratégias para que o modelo burguês de família fosse imposto também ao operariado como forma de domesticá-lo (RAGO, 1985).

[...] a redefinição das relações familiares, através da promoção de um novo modelo de mulher, voltada para o lar, e de uma nova percepção cultural da criança, procura difundir entre a classe operária os valores burgueses da honestidade, da laboriosidade, da vida regrada e dessexuada, do gosto pela privacidade, eliminando as práticas populares consideradas ameaçadoras para a estabilidade da ordem social. (RAGO, 1985, p. 26 e 27).

Como é possível notar, são alvos dessas estratégias de controle principalmente a mulher e a criança. A partir do século XIX, ambos foram alvos privilegiados da atenção dos especialistas que se debruçavam diante do ainda desconhecido universo infantil e do território inexplorado da sexualidade feminina (RAGO, 1985).

À mulher foi designado o triste destino de “vigilante do lar” e de “mãe de família”. Todos os comportamentos que se produziram fora destes parâmetros recobriram-se do estigma da culpabilidade e da imoralidade. [...] Peça fundamental na empresa da moralização do trabalhador, o modelo rígido e ascético da esposa-mãe-dona-de-casa deveria atuar no sentido de introduzir o sentimento de intimidade do lar, recolhendo todos os seus membros, nos momentos de não-trabalho, para a privacidade da estreita vida doméstica. (RAGO, 1985, p. 205 e 206).

Donzelot (1986, p. 42) afirma que no século XIX existiu uma estratégia de familiarização das camadas populares, e a mulher se constituiu como seu principal suporte, com um certo número de aliados como a:

[...] instrução primária, ensino da higiene doméstica, instituição de jardins operários, repouso do domingo (repouso familiar em oposição ao da segunda-feira, tradicionalmente ocupado em bebedeiras). Mas o principal instrumento que ela recebe é a habitação “social”. Praticamente tira-se a mulher do convento para que ela tire o homem do cabaré; para isso se lhe fornece uma arma, a habitação e seu modo de usar: afastar os estranhos e mandar entrar o marido e, sobretudo, os filhos.

Já a criança foi designada para a classe escolar, apesar de participar ativamente do trabalho nas fábricas, atuou como brecha de entrada do poder médico, assistencial e psiquiátrico no interior da família (RAGO, 1985). Ariés salienta que a mudança na relação com a infância já nos séculos XVI e XVII foi um dos fatores que permitiu grandes transformações no modelo de família burguesa emergente. A criança se tornou “[...] elemento indispensável da vida cotidiana, e os adultos passaram a se preocupar com sua educação, carreira e futuro.” (ARIÉS, 1981, p. 270). De acordo com Donzelot (1986, p. 10), a criança burguesa se apresenta sob uma liberdade protegida enquanto a criança proletária sob uma liberdade vigiada:

A mansão começa na saída da escola. Existem os que voltam sozinhos e os que são esperados. Os primeiros têm a rua, os terrenos baldios, as vitrinas e os porões. Os segundos têm jardins, esportes, lanches e pais educativos. Não se trata mais, neste caso, do encarceramento, mas da preservação; nem de abafamento mas, sim, de liberação num espaço protegido.

Em torno da criança burguesa se forma um cordão sanitário que vai delimitar seu campo de crescimento, e uma série de medidas de organização do lar e moralização serão justificadas em razão de seu melhor desenvolvimento, que deve ser monitorado por uma discreta vigilância (DONZELOT, 1986). Já para as crianças operárias, o que se coloca como questão é o seu excesso de liberdade, o abandono nas ruas e, portanto, as estratégias empregadas serão no sentido de limitar sua liberdade, dirigindo-as para espaços de maior vigilância, como a escola ou a habitação familiar (DONZELOT, 1986).

Essas medidas tinham o objetivo de moralizar a classe trabalhadora, que era associada à imundice, à doença e à degeneração moral, aos olhos das classes dominantes do início do século XX (RAGO, 1985). Produzia-se nos pobres o sentimento de inadequação e de ambição por alcançar o modelo burguês de família moralizado e normatizado (REIS, 2009).

Pena (1981) avalia que, durante o processo de industrialização no Brasil, um modelo específico de organização familiar foi incentivado entre o operariado, com objetivo de racionalizar o trabalho nas indústrias. Pena (1981, p. 127) aponta o caso de uma empresa em Sorocaba, São Paulo, que impedia as uniões livres e obrigava trabalhadores a casarem-se sob pena de serem demitidos:

O interesse da burguesia em estimular o casamento e a organização familiar do operário/a é significativo nesse contexto – um contexto em que a oferta de mão-de-obra era limitada e que, por todos os modos, era necessário evitar *turn-over* no trabalho. Dessa maneira, a sexualidade consistia num dos principais, senão o mais importante dos elementos a serem submetidos no controle da vida cotidiana dos/as trabalhadores/as.

A família monogâmica se constituiu como uma estratégia para que a força de trabalho fosse repostada, caracterizando-se como a organização de excelência para domar os instintos sexuais que pudessem atrapalhar essa reposição: “[...] a monogamia transformava-se na organização racionalizada na família, o homem, o gorila amestrado de que falava Taylor, a mulher, sua parceira domesticada.” (PENA, 1981, p. 128). Junto à monogamia, a indissolubilidade da família, ou seja, a impossibilidade do divórcio, se constituíram por muito tempo como a forma familiar

mais adequada para a sociedade capitalista, dada a existência da propriedade privada e da herança:

[...] a monogamia era condição de sucesso de um sistema baseado na propriedade privada desde que, aprisionando as mulheres em casa, os homens asseguravam o nascimento de herdeiros legítimos; mas, ao mesmo tempo, não era praticada pelos elementos masculinos, que não gerando, não tinham inconvenientes em manter relações sexuais fora dos limites domésticos. Por sua vez, as mulheres se vingavam de sua escravidão traindo seus maridos às escondidas. (PENA, 1981, p. 213).

De acordo com Slenes e Farias (1998) um modelo de família também foi encorajado entre os negros escravizados em algumas cidades do Brasil, com registros que datam do século XIX, com o objetivo de torná-los dependentes de suas próprias relações de solidariedade e projetos domésticos, desestimulando as fugas e facilitando o processo de escravização. Apontam que “era só criando escravos com compromissos entre si que os senhores podiam garantir a ‘paz’ nas senzalas. [...] A família certamente tornava o escravo um refém de seu senhor e também de seus próprios projetos de vida.” (SLENES; FARIAS, 1998, p. 3). Além disso, após a abolição do tráfico negreiro e a conseqüente elevação do preço dos escravos, se tornou rentável incentivar os negros a procriarem. Conforme afirmam Slenes e Farias (1998, p. 2) “[...] os senhores encaravam o casamento formal escravo não apenas como uma instituição que contribuía para a reprodução, mas também como um elemento simbólico essencial para seu domínio.”

A esse respeito, Costa (2004) sinaliza que, no século XX, no início dos anos 60, no Brasil, dentro do contexto de luta pelas Reformas de Base e risco de “ruptura social”, forças conservadoras mobilizaram o sentimento de família contra mudanças, como a reforma agrária, que beneficiariam os segmentos mais oprimidos da população: “Campanhas do tipo ‘Marcha da Família com Deus pela liberdade’ se constituíram num exemplo claro desta forma de orientação.” (COSTA, 2004, p. 22).

Coimbra (1995) também aponta que o familiarismo foi utilizado como estratégia de controle também nos anos 60 e 70 do século XX, durante o período da ditadura militar brasileira.

[...] o dispositivo produzido no sentido de enfraquecer todo e qualquer movimento de resistência que possa forjar processos de singularização é a produção de uma outra subjetividade: a “crise” da família, a sua “desestruturação”. Se seus filhos, fundamentalmente os de classe média e média alta, estão se tornando “subversivos” ou “hippies” algo está errado. Há, neste momento, grande preocupação com a família: fala-se da sua importância como mantenedora de uma sociedade saudável, em que o

controle e a disciplina estão presentes e ela, a família, deve cooperar nisto. (COIMBRA, 1995, p. 31).

As famílias passaram a ser responsabilizadas pelo estado de terror vigente e, aceitando tal discurso, passam a se culpabilizar e a culpabilizar seus filhos (COIMBRA, 1995). Neste momento, o modelo de família que impera é o daquela que “[...] compra, investe, viaja, ascende socialmente” (COIMBRA, 1995, p. 32), modelo este que fortalece o "milagre econômico brasileiro".

Há um fechamento da família sobre si mesma e sobre as responsabilidades individuais de cada um no seio da família, promovendo grande esvaziamento da vida social pública: “o privado, o familiar, torna-se o refúgio contra os terrores da sociedade, nega-se o que acontece fora e volta-se para o que acontece dentro de si, de sua família.” (COIMBRA, 1995, p. 32).

Silva (2005) também traz contribuições sobre esse processo de interiorização da família. Afirma que, com o advento da Revolução Industrial, a família deixou de ser o principal meio de reprodução da atividade econômica, perdendo, conseqüentemente, as funções que desempenhava na própria regulação do meio social. Silva (2005) expõe que na família tradicional a educação e o ofício encontravam-se mesclados e eram regulados no próprio interior da família e que, na família moderna, por sua vez, estas funções tornaram-se alheias a ela e passaram, então, a ser reguladas pela escola e pelo mercado respectivamente. Neste contexto, a família será reterritorializada de outro modo: “[...] ela passa a ser reterritorializada sobre as posições ocupadas por seus membros.” (SILVA, 2005, p. 67). Ainda sob a ótica de Silva (2005, p. 69),

Ao servir de depositária das frustrações dos indivíduos, dos seus sonhos e ambições, a família facilitaria os modos de regulação social. A força da psicanálise estaria justamente em mostrar como a família pode ser responsável pela má socialização do indivíduo.

As angústias do movimento de decodificação do capital serão transferidas para o interior da família que passa a ser considerada a célula da sociedade, a base de toda organização social, e isso acontece no momento em que ela deixa de possuir uma função de agente de produção econômica e social (SILVA, 2005). Ou seja, “[...] existe toda uma conjuntura histórica que reforça o projeto intimista e individualizante da família [...]” (SILVA, 2005, p. 83). Podemos afirmar que a criação desse modelo

intimista da família faz parte do processo de subjetivação¹⁸ capitalístico que contribui, assim, para a fabricação de modos de existência, ou seja, para uma individualização do social (SILVA, 2005, p. 106).

Nota-se que não foi apenas nos períodos históricos citados que a família foi utilizada como estratégia de governo, a família ainda hoje continua sendo campo privilegiado de intervenção do Estado. Scheinvar (2006, p. 50) avalia que “a família passou a constituir um espaço privado, cuja atribuição maior é a responsabilidade por seus membros.” Aponta que o controle institucionalizou-se por intermédio de equipamentos sociais, que passam a diagnosticar a incapacidade de uma família ser uma família, no sentido da correção ou eliminação dos “irregulares” e

isto ocorre seja retirando os filhos fisicamente ou desqualificando seus saberes e suas ações tanto com classificações estreitas como a de “família desestruturada”, como com intervenções discriminatórias, que submetem indivíduos/famílias a serviços públicos inadequados, de qualidade duvidosa, que não interferem, efetivamente, na condição de vida que os levou a serem alvo de intervenção. (SCHEINVAR, 2006, p. 50).

Ainda nas ponderações de Scheinvar (2006), a família tem sido um dispositivo político que favorece a privatização do social, sendo culpabilizada e responsabilizada legalmente por qualquer movimento considerado como fora dos padrões de normalidade instituídos.

[...] a falta de condições objetivas para manter padrões sociais aceitáveis, perante o ascendente índice de desemprego e o esvaziamento da máquina pública, expressa-se na busca individualizada – e até desesperada – de estratégias de sobrevivência, colocando a família na mira, como se ela devesse, ou melhor, pudesse dar respostas a uma crise global. (SCHEINVAR, 2006, p. 51).

Ou seja, a família tem tido a função de cuidar da “normalidade” de seus membros, de oferecer “bons sujeitos” produzidos por uma subjetividade padrão para um bom funcionamento do mercado.

Nota-se que as políticas sociais têm apresentado singular interesse em operar em torno da família e dos eventos então atribuídos a ela. A esse respeito, observa-se que esse modo de se organizar se constituiu a partir da interferência das normas de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) (COSTA, 2004). Cita-se a proclamação pelas Nações Unidas do ano de 1994 como

¹⁸ Subjetivação é compreendida aqui, à luz da obra de Deleuze (2007, p. 217), como processos em que “[...] os indivíduos ou as coletividades se constituem como sujeitos: tais processos só valem na medida em que, quando acontecem, escapam tanto aos saberes constituídos como aos poderes dominantes. Mesmo se na sequência eles engendram novos poderes ou tornam a integrar novos saberes.”

o Ano Internacional da Família (COSTA, 2004), que também instituiu o dia 15 de maio o Dia Internacional da Família, declarando a família como "a pequena democracia no coração da sociedade". Em comemoração a este ato, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) lançou publicação intitulada *Família Brasileira: a base de tudo*, em que é possível notar uma concepção de família como um canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais dos indivíduos, e conseqüentemente, o bem-estar das crianças e dos adolescentes passa a se relacionar à possibilidade de se manter um vínculo familiar estável (CARVALHO, 2004).

Também é possível notar que esta concepção naturalizada de que a família é a base da sociedade também se expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que em seu artigo 16 afirma que "A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado." (BRASIL, 1998, p. 3).

No âmbito das Políticas de Saúde, a valorização da família na agenda das políticas sociais brasileiras culminou no surgimento do Programa de Saúde da Família (PSF), que mais tarde se ampliou, tornando-se Estratégia de Saúde da Família¹⁹ (ESF) compondo o Sistema Único de Saúde (SUS). Essa nova estratégia permitiu maior acesso da população aos serviços de saúde, bem como a reestruturação do cuidado em saúde, que deixa de ter foco na medicina curativa e passa a atuar preventivamente no território, por meio de visitas domiciliares, dentre outras estratégias comunitárias.

Essa reestruturação, apesar de possibilitar práticas inventivas em conjunto com a população, não garante que o cuidado se dê de modo a colocar em questão as relações de poder ali existentes. De acordo com Vasconcelos (1999, p. 11),

As atenções hoje prestadas à família [...] são ainda conservadoras e pouco eficientes porque estão presas a uma cultura tutelar de relação com as classes populares. Cuida-se, tomando conta e criando estratégias que cerquem os possíveis desvios do caminho considerado correto, não

¹⁹ As ações da ESF são regulamentadas pela portaria 2.488/GM, de 21 de outubro de 2011, a qual prevê que "A estratégia de Saúde da Família visa à reorganização da Atenção Básica no País, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde, e é tida [...] como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da Atenção Básica por favorecer uma re-orientação do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade." (BRASIL, 2011c).

aceitando, assim, a autonomia da família por não confiar em sua capacidade.

Como é possível notar, o enfoque na família pela política de saúde também permite um controle mais intenso desse grupo, no que diz respeito a suas rotinas, hábitos e escolhas. Importante apontar que, se servirá para controle ou para multiplicar possíveis, dependerá das práticas em curso pelos profissionais e das possibilidades de promover conexões e problematizações.

Na Assistência Social, o governo através da família é ainda mais evidente, principalmente quando se analisa a chamada *matricialidade sociofamiliar*, que se refere “[...] à centralidade da família como núcleo fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de Assistência Social.” (MDS, 2009, p. 12). Essa centralidade da família aparece como a principal vertente da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), que traz como proposta a proteção integral dos indivíduos levando em consideração seu espaço sociofamiliar. Nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que compõem a Proteção Básica dessa política, a proposta da centralidade na família se materializa pelo seu principal serviço ofertado: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Foi no Plano Nacional de Assistência Social, criado a partir das deliberações da IV Conferência da Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, que se apontou para a criação de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil. Neste Plano já se observa o direcionamento para a consolidação do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), indicando que este surtiu efeitos positivos quando implementado experimentalmente, além da estruturação dos serviços da Assistência Social entre Proteção Social Básica²⁰ e Especial²¹ (BRASIL, 2004a). Foi, então, em

²⁰ Os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS. A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004).

²¹ A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Divide-se em Proteção Social Especial de Média Complexidade e de Alta Complexidade. São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Os serviços

2005 que se aprovou a criação do SUAS, uma política de caráter descentralizado e participativo, a exemplo do SUS.

Atualmente, as regulamentações federais preveem que nos CRAS, base territorial organizadora dos serviços socioassistenciais da proteção social básica, devem ser realizadas ações que possuem objetivo de proteção social, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e prevenção de seu rompimento, bem como promoção do acesso aos benefícios socioassistenciais.

O CRAS também tem por função ofertar, de forma exclusiva e obrigatória, o Programa de Atenção Integral à Família, independente de sua fonte financiadora (MDS, 2009). Como prevê o *Guia de Orientações Técnicas para os CRAS* (MDS, 2009, p. 31),

O PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica, ao qual todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS.

São objetivos dos CRAS de acordo com a *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*:

1- Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; 2 - Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; 3- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; 4 - Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social; 5 - Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos; 6- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. (BRASIL, 2009, p. 7).

As orientações federais afirmam que a ferramenta utilizada pelas profissionais para se atingirem os objetivos propostos no âmbito dos CRAS é o *acompanhamento familiar*. De acordo com o novo guia de *Orientações Técnicas Sobre PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF*, o acompanhamento familiar

de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (BRASIL, 2004).

[...] consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar – com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódicas, a inserção em ações do PAIF, buscando a superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas. (MDS, 2012, p. 50)

Neste guia publicado no ano de 2012, nota-se a ampliação do PAIF, que passa a ser um serviço a ser ofertado no CRAS e não mais um programa. Vale destacar que o acompanhamento familiar será voltado para as famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, de acordo com as normativas.

Observa-se que essa centralidade na família tem efeitos ligados à individualização das sequelas das questões sociais na medida em que responsabiliza a família pela proteção social de seus membros, instituindo-a como a responsável pela resolução dessas sequelas e culpabilizando-a quando fracassa (MELO, 2012). Esse movimento justifica uma série de intervenções de cunho moralizante para que sejam atingidos esses objetivos. De acordo com Melo (2012, p. 115),

[a] política de assistência social, [...] através da focalização sócio familiar, expressa o neoconservadorismo nas suas ações e na responsabilização, leia-se, na culpabilização/criminalização da família e de seus membros, desonerando a sociedade capitalista das consequências das sequelas da “questão social”.

Ainda de acordo com a autora, o SUAS se operacionaliza no sentido de tratar a proteção social não como direito, mas como ações pontuais e focalizadas que transformam “problemas sociais” em “fracassos individuais” ou “problemas de família”.

Os Conselhos Federais de Psicologia e Serviço Social (CFP e CRESS, respectivamente) também sinalizam em uma de suas publicações os perigos referentes à centralidade da família nos serviços da Assistência Social. Afirmando que

A questão da *centralidade da família* merece bastante atenção – pois pode representar substituição da ação pública pela priorização do espaço familiar. A comunidade expressa-se como espaço de construção de cidadania. Focar as relações entre indivíduos, e entre estes e a sociedade, em uma busca de valorização das relações comunitárias que visem o bem comum é um desafio importante. As ações com famílias visam a intervir em seu sofrimento produzindo uma intervenção complexa que integre a dimensão individual e social, a partir da análise da forma como se dão as relações entre indivíduos e/ou entre indivíduos e instituições, da co-construção de conhecimento sobre a realidade e possibilidades de mudança. (CFP; CFESS, 2007, p. 36, grifo nosso).

Ainda avaliando a centralidade da família nos serviços da Assistência Social, nota-se que a mulher tem sido um importante instrumento dessa lógica. A seguir, será avaliado como a produção de determinadas funções da mulher em um modelo restrito de família tem sido instrumentalizada para que se atinjam objetivos ligados à governamentalidade.

2.4 A produção e instrumentalização de um modo de ser mulher na família

Nos CRAS, existe a orientação de que os prontuários devem ser familiares, não individuais como em alguns serviços de saúde. Os prontuários são geralmente localizados com o nome de mulheres que comparecem à esmagadora maioria dos atendimentos neste serviço. Essa figura é chamada de Responsável Familiar (RF). Tal fato também foi enunciado nas conversas, em que todas as usuárias participantes da pesquisa são mulheres e responsáveis familiares perante o CRAS. Importante também salientar que a grande maioria das trabalhadoras que participaram da pesquisa também as são. Processo curioso que parece estar naturalizado na dinâmica dos serviços da Assistência Social e que necessita de análises e desnaturalização.

A esse respeito, um ponto a se destacar é a recente legislação federal (BRASIL, 2014b) que altera a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (BRASIL, 2011b) e determina que os benefícios monetários²² do governo, dentre eles o Bolsa Família, sejam pagos prioritariamente à mulher.

Vários autores (RÊGO; PINZANI, 2013; SUARÉZ; LIBARDONI, 2007) apontam conquistas nesta medida, principalmente no que se refere à alteração, mesmo que sutil, das relações entre homens e mulheres na família, independência e autonomia

²² A lei se refere aos benefícios previstos na LOAS nos artigos 22, 24-C e 25, que tratam respectivamente dos benefícios eventuais em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária ou calamidade pública; ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); e os projetos de enfrentamento à pobreza, em que o Bolsa Família se enquadra. A lei também trata do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (BRASIL, 2014a). Importante destacar que a lei que institui o Programa Bolsa Família (BRASIL, 2004b) também prevê a orientação de que este benefício deve ser pago preferencialmente às mulheres.

financeira das mulheres na utilização dos recursos provenientes dos benefícios²³. Há que se considerar essas mudanças como importante conquista da mulher, que deste modo possui novas ferramentas para sua autonomia tanto na esfera pública, quanto no âmbito familiar. Essas conquistas são apontadas principalmente em referência a um contexto histórico em que à mulher era destinado lugar de submissão e subjugação à figura masculina, além de ter tido seu reconhecimento à cidadania de forma mais lenta.

Importante frisar, no bojo do que afirma Rolnik (1995), que o conceito de cidadania traz algumas armadilhas. Inegável que a reivindicação de direitos de cidadania continua a ser fundamental principalmente quando se considera o grande número de pessoas alijadas desses direitos a ponto de colocar em risco suas próprias vidas. Rolnik (1995) aponta que, no entanto, o conceito de cidadania não deve estar ligado a uma atitude progressista, ou seja, politicamente correta, que apenas tolera o outro. Mas sim, traz contribuições ao pensar o conceito de alteridade, como um modo de diferenciação que, engendrada no encontro com o outro, torna-se um veículo de corporificação dessa diferença, um modo de criar novos modos de existência, novos tipos de sociedade (ROLNIK, 1995).

Pena (1981, p. 14 e 15) considera que não foi apenas o direito à cidadania que se reconheceu tardiamente à mulher na sociedade burguesa cristã:

Até recentemente na história, ela [a mulher] não tinha direito a uma alma; só a ganhou por uma pequena maioria de três votos, no Concílio de Maicon. Afinal, diziam as Escrituras, ela era a responsável pelo pecado original de Adão. [...] Salvá-la de sua perdição, purificá-la de sua sexualidade, fonte do pecado original, foi a missão colonizadora do homem. E, salva ela estava, desde que, serva da família ela se identificasse ao seu útero, cumprindo os desígnios de Deus: crescer e multiplicar-se.

Mott (1991, p. 18) aponta que no século XIX no Brasil,

Até mesmo a mulher branca rica tinha limitadas oportunidades educacionais, vivia sob a autoridade do pai, do marido e dos irmãos, sofrendo arbitrariedades e violências cotidianas. O dote era um contrato de compra e venda, em que a mulher, sem chance de escolher seu par, era entregue ao marido.

Ainda em um passado recente no Brasil eram escassos os direitos das mulheres em relação aos homens. Importante salientar que antes da *Constituição Federal de 1988* (BRASIL, 1988), que prevê em seu artigo 226º que “os direitos e deveres

²³ A esse respeito, indicamos o documentário intitulado *Severinas*, de Eliza Capai, filmado no sertão do Piauí e que teve como inspiração o livro *Vozes do Bolsa Família*, das autoras Rego e Pinzani.

referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”, esta não gozava de direitos paritários aos dos homens dentro do casamento e da família. Pimentel (1985, p. 58 e 60), em estudo realizado no ano de 1985 afirma que

Tradicionalmente, a mulher ao casar-se passava a ser dependente do marido. Até 1962, pelo Código Civil Brasileiro, a mulher casada era considerada relativamente incapaz e necessitava, para todos os atos da vida social, ser *assistida* pelo marido. Era equiparada aos prodígios, silvícolas e menores púberes. Ainda hoje, 1985, a mulher casada brasileira não possui os mesmos direitos do homem casado. Pelo artigo 233 do Código Civil, fica estabelecido a chefia masculina da sociedade conjugal, competindo ao marido a representação legal da família, a administração dos bens familiares, a escolha do domicílio. Dentre vários outros artigos discriminatórios, destaca-se o artigo 380, que confere a ambos os pais o pátrio poder mas ao pai o *seu exercício*. (Grifos do autor).

Nota-se que, apesar das conquistas apontadas no contexto histórico, a medida de inseri-la nos programas sociais como titular pode significar mais uma estratégia de controle que se instrumentaliza do lugar da mulher na família para atingir seus objetivos.

Podemos avaliar essa hipótese a partir dos motivos pronunciados pelo Governo Federal para propor tal medida. São apontados estudos (SUARÉZ; LIBARDONI, 2007) que afirmam que as mulheres gerem melhor o dinheiro e são mais responsáveis na manutenção das famílias. A esse respeito, Carlotto e Mariano (2010, p. 458) afirmam que

[na política de assistência social] o centro é a família e a estratégia é a instrumentalização do papel da mulher/mãe por meio de suas responsabilidades na esfera privada, para o bom desempenho desses programas no contexto neoliberal, isto é, no contexto de contenção ou redução dos gastos sociais.

Além disso, assinalam que esses mecanismos naturalizam e reforçam um determinado modo de ser mulher entre a população beneficiária.

Esse papel de “cuidadora” recai mais pesadamente sobre as mulheres pobres, desprovidas dos serviços oferecidos pelo mercado, alijadas de muitas das facilidades propiciadas pelas tecnologias e receptoras de serviços públicos muitas vezes de qualidade duvidosa. Por outro ângulo, é também o papel de cuidadora o mais frequentemente invocado pela política de assistência social ao se dirigir às mulheres pobres. (CARLOTO; MARIANO, 2010, p. 461).

Deste modo, destacam que essas medidas não têm como resultado a promoção da autonomia das mulheres: “não há compatibilidade em se falar de promoção de autonomia das mulheres quando as estratégias estão todas orientadas para o

reforço da associação entre mulher e maternidade.” (CARLOTO; MARIANO, 2010, p. 466).

Avaliando ainda o que diz Pena (1981, p. 149), é possível perceber que a legislação que dá prioridade de pagamento de benefícios às mulheres não rompeu com o paradigma das antigas legislações brasileiras, as quais, apesar de limitar os direitos das mulheres de um modo geral, permitiam alguma autonomia no que se refere aos gastos domésticos:

[...] o artigo 247 desse mesmo Código [Código Civil Brasileiro de 1916] presumia que a mulher estivesse autorizada, seja para comprar, mesmo que a crédito, mercadorias necessárias ao consumo doméstico e a tomar empréstimos para realizar tais aquisições. [...] A pressuposição de que a mulher estivesse consentida a decidir sobre a economia doméstica implicava em estabelecer que o lar era o seu campo de atividades próprio. Nesse espaço cessava sua incapacidade [...].

A respeito do Programa Bolsa Família, o Governo Federal afirma que 93% dos titulares do Programa são mulheres. Parece-nos que a escolha das mulheres para receberem este recurso é estratégico, tendo em vista que estas foram historicamente alvo de forma mais intensa e sistemática de mecanismos de controle (RAGO, 1985), que lhes permite hoje oferecer uma resposta mais satisfatória em relação ao que delas é esperado pelas políticas governamentais: “[...] na realidade, as beneficiárias usam o dinheiro recebido para cuidar da casa e, principalmente, das crianças porque sempre o fizeram e não porque o Programa o estabelece.” (SUARÉZ; LIBARDONI, 2007, p. 152). A esse respeito, Rago (1985, p. 65) avalia que

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Essa desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si mesma não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e marido. É claro que, em grande parte, este modelo vitoriano de comportamento feminino determinou suas opções e condutas.

O Estado não diz explicitamente para a mulher o que deve ser feito do recurso recebido, mas podemos apontar uma série de outras medidas que produzem esse lugar da mulher como responsável pelo cuidado com os filhos, por exemplo. Ou seja, o governo não diz de forma explícita, mas como diz Foucault (2013), um jogo de sinais indica de que modo tal recurso deve ser usado, de que forma uma boa mãe cuidaria dos filhos com tais recursos, cuidadosamente fabricando um modo de ser mãe.

Importante salientar que não se tratam de um problema em si essas funções exercidas por mulheres. Várias delas inclusive encontram satisfação em desenvolvê-las. O que é apontado aqui é a afirmação deste como “o” modo legítimo de existência, o que cerceia a criação de modos singulares de existência das mulheres, culpabilizando-as, ridicularizando-as e até punindo-as quando escapam. Com essas afirmações, pretende-se dar visibilidade para os modos de controle sobre as mulheres e afirmar que outros modos de vida são possíveis. Também é relevante apontar que, por mais que essas funções sejam instrumentalizadas para o controle, as mulheres têm a capacidade de lidar com isso das mais diversas formas, inclusive, burlando ou sutilmente jogando com esses papéis a seu favor.

Rocha-Coutinho (1994) sinaliza que a mulher joga e resiste dentro dessas funções socialmente atribuídas a ela. Estratégias criadas em um contexto que a pune ou a rejeita, caso não se enquadre. De acordo com a autora,

Confinadas por séculos no espaço da casa, onde reinavam quase que absolutas, enfeitando maridos e filhos com a máscara da perfeição, as dedicadas e abnegadas mães e esposas encontraram formas especiais e silenciosas de articular sua resistência, em murmúrios que se perdiam, muitas vezes, no coro forte dos homens que as sufocavam. Nem vítimas, nem algozes, acreditamos que as mulheres ao longo dos anos foram tecendo modos de resistência a esta opressão masculina, formas de exercer um certo controle sobre suas vidas a despeito de uma situação social tão adversa. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 19).

É preciso pontuar, no entanto, que essa estratégia de instrumentalização das funções da mulher na família não foi inaugurada pela política de Assistência Social. A medicina também se utilizou da figura feminina para introduzir e legitimar seu saber. Donzelot (1986, p. 25) avalia que nos séculos XVIII e XIX uma aliança entre médico e mulher foi fundamental para se atingirem objetivos ligadas à introdução do saber médico no interior da família:

Aliança proveitosa para as duas partes. O médico, graças à mãe, derrota a hegemonia tenaz da medicina popular das comadres e, em compensação, concede à mulher burguesa, através da importância maior das funções maternas, um novo poder na esfera doméstica.

A mulher foi reconhecida como possuidora de uma utilidade educativa para fazer disseminar o saber médico no interior da família. Por outro lado, a mulher ganha *status* social a partir dessas funções socialmente construídas:

Se as normas higienistas em relação à criação, ao trabalho e à educação das crianças surtiram efeito é porque elas ofereciam a estas e, correlativamente às mulheres, a possibilidade de uma autonomia maior

contra a *autoridade patriarcal* no interior da família. (DONZELOT, 1986, p. 58, grifo do autor).

A respeito da maternidade, nota-se que esta historicamente tem sido alvo de intervenções do Estado, com a justificativa de sua proteção. Pena (1981, p. 218) avalia que

Os laços que uniam uma mãe à sua criança foram incentivados por um sistema de valores (cuja legitimidade foi mesmo juridicamente imposta) que criava dependência e possessividade mútua entre ambas; por [mais] perversos que fossem esses laços (e permanecem sendo), a sociedade voluntariamente não interveio para destruí-los; ao contrário.

A esse respeito, pode-se citar um dos objetivos da Assistência Social, enunciados na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e na LOAS (BRASIL, 2011b): a saber, a “proteção à maternidade”. Nesse ponto, nota-se também a produção do lugar social da mulher perante o cuidado com os filhos. Pena (1981) pondera alguns efeitos dessas ações, afirmando que historicamente uma série de restrições foi imposta às mulheres em nome de sua fecundidade e do direito de sua prole à vida e aos cuidados maternos, principalmente no que se refere à sua inserção no mundo do trabalho.

Pimentel (1985) afirma que no processo da construção da Constituição de 1988, as discussões apontavam para inclusão da proteção à paternidade no texto, juntamente com a maternidade. Apesar de se admitir que a inclusão e estímulo de uma proteção à paternidade poderia amenizar a responsabilidade feminina nesse processo, nota-se que mesmo com a inclusão da paternidade, a lógica continuaria afirmando um modelo de família nuclear e apontando a responsabilidade pelo cuidado das crianças no “seio familiar” em uma lógica familiarista²⁴, estendendo as estratégias de controle também ao homem.

Nota-se que historicamente esses foram os lugares destinados à mulher: cuidado com os filhos, com o marido e tarefas domésticas²⁵, ou seja, eminentemente os espaços privados. Às mulheres das classes baixas ainda eram direcionadas as funções de controle e retração social de seu marido e filhos²⁶ (DONZELOT, 1986),

²⁴ Importante destacar, assim como assinalam Guattari e Rolnik (1986, p. 35), que “Nos sistemas anteriores às formações capitalistas, a produção da subjetividade na criança não era inteiramente centrada no funcionamento da família conjugal”.

²⁵ Standing (2014) chamou essas atividades de *care work*, ou trabalho de assistência, ou seja, o tipo de trabalho realizado em prol de outras pessoas, como o cuidado com crianças, assistência a deficientes, doentes e idosos, assim como trabalho doméstico não remunerado.

²⁶ De acordo com Donzelot (1986) essa seria o patrimônio, a herança dos pobres para seus descendentes, diferentemente das classes abastados que deixavam gordas heranças.

ou seja, eram responsáveis por manter marido e filhos confinados e controlados no “aconchego” do lar para afastá-los dos perigos e impurezas da rua, das tabernas, cabarés e bares.

Mesmo quando do aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, esta continuou a desenvolver, via de regra, atividades educacionais e assistenciais ligadas ao trato com crianças e cuidados de forma geral e atividades administrativas que não pudessem comprometer sua capacidade reprodutiva. Pode-se observar este argumento nas profissões das áreas da educação, saúde e assistência social, que possuem em seus quadros um elevado número de mulheres, como professoras das séries iniciais²⁷, pedagogas, enfermeiras, assistentes sociais e psicólogas²⁸. As carreiras sociais sempre foram incentivadas entre as mulheres que assim poderiam aplicar em sua plenitude as “nobres características do seu sexo” (PENA, 1981, p. 161). A esse respeito, Pena (1981, p. 29) considera que

O mercado de trabalho informal constitui para a mulher dos estratos sociais mais baixos a opção de uma ocupação remunerada; o serviço público constituiu esta opção para uma mulher de classe média e medianamente escolarizada. Em ambos os casos, a mulher transfere para o domínio do trabalho funções que as relações de reprodução no interior da família lhe atribuiu: a prestação de serviços pessoais, o cuidado aos doentes, a educação de crianças.

Observa-se, portanto, que existe uma instrumentalização da função da mulher na família, mas também para além dela no serviço público. Instrumentaliza-se dessa função da mulher por meio da profissional dos serviços da Assistência Social para promover controle e cuidado das famílias atendidas. Ou seja, além de ser instrumentalizada para promover controle e cuidado em sua própria família, ela

²⁷ Pena (1981) analisa o processo que chamou de feminilização da carreira de professor primário durante o século XIX. Aponta inclusive que, enquanto essa carreira era masculina, era importante fonte de gratificação e valorização social e, na medida em que se feminilizou, tornou-se socialmente desvalorizada e mal remunerada (PENA, 1981). Complementa afirmando que, pelo fato de a mulher ser barrada de cursar níveis mais altos de ensino, era também impedida de ministrar aulas: “Somente em 1827 surgiu a primeira regulamentação referente à educação feminina, na qual se permitia o acesso da mulher ao nível educacional elementar; mas não os mais elevados.” (PENA, 1981, p. 114).

²⁸ O Conselho Federal de Psicologia, em pesquisa realizada em 2012, aponta que nove em cada dez profissionais de Psicologia são mulheres e que esse panorama não se alterou desde a última pesquisa realizada no ano de 1988 (CFP, 2012). Sinaliza ainda que as psicólogas brasileiras enfrentam problemas relacionados à desigualdade entre os sexos: notou-se que os psicólogos homens ocupam os cargos com maiores remunerações, as psicólogas são responsáveis pelas tarefas domésticas em maior escala do que os psicólogos homens e, em geral, dedicam mais horas no cuidado com os filhos, quando os têm, em relação aos psicólogos homens e a seus companheiros quando os possuem (CFP, 2012). Nestes aspectos, a pesquisa aponta que as psicólogas não se distinguem do conjunto de mulheres brasileiras (CFP, 2012).

também é utilizada para controle das famílias atendidas nos serviços da Assistência Social.

Os efeitos desses mecanismos de controle sobre a mulher também ficam evidentes quando se analisa o número de mulheres que ingressam no sistema prisional por terem cometido algum delito em comparação ao número de homens. Souza (2009) e Braunstein (2007), em revisão bibliográfica, apontam que o número de mulheres encarceradas no estado do Espírito Santo²⁹ e em todo Brasil³⁰, apesar de ter aumentado significativamente, é muito inferior ao número de homens³¹. Esse percentual nos permite também analisar como a mulher historicamente foi “confinada” no espaço privado, de modo que os crimes cometidos por ela também possuíam essa característica que muitas vezes não possibilitava a identificação da autora.

Como se pode notar, a mulher foi e continua sendo mais visada para os instrumentos de controle, o que a torna um instrumento que possibilita maiores garantias de êxito para os objetivos das políticas governamentais.

Pode-se notar esse fato a partir da fala de uma das participantes, usuária do CRAS, a respeito do uso que fazia dos benefícios socioassistenciais na época em que os recebia:

[Nair]: - Quando eu pegava tíquete de leite da minha primeira filha, o pai dela nunca me deu nenhum botão. Tinha esse tíquete que me ajudava. Eu pegava a cartela e dava na mão da minha mãe. Nunca fumei, nunca bebi com aquele dinheiro.

Por mais que se apontem mudanças relativas à maior inserção da mulher nos espaços públicos, notam-se ainda movimentos que a constroem ao espaço doméstico e à submissão à figura masculina, como podemos notar nesse outro trecho:

²⁹ No Estado do Espírito Santo, baseada nos dados do Departamento Penitenciário Nacional, a população de prisioneiras em 1995 era de 1,4% do total, em 2004 chegou a 5% da população carcerária do Estado (FRINHANI, 2004 apud SOUZA, 2009).

³⁰ De acordo com Braunstein (2007) em dezembro de 2005 o percentual de mulheres encarceradas corresponde a 4,35% do total de presos do sistema brasileiro, que atinge o número de 296.919 brasileiros.

³¹ A esse respeito, ler Souza (2004) que faz um estudo sobre as formas de violência e infrações às leis cometidas por mulheres. A autora afirma que a partir de meados do século XX e neste começo do século XXI, os crimes cometidos por mulheres não são mais centralizados no âmbito privado, ganhando vulto no âmbito público e perdendo a conotação de crimes ligados à maternidade. Complementa que é crescente o número de mulheres encarceradas por tráfico de drogas (SOUZA, 2004).

[Pesquisadora]: - Eu tenho visto que as mulheres têm ficado mais pelo trabalho da casa. Você vê isso também?

[Nair]: - Sim.

[Pesquisadora]: - E você acha que é por que isso?

[Nair]: - Não sei, porque quando eu ganhei [meu filho], quando ele era pequenininho, eu arrumei um serviço e só porque era em um motel, o meu marido não deixou eu ir. Eu falei com ele que arrumei um serviço e perguntou: "Onde?". Eu falei: "Em um motel". Ele falou assim: "Você não vai!". Eu perguntei: "Por quê?". "Porque vai ser uma vergonha eu falar para os meus amigos que minha esposa trabalha em um motel". Eu falei: "Eu não vou transar, eu vou trabalhar, é diferente". Ele não deixou e eu passei o serviço para minha amiga. Perdi o serviço. Nunca mais eu trabalhei. Nunca mais eu quis também. Eu falei com ele: "Agora você vai cuidar de mim para o resto da minha vida". Eu decidi não procurar mais serviço. Eu trabalhei quando era mais nova. Na casa dos outros, em fábrica de roupas como arrematadeira. Quando eu ganhei o menino ele não deixou eu trabalhar. Eu não fui não. A mulher sempre obedece os homens.

[Pesquisadora]: - Mas por que sempre obedece os homens?

[Nair]: - Porque elas são burras! Porque se eu não fosse burra eu tinha ido. Mas era medo de perder, sei lá. A gente fica muito presa ao homem.

Vale assinalar que, em um passado recente no Brasil, a mulher necessitava de autorização do marido para ser inserida no mercado de trabalho, de acordo com as legislações vigentes. Pena (1981) aponta que somente a partir de 1943 a mulher passou a usufruir do direito de trabalhar livremente, sem autorização do marido. No entanto, o marido podia impedi-la de continuar no emprego, caso ele o julgasse suscetível de prejudicar os vínculos da família ou se constituir como um perigo às condições próprias da mulher ou ainda se fosse para manter as regras da moral e dos bons costumes. De acordo com Pena (1981, p. 196), "[...] porque a mulher tinha funções reprodutivas e porque supunha-se que uma moralidade específica lhe era própria – a utilização de sua força de trabalho deveria estar submetida a controles adicionais".

Desse modo, pelo fato de a mulher ainda estar mais presente no cotidiano doméstico e ser a principal responsável pela criação e educação dos filhos, é ela também que busca os serviços e benefícios da Assistência Social, já que sua inserção em atividades que lhe garanta subsistência é limitada por conta dessas responsabilidades naturalizadas e socialmente atribuídas a ela.

[Pesquisadora]: - Você só citou mulheres que recebem o Bolsa Família e cesta básica.

[Nair]: - Mas eu conheço homens que pegam também. Tem uns bêbados que não trabalham e só ficam bebendo. Eu já vi eles pegando. Mas a maioria é mulher que eu vejo.

[...]

[Pesquisadora]: - Mas por que você acha que é mais mulher que recebe?

[Nair]: - Eu acho que é mais a mulher que mora sozinha, que o marido larga, ali elas dependem. Igual à [...] [Fulana], ela estava separada do marido dela. Agora ela voltou. [...] [A Ciclana] é uma, que o marido dela largou ela com um bebezinho de 6 meses. Pensa bem. Ele foi embora com outra mulher e largou ela nessa situação. Se ela não tivesse esse dinheiro, como ela ia viver? Com quatro filhos. Ela passou uma dose. Só que Deus é tão bom que deixou esse negócio do CRAS, né?! O Bolsa Família para as pessoas. Tem muita gente que pega e não precisa, mas tem muita gente que pega que precisa. Eu acho que se alguém souber de alguma coisa tem que denunciar mesmo. Sabe por quê? Porque isso é bom para quem não tem condição mesmo.

[Pesquisadora]: - E por que você acha que essas pessoas não têm condição? Por que essas pessoas precisam do Bolsa Família?

[Nair]: - A [...] [Ciclana] é uma. Como ela ia trabalhar com [...] [várias crianças pequenas em casa]? Não tinha como trabalhar e largar essas crianças tudo dentro de casa. Tinha? A mãe dela não mora perto dela. Ela não tem nenhuma irmã perto dela. Por isso que eu estou te falando que quem não tem condição precisa mesmo do dinheiro.

A grande presença feminina nos serviços de Assistência Social é tão evidente e substancial que era motivo de comentários e análises no ambiente de trabalho na Assistência. Lembro-me de várias discussões sobre esse tema entre trabalhadoras. Certa vez, uma trabalhadora analisou a ausência dos homens nos espaços da assistência social, dentre outros motivos, como provenientes de uma vergonha destes que, solicitando a assistência do Estado, estariam admitindo sua incapacidade de cumprir com suas funções pré-estabelecidas de provimento familiar. Situação de humilhação que prefeririam, então, evitar. Mostra-se com isso que essa função do Estado, que quando se julga necessário substitui a função masculina nesse modelo de família, conforme analisa Donzelot (1986), também era discutida pelas trabalhadoras.

Além disso, percebe-se de modo geral uma desvalorização das atividades desenvolvidas pelas mulheres no espaço doméstico. Esse movimento compareceu durante as conversas da pesquisa em que uma usuária afirma não trabalhar e em outro momento relata desenvolver atividades remuneradas no espaço doméstico: “lavando roupa para fora” quando esteve de “resguardo”. Percebe-se que ela sempre possuiu muitos afazeres, mas todos eles desempenhados no espaço doméstico. Pelo motivo de permanecer dentro de casa, ela não havia considerado essas atividades como trabalho. Durante a conversa, afirmo que o que ela faz e fazia na época também é trabalho, por que não?! Ela diz que sim e sorri.

A esse respeito, Bruschini (1990, p. 24) afirma que

O papel prioritário das mulheres na reprodução as condiciona a ocupar posições secundárias e discriminadas no espaço da produção. Obriga-as ao exercício de atividades irregulares, intermitentes e informais, visando conciliar as duas esferas. Quando nem mesmo isso é possível ou não é vital para a sobrevivência do grupo, condiciona-as a permanecerem nos limites do lar, onde as atividades que desempenham gratuitamente para os membros da família não são consideradas trabalho.

Em vários momentos da história a inserção da mulher nos espaços públicos como o mundo do trabalho foi desestimulada e desacreditada. Donzelot (1986) avalia ainda que no século XIX o trabalho feminino fora do ambiente doméstico era considerado uma ameaça à constituição das forças produtivas da nação a longo prazo³².

Novaes (1999) traz histórias de algumas tradições promovidas no estado do Espírito Santo que demonstram a produção e naturalização da ideia de que as tarefas domésticas são responsabilidade das mulheres. Relata um ritual típico em festas de casamentos na cidade de Vitória:

À meia-noite, apagavam-se as luzes; era o momento de quebrar-se a louça velha rachada e quebrada. Finda essa parte da festa, acendiam-se as luzes e a noiva tinha de varrer a sala, em uma demonstração de ciência dos seus deveres, quanto à ordem e ao trabalho. (NOVAES, 1999, p. 59).

A própria forma de organização da língua portuguesa no Brasil acumula essa marca. Assim, muitas das atividades desempenhadas por mulheres em seu cotidiano não foram consideradas trabalho, nem foram nomeadas como tal:

Permaneceram no terreno do invisível, do que não existe. Assim, por exemplo, quando a uma mulher dedicada ao trabalho em casa, lhe perguntavam: “Você trabalha?” A mulher respondia: “Não, sou dona de casa”. Nunca foram nomeadas as tarefas domésticas como um trabalho. Por outro lado, como os trabalhos remunerados eram fundamentalmente ocupados por homens, e durante décadas, terem sido os que puderam frequentar os cursos universitários, a realidade do trabalho e os títulos correspondia, logicamente, ao mundo masculino e assim se nomeava a existência de Engenheiros, Doutores, Diretores, Pedreiros, Pilotos, Antropólogos. (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 63).

A língua portuguesa, como se pode observar ainda hoje, apresenta uma forte marca sexista não só no que se refere à nomeação das profissões, mas de um modo geral

³² “[...] no Brasil, até 19 de abril de 1879, persistia a proibição de as mulheres cursarem escolas superiores. Por isso, D^a Maria Augusto Generoso Estrela, primeira médica brasileira, foi estudar nos Estados Unidos. Seguiu, a 23 de abril de 1875, formando-se a 29 de março de 1881.” (NOVAES, 1999, p. 84). Em 1891 no Brasil uma Emenda foi apresentada no Congresso da Constituinte, conferindo o direito de voto à mulher: “Combateu-a o deputado Muniz Freire, sob o fundamento de que ‘se essa aspiração anárquica for convertida em lei, ter-se-á decretado a dissolução da família brasileira’.” (NOVAES, 1999, p. 115). Parece haver uma preocupação na época de que a participação política da mulher no espaço público poderia prejudicar suas atividades domésticas de reprodução, sua real natureza. Essas atividades, portanto, não são recomendadas às mulheres, que devem desempenhar atividades exclusivamente no seio da família, com vistas a garantir sua manutenção.

ela pode ser considerada androcêntrica, já que se apresenta sob uma perspectiva masculina³³: “esse androcentrismo se manifesta graças à desigualdade na ordem das palavras, no conteúdo semântico de certos vocábulos ou no uso do masculino como genérico para ambos os sexos.” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 24).

Esse modo de fazer uso da língua portuguesa é também produtor de subjetividades e acaba por naturalizar essas funções historicamente atribuídas às mulheres, contribuindo com os mecanismos de controle sobre elas.

De acordo com Pena (1981, p. 82), existem interesses envolvidos na produção de mulheres que se dediquem ao lar e aos serviços domésticos:

Elas [as mulheres] permitem, através de seus serviços domésticos, que uma massa de trabalhadores/as continuem chegando diariamente às fábricas, usinas, escritórios, lojas e armazéns. Elas também reproduzem uma nova geração de trabalhadores e, através desse trabalho ainda criam possibilidade de mais apropriação de riquezas para os donos do capital.

Porém, quando se torna viável e rentável inseri-la no trabalho formalizado, faz-se uso dessa estratégia. Ou seja, apesar de pesquisas apontarem que a inserção da mulher no mundo do trabalho fora do ambiente do lar a possibilita romper com o isolamento do espaço doméstico ao qual foi imposta (BRUSCHINI, 1990; CARLOTO; MARIANO, 2010), não é possível afirmar necessariamente que este se trata de um movimento libertário. A inserção no mercado de trabalho também pode significar uma estratégia de controle, como será melhor analisado no próximo tópico, e também de subordinação³⁴, já que sua inserção se dá em geral com um maior nível de precariedade em relação aos homens.

Importante observar, portanto, que não existem saídas dadas de antemão para os mecanismos de controle. As saídas precisam ser inventadas e constantemente avaliadas, pois os mecanismos de controle por vezes se apropriam desses movimentos de resistência.

³³ A esse respeito, ler Abranches (2011), que desenvolve sobre como são fabricadas as desigualdades sexistas na linguagem, e o *Manual para uso não sexista da linguagem*, publicado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014). Vale destacar que este estado possui políticas e legislação específica para utilização da língua portuguesa para enfrentamento ao sexismo da linguagem no âmbito da administração pública.

³⁴ Pena (1981) afirma que as mulheres ocupam postos mais baixos na hierarquia ocupacional, recebem menores salários, possuem taxas mais altas de instabilidade no emprego. Com a conquista de garantias trabalhistas por lei, o trabalhador masculino se tornou ainda mais atraente para o mercado, já que não fica grávido, e está menos protegido, relegando as atividades mais mal remuneradas e com menores chances de mobilidade às mulheres (PENA, 1981). Foi-se assim sendo construída precarização e subordinação das trabalhadoras em relação aos trabalhadores masculinos.

Standing (2014) avalia que o trabalho se tornou sinônimo de libertação para a mulher na medida em que as atividades na esfera privada sempre foram desqualificados em contraposição ao trabalho na esfera pública tida como libertadora. Pondera, no entanto, que

Isso faz sentido para as mulheres de classe média, altamente qualificadas, que podem se preparar para um emprego assalariado voltado para a carreira. Mas para a maioria das mulheres, que trabalham repetidamente numa linha de montagem, ou que costumam sem parar numa fábrica de roupas mal-iluminada numa ruela, ou que ficam sentadas diante de um balcão de *check-out* durante longos turnos, os empregos dificilmente são libertadores. Eles podem fazer parte da carga tripla, em que as mulheres também têm de cuidar dos filhos e dos parentes idosos “em seu tempo livre”. (STANDING, 2014, p. 100 e 101).

Alguns estudos apontam ainda que a mulher tem sido historicamente utilizada como força de trabalho de reserva³⁵ e sua inserção no mercado se dá com objetivo de aumentar a oferta de mão de obra e ativar trabalhadores qualificados a baixo custo (PENA, 1981). De acordo com Pena (1981, p. 68), “[...] o trabalho feminino desempenha funções de natureza idêntica ao do exército de reserva, rebaixando o nível geral de salários e sendo ciclicamente absorvido.” Isso é possível também porque a renda da mulher historicamente tem sido considerada complemento no orçamento doméstico em relação à renda produzida pelo homem na família, como também aponta Donzelot (1986, p. 42),

O trabalho industrial das jovens, das mulheres solteiras, das esposas pobres é reconhecido como uma necessidade ocasional e não como um destino normal. Se o homem melhorar sua condição através da estabilidade e do mérito profissional, ela poderá permanecer em casa e aí desenvolver competências que a transformem num verdadeiro lar.

E este movimento é produzido a partir das necessidades do mercado à revelia das atividades de reprodução socialmente atribuídas à mulher como casamento e criação dos filhos, levando-as muitas vezes à dupla jornada de trabalho (PENA, 1981).

Durante as conversas da pesquisa com as usuárias dos serviços da Assistência Social, foi possível notar ainda que algumas mulheres, por vezes, se responsabilizam pelo cuidado de seus netos para que as filhas possam se inserir no

³⁵ Exército Industrial de Reserva foi um conceito desenvolvido por Karl Marx (1989) para designar grupo de trabalhadores não empregados, que poderiam ser ativados sempre que necessário para o processo de produção capitalista. Marx aponta uma relação entre a baixa dos salários e o número de trabalhadores empregados e desempregados. Afirma que os salários reais são determinados pelo grau de desemprego, ou seja, o nível de desemprego deprecia os salários, na lógica da oferta e da procura. Quando mais pessoas estão dispostas a vender sua força de trabalho, menor será a remuneração para este trabalho.

mercado de trabalho ou estudar. Mostrando como ainda o cuidado com as crianças recai sobre a mulher, mas dessa vez na função de avó, que já foi a principal cuidadora dos filhos e hoje cuida dos netos.

[Pesquisadora]: - E você trabalha fora ou é dona de casa?

[Nair]: - Só aqui em casa mesmo. Olho minha neta ainda, agora vai vir outro neto.

Em outra conversa foi possível também observar esse movimento. Uma das mulheres salienta que hoje suas filhas têm tido mais opções além das atividades domésticas, e nota-se que ela teve participação fundamental nesse novo movimento.

[Pesquisadora]: - A mulher tem uma função muito importante na família. Estou vendo você cuidando dos seus netos. Isso é muito importante. Mas você acha que as mulheres só têm tido essa opção na vida? Ou são oferecidas outras opções além de ter filho e cuidar das crianças?

[Madalena]: - A mulher, para ela [conseguir], ela tem que correr atrás. Igual às minhas filhas, elas não tinham segundo grau e queriam um serviço melhorzinho. Esse que elas estão, se não tivessem segundo grau, não tinham conseguido. Todo serviço que arrumavam [exigia] segundo grau. [...] eu falei: “Vamos deixar de lado o serviço, aguenta mais um pouquinho e termina [o segundo grau]”. Graças a Deus elas arrumaram esse serviço. Elas trabalham com *telemarketing*, trabalham meio expediente. Dá tempo de cuidar do filho. Já tiveram uma opção melhor. Agora elas já estão com um novo pensar. Uma delas tem vontade de fazer Serviço Social, é o sonho dela. Ela vai fazer Enem³⁶ esse ano. A outra quer fazer um [curso] técnico. Agora que está até melhorando... A mulher sempre tem mais dificuldade de estudar por causa dos filhos, mas agora está melhorando em vista do meu tempo. Elas têm vontade de estudar. [...] A que vai fazer o Enem estava preocupada com a correspondência porque aqui não vem carta. [...] não vem correspondência aqui ainda. [...] Só vem conta. Conta vem direitinho todo mês. [...] Eu tive que dar uma ajuda muito grande como mãe: “Vamos estudar, vamos estudar!”.

Percebe-se que para a usuária a mulher tem uma dificuldade maior em desenvolver atividades para além das socialmente esperadas como o cuidado com os filhos. Porém, nota-se que se criam redes de solidariedade na família para que a mulher consiga obter melhores posições no mercado. Como afirma a usuária, para conseguir melhores posições é preciso estudar e se esforçar. Percebe-se que, existe uma produção de discursos que afirmam que as classes baixas conseguirão melhores posições no mercado pelo estudo.

Também foi possível notar a naturalização desse lugar da mulher com o cuidado com os filhos no trecho a seguir:

³⁶ Refere-se ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

[Pesquisadora]: - O que você acha que deveria ser a função do CRAS? O que você acha que o CRAS deveria fazer?

[Madalena]: - Eu acho que ele tinha que ter uma preocupação mais com geração de renda, porque é mais o que o povo precisa hoje em dia, para ter uma vida melhor. [...] A gente vê muitas mulheres que não têm uma geração de renda e que o homem não consegue se manter nem mesmo com o mínimo, aí o que acontece, ela vai trabalhar fora e as crianças ficam jogadas. Tem gente que deixa filho de 2 e 3 anos com criança de 10 [anos] olhando. A gente vê que se a mulher tivesse mais um meio de ter uma renda sem precisar de trabalhar fora, ela teria mais tempo para se dedicar à casa, aos filhos, principalmente aos filhos.

A participante da pesquisa pontua que já que é a mulher a responsável pelo cuidado com as crianças, o CRAS deveria desenvolver atividades que a permitissem cuidar das crianças e ao mesmo tempo obter alguma renda. No entanto, para além da questão da inserção da mulher no mercado de trabalho, que foi neste tópico alvo de análises e problematizações, será preciso debater sobre essa função atribuída ao CRAS pela usuária de fomentar geração de renda ou a inserção no mercado de trabalho. No próximo tópico serão feitas análises sobre os efeitos e possíveis interesses envolvidos nessa função.

Ainda neste tópico foi possível notar como historicamente a mulher tem sido alvo privilegiado das estratégias de disciplina e regulamentação. Importante salientar, como apontado no início da dissertação, que aqui não se pretende julgar as práticas como boas ou ruins, muito menos promover generalizações ou afirmações simplistas, como: “então, não é interessante que mulheres sejam mães”, por exemplo. Ou que toda inserção da mulher no mercado de trabalho se trata de sua subjugação. Pretendeu-se aqui analisar alguns dos efeitos de práticas e funções que envolveram e ainda envolvem socialmente as mulheres. Efeitos esses talvez pouco pautados nas discussões relativas ao tema. Trazer essas discussões pode ser o início de reflexões e transformações nas práticas direcionadas às mulheres na Assistência Social. Portanto, problematizar essas práticas, colocar em evidência seus efeitos e convidar os leitores para fazer esse mesmo exercício também se constitui como um movimento de resistência.

3 A inserção no mercado de trabalho como estratégia de controle

Recentemente o Governo Federal anunciou que mais de 70% das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família estão inseridas no mercado de trabalho³⁷.

Esta declaração do Governo Federal surge em um momento de frequentes críticas ao Programa Bolsa Família de que este estaria desestimulando as usuárias ao trabalho: “Essa crítica é uma visão extremamente preconceituosa, de que a pessoa é pobre por indolência e não por falta de oportunidade. É responsabilizar os pobres pelo abismo social que sempre houve no nosso país.”, afirma a ministra (PROGRAMA, 2013).

Nota-se que a Assistência Social não é apenas voltada para os que não têm trabalho, mas para aqueles que têm trabalho, mas mesmo assim não conseguem manter sua subsistência. Sposati (1988, p. 45) afirma que os segmentos mais pauperizados da força de trabalho

[...] constituem a camada mais mal paga do exército de trabalho ativo e do exército de reserva, formada por aqueles que ocupam posições marginalizadas no processo de produção social por exercerem funções de baixa ou precária qualificação. Mas não só isso, a esta camada cabem as piores condições de vida dentro do espaço urbano [...].

A discussão sobre o fato de a Assistência Social gerar “acomodação” ou estímulo ao não trabalho sempre esteve presente no cotidiano do trabalho do CRAS, no que se refere ao acompanhamento familiar, que aliás, possui como uma de suas frentes de atuação o encaminhamento para reinserção ou inserção das famílias no mundo do trabalho³⁸. Recordo-me de um grupo com usuárias do serviço em que este tema foi colocado em debate. Muitas usuárias do Programa Bolsa Família afirmavam que conheciam pessoas que, depois de terem recebido o Bolsa Família, abandonaram o trabalho. Solicitei então que uma das usuárias expusesse um exemplo de família que estivesse nessas condições. Ela afirma que na Bahia, onde antes residia, várias

³⁷ Mais de 70% dos beneficiários adultos do Programa Bolsa Família trabalham, mas continuam recebendo o benefício por não ter condições de se sustentar apenas com a renda de suas atividades, de acordo com a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. O programa do governo federal completa 10 anos em 2013. Ele alcança 13,8 milhões de famílias e teve orçamento de R\$ 24 bilhões em 2013 (BOLSA FAMÍLIA, 2013).

³⁸ O Plano Brasil Sem Miséria, do qual o Bolsa Família faz parte, destina investimentos públicos para a qualificação profissional dos beneficiários do Bolsa Família por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a fim de que eles possam se inserir no mercado de trabalho. Com isso, além da transferência de renda, o plano oferece qualificação profissional para que os extremamente pobres possam sair dessa condição. (BOLSA FAMÍLIA, 2013).

famílias que sobreviviam da colheita de cacau abandonaram o trabalho. Perguntei quanto recebiam e quais eram as condições de trabalho. Ela relatou que famílias inteiras se envolviam na colheita de cacau, inclusive as crianças muito pequenas. Afirmou que independente das condições do tempo, sol ou chuva, as pessoas colhiam, já que necessitavam de recursos para sobreviverem, apesar de não receberem o suficiente para sua subsistência. Disse que colhiam cacau na chuva, sob frio, e relatou que os dedos muitas vezes ficavam doloridos com o frio, ou ainda mutilados pelas longas jornadas de trabalho.

Observa-se que os serviços públicos não resolvem o problema da pobreza, mas sua ausência agrava as condições de miserabilidade da população (SPOSATI, 1988). Por outro lado, as ações da Assistência Social são apontadas também “como formas de manter ou ampliar a coesão, efetivar a persuasão, a harmonia social, em contraposição às ações de repressão e coerção.” (SPOSATI, 1988, p 40). Ou seja, um modo de fazer funcionarem relações de poderes para conduzir a população do modo que se julgue mais adequado aos interesses dos que governam: “[...] ao que tudo indica, a assistência é a forma de tratamento que a riqueza destina à pobreza.” (SPOSATI, 1988, p. 47).

Certamente existem outras concepções e formas de tratamento destinadas aos mais pobres pelas elites. Uma delas é a de que não se deve “sustentar” os mais pobres com benefícios sociais, e sim, estimular uma determinada forma de trabalho como será melhor discutido posteriormente. Esses grupos questionam a existência de programas sociais apontando que estes têm desestimulado o trabalho e rompido com a lógica da meritocracia.

Por outro lado, grupos mais progressistas defendem os benefícios sociais alegando que o desemprego não se refere a um ato de vontade individual, mas que é fruto de uma conjuntura econômica e social. Contudo, suas ações se limitam a atenuar as consequências dos efeitos do desemprego por meio dos programas de transferência de renda.

Já foi apontado neste texto que as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado são efeitos da governamentalidade liberal. Assim, atuam principalmente em função de razões econômicas. Podemos citar como exemplo a declaração do Governo Federal sobre o Programa Bolsa Família:

[...] o Bolsa Família tem contribuído para movimentar as economias locais. É um dinheiro que circula e fortalece a economia de cada uma das unidades da Federação, dinamizando o comércio e a indústria. Se o programa beneficia as famílias carentes diretamente, também ajuda a aquecer toda a economia. (BOLSA FAMÍLIA, 2013).

Nesse sentido, essas necessidades econômicas passaram a manter “[...] uma perpétua reserva de mão-de-obra que se poderá utilizar, se necessário, mas se poderá mandar de volta ao seu estatuto de assistida, se necessário também” (FOUCAULT, 2008g, p. 284).

Atualmente no Brasil podemos traçar da seguinte maneira a forma com que se constitui o jogo de forças em torno da questão exército de reserva e do pleno emprego: setores progressistas da sociedade atuam com o objetivo de atingir o pleno emprego, enquanto setores mais conservadores e liberais defendem a manutenção do exército de reserva, que mantém os baixos salários, ou aceitam a ideia do pleno emprego com a condição de se flexibilizar os direitos trabalhistas (PRONI, 2012). Os setores que defendem o pleno emprego afirmam ser este um ganho para os trabalhadores (SPOSATI, 1988). Porém, nota-se que o pleno emprego se configura como mais uma estratégia para manter a coesão social e manter a exploração do trabalhador de modo mais aceitável. Outro fator que merece destaque é o de que não se pode negar a polissemia das concepções de pleno emprego, e muitas delas admitem uma taxa de desemprego como natural e saudável para a economia (PRONI, 2012). Proni (2012, p. 32) afirma ainda que

[...] não é fácil adaptar o conceito [de pleno emprego] à realidade dos países em desenvolvimento, nos quais o desemprego muitas vezes ocorre de forma disfarçada, ou melhor, de um modo que não é captado pelo indicador convencional da condição de atividade econômica.

Podemos concluir que, mesmo se o Brasil atingir um patamar considerado como de pleno emprego, dentro deste conceito, estratégias como a Política de Assistência Social e seus programas de “transferência de renda” ainda serão necessárias: primeiro, por que mesmo no pleno emprego existe desemprego e, segundo, por que no pleno emprego existem aqueles que são o exército dos mal pagos e precarizados.

Essa reserva de mão de obra e o exército dos mal-pagos e precarizados são assistidos por programas sociais que no Brasil são chamados de Programas de Transferência de Renda.

Em síntese, deixa-se às pessoas a possibilidade de trabalhar se quiserem ou se não quiserem. Proporciona-se sobretudo a possibilidade de não fazê-las trabalhar, se não se tem interesse de fazê-las trabalhar. Garante-se simplesmente a elas a possibilidade de existência num certo patamar, e é assim que poderá funcionar essa política neoliberal. (FOUCAULT, 2008g, p. 284 e 285).

Conforme Sposati (1988), o direito ao trabalho, reivindicado pelas lutas proletárias, foi transformado em direito à assistência social.

Nota-se que a questão do trabalho tem sido pautada de formas diferentes ao longo do tempo. Castel (2011) aponta um momento histórico em que insurreições eram travadas em nome do direito ao trabalho. Sinaliza que atualmente, porém, insurreições e revoltas têm sido travadas sem essa bandeira, mas por aqueles que nitidamente têm sido aliados, jogados à margem, dos sistemas de garantias de vida, entre elas o trabalho:

Os operários parisienses desencadearam a insurreição de junho de 1848 em nome do direito ao trabalho porque, pensavam eles, “o direito ao trabalho é o direito de viver trabalhando”. Os jovens tumultuadores não queimaram as viaturas em nome do direito ao trabalho, e para dizer a verdade eles não reivindicaram absolutamente nada. Mas, através do não dito de sua revolta, não está proibido ler suas frustrações e seus sentimentos de desencorajamento e impotência diante da injustiça que neste particular lhes é dispensada; e esta injustiça é perfeitamente objetiva. (CASTEL, 2011, p. 48).

Aos que não conseguem boas posições nessa desigual disputa, existe a via da miséria e/ou da criminalização. Evidenciam-se, portanto, revoltas em relação à atual condição de vida, gerada pela ausência de meios para subsistência ou perspectivas dentro desse sistema de desigualdades, sem levantar a bandeira do direito ao trabalho. São revoltas difusas produzidas nas periferias das cidades que questionam a atual organização social e que recebem o estigma da criminalidade e do desrespeito à ordem.

Importante salientar que ainda hoje existem grupos que defendem o direito ao trabalho como importante mecanismo para garantia de dignidade e enfrentamento das iniquidades. Porém, é necessário levar em consideração, como aponta Standing (2014, p. 220), “[...] que muitas pessoas obtêm pouco prazer de seus empregos. Elas são obrigadas a fazer tarefas repetitivas, fúteis, ou sujas e árduas, que realizam por uma razão: obter uma renda para sobreviver e ajudar seus dependentes a fazer o mesmo”. Ou seja, empregar todos os desempregados representaria neste contexto o ápice de uma sociedade disciplinar. Como vivemos em uma economia de

mercado, um certo nível de desemprego é necessário por razões de eficiência e anti-inflacionárias. (STANDING, 2014).

Nesse contexto, vê-se coexistir uma cultura de estímulo ao trabalho como algo que “dignifica o homem” e uma política social a qual permite que as pessoas não trabalhem. Essa coexistência é possível uma vez que

[...] a sociedade neoliberal não estabelece como objetivo normatizar os indivíduos, controlá-los. Ela é uma sociedade da pluralidade. É marcada por algo como uma “tolerância” concedida aos indivíduos “infratores” e às práticas minoritárias. Não procura suprimir os “sistemas de diferenças”, mas otimizá-los, por meio da implantação de sistemas descentralizados de compensação entre os agentes. (LAGASNERIE, 2013, p. 160).

Ou seja, a sociedade cria condições que não permitem a empregabilidade de toda a população e cria sistemas de compensação, como a política de assistência social, para melhor gerir e otimizar a população dos não empregados, que serão utilizados como mão de obra de reserva.

Porém é importante analisar o que Foucault chama de “possibilidade de existência em um certo patamar”. As políticas compensatórias ou de transferência de renda permitem uma renda mínima e sempre mínima, para que não desestimulem de forma geral o trabalho. Conforme aponta Lazzarato (2012, p. 51),

Os neoliberais passam agora a dominar as instituições do Estado-providência, fazendo-as funcionar como dispositivos de governo das condutas, de produção de desigualdades, de fabricação da miséria. Na lógica neoliberal, todas as proteções contra os riscos, todas as instituições da propriedade social são dispositivos que devem funcionar com mínimos (salário mínimo, reforma mínima, rendimento mínimo, etc.), e o mínimo tem um sentido político, uma vez que define um limiar abaixo do qual existe risco de “guerra civil”, de ruptura da paz social.

De acordo com Sposati, (1988, p. 42) “[...] o horizonte das práticas de assistência social não pode suprir o não-trabalho, devendo restringir-se a uma necessidade do capital em ter a força de trabalho disponível.”

Há que se manter o hábito do trabalho e o custeio da sobrevivência com recursos pessoais. Por decorrência, o horizonte de alguns serviços considerados de assistência social é o de fazer seu usuário deixar de ser usuário. Há uma lógica invertida, se comparada à dos demais serviços públicos, onde o usuário deve cultivar o hábito de sê-lo [...] (SPOSATI, 1988, p. 42).

Por este motivo, as usuárias da Assistência Social são sempre estimuladas a não mais necessitarem desse serviço, sendo que, como também apontado por Cruz e Hillesheim (2013, p. 189), um de seus objetivos é “levar o usuário a prescindir do

mesmo”, diferentemente da lógica da política de saúde, por exemplo, que estimula as pessoas a sempre fazerem uso dos serviços.

As usuárias são estimuladas a deixar de depender dos serviços da Assistência Social e geralmente são incentivadas a recorrerem a seus esforços individuais para tal, como empenhar-se para conseguir emprego ou aumento de escolarização. Desse modo, determinadas práticas que atravessam os serviços acabam por responsabilizar as usuárias pela condição em que se encontram, já que reproduzem a ideia de que, mediante seus esforços individuais, eles poderão superar a pobreza ou miséria. (CRUZ; HILLESHEIM, 2013).

Dentro deste contexto, mostra-se oportuno discutir as tais “portas de saída” da Assistência Social, ou seja, as estratégias utilizadas para que as usuárias não dependam mais dos serviços e os efeitos dessas práticas.

3.1 Problematizando as “portas de saída” da Assistência Social

Existem diversas discussões entre os trabalhadores e gestores da Assistência Social a respeito da construção de metodologias para o acompanhamento familiar, e o estabelecimento de um tempo delimitado para se desenvolver esse acompanhamento sempre foi um ponto polêmico: a construção de “portas de saída” da Política de Assistência Social. Ora, como delimitar um tempo específico para que a pessoa não dependa mais dos serviços, se o fato de necessitar dele depende mais de uma conjuntura socioeconômica do que de sua vontade? Ou, será que os serviços têm produzido esse desejo de inserção no mercado como único modo de vida possível?

Certa vez, uma trabalhadora da assistência social me fez a seguinte pergunta: Como devemos atuar para a autonomia das usuárias em situação de rua que frequentam o abrigo se eles têm prazo de validade? Eles têm direito de ficar no abrigo por trinta dias e nesse período eles devem arrumar emprego e outro lugar para ficar, se não, perdem o direito de ficar no abrigo e dão lugar para outro usuário em situação de rua.

As usuárias da assistência social têm prazo de validade. Nesta afirmação pode-se perceber uma tentativa de serialização das pessoas atendidas na Assistência Social, ou seja, opera-se para a submissão dos indivíduos aos modos de subjetivação hegemônicos, como a inserção no mercado de trabalho, aluguel ou compra de uma casa para constituir família, e assim por diante. Essa exigência não considera que cada atendido tem um modo diferenciado de lidar com o tempo, e ainda que cada um deles pode ter projetos de vida que não caibam nos objetivos propostos ou impostos pelos diferentes programas e serviços.

A vida das pessoas atendidas deve ser enquadrada nos objetivos propostos em um período de tempo pré-determinado. Se há escape desse trilho previamente traçado, perde-se o direito à assistência do Estado. Desse modo operam vários programas e serviços da Assistência Social, como os programas de distribuição de cestas básicas, como o Projeto Cesta Cidadã em Cariacica, que será melhor problematizado no próximo tópico.

Outro modo de distribuição de cestas básicas nos CRAS são as concessões consideradas emergenciais ou eventuais, em que seu recebimento deve estar submetido a um curto prazo específico, ou um reduzido número de solicitações, não podendo se dar em caráter contínuo. Ou ainda quando se estabelecem prazos para o acompanhamento familiar ou para a permanência de crianças e adolescentes nos serviços de convivência.

Observa-se que esses modos de operar os serviços de assistência social dizem de uma estratégia biopolítica. Ou seja, por meio do estabelecimento de prazos de validade para suas usuárias estabelece-se modos de *fazer viver* e ao mesmo tempo de *deixar morrer* os considerados descartáveis. A preocupação em pauta é produzir/gerir determinadas condutas, mais do que garantir teto, alimentação ou direitos.

No que se refere às insistentes investidas das profissionais em inserir as usuárias da Assistência Social no mercado de trabalho, cita-se o termo cunhado pelas ciências sociais, “desemprego estrutural” para se referirem à progressiva e irreversível diminuição dos postos de trabalho formalizados, ou ao que se pode chamar de precarização do “mercado de trabalho” (MONTEIRO et al., 2006). Interessante observar que mesmo nesta conjuntura, a ideia de que o trabalho formal é a

verdadeira natureza do homem continua sendo fortemente defendida (MONTEIRO *et al*, 2006) e as usuárias continuam a ser encaminhadas ao mercado de trabalho como se esta fosse a solução para todos os seus males.

Nota-se nas narrativas apresentadas neste tópico uma conformação ou naturalização do trabalho como emprego, como algo que dignifica e sempre deve existir independente das condições precarizadas e de intensa exploração. E ainda que a ausência de trabalho significa um desvio moral que deve ser reprovado e desestimulado. Coimbra e Nascimento (2005, p. 343) trazem contribuições ao sinalizar que este movimento se efetuou no Brasil principalmente no início do Século XX:

Os pobres considerados “viciosos”, por sua vez, por não pertencerem ao mundo do trabalho – uma das mais nobres virtudes enaltecidas pelo capitalismo – e viverem no ócio, são portadores de delinquência, são libertinos, maus pais e vadios. Representam um “perigo social” que deve ser erradicado. Daí a necessidade de medidas coercitivas principalmente para essa parcela da população, pois são criminosos em potencial.

De acordo com Foucault (2005), pode-se notar uma mudança de investimento sobre o corpo dos indivíduos entre os séculos XVIII e XIX. Afirma o autor que, até o século XVIII, o corpo dos indivíduos era o local de inscrição de suplícios e penas. Em contraposição,

nas instâncias de controle que surgem a partir do século XIX, o corpo adquire uma significação totalmente diferente; ele não é mais o que deve ser supliciado, mas o que deve ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades, qualificar-se como corpo capaz de trabalhar. (FOUCAULT, 2005b, p. 119).

O poder incide sobre o corpo transformando-o em força de trabalho (FOUCAULT, 2005b, p. 119). Foucault (2005b, p. 122) afirma que, em especial as instituições de sequestro, como escolas, prisões, fábricas, hospitais, por exemplo, por meio dos jogos de saber-poder cumpriram o papel de desenvolver “[...] um grande mecanismo de transformação: como fazer do tempo e do corpo dos homens, da vida dos homens, algo que seja força produtiva.”

Lazzarato (2012) avalia, a partir das leituras de Foucault, que a sociedade de segurança, por sua vez, não é uma sociedade na qual sejam necessários os mecanismos de normalização geral e de exclusão daquilo que não se enquadra na norma.

Contrariamente às disciplinas, onde o “dentro” e o “fora” eram dados e fixados à partida, nas sociedades de segurança eles são reversíveis,

móveis, instáveis. Os dispositivos de segurança trabalham continuamente no limite, na fronteira entre o interior e o exterior, o dentro e o fora. O limite entre o dentro e o fora não é definido por uma norma prévia, porque é preciso fazê-la surgir. (LAZZARATO, 2012, p. 26).

Portanto, é possível se admitir que parte da população não esteja inserida no mercado de trabalho, ou esteja inserida precariamente. Trabalha-se promovendo a pluralidade. Porém se mostram necessários mecanismos que lidem com essa variabilidade para gestar suas consequências consideradas perigosas, como a pobreza. Nesse contexto, a política de assistência social cumpre um importante papel e, para entender seu modo de funcionamento hoje, principalmente no que se refere à vertente de incentivo ao trabalho, é preciso que se analise o contexto histórico-econômico em que está inserida.

Standing (2014) afirma que a política de Assistência Social sofreu reajustes com as necessidades econômicas provenientes do processo de globalização. Este processo orientou um redirecionamento dos impostos que não mais poderiam servir para dar segurança para os trabalhadores de baixa renda, já que essa estratégia foi apresentada como desincentivo a trabalhar, poupar e investir. De acordo com o autor, a política de Assistência Social então deixa de se enquadrar no modelo de *welfare* social e passa a se constituir por um modelo de “verificação de recursos” em que profissionais são responsáveis por avaliar se um indivíduo tem ou não condições de sobreviver sem a ajuda do Estado. E posteriormente pela política de *workfare*, em que os indivíduos devem cumprir certo número de requisitos e se inserir no mercado de trabalho para fazerem jus aos benefícios.

Lazzarato (2012) avalia que as políticas de emprego e as políticas do chamado *workfare*, ou seja, aquelas que visam forçar ou incitar ao emprego aqueles que são assistidos pela assistência social, são políticas que introduzem a insegurança, a instabilidade, a incerteza, a precariedade econômica e existencial na vida dos indivíduos e na sua relação com todas as instituições que até então os protegiam. Os termos “forçar” e “incitar”, utilizados no parágrafo anterior, aparecem com objetivo de destacar que a política do *wokfare* não opera apenas sob a lógica da regulamentação da vida, mas também opera por meio de dispositivos disciplinares, como será possível notar a seguir.

De acordo com Machado (2010, p. XVI), a dominação capitalista se baseia basicamente em um objetivo, ao mesmo tempo econômico e político:

[...] tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente.

Observa-se, mais uma vez que os dispositivos disciplinares e de regulamentação se conectam para se atingir objetivos ligados à governamentalidade.

Na Assistência Social há uma forte vertente de incentivo para que os indivíduos sejam inseridos no mercado de trabalho, como já citado. A Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 203, e a Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 2011b), em seu artigo 2º, preveem os objetivos da Política de Assistência Social e dentre eles está descrita a “promoção da integração ao mercado de trabalho”. No que se refere aos CRAS, observa-se que essa também é uma forte vertente, mesmo que as orientações federais admitam que não se tratem de uma atribuição do PAIF as atividades de inclusão produtiva ou inserção no mundo do trabalho (MDS, 2012). Não é raro os CRAS formarem parcerias com secretarias de trabalho ou geração de renda, pois

Reconhece-se a potencialidade do PAIF na identificação e mobilização das famílias para a participação em ações de inclusão produtiva ou projetos de enfrentamento da pobreza desenvolvidos no município, dado seu conhecimento do perfil das famílias residentes no território de abrangência do CRAS. (MDS, 2012, p. 48).

Orienta-se, ainda, que a esfera municipal, do DF ou do estado identifique as potencialidades que possuem e construam, via política pública de trabalho, um caminho de inserção dos trabalhadores no mercado formal e de garantia de seus direitos. (MDS, 2012, p. 48).

Em uma das conversas realizadas nesta pesquisa, notou-se com mais ênfase o resultado dessa pressão para o mundo do trabalho aliada à focalização da política estabelecendo uma estratificação dos mais miseráveis dentre os miseráveis.

A participante da pesquisa relata uma prática em que as famílias que não “avançavam” no acompanhamento eram retiradas do Programa Cesta Cidadã e não recebiam mais a cesta básica, mesmo ainda necessitando dela.

O Programa Cesta Cidadã (PCC) é um programa específico do município de Cariacica que prevê a distribuição mensal de uma cesta básica e acompanhamento às famílias em situação de insegurança alimentar no município. É previsto um número delimitado de cestas básicas por mês destinadas a esse programa para cada CRAS do município. De acordo com as conversas realizadas na pesquisa, observamos que existe um técnico de nível superior em cada CRAS responsável

pelo acompanhamento a essas famílias, bem como pela inclusão e exclusão delas do programa. Uma das condicionalidades do programa é a participação mensal de um representante familiar em uma reunião coordenada pelo técnico de referência do CRAS. Após a reunião, as famílias recebem uma autorização por escrito para retirar uma cesta básica no banco de alimentos do município. Uma das mudanças mais recentes do PCC foi o estabelecimento de um prazo de um ano para permanência das famílias no programa.

Esta prática foi justificada pela intenção de não acomodar as famílias ao programa. A trabalhadora afirma que se ela pode incluir uma família que tem mais chances de sair daquela condição, ela prefere, e diz que se sente forçada a agir deste modo pelo fato de não haver cesta básica para todos que necessitam.

[Pesquisadora]: - Mas e se a pessoa quiser só a cesta básica e não quiser nada a mais?

[Trabalhadora³⁹]: - Não pode.

[Pesquisadora]: - Por que não?

[Trabalhadora]: - Porque a gente tinha um número limitado de cestas. Porque precisava de uma contrapartida.

[Pesquisadora]: - Mas ela estava precisando da cesta.

[Trabalhadora]: - Aí não. Infelizmente tem que se mexer.

[Pesquisadora]: - Mas essa contrapartida vem de onde? Quero dizer, a necessidade de ter essa contrapartida. Isso é prescrito ou é você que acha que tem que ter?

[Trabalhadora]: - Existe um prescrito. Existe um programa e existe um norte para esse programa. Um padrão a ser seguido pelos CRAS. Porque a família que recebe cesta mensalmente tem que ser acompanhada pelo serviço. Existe essa regulamentação. E eu acho que para além disso também. Acho que se a gente vivesse em um Estado que desse conta de todo mundo, aí eu não veria nada de mais, mas a gente não vive.

[Pesquisadora]: - Como assim “que desse conta de todo mundo”?

[Trabalhadora]: - Que desse cesta básica para todo mundo, que não houvesse seleção. Existe seleção. E existia uma lista de pessoas à espera do PCC. E aí se você tem duas famílias que estão precisando. Uma que vai ser uma família que tem mais potencial de passar pelo PCC e de sair dali melhor, sem tanta necessidade assim da Política de Assistência, desse benefício, e outra família que não quer... A gente faz escolhas... A gente faz escolhas o tempo todo no CRAS. No auxílio-natalidade você tinha que escolher quem precisava mais e todo mundo estava dentro do critério, mas a gente tinha que escolher.

³⁹ O termo “Trabalhadora” será utilizado genericamente nas transcrições de entrevistas, visando apenas esclarecer o leitor sobre os interlocutores do diálogo. A preocupação em não vincular as falas às suas respectivas autoras pretende evitar a identificação das participantes por meio do conjunto dos dados apresentados. Excetuam-se os casos em que, havendo mais de uma participante, estas serão identificadas como “Trabalhadora 1” e “Trabalhadora 2”, a fim de orientar o leitor em relação a cada uma das pessoas que toma parte na conversação.

Nota-se ainda que o que define a inclusão ou permanência das famílias no programa em questão não é a sua necessidade referente à alimentação, mas sim sua possibilidade de se enquadrar em determinado padrão, neste caso, da pessoa empregada no mercado formal ou que seja empreendedora ou daquela que se esforça para tal. De acordo com Foucault (2006a, p. 131),

Nossos sistemas de cobertura social impõem um determinado modo de vida ao qual ele submete os indivíduos, e qualquer pessoa ou grupo que, por uma razão ou por outra, não querem ou não podem chegar a esse modo de vida se encontram marginalizados pelo próprio jogo das instituições.

As famílias que se recusam a aceitar esse modo de vida ou não se enquadram por algum motivo aos modos de controle perdem o direito à Assistência do Estado, mesmo que isso não esteja prescrito. Existe uma rede de regras, modos de funcionamento e de concepções que criam e permitem que práticas como esta existam. A esse respeito, Siqueira e Lino (2013, p. 39) avaliam que

diante de tantas condicionalidades, que se colocam efetivamente como prioridades para que se receba o benefício ou não, entendemos não serem o direito à assistência social ou a situação de “pobreza extrema” os determinantes para que se receba o benefício. Não basta ser pobre para obter a efetivação de suas demandas - no caso em questão, a “segurança alimentar” -; ao contrário, é necessário corresponder às condicionalidades que determinarão e selecionarão os que estão aptos a receber o benefício.

As autoras atribuem essas exigências que se sobrepõem às necessidades de alimentação dos indivíduos, algo considerado tão fundamental, à função imputada a esses serviços de controle do viver e regulamentação da vida da população pobre considerada em risco ou em vulnerabilidade social⁴⁰.

Podemos acrescentar, a partir desta pesquisa, que o controle do viver passa também pela inserção ou pressão para que essas pessoas sejam inseridas na lógica do mercado. Esse movimento fica explícito na expressão “ter que se mexer”, ou seja, um claro e forte objetivo do acompanhamento é a inserção das pessoas nesta lógica:

[Pesquisadora]: - E você acha que, dentro do acompanhamento, quais os casos que você identifica que foram bem-sucedidos?

[Trabalhadora]: - Esse da mulher que fez os três cursos da oficina motivacional: *biscuit*, pintura em tecido, não lembro. E a oficina motivacional⁴¹ era um espaço, eu não participava, mas tinha também o

⁴⁰ Análises sobre os efeitos das condicionalidades dos Serviços e Programas da Assistência Social serão melhor desenvolvidos no próximo tópico.

⁴¹ As Oficinas Motivacionais se constituem como espaços para convivência e acompanhamento familiar nos CRAS em que são desenvolvidas atividades geralmente ligadas ao artesanato: pintura em tecidos, bordado, produção de bonecas de pano, sabão, dentre outras. A vertente ligada à

psicólogo, onde tinha uma troca além do conhecimento do artesanato. E essa mulher entrou retraída e no final ela deu conta e pediu desligamento do PCC.

[Pesquisadora]: - Deu conta de quê?

[Trabalhadora]: - De se sustentar. A filha dela entrou para o [Programa] Adolescente Aprendiz⁴². E ela veio e falou que não estava mais precisando da cesta. Ela tinha o nome em todas as listas de espera da oficina motivacional.

[Pesquisadora]: - Ela abriu o próprio negócio, é isso?

[Trabalhadora]: - Ela se juntou com um grupo, que não era um grupo do CRAS. De pessoas que faziam artesanato e ela acendeu, fez amizades, ela não tinha tantas amizades no lugar onde ela morava. Esse foi um caso que foi uma questão de renda, mas que você vê a diferença na pessoa, ela acendeu [no sentido de estar iluminada].

Outro trecho da conversa que deixa evidente esse movimento é quando perguntado sobre os objetivos do acompanhamento:

[Trabalhadora]: - Eu vou falar emancipar, mas emancipar é uma palavra muito forte... Mas tornar aquela família, uma família autônoma, digamos assim, que desse conta do seu núcleo. Que todos dessem conta de manter uma família saudável, que dessem conta de seus conflitos. Às vezes até precisando da cesta, mas como uma forma de transição... De estar correndo atrás de outras coisas...

[Pesquisadora]: - Tipo o quê?

[Trabalhadora]: - Às vezes uma qualificação, procurando emprego, de ir no SINE⁴³. Enfim, veio o Pronatec⁴⁴ que tinha muito curso, tipo de padeiro, essas coisas que têm mercado.

Durante a conversa chegamos à conclusão de que o CRAS tem “empurrado” as pessoas para o mercado de trabalho:

[Trabalhadora]: - [...] O CRAS muitas vezes é para inserir no mercado de trabalho. Querendo ou não o objetivo do PCC é não precisar da cesta. Como não precisa da cesta? Com renda. E a renda via de regra vem do trabalho.

E parece-nos que a focalização da política, podendo também ser entendida como resultado de uma política de Estado Mínimo, tem sido um importante impulsionador desse movimento de “empurrar” as usuárias ao mercado de trabalho. Como é

geração de renda geralmente é abordada durante as oficinas e é possível notar que parte das participantes, maioria mulheres, se inserem em atividades de geração de renda a partir do que aprendem nas oficinas.

⁴² O Programa Adolescente Aprendiz é regulamentado pelo Decreto nº 5598/2005 (BRASIL, 2005) e se ampara no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que proíbe o trabalho de menores de 14 anos, exceto na condição de aprendiz, e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que prevê contrato de trabalho especial chamado contrato de aprendizagem. Esse Programa tem duração máxima de dois anos e visa assegurar formação técnico-profissional e realização de atividades compatíveis com a vida escolar e com o desenvolvimento do aprendiz que deve possuir entre 14 e 18 anos de idade.

⁴³ Posto de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE).

⁴⁴ Refere-se ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

possível notar, algumas práticas são justificadas pelo argumento de não haver vagas para todos. No modelo neoliberal de governo está inserida a ideia de Estado Mínimo que se justifica perante uma lógica mercadológica em que o Estado não deve suprir serviços e bens disponíveis no mercado. Mas sim, governar para o mercado e em função do que dita a lógica do mercado (LAGASNERIE, 2013). A população deve então, a partir de seus próprios recursos, prover-se do que necessita por meio de sua inserção no mercado, ou seja, deve ser “empreendedora de si mesma”⁴⁵ (FOUCAULT, 2008c). Esses bens e serviços então se tornam mercadorias disponíveis para compra e venda. Nessa lógica, não se valoriza o sistema público de saúde mas sim, estimula-se a compra de planos de assistência médica privados, distribui-se número limitado de cestas básicas e estimula-se a submissão da força de trabalho dos indivíduos ao mercado para que possam eles mesmos comprar alimentos em estabelecimentos comerciais.

Percebe-se que mesmo os neoliberais notaram que não é possível abrir mão das políticas sociais, mesmo que mínimas, pois elas empregam trabalhadores públicos que com seus salários movimentam a economia, por meio de programas chamados de transferência de renda, como o PBF, movimentam as economias locais, dentre outros exemplos. Foucault (2004, p. 197) traz análises sobre o modo como são encaradas as políticas sociais no neoliberalismo e afirma que:

[...] o instrumento dessa política social, se é que podemos chamar isso de política social, não será a socialização do consumo e da renda. Só pode ser, ao contrário uma privatização [...]. Vai-se pedir à sociedade, ou antes, à economia, simplesmente para fazer que todo o indivíduo tenha rendimentos suficientemente elevados de modo que possa, seja diretamente e a título individual, seja pela intermediação coletiva das sociedades de ajuda mútua, se garantir por si mesmo contra os riscos que existem, [...] a partir do que constitui sua própria reserva privada.

Nessa lógica, a profissional é colocada como a operadora de uma catraca. Aquela que será responsável por deixar alguns passarem mediante um pagamento, no caso, seu movimento e sua inserção na lógica de mercado: “Os benefícios não são meras ‘doações’; ao contrário, são trocados com as famílias que se enquadram nos padrões normatizados.” (SIQUEIRA; LINO, 2013, p. 44). Dagnino (2004, p. 106) analisa essa lógica como a afirmação de um conceito de cidadania em que

tornar-se cidadão passa a significar a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor. Esse parece ser o princípio subjacente a um enorme número de programas para ajudar as pessoas a “adquirir

⁴⁵ Este conceito será melhor desenvolvido no próximo item.

cidadania”, isto é, aprender como iniciar microempresas, tornar-se qualificado para os poucos empregos ainda disponíveis, etc. Num contexto onde o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania.

Monteiro (et al., 2006, p. 9) também avalia que a pressão exercida pelos serviços estatais para inserção de suas usuárias no mercado de trabalho traz uma concepção de cidadania em que “[...] o cidadão humano passa a ser considerado como aquele que se vincula, rápida e prontamente, à lógica capitalística”. Vê-se, desse modo, o surgimento do cidadão-consumidor.

Apesar desse forte incentivo, sabe-se que boa parte das pessoas atendidas na Assistência Social não tem condições de suprir as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente. Spink e Spink (2006, p. 7) apontam que

Há pelo menos 50 milhões de pessoas procurando viver com uma renda *per capita* de 80 reais por mês, em uma situação de desemprego permanecem por volta de vinte por cento da população economicamente ativa e a qualidade da grande maioria dos postos de trabalho é precária, com pouca ou nenhuma garantia laboral. Mais de trinta por cento dos brasileiros têm dificuldade de se movimentar em um mundo de documentos e formulários, porcentagem esta que chega até quase noventa por cento em certas áreas rurais.

Castel (2005, p. 48) também compõe com esta afirmativa ao expor que dentro da nova lógica liberal em que se insere o trabalho existem trabalhadores

[...] que ganham com a mudança que podem aproveitar-se das novas oportunidades e realizar-se através delas no plano profissional e no plano pessoal. Mas há também todos aqueles que não podem enfrentar esta redistribuição das cartas e se acham inválidos pela nova conjuntura.

Parece-nos que a política de Assistência Social voltada para o exército de reserva do capital tem a função de não permitir que esse exército deixe de sê-lo. Promovendo, portanto, a gestão dos “sobrantes”, como avalia uma das participantes da pesquisa:

[Trabalhadora]: - [...] sabe por que tem assistência? É porque o sistema capitalista é falho. Simples assim. Nós vivemos em um sistema capitalista e vamos criar a política de Assistência Social, porque vão existir os “sobrantes”. Como vai ter os “sobrantes”, tem que ter uma política que vai atender aquele povo ali. E quem são os sobrantes? Isso é teoria de Marx. Ele chama de exército industrial de reserva. Que são os desempregados. E o que eles fazem? Eles deixam os salários baixos. Porque o patrão da grande empresa vai falar: tem mil querendo trabalhar e você, governo, esses mil aí não deixa morrer não, dá uma comidinha para eles, dá um benefício...

Nesse mesmo bojo, Oliveira (2010, p. 55), pondera que

A conjunção da lógica da biopolítica do “fazer viver e deixar morrer”; da arte liberal de governar, que implica em necessárias diferenças para a regulação do mercado – elevado a lugar de verificação; de uma sociedade cujo modo de controle se dá a céu aberto; e do modo indivíduo que sacraliza o individual como instância responsável por fracassos e sucessos instituindo uma meritocracia, tem objetivado misérias admitidas como necessárias. Misérias que servem de combustível para o atual modo do Capitalismo Mundial Integrado (CMI), misérias como modos de vida instituídos.

Ou seja, existe todo um sistema de garantia de direitos que por um lado possibilita garantias mínimas de existência, mas por outro não prevê a mudança das engrenagens que produzem misérias como modos de vida. Como afirma Oliveira (2010, p. 56), “em condições mínimas vive-se atualizando a miséria produzida pela lógica capitalista”. Importante salientar que, quando nos referimos à vida, não estamos dizendo apenas de seu aspecto biológico, mas sim de um modo mais amplo, de suas liberdades, rebeldias, afetos, desafetos, invenções, dentre outros (OLIVEIRA, 2010). A objetivação de um “povo miséria necessária” não diz apenas de suas condições materiais de existência, mas também de modos de produção de subjetividade capturados e cerceadores direcionados a elas. (OLIVEIRA, 2010).

Por tudo isso, observa-se que o trabalho assalariado para essas pessoas, portanto, aparece como um horizonte distante, porém é preciso não fazê-las desistir, por meio de um exercício constante de governamentalidade. E o acompanhamento familiar nos parece que também tem servido a este propósito: como um coelho que possui preso em si uma vara com uma cenoura em sua frente, ele vê a cenoura, possivelmente nunca irá alcançá-la, mas a visão da cenoura o mantém caminhando. Fato que não impede que novas construções sejam realizadas nesse acompanhamento, ou seja, esse direcionamento da política de Estado não impede que práticas outras sejam criadas. Práticas profissionais com objetivos diversos ao controle, que aliadas às pessoas que atendem possam produzir rachaduras e bifurcações nesse sistema de controles.

3.2 A formação de empreendedores de si mesmos

Como bem afirma Lockman (2013), não se trata de fazer juízo de valores sobre a política de Assistência Social, mas sim analisar o efeito de suas práticas e localizá-la

em uma racionalidade neoliberal que engendra essas práticas que produzem e constituem determinados modos de viver. Neste caso, avalia-se que esta política estatal tem servido para a governamentalidade da população em direção à lógica de mercado.

[...] tais políticas pretendem governar todas as camadas da população brasileira, incluindo-as nas redes de consumo e garantindo espaços de participação no mercado, onde possam contribuir, minimamente, para o funcionamento do jogo econômico. (LOCKMAN, 2013, p. 38).

De acordo com Foucault (2008e), uma das estratégias utilizadas nesse jogo é a produção de sujeitos empreendedores de si mesmos por meio das políticas econômicas, mas também pelas políticas sociais. Essa afirmação do autor se sustenta em uma análise de que as competências do trabalhador se tornam uma máquina capaz de produzir fluxos de renda.

Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo. (FOUCAULT, 2008e, p. 310).

Para Foucault (2008e), o empresário de si mesmo é aquele que é seu próprio capital, é para si mesmo a fonte de sua renda. De acordo com o autor

[...] o salário não é nada mais que a remuneração, que a renda atribuída a certo capital, capital esse que vai ser chamado de capital humano na medida em que, justamente, a competência-máquina de que ele é a renda não pode ser dissociada do indivíduo humano que é seu portador. (FOUCAULT, 2008e, p. 311 e 312).

Esse capital humano, ou essas competências-máquinas serão formadas a partir de processos educacionais, constituídos por escolarização, formação profissional, e não só por isso, por elementos mais amplos como o “[...] número de horas que uma mãe de família passa ao lado do filho [...]” (Foucault, 2008e, p. 315), ou pelo nível de cultura dos pais, dentre outros. Ou seja, o capital humano é “[...] o conjunto dos investimentos que foram feitos no nível do próprio homem.” (Foucault, 2008e, p. 318). E nota-se que essa tem sido a orientação de políticas, incluindo as políticas sociais. A tudo se aplica um cálculo econômico, e o ser humano deve “[...] comportar-se como uma pequena empresa que, pressionada pelos recursos de que dispõe, buscase a cada instante maximizar sua utilidade [...]” (LAGASNERIE, 2013, p. 149).

A esse respeito, pode-se observar que durante a pesquisa foram várias as conversas em que esse movimento foi enunciado. Em uma delas, ao se fazer uso da

estratégia de perguntar o que era considerado para as profissionais sucesso no acompanhamento familiar, foram várias as respostas referentes à inserção no mercado formal de trabalho, ou ainda a inserção em instituições de ensino para escolarização ou profissionalização.

Movimento este, também apontado por Monteiro *et al.* (2006, p. 9), a qual afirma que

Programas institucionais de formação continuada animam grandes segmentos da população a investirem em sua qualificação para o trabalho e nas escolas e universidades o norte da formação é dado pelas expectativas voltadas para o “mercado de trabalho formal” como se este fosse o único caminho.

Nota-se também grande incentivo para a produção autônoma de artesanatos ou para a criação de pequenas empresas e comércios. Na pesquisa realizada, perguntava o que era considerado bem sucedido nos diferentes grupos com os quais o CRAS promovia acompanhamento: adolescentes, mulheres adultas e idosas. Foram citados casos para o grupo do Projovem Adolescente⁴⁶, como a inserção no Programa Adolescente Aprendiz; para o grupo das Oficinas Motivacionais, que possui como maior público mulheres adultas, foi citada a inserção em emprego formal e, quando idosa, promover atividades lucrativas por conta própria, ou abrir o próprio negócio.

Sobre o Projovem e a inserção em programas de aprendizagem, apresenta-se o seguinte diálogo:

[Trabalhadora]: - O nosso Projovem sempre foi grande [...]. Só que no decorrer do tempo a gente encaminhava esse jovens para o Menor Aprendiz⁴⁷. A gente sempre fazia um relatório para as empresas falando que era participativo no Projovem e acabou que muitos foram aceitos, então o grupo foi diminuindo. [...]

[Pesquisadora]: - Essa demanda para o Menor Aprendiz, como surge? São os próprios adolescentes que pedem, os pais que pedem? Ou são vocês que acham que essa é uma vertente importante?

[Trabalhadora]: - Sempre acontece que eles ficam sabendo, eu acho que a escola passa, ou até mesmo sai no jornal que está contratando Menor

⁴⁶ De acordo com o MDS, o Projovem Adolescente se constitui como um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens entre 15 e 17 anos. Ele tem como objetivo o Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários, a permanência do adolescente na escola ou retorno, caso tenha evadido. No Projovem são desenvolvidas atividades que estimulam a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho, segundo o MDS. O principal público do Projovem são adolescentes provenientes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou aqueles considerados em situação de risco pessoal ou social. O Projovem deve se articular com as ações do PAIF desenvolvidas no CRAS. Desse modo, um profissional de nível superior do CRAS deve acompanhar o coletivo de jovens, bem como acompanhar suas famílias (PROJOVEM, s/d).

⁴⁷ Refere-se ao Programa Adolescente Aprendiz, que anteriormente se chamada “Menor Aprendiz”.

Aprendiz. E quando a gente sabe, a gente contata a família e o adolescente. Então, quando acontece dessa comunicação, a gente faz a cartinha para a empresa, eu tento sempre pesquisar como é a empresa, porque têm umas que não levam muito a sério o Menor Aprendiz.

[Pesquisadora]: - E como é isso para os Adolescentes?

[Trabalhadora]: - É gratificante para eles. Eles se sentem valorizados.

[Pesquisadora]: - Eles se sentem felizes?

[Trabalhadora]: - Super. Quando eu chego e falo: “Olha, está tendo uma vaga lá. Vocês querem dar uma olhadinha?”. Na hora eles aceitam, eu converso muito com os pais. [...]

[Pesquisadora]: - E eles ficam felizes por quê? É o fato de estar trabalhando? É o dinheiro?

[Trabalhadora]: - É o fato de ter independência, de ter o dinheiro deles. A gente também trabalha os temas do Projovem muito na realidade deles. A gente fala muito dessa conquista, de que você precisa trabalhar para você ser alguém na vida, para você ter as suas coisas, então quando surgem vagas eles ficam [felizes]. Até mesmo a família: “Que bom, vai começar a trabalhar, vai ver como é!”.

[...]

[Pesquisadora]: - Eu estou perguntando porque tem aparecido isso muito nas conversas da pesquisa [...]: de que o CRAS seria um espaço para encaminhar as pessoas para o mercado de trabalho. Seria uma transição, porque ele não consegue emprego por uma série de questões, daí o CRAS faria com que ele se inserisse no mercado de trabalho para deixar de depender dos benefícios da Assistência Social? O que vocês acham disso?

[Trabalhadora]: - Para o Projovem eu não acredito que seja não, porque não tem que encaminhar. Isso é uma consequência mesmo. Eu não trabalho com eles do tipo: “Vem aqui que vocês vão conseguir trabalho!”, não. Na verdade, por exemplo, muitos não queriam, porque falam: “É muito cedo” ou “Eu ainda não tenho idade”, mas outros já querem: “Vai ser bom para o meu futuro”, “Eu vou aprender”, “São os meus estudos”. Eu não vejo isso no Projovem porque a gente não diz: “Vem aqui que eu vou inserir você no mercado de trabalho”.

[Pesquisadora]: - E esses que não querem ser inseridos?

[Trabalhadora]: - É tranquilo, porque eles acham que não estão no momento. É a responsabilidade: “Eu vou assumir uma responsabilidade maior”. A gente respeita, continua trabalhando os temas necessários e quando eles têm vontade a gente acolhe: “Tia, eu acho que agora eu estou preparado”.

Por mais que na conversa se admita que a função do Projovem não é o encaminhamento para o mercado de trabalho, nota-se que há produção de subjetividade ligada a um *status* de valorização dessa inserção. E ainda uma conformação de que esse seria um caminho natural do adolescente. Nota-se esse fato quando a trabalhadora fala sobre aqueles que *ainda* não querem se inserir. A regulamentação não se dá pela imposição, mas por uma produção de desejo de se inserir no mercado de trabalho. São vias indiretas que permitem essa produção. E

por isso, as trabalhadoras não localizam que este seja um resultado atribuído ao Programa.

Um outro efeito dessa inserção dos jovens nos programas de aprendizagem foi avaliado por Standing (2014), o qual afirma que essas políticas, assim como as de estágio, são potencialmente um veículo que direciona os jovens rumo a empregos precarizados. Standing (2014) também avalia que essas políticas têm vendido a suposta garantia de entrada em um emprego regular, sendo que em grande parte têm sido usadas pelos empregadores como um meio de obter trabalho dispensável e barato. Complementa afirmando que “[...] os estagiários estão fazendo um trabalho barato sem perspectiva de progresso, que pressiona para baixo os salários e as oportunidades de outros que normalmente poderiam ser empregados.” (STANDING, 2014, p. 122).

Miguel (2014), ao pesquisar sobre o Projovem Adolescente, no município de Venda Nova do Imigrante, no Espírito Santo, também observa que, por diferentes vias, os jovens que integram o Projovem Adolescente estão sendo “empurrados” ao mercado de trabalho. Miguel (2014) aponta que, apesar de uma vertente do Projovem ser a redução da evasão escolar, muitas vezes o jovem não conta com oportunidades que o possibilitem continuar os estudos para além da escolarização básica (ensino fundamental). Nesse caso, o autor aponta que a falta de condições para continuar os estudos tem impulsionado cada vez mais jovens para a evasão escolar e para a inserção no mercado de trabalho de forma mais precarizada, em empregos degradantes, com vínculos informais e baixos salários, configurando um dos processos de gestão da miséria.

Ao mesmo tempo, Miguel (2014) questiona os processos de produção de subjetividades que individualizam as questões e responsabilizam o jovem pela “salvação” da condição socioeconômica de sua família por meio de sua maior escolarização. Como se, por meio de seus esforços individuais, os jovens pudessem transpor as barreiras das desigualdades produzidas historicamente, como: a ausência de vagas no sistema público de ensino, principalmente no ensino médio e superior; a falta de investimento em educação; a falta de atrativos para os jovens nas escolas; a precarização do mundo do trabalho; dentre tantos outros. (MIGUEL, 2014).

Esses incentivos à inserção no mundo do trabalho fazem parte de um contexto em que se produzem sujeitos que devem autogerir-se. A esse respeito, Lockman (2013, p. 46) pondera:

Trata-se de produzir um sujeito que a partir das suas competências seja capaz de gerenciar sua própria vida, tornando-se um empreendedor da sua própria existência. Para isso, essa forma de governamentalidade — neoliberal — busca investir nos sujeitos, intervir nas formas de ser, de agir, de pensar, de se relacionar, com o intuito de aumentar não só a qualidade [de vida] da população, mas também contribuir para o funcionamento do jogo econômico. Ou seja, entende-se que ao qualificar a população, ao investir em seu capital humano, está-se ao mesmo tempo, investindo também em um crescimento econômico futuro.

O conceito de autonomia, neste contexto, de acordo com Lockman (2013, p. 44) pertence “[...] a uma racionalidade neoliberal que objetiva produzir sujeitos autogovernados capazes de prover suas próprias necessidades e conduzir suas próprias vidas. O sujeito autônomo⁴⁸, aqui, é entendido como o empresário de si mesmo.”

A esse respeito, Foucault (2006b, p. 127) avalia que foi em meados do século XX que a independência passou a ser fator de segurança: “A partir dos anos 50 [do século XX], [...] e mais ainda a partir dos anos 60, a noção de segurança começou a ser associada à questão da independência. Esse desvio foi um fenômeno cultural, político e social extremamente importante.”

Nesse sentido, a impossibilidade momentânea ou permanente de se integrar nesta lógica, ou seja, de ser independente e empreendedor de si mesmo, é um dos fatores que compõem a chamada vulnerabilidade, conceito que será discutido mais adiante no texto, e um indicador de que essa pessoa ou grupo devem ser inseridos nos programas assistenciais.

Durante as conversas, notou-se que a não inserção na lógica de mercado era consentida para grupos considerados não produtivos, como idosos com idade avançada e pessoas com deficiência física ou algum problema grave de saúde. Esses grupos poderiam continuar recebendo os benefícios da Assistência Social

⁴⁸ Heckert (2005, p. 157) defende, no entanto, que o conceito de autonomia pode ter o sentido de criação de novas normas para a existência, ele pode estar ligado “[...] à capacidade de errância do vivo, de bifurcar, de fabricar desvios, de inverter as relações instituídas. Nesse sentido, ela não se impõe por decreto, tampouco é um imperativo a ser executado.” Ao invés de dar respostas a perguntas pré-existentes, como pretende o conceito de autonomia neoliberal, com objetivo de promover enquadramento dos sujeitos, a autonomia pode ter o sentido de criação de novos possíveis, de autogoverno, de questionar as perguntas colocadas, subvertendo a lógica hegemônica.

sem necessidade de serem acompanhados para que parem de recebê-los e sem a moralização destinada principalmente aos beneficiários do Programa Bolsa Família.

[Pesquisadora]: - Por que para o usuário do BPC a gente não fala para ele deixar de ser usuário do BPC?

[Trabalhadora 1⁴⁹]: - Perfil. Ele faz parte do perfil que se encaixa naquele benefício.

[Pesquisadora]: - Mas quem recebe o Bolsa Família também se encaixa no perfil.

[Trabalhadora 1]: - Sim, mas pensa no porquê ele está recebendo o Bolsa Família.

[Pesquisadora]: - Por quê?

[Trabalhadora 1]: - Porque ele não teve acesso à escola, hoje não está tendo acesso a trabalho.

[Pesquisadora]: - Mas quem recebe o BPC também, ele não teve acesso à previdência, por exemplo.

[Trabalhadora 1]: - Sim, justamente. Vamos pensar no BPC Idoso, ele vem de um histórico de que ele não teve acesso, se não ele estaria aposentado, deficiência, se ele tivesse acesso estaria no auxílio-doença, não no BPC. Eu acredito que vem de uma falta lá de trás.

[Pesquisadora]: - Então, eu estou entendendo. Mas por que então a gente não estimula, não estou dizendo que tem que fazer isso, mas por que a gente não estimula o do BPC a não depender e estimula o do BF a não depender?

[Trabalhadora 1]: - Vai de perfil. Como eu vou chegar para o BPC por idade hoje e incentivar ele a mudar? Não dá mais. Sessenta e cinco anos, como ele vai fazer? É BPC! BPC deficiente. Dependendo da doença também não dá mais. Vai continuar com BPC. [...] Isso dá muita raiva. Se for doença, ele está tendo acesso 100% à saúde para ele se tratar e voltar pro mercado de trabalho? Nem sempre. Esbarra na saúde, então se não tenho acesso à saúde, mais tempo eu vou ficar dependendo de BPC. No BF o que eu enxergo é que eles estão tranquilos porque os valores só têm aumentado. Eles não vêm buscando melhorias para eles. Eles enxergam o BF como direito. Eles não conseguem enxergar como passageiro.

[Pesquisadora]: - E vocês conversam isso com eles?

[Trabalhadora 1]: - Sim.

[Pesquisadora]: - E eles falam o quê?

[Trabalhadora 1]: - Nada.

[Trabalhadora 2]: - Não é que é nada. [alvorço] Eles batem o pé e dizem que é direito. Não entram na cabeça deles que é uma ajuda momentânea, que é para eles se reerguerem.

Nota-se aí um movimento de luta dos próprios beneficiários para que sejam enxergados como possuidores de direitos e exigindo, portanto, seu direito à

⁴⁹ Neste trecho serão utilizados os termos “Trabalhadora 1” e “Trabalhadora 2” com objetivo de esclarecer ao leitor que se tratou de uma conversa com mais de uma trabalhadora. Ao longo do texto outros diálogos serão apresentados com esse mesmo formato. Ressalta-se que, nos trechos onde houver transcrição de fala de apenas uma entrevistada, será utilizado genericamente o termo “Trabalhadora”. A preocupação em não vincular as falas às suas respectivas autoras pretende evitar a identificação das participantes por meio do conjunto dos dados apresentados.

continuidade do benefício. Enquanto os beneficiários estão em idade produtiva e em plenas condições de se inserirem no mercado de trabalho, não se admite que eles recebam o benefício e esse movimento é encarado como acomodação.

Observa-se também a concepção de que o direito aos benefícios da Assistência Social é um direito de “segunda ordem”, ou seja, ele é acessado quando outros direitos faltam ou falham, como o direito à saúde, à previdência, à escolarização e ao trabalho:

[Pesquisadora]: - Mas o benefício não é um direito?

[Trabalhadora]: - Se o direito fosse cumprido, não haveria necessidade de a gente tapar um buraco com o benefício.

[Pesquisadora]: - Direito a quê?

[Trabalhadora]: - Direito à educação, saúde, habitação e tudo mais, transporte e lazer... Se a gente tivesse todas essas garantias, não existiria benefício.

A assistência social é encarada como sendo uma política então direcionada a uma população específica, ou para compensar uma falha do sistema de garantia de direitos, produzida pela política de Estado Mínimo. De acordo com as necessidades do mercado as cartas são redistribuídas e

O homem que, outrora, fazia do seu trabalho e da sua qualificação algo de dignificante, encontra-se agora, qualquer que seja a sua posição, constantemente ameaçado de desgraça social: desemprego, miserável, potencialmente assistido pela segurança social. (GUATTARI; NEGRI, 1987, p. 5).

No que se refere à moralização destinada aos beneficiários do Programa Bolsa Família, cabe ainda analisar discursos que afirmam que o programa tem estimulado os pobres a gerar cada vez mais filhos. Muitas são as vezes em que ouço esse discurso em diversos espaços, nos serviços da Assistência Social, mas também para além deles. Ora, se for o caso de estimular a natalidade, porque isso é encarado como um problema? Se trata então de desestimular a reprodução dos pobres desajustados e indesejados?

Durante muito tempo, e ainda hoje, são exaltadas as funções reprodutivas das mulheres que muitas vezes se identificam fortemente com a maternidade, chegando a atribuir essa função como a principal em suas vidas. Donzelot (1986, p. 33) avalia que, quando da criação e expansão do salário-família no século XIX,

[...] o que era dado como auxílio a uma mãe solteira, a quem se queria encorajar a manter seu filho, transformou-se num direito ainda mais legítimo para a viúva pobre cheia de filhos, depois, para a mãe de família numerosa

e, depois, para a mulher operária a quem não se deve desencorajar de reproduzir.

Ou seja, são evidências de como as atividades reprodutivas das mulheres eram exaltadas e estimuladas a partir de recursos fornecidos pelo Estado. Donzelot (1986, p. 161) aponta ainda que no século XIX houve um investimento em enaltecer na família “[...] o caráter de pequena empresa interessada em multiplicar seus membros e, portanto, sua força”. O autor traz também elementos que mostram como correntes da medicina à época defendiam uma intervenção normativa na família com vistas a garantir, “[...] além de uma numerosa reprodução, sua qualidade.” (DONZELOT, 1986, p. 167). Como explicar então, o atual movimento de moralização dos pobres que possuem muitos filhos? Donzelot aponta um momento histórico em que os benefícios eram fornecidos para inclusive estimular a maternidade, por que agora esse movimento de preocupação com o suposto excesso de filhos dos pobres?

Uma hipótese é a premissa desenvolvida hoje pela política neoliberal de que todos devem se sustentar, serem empreendedores de si para seu sustento e de sua prole. Ideia de que o Estado não deve se responsabilizar pelo sustento da prole dos pobres, mas que estes, sim, devem por seus próprios esforços fazê-lo. A concepção de que o Estado deve ser provedor tem gradativamente se desfeito. Dependendo dos benefícios do Estado passou a ser sinal de fraqueza moral, atestado de fracasso perante os rearranjos da lógica de mercado.

Essa moralização indica uma mudança de racionalidade das políticas sociais, em que a família é encarada como uma empresa, mas que deve ser gerida por novas regras, novos preceitos. Nesse cenário, a mãe pobre que tem muitos filhos é considerada irresponsável, já que não possui os meios para sustentá-los. Nesse caso, ela deve se responsabilizar pela contracepção por meio de seu acesso aos serviços públicos de saúde, que nem sempre possuem fácil acesso, ou buscar esse serviço no mercado. Estimular a maternidade, sim, para não permitir que se finde a população com a qual se possa governar, mas não em excesso que possa trazer demasiado ônus aos cofres públicos e trazer a indesejada função provedora do Estado.

A esse respeito, Donzelot (1986, p. 56) pondera que o Estado Liberal se constituiu a partir da seguinte premissa:

Ao invés de um direito à assistência do Estado, cujo papel assim aumentado, viria perturbar o jogo dessa sociedade, liberada dos entraves

cuja pedra fundamental era justamente esse papel do Estado, nós forneceremos os meios para serdes autônomos através do ensino de virtudes da poupança e, de nossa parte, o mínimo direito será sancionar, através de uma tutela rigorosa, as demandas de ajuda que ainda poderíeis solicitar, já que elas constituiriam o indício flagrante de falta de moralidade.

Mecanismo perverso que ora estimula a fecundidade, por interesses ligados ao aumento da população para otimização de sua utilidade, e ora a desaprova moralmente e isenta o Estado de se responsabilizar por esse evento por meio de uma Política de Estado Mínimo. Afinal, trata-se de um jogo biopolítico de gestão da população.

Sobre a questão do estímulo à escolarização, nas conversas foram observados movimentos distintos, referentes ao objetivo desse investimento. Ao mesmo tempo em que em algumas conversas a escolarização foi citada principalmente com objetivo de inclusão no mundo do trabalho, em uma outra o incentivo à escolarização foi trazida com um sentido diferente, como se pode notar a seguir:

[Pesquisadora]: - [...] você falava que nos atendimentos uma saída é estimular a escolarização e a inserção no emprego.

[Trabalhadora]: - Não só, mas é aquilo que eu estava falando e que a gente tem que avaliar: uma visão crítica de Estado. Você aumenta a escolaridade para eles entenderem onde estão inseridos.

[Pesquisadora]: - Então, não se trata de uma escolarização para o trabalho?

[Trabalhadora]: - Não. Escolarização para entender literatura, física, química, tudo. Para quando eu perguntar a ele se ele bebe água filtrada, ele entender o porquê: para retirar as impurezas da água para ele não ficar doente. Estudar é para vida, para viver. Não só para o trabalho. Mas para eles, quando eles falam “acabei de estudar” é para o trabalho. Isso que eu quis dizer. Geralmente o adolescente fala isso: “Acabei de estudar!”. Para quê? Para ser vendedora, opedora de caixa, para trabalhar nessas funções.

[Pesquisadora]: - Para você ver como a nossa escolarização já não está fazendo mais sentido para a vida. Só faz sentido para o trabalho.

[Trabalhadora]: - É isso aí. E para um trabalho precarizado.

Apesar de nesta conversa haver uma constatação de que a escolarização tem servido para a formação de um capital humano para o trabalho, nota-se um investimento no fato de a escolarização servir para outros propósitos, que questionem inclusive essa lógica de inserção no mercado.

Por todo o exposto, nota-se que a política de Estado da assistência social tem operado para o enquadramento e serialização das famílias atendidas por meio de incentivos persistentes e por vezes constrangimentos para a inserção na lógica do mercado. Percebe-se que se investe sobre o trabalho como um exercício da governamentalidade para manter o sistema liberal. Será produzido todo um aparato

para produzir um corpo, uma sociedade para o trabalho, por meio de dispositivos disciplinares e de governamentalidade.

Notam-se também movimentos que perpassam essa lógica, mas que lutam para a construção de novos possíveis. Neste contexto, emergem questionamentos sobre a possibilidade de se produzirem políticas de fato públicas, que afirmem a diversidade da vida, em que o que difere da norma não seja capturado, nem julgado como “acomodação” a partir de ideais moralizantes. Será possível? Na fala da profissional, nota-se uma persistente tentativa de criar saídas aos modos de trabalho aprisionadores e moralizantes. Mostram-se tentativas de criar possíveis⁵⁰ e produzir intervenções que questionem as cristalizações.

No trecho a seguir, extraído de uma das conversas, a trabalhadora conta como era possível produzir novas relações com a comunidade a partir de precariedades do serviço prestado pelo Estado. Conta sobre o que fazia quando havia falta de profissionais no CRAS em um outro município onde trabalhou.

[Pesquisadora]: - E mais o que você mudaria no trabalho, além da burocracia?

[Trabalhadora]: - Tem. Tem um monte de coisa. Para mim ele tinha que ser uma casa da família de verdade. Eu não sinto eles de fato dentro do CRAS, eu os sinto meio arredios. Tinha que mudar a logística para eles entrarem e se sentirem donos do espaço. [...] Quando eu trabalhava em [outro município], eu acho que isso acontecia também porque não tinha coordenação, eram só os técnicos e auxiliar de serviços gerais.

[Pesquisadora]: - Não tinha coordenação?

[Trabalhadora]: - Não tinha porque eles não podiam contratar. [...] Era só a gente e os auxiliares de serviços gerais com 30 anos de serviço, com dores nas costas, demoravam uma semana para limpar o CRAS. Então... A comunidade entrava no CRAS. Eu fiquei sozinha uma época, só eu e mais ninguém. Eu ligava para as agentes comunitárias, para a enfermeira, para o pessoal dos serviços urbanos, tinha uma casinha ali perto que a gente fazia reunião e eu dizia que precisava da ajuda deles e chamava a comunidade, que ficava ali dentro. Eu usava todos os espaços. Eu usava projeção para os meninos jogarem *videogame* ali dentro. Perguntava se tinham *videogame* e deixavam levar para lá e colocava na projeção para os meninos do Projovem Adolescente. Eles estavam de férias, e não tinha mais oficineiro. Eu falei: acabou o Projovem, mas o espaço é de vocês. E eles usavam o espaço. Eles me ajudavam a marcar atendimento, atendiam o telefone para mim e estavam ali. A auxiliar de serviços gerais morria de rir. Ela era 30 horas e eu era 40 horas⁵¹. Ela ficava atendendo o telefone e

⁵⁰ Em uma análise de Zourabichvili (2000) sobre Deleuze, este, na esteira de Bergson, afirma que o possível não existe previamente. Ele não existe até que ele seja criado. Não se trata, portanto, de escolher dentro de um conjunto de opções preexistentes: “O que é possível é criar o possível.” (ZOURABICHVILI, 2000, p. 335). Nesse sentido, o acontecimento abre caminhos para o possível. Para exemplificar, no caso da ideia de revolução, ela não é o possível mas um acontecimento que permite a criação de possíveis (ZOURABICHVILI, 2000).

⁵¹ Refere-se à carga horária semanal de trabalho.

fazendo agendamentos para mim. Eu falava com ela: limpa só o vaso sanitário, não limpa mais nada [risos], me ajuda nisso aqui. Foram dois meses assim. Depois mandaram mais profissionais e foi crescendo a equipe. [...]

[Pesquisadora]: - Você disse de um monte de coisa legal que você fez [neste município], por que você não consegue fazer isso aqui em Cariacica?

[Trabalhadora]: - A gente não tem liberdade. E é coisa demais que eles tentam tumultuar no CRAS. Eu acho que eles colocam coisa demais para dentro do CRAS que não é tarefa do CRAS.

Nesse relato podemos perceber que a precariedade foi transformada em possibilidades. Com isso não se pretende aqui justificar ou exaltar a precarização dos serviços da Assistência Social. Neste caso, a considerada precarização estava ligada à ausência de controle e supervisão do coordenador do equipamento e portanto, escape do que é esperado de uma profissional, o que possibilitou inclusive a coletivização do espaço do CRAS. Por que será que nessa situação a população se sentiu mais à vontade no espaço do CRAS? Como multiplicar essa experiência de coletivização?

Oliveira (2010) em sua pesquisa também notou esse movimento e afirma que no CRAS em que promoveu a pesquisa, a ausência de profissionais possibilitou o rompimento do modo de funcionamento pautado em especialismos e permitiu que o CRAS funcionasse mesmo na escassez. Aponta contudo que

[...] essa via de construção não é tão valorizada pela equipe. Tanto o “coitado” que faz tudo, como “as coisas que acontecem que não deveriam acontecer” são efeitos de um modo de operar que permite desmanchar alguns contornos, desfazer alguns especialismos e, principalmente, construir uma grupalidade. Um modo de operar que se atualiza no território que faz a vizinha levar ao atendimento o filho da mãe que está trabalhando; a comunidade cavar a vala para escoar o brejo e garantir a construção do loteamento; uma vizinha acompanhar a outra que não sabe dizer o que quer. (OLIVEIRA, 2010, p. 116).

No decorrer da pesquisa foi possível notar um incômodo e o desejo de algumas trabalhadoras em promover emancipação e independência das usuárias dos serviços. A esse respeito, Foucault (2006b, p. 132) nos traz pistas desse caminho ao sinalizar a importância do que chamou de “um certo empirismo” e da inclusão da população nos processos decisórios e no cotidiano dos serviços.

É preciso transformar o campo das instituições sociais em um vasto campo experimental, de forma a determinar quais são os pauzinhos a mexer, quais são os parafusos a afrouxar aqui ou ali para introduzir a mudança desejada; é preciso efetivamente desencadear uma operação de descentralização, por exemplo, para aproximar os usuários dos centros de decisões dos quais eles dependem e implicá-los nos processos decisórios [...]. É preciso, portanto, multiplicar as experiências por todo lado onde for possível nesse terreno particularmente interessante e importante do social, considerando

que todo um conjunto institucional, atualmente frágil, deverá provavelmente sofrer uma reestruturação de alto a baixo. (Foucault, 2006b, p. 132).

Neste tópico fica evidente que existem práticas de empirismo que escapam aos mecanismos de controle e produzem novos possíveis. Mas também coexistem modos de funcionamento que dificultam esse empirismo. Jogos de forças sempre presentes no cotidiano dos serviços, como foi possível notar. Como se darão essas mudanças, não se pode prever, dependerão das práticas e dos jogos de força criados.

3.3 A negativa ao trabalho como estratégia de resistência

Eu despedi o meu patrão
desde o meu primeiro emprego
trabalho eu não quero não
eu pago pelo meu sossego

Ele roubava o que eu mais valia
e eu não gosto de ladrão
ninguém pode pagar nem pela vida mais vadia
eu despedi o meu patrão
Zeca Baleiro e Capinan

Será a negativa ao trabalho⁵² um modo de resistência? Resistência do trabalhador a ter sua força de trabalho submetida ao mercado? Será a negativa ao trabalho um mecanismo pelo qual uma parte da população se nega a ter sua mão de obra vendida a “preço de banana” e seu tempo preenchido por trabalhos muitas vezes monótonos, nos quais não enxerga sentido⁵³? São perguntas que surgem frente a toda a discussão trazida até o momento. Por que existe tanto investimento em controle e incentivo para o trabalho? Justamente porque se trata de uma produção e não de uma suposta natureza, é preciso que seja produzida e reproduzida incessantemente essa ideia. É porque há escape de que existe a necessidade de

⁵² Optou-se por abordar a questão com o termo “negativa ao trabalho” e não “ócio” ou “preguiça”, tendo em vista o risco do uso destes dois últimos termos de reafirmar o pejorativo estereótipo de “preguiçosos”, tão comum à população que busca os serviços da Assistência Social.

⁵³ A esse respeito recomendamos o filme *Tempos Modernos*, de Charlie Chaplin.

mecanismos de controle e regulamentação. É porque há multiplicidade de modos de vida que há um investimento para serializar e normatizar o conjunto da população. E esse movimento de resistência tem sido classificado pejorativamente como “preguiça” e “acomodação”.

Apesar de se admitir a difícil condição do trabalhador hoje no que se refere ao mercado de trabalho, há que se considerar também que os desempregados não são necessariamente “pobres coitados” que não conseguiram empregos por não possuírem atributos suficientes. O desemprego também pode ser resultado de uma estratégia de resistência, ou seja, também contém uma parcela dos trabalhadores que de diferentes maneiras não se deixaram submeter: “Não serei explorado!” Resistência a esse modo mercantilizado de encarar a força de trabalho que produz trabalho sem sentido, trefista, monótono, fragmentado, desconectado de seu produto final e o reduz a um modo de adquirir subsistência no sistema capitalista. Como a família trabalhadora que deixou os campos degradantes de colheita de cacau, citada no último tópico. Guattari e Rolnik (1986) assinalam que a recusa ao trabalho como hoje se configura pode ser considerada um modo de questionamento das relações de consumo e de produção e pode ser chamada de revolução molecular. Ou seja, um movimento capaz de criar mutações nos modos de produção de subjetividade de indivíduos e grupos, que operam produzindo “[...] condições não só de uma vida coletiva, mas também da encarnação da vida para si próprio, tanto no campo material, quanto no campo subjetivo.” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 46).

Uma das trabalhadoras participante da pesquisa, no decorrer da conversa, fala sobre a necessidade incessante de produção da sociedade capitalista e afirma que trabalha pelo salário e que, portanto, está bem inserida nesta lógica. Afirma ainda que, por estar incluída nesta “roda”, acaba por reforçá-la para as pessoas que atende:

[Pesquisadora]: - E às vezes a gente corre o risco de trazer a pessoa para a mesma “roda” que a gente está.

[Trabalhadora]: - Corre o risco não. A gente faz a pessoa entrar. A gente vive hoje para o trabalho. E talvez essa “apática” seja até uma revolucionária.

Parece-nos que um dos mecanismos que mantém essa engrenagem que “empurra” as usuárias da Assistência Social ao mercado de trabalho é a efetiva construção de inserção e produção de crença de trabalhadores desta política na lógica capitalista.

Porém, observa-se que existem movimentos que escapam e que desconfiam desta lógica. A mesma trabalhadora durante toda a conversa apresenta um incômodo e várias dúvidas sobre as usuárias que não se enquadram nos padrões considerados normais e não seguem os encaminhamentos do CRAS e, conforme apresentado, questiona se este não seria na verdade um movimento revolucionário produzido por essas usuárias.

Durante a conversa coletiva foram feitas intervenções no sentido de problematizar elementos do discurso das profissionais do CRAS que pareciam distanciá-las das usuárias. Outro ponto que parece movimentar a engrenagem de moralização e estímulo à inserção no mercado de trabalho a qualquer custo é esse distanciamento produzido entre trabalhadoras e usuárias. Parece haver uma relação entre este distanciamento e a perpetuação de preconceitos como o de que as beneficiárias do Programa Bolsa Família são preguiçosas e acomodadas.

De acordo com Guattari e Negri (1987, p. 33), “[...] o Capitalismo Mundial Integrado não cessou de estimular guerras fratricidas para a conquista de graus intermediários de participação na integração. O inimigo tornou-se o pobre, o mais pobre que ele.”

A esse respeito, Standing (2014) salientou que tensões entre os trabalhadores precarizados estão colocando as pessoas umas contra as outras, impedindo-as de perceber a conjuntura social e econômica que produz as mazelas a que estão submetidas. Certa vez uma trabalhadora se questiona, com certo receio de ser julgada por isso, se de fato seria justo direcionar vários benefícios sociais para as pessoas em situação de rua. Ela afirma que trabalha muito para custear tanto a sua subsistência, quanto a subsistência dessa parcela da população que, segundo ela, não trabalha. Ora, será mesmo que a população em situação de rua não trabalha? Será mesmo que essa população é a única responsável pela condição em que se encontra? Por que ela se irrita com a ideia de que os sustenta? Sobre essas questões, Standing (2014, p. 48) afirma que

Um trabalhador temporário com baixo salário pode ser induzido a ver o “parasita de benefícios sociais” como alguém que obtém mais, de forma injusta e às suas custas. Uma pessoa que mora há muito tempo numa área urbana de baixa renda será facilmente levada a ver os migrantes como alguém que obtém os melhores empregos e que se lança para encabeçar a fila para os benefícios.

Essas tensões indicam, como também avaliou Standing (2014, p. 201), a degradação do universalismo e da solidariedade social nas políticas públicas: “O

estado neoliberal [...] reverencia a competitividade e celebra a responsabilidade individual irrestrita, com uma antipatia a qualquer coisa coletiva que possa impedir as forças de mercado.”

Durante uma das conversas que se deram de modo coletivo, pergunto às profissionais: “Foi fácil arrumar esse emprego? Vocês têm muitos amigos desempregados?” Todas respondem que não foi fácil se empregar e que conhecem vários amigos desempregados. Esses questionamentos surgem no sentido de romper com a polarização entre trabalhadoras e usuárias, já que as profissionais da assistência social são trabalhadoras apenas um pouco menos precarizadas do que as pessoas que atendem e, como visto, também têm dificuldades de se inserir no mercado de trabalho, de forma similar às pessoas que atendem.

As trabalhadoras da Assistência Social são submetidas a vínculos de trabalho precarizados, baixos salários e quase nenhum benefício social. Durante a conversa com um grupo de profissionais, foi possível perceber que raras eram as que tinham vínculo estável. A maioria trabalhava ali há pouco tempo e já se movimentava para obter um novo emprego. Quando fiz contato com uma trabalhadora, convidando-a para participar da pesquisa, ela disse que aceitava, mas que naquele momento não poderia conversar pois estava no meio de um processo seletivo.

Esse movimento também se mostrou presente quando fui trabalhadora do município. As conversas entre trabalhadoras sempre giravam em torno da abertura de certames de concursos públicos, cursinhos para concursos e processos seletivos em aberto. A maioria buscava uma melhor posição no mercado por entender que estava em situação de precariedade.

Ao longo do tempo, algumas colegas conseguiam melhores empregos e pouco a pouco desfalcavam a equipe. Havia intensa comemoração na saída das colegas, entendendo que se tratava de uma grande e importante conquista. As que ficavam, por sua vez, verbalizavam sua insatisfação e sensação de fracasso e desvalorização, por ainda continuarem precarizadas.

Boa parte das trabalhadoras⁵⁴ que compõe os serviços de Assistência Social, na Grande Vitória⁵⁵, possui vínculos de trabalho precarizados⁵⁶, inclusive nos

⁵⁴ As orientações federais (BRASIL, 2009) preveem que devem compor as equipes dos CRAS conforme a quantidade de famílias por território de abrangência:

municípios considerados abastados. Esse quadro continua existindo apesar de inúmeras recomendações federais (MDS, 2009; BRASIL, 2011a), que afirmam que toda a equipe deve ser composta por servidores públicos efetivos, e mesmo diante da alta rotatividade das profissionais no serviço, o que prejudica a continuidade das ações. Mediante essa realidade surge um questionamento: será que a precarização dos vínculos de trabalho possui relação com a possibilidade de controle e regulamentação também das atividades desenvolvidas pelos profissionais? Serão as profissionais contratadas por meios precarizados melhores *guardiães da ordem* (COIMBRA, 1995)?

Scheinvar (2006) avalia que o Estado tem funcionado de um modo que faz recair sobre as profissionais a culpa pela não efetivação dos serviços, mas não coloca em questão o próprio modo de gestão dos recursos públicos e dos próprios funcionários públicos. Podemos avaliar que, por vezes, não se trata de o serviço não funcionar, mas sim, funcionar de uma determinada maneira, e não de outra, atingindo determinados objetivos em detrimento de outros. E a precarização do trabalho parece fazer pender a balança da relação de forças para uma determinada posição. Scheinvar (2006, p. 51) também aponta que os atuais mecanismos de gestão do

Famílias referenciadas	Equipe de referência
Até 2.500	Dois técnicos com nível médio e dois técnicos com nível superior, sendo um assistente social e outro preferencialmente psicólogo.
3.500	Três técnicos de nível médio e três técnicos com nível superior, sendo dois assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.
5.000	Quatro técnicos de nível médio e quatro técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.

Compõem *obrigatoriamente* as equipes de referência da Proteção Social Básica: Assistente Social e Psicólogo. Categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais: Antropólogo; Economista Doméstico; Pedagogo; Sociólogo; Terapeuta Ocupacional; e Musicoterapeuta. Categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão compor a gestão do SUAS: Assistente Social; Psicólogo; Advogado; Administrador; Antropólogo; Contador; Economista; Economista Doméstico; Pedagogo; Sociólogo; Terapeuta Ocupacional (BRASIL, 2011a). A partir de recente resolução (BRASIL, 2014a) do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), as categorias profissionais de nível de escolaridade fundamental e médio passam a ser reconhecidas como componentes das equipes de referência, são elas: nível médio; cuidador social; orientador ou educador social; função administrativa; função de gestão financeira e orçamentária; funções de gestão da informação, monitoramento, avaliação, vigilância socioassistencial, de benefícios, transferência de renda e CadÚnico. Nível fundamental: auxiliar de cuidador social, limpeza, lavanderia, cozinha, copeiragem, transporte e segurança.

⁵⁵ A região metropolitana de Vitória compreende os municípios de Vitória, Vila Velha, Viana, Cariacica, Guarapari, Fundão e Serra.

⁵⁶ Esse quadro de precarização não ocorre apenas na Grande Vitória. Por meio do Censo-SUAS 2012, foi possível constatar que no âmbito dos CRAS em todo Brasil, em geral, metade dos quadros técnicos desses equipamentos é formado por pessoal com vínculos não estáveis (terceirizados ou contratados temporariamente), sujeitos à alta rotatividade nas suas funções (MDS, 2013).

Estado têm impedido a participação popular e também a participação das próprias profissionais dos serviços:

O “corpo técnico” ou “especializado”, que vai ao campo de batalha enfrentar realidades enquanto representante do poder público, é dificultado e até impedido de opinar e intervir nas decisões relativas à sua rotina, tendo que se submeter a decisões superiores, que chegam a ser contraditórias com as práticas também induzidas ou impostas pelo Executivo. A coordenação da administração pública no Brasil é definida por alianças políticas. Sob esta condição, se estabelece a relação com os trabalhadores públicos e com os usuários das políticas públicas.

Como se pode notar, um dos efeitos dessa rotatividade é também a precarização do trabalho. Quando as profissionais começam a aprender e criar um saber sobre o trabalho, elas saem para um novo e melhor emprego. E a impressão é que se começa novamente do “zero” com uma profissional que provavelmente não tem experiência na área. Nesse contexto, esta dissertação é um exercício de resistência, tentando produzir e sistematizar saber que possa ser transmitido de certo modo furando com essa descontinuidade. Instrumentalizando o mestrado para a produção de saber que sirva, que efetive reflexões sobre o trabalho chamado de trabalho “da ponta”.

Importante também salientar que essa rotatividade apontada era mais evidente entre as profissionais de nível superior, pois as profissionais de nível fundamental e médio desempenhavam funções que tinham menor rotatividade: porteiro, auxiliar de serviços gerais e auxiliar administrativo. E geralmente eram pessoas que viviam nos bairros de abrangência do CRAS. Ou seja, por mais que as profissionais de ensino superior estivessem precarizadas, elas ainda sim conseguiam melhores posições no mercado de trabalho, diferente das profissionais de nível fundamental e médio, que tinham maiores dificuldades de conseguirem melhores posições, apontando uma maior saturação do mercado de trabalho para esses níveis de escolaridade.

Observa-se, portanto, que a precarização das profissionais de nível superior é diferente daquela a que são submetidas as profissionais de nível fundamental e médio, que por sua vez é diferente da precarização das usuárias da Assistência Social. De acordo com Guattari e Negri (1987) o capitalismo criou dois modelos no trato com o mercado da força de trabalho: o dos trabalhadores garantidos e dos não garantidos. As usuárias da assistência social podem ser consideradas, portanto, esse conjunto de trabalhadores não-garantidos, ou seja, trabalhadores com maior

nível de precaridade ou integrantes do exército de reserva. Portanto, também trabalhadores.

Parece-nos que o tipo de trabalho desempenhado por essas pessoas não é considerado trabalho ou é menos valorizado. Ao longo de minha experiência profissional, defrontei-me com pessoas que trabalhavam muito e que tinham marcas no corpo por conta de se dedicarem intensamente ao trabalho, entendido também como trabalho doméstico e cuidado com crianças. Geralmente possuíam aparência de mais velhos do que a idade que tinham e problemas sérios de saúde por conta de desenvolverem trabalhos pesados.

A recusa a esse tipo de trabalho parece justificável frente a essa realidade que transforma o trabalho em meio de subsistência, um modo de ocupar o tempo das classes consideradas vulneráveis e reserva a elas os piores e mais degradantes postos de trabalho. Standing (2014) também traz essa reflexão ao afirmar que a política de incentivos ao trabalho que moraliza as pessoas que estão no desemprego desconsideram que elas geralmente obtêm pouco ou nenhum prazer no trabalho que costumam desenvolver e ironiza: “Se os empregos são tão maravilhosos, as pessoas deveriam ser atraídas por eles, e não forçadas a assumi-los.” (STANDING, 2014, p. 250).

O mesmo autor complementa afirmando que: “O precariado é exposto ao desagradável trabalho assalariado inseguro, e seria compreensível querer fugir dele ou se rebelar contra ele.” (STANDING, 2014, p. 221).

A partir de todo o exposto, pode-se concluir que a política neoliberal, ao mesmo tempo que produz massificação de um modo de vida hegemônico, opera pela diferenciação, logo produz severas desigualdades sociais. Ao mesmo tempo produz a ideia de que as classes mais baixas são fracassos sociais e um mito de que pelos esforços individuais as classes subalternas poderiam ascender às classes mais elevadas, o mito da meritocracia⁵⁷. Nesse meio, é importante lembrar que não existem empregos para todos, não existem meios para que todos possam ascender, pois, se houvesse, não seria possível baixar os salários de acordo com os interesses dos empresários e do processo de acumulação de lucro. Tendo em vista este

⁵⁷ Sobre a meritocracia, Standing (2014, p. 95) avalia que “Com a desigualdade crescendo a níveis recordes e a mobilidade social declinando, o modelo econômico social neoliberal certamente fracassou em sua pretensão de gerar mobilidade social baseada no mérito.”

contexto, por algum tempo pensei que o incentivo das trabalhadoras da Assistência Social para que as usuárias se inserissem no mercado de trabalho fosse uma incoerência, um contrassenso, um erro.

Ao longo dos estudos percebo que é justamente isso que chamei de incoerência que permite o funcionamento dessa engrenagem. Não se trata de uma incoerência, mas sim, de mais um mecanismo que permite fazer funcionar o sistema das desigualdades. É preciso que os mais precarizados acreditem que suas vidas podem mudar de acordo com seus esforços. E que as trabalhadoras da Assistência Social se sintam privilegiadas, ou melhor, não precarizadas, frente às pessoas que atendem, que continuem a “empurrá-las” para o mercado de trabalho e acreditem que as que não conseguem são preguiçosas. Toda essa engrenagem produz seus efeitos. E podemos enunciar um deles: a manutenção desse sistema de desigualdades.

Os mais precarizados no mundo do trabalho não devem apenas se esforçar para conseguirem um emprego, mas também devem se esforçar para se enquadrarem em outros aspectos nos modos de vida hegemônicos. Ou seja, estar empregado é apenas um aspecto dessa produção.

A seguir serão trazidas reflexões sobre processos de resistência e outros mecanismos utilizados pela Assistência Social para a produção de modos de vida hegemônicos e governo das classes menos favorecidas: as condicionalidades dos programas e benefícios da Assistência Social.

4 Critérios e condicionalidades dos programas e benefícios da Assistência Social e a produção de modos de vida

Interessante observar como se operacionaliza a prestação e distribuição de serviços e benefícios da Assistência Social. Como esta não é universal, mas para quem dela necessitar, de acordo com a nossa Constituição (BRASIL, 1988), torna-se necessária a criação de instrumentos para medir o que é ou não necessidade. Apesar de na LOAS (BRASIL, 2011b) estar descrita como um dos princípios da Assistência Social a sua universalização, ela não é descrita na Constituição como universal, como a política de saúde por exemplo, mas para quem dela necessitar. Importante fazer essa ressalva.

Por esse motivo, é preciso que se faça um minucioso estudo e investigação sobre as condições de vida da família, para poder identificar e definir se ela de fato entrará como usuária do serviço, pois há um recorte de renda para delimitar onde inicia essa fronteira da necessidade (RODRIGUES; GUARESCHI; CRUZ, 2013).

[...] é necessário, na lógica da Política, que se faça um mapeamento, que se produza um conhecimento sobre a vida dos sujeitos, como vivem, o que possuem e não possuem, qual a renda e o trabalho que exercem. Trata-se de um conhecimento profundo, minucioso, que vai rascunhando um desenho, um quadro sobre a vida de cada um dos cidadãos que encontra ou é encontrado pelos serviços de Assistência Social. Enfim, é um conhecimento para dizer sobre a verdade dos sujeitos, já que, diferentemente da saúde, a assistência social passa a ser universal apenas para quem dela necessitar [...] (RODRIGUES; GUARESCHI; CRUZ, 2013, p. 14).

Após selecionadas as pessoas julgadas necessitadas, elas são inseridas em uma série de procedimentos que se justificam pela sua proteção social. Alguns dos procedimentos a que as assistidas pelos programas e serviços da Assistência Social estão submetidas são: o acompanhamento familiar e as chamadas condicionalidades.

O acompanhamento familiar nos CRAS se dá por meio de atendimentos individuais e continuados à família que também pode participar de grupos socioeducativos ou ter um de seus membros considerados mais vulneráveis como crianças, idosos ou pessoas com deficiência inseridos em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Também faz parte do acompanhamento familiar a realização de visitas domiciliares, com objetivo de conhecer e produzir intervenções e garantias de direitos que estejam conectadas à realidade e necessidades da família.

Vale destacar que para o acompanhamento familiar existem grupos prioritários. Dentre eles estão as famílias que se encontram em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (MDS, 2012). Essas condicionalidades se não cumpridas podem ocasionar suspensão, bloqueio e posterior cancelamento do benefício.

O Programa Bolsa Família, conforme enuncia o Governo Federal, é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias consideradas extremamente pobres (com renda mensal de até R\$ 70 por pessoa) ou pobres (com renda mensal entre R\$ 70 e R\$ 140 por pessoa). Todos os meses, o Governo Federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O dinheiro vai direto para uma conta simplificada da família e quem recebe é preferencialmente uma mulher. Ressalta-se que o valor depositado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. De modo que existem benefícios específicos para famílias com crianças, jovens, gestantes e nutrizes. Ao entrar no programa, a família assume compromissos conhecidos como condicionalidades: crianças de até 7 anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; gestantes precisam fazer o pré-natal; e crianças e jovens de 6 a 17 anos devem frequentar a escola (com frequência mínima de 85% dos 6 aos 15 anos e de 75% dos 16 aos 17 anos). (MDS, 2014).

Grande parte das ações da Assistência Social possuem condicionalidades. Para receber o recurso do Programa Bolsa Família, como explicitado, o responsável familiar deve periodicamente realizar a pesagem das crianças e mulheres gestantes da família na Unidade de Saúde mais próxima, deve manter as crianças em idade escolar frequentando a escola e manter seu cadastro atualizado por meio da revisão do Cadastro Único⁵⁸, em até dois anos, no CRAS. Dessa forma, nota-se que em torno das condicionalidades do Bolsa Família estão três políticas públicas: a

⁵⁸ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos. O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único. O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. Famílias com renda superior a meio salário mínimo também podem ser cadastradas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo (CADASTRO, s/d).

educação, a saúde e a Assistência Social. Essas políticas constituem, como é possível notar, o “tripé” das práticas biopolíticas.

Segundo legislação do Programa Bolsa Família, são responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do cumprimento das condicionalidades: o Ministério da Saúde, no que diz respeito ao acompanhamento e desenvolvimento infantil, da assistência ao pré-natal e ao puerpério, da vacinação, bem como da vigilância alimentar e nutricional de crianças menores de sete anos; o Ministério da Educação, no que diz respeito à frequência mínima de oitenta e cinco por cento da carga horária escolar mensal, em estabelecimento de ensino regular, de crianças e adolescentes de seis a quinze anos, e a setenta e cinco por cento da carga horária escolar mensal de jovens em idade de dezesseis a dezessete anos (BRASIL, 2004c).

De acordo com as legislações do Bolsa Família, as condicionalidades representam as contrapartidas que devem ser cumpridas pelas famílias para a manutenção dos benefícios. Por esse motivo, o Bolsa Família é considerado um Programa de Transferência de Renda por Condicionalidade. E se destina, segundo essas legislações, a estimular as famílias beneficiárias a exercer seu direito de acesso às políticas públicas de saúde, educação e assistência social para melhoria das suas condições de vida, bem como identificar as vulnerabilidades sociais que as afetam por meio do monitoramento do cumprimento de seus direitos (BRASIL, 2004c).

É possível notar que as condicionalidades expressam um modo policialesco de lidar com a “questão social”. Melo (2012) avalia que as condicionalidades são fruto da importação realizada pelo Brasil do modelo americano de Estado penal e policial, na medida em que uma das atuações dessa política é a de criminalizar e punir os pobres que não cumprem com suas responsabilidades/condicionalidades. Essas sanções podem ser tanto através dos programas sociais, quanto por meio do sistema judiciário.

De acordo com a legislação do Programa Bolsa Família, o indivíduo pode responder judicialmente caso preste alguma informação inverídica sobre a composição familiar ou sobre a renda da família. Os procedimentos para fiscalização, apuração de denúncias, abertura de processo administrativo e sanções penais a que podem ser submetidos os beneficiários estão descritos no Decreto nº 5.209 (BRASIL, 2004c).

Tais práticas indicam que o Estado se eximiu da tarefa de garantir uma política de bem-estar para todos e lança mão de estratégias punitivas e penais para controle da população.

Nota-se, nesse caso, uma ampliação da rede de controle para além da política de Assistência Social. O controle se ramifica e passa a ser função também de outras políticas públicas, que então passam a atuar intersetorialmente para melhor manter o controle dos chamados vulneráveis. Ou seja, há uma articulação entre as políticas públicas de saúde, educação e assistência social em torno das condicionalidades. Nota-se um incremento e ampliação das práticas de controle pela via da intersectorialidade dos serviços. As famílias que não cumprirem com essas exigências devem prestar contas do motivo de não as estarem cumprindo, ou deixam de receber o benefício como penalidade.

Nesse sentido, entendemos que a assistência social formulada pelos governos e prestada à população por meio dos profissionais que atuam na área é um espaço não apenas destinado ao fornecimento de recursos, mas também, e principalmente, ao controle da vida dessas famílias ditas “em risco”: o controle do viver, do local de moradia, das formas de cuidado destinadas às crianças, da higiene, das doenças, das relações - violentas ou não - que se estabelecem no cotidiano, do nascimento, da morte. (SIQUEIRA; LINO, 2013, p. 39).

Na Assistência Social, portanto, observa-se mais uma vez a articulação entre práticas disciplinares e de controle para se atingirem objetivos ligados à governamentalidade. Siqueira e Lino (2013, p. 39) avaliam que as condicionalidades constroem as famílias a um modo de vida hegemônico, já que,

[...] ainda que as pessoas desejem educar seus filhos de outras formas ou a gestante entenda que o pré-natal tradicionalmente realizado em serviço de atenção básica não corresponde ao seu desejo ou sua necessidade, não há a possibilidade de escolha para aqueles que são beneficiários do Programa Bolsa Família, já que eles devem se enquadrar na norma para atender às exigências das chamadas “condicionalidades”.

As mesmas autoras questionam: “O cuidado com a saúde nos moldes instituídos é uma possibilidade ou uma obrigação para ser atendido pela assistência social? Por que ele é trocado por dinheiro com as famílias pobres?” (SIQUEIRA; LINO, 2013, p. 42).

Standing (2014) avalia que as “condicionalidades” nos programas de transferência de renda são uma tendência mundial que se ampara na premissa de que a pobreza é uma reprodução intergeracional de privação e que, para romper com esse ciclo, as pessoas devem ser persuadidas a se comportar de maneiras consideradas melhores

para elas e para a sociedade. Desse modo, o Estado se limita a desenvolver e fazer a gestão desses programas pela condicionalidade sem questionar a maquinaria que produz essas desigualdades, responsabilizando individualmente as pessoas pelas mazelas construídas por um sistema que prima pela desigualdade. O Estado opera, portanto, alimentando a engrenagem que produz essas desigualdades.

Pode-se afirmar, portanto, que as condicionalidades para os benefícios socioassistenciais configuram-se como um dispositivo de controle e vigilância da população, como também apontam Cruz e Hillesheim (2013). Uma vez que, por meio das condicionalidades, é possível conduzir seus beneficiários para assumirem determinadas condutas, em detrimento de outras.

A respeito dos critérios para recebimento dos benefícios socioassistenciais, já foi apontado que se trata de uma vertente da política de Estado Mínimo que vai na contramão da sua universalização. A função das trabalhadoras sociais, portanto, passa a ser avaliar quem cumpre com esses critérios, fazendo operar uma catraca. Importante salientar que muitas trabalhadoras são produzidas para esta função. Nota-se que há a produção de uma trabalhadora que opere pela lógica da catraca, ou seja, que constrói suas funções como guardiã da moral ou “fiscal das necessidades”, aquela que tecnicamente saberá distinguir a barreira da necessidade.

Foram vários os momentos em que vivenciei, no CRAS, práticas de profissionais que instituíam novos recortes para concessão. Essa prática se dava tanto por pressão do grande volume de solicitações por benefícios eventuais, quanto pela falta de benefícios para todos os solicitantes. Observa-se, neste caso, que as profissionais executam e produzem a função de avaliar os critérios para concessão. Para o benefício do auxílio por natalidade⁵⁹, por exemplo, o novo critério criado foi o de a mulher ser mãe solteira. Na visita domiciliar então uma das questões a serem observadas e registradas, para além daquelas instituídas pelas normativas da política, era a presença ou indícios da presença da figura masculina, que neste caso passaram a nortear a concessão ou não do benefício. Vários são os relatos de

⁵⁹ O auxílio por natalidade caracteriza-se como um benefício eventual, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 2011b). O auxílio por natalidade é prestado em virtude do nascimento de um novo membro em famílias que possuem renda igual ou inferior a vinte e cinco por cento do valor de um salário mínimo *per capita*. E pode ser prestado em forma de dinheiro ou bens de consumo conforme regulamentação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS, 2006).

visitas domiciliares nas quais as trabalhadoras sociais tiveram sua atenção voltada para elementos como a presença de roupas masculinas no varal, ou calçado masculino na porta de casa, ou mesmo a presença de um homem na casa. Como é possível notar, a composição familiar também é alvo de intervenções e vigilância da Assistência Social principalmente no momento da visita domiciliar. Já que para as mulheres de famílias mais pobres são direcionadas as tarefas domésticas que não lhes rendem nenhum recurso financeiro, a tarefa de provimento fica a encargo do homem. Quando essa figura masculina por algum motivo falta, o Estado deve se encarregar através da Assistência Social de prover os mínimos necessários para a sobrevivência dessa família. Certa vez, em uma visita domiciliar, notamos que o companheiro de uma mulher escondeu-se no banheiro da casa. Ora, do mesmo modo que as profissionais fazem ajustes para a concessão dos benefícios, as pessoas que os solicitam também criam novos arranjos para alcançá-los. E esses movimentos podem ser compreendidos como atos de resistência. Para entendê-los como resistência, conforme aponta Foucault, será preciso retirar essas ações do campo da moral, sem realizar julgamentos. Neste caso, a mentira também é uma estratégia no jogo do poder.

Certa vez contei para algumas trabalhadoras uma experiência vivida por mim no CRAS em período de alagamentos no município em que trabalhava. Nesta ocasião, muitas famílias perderam seus pertences, roupas, comidas, e, logo que a água da enchente baixou, não possuíam quase nenhum recurso para seguirem suas vidas. No CRAS, então, estavam sendo fornecidos colchões e cestas básicas para essas famílias. Isso estava bem abaixo do que aquelas famílias necessitavam, tendo em vista o tamanho da tragédia. Um jovem então solicitou em atendimento, à época, um colchão, disse que morava sozinho e que sua casa tinha sido alagada. Durante o atendimento o benefício foi concedido e o jovem saiu do CRAS levando o seu colchão. Logo que ele saiu, outro funcionário do CRAS veio me dizer que conhecia o rapaz, que a casa dele não havia sido atingida pela enchente e que ele havia me enganado. Eu respondi que não havia como eu saber e que, no atendimento, optei pelo menor dano: e se eu desconfiasse de que ele estava mentindo e não fornecesse o benefício, e ele de fato estivesse precisando? Quando contei essa história, outras profissionais me questionaram: “Mas nesse caso, você está tirando de quem precisa para dar para ele, que não precisa!”. Eu prontamente respondi que

não era eu que estava tirando e perguntei de volta: “Por que não tem para todos que precisam?”.

É uma armadilha perigosa, para as trabalhadoras, produzir esta função de escolher para quem fornecer os recursos em um contexto de restrições e poucos benefícios. Essa função, ao mesmo tempo que lhes dá um *status* de especialistas, também lhes traz uma pressão muito grande, pois se elas escolhem um, logo estão deixando de fornecer para outro. São colocadas em uma encruzilhada. Ouvei uma vez, de uma psicóloga recém-chegada em um CRAS, a seguinte frase: “Quando fui trabalhar no CRAS pensei que seria psicóloga, mas me exigem a todo tempo ser juíza!”. Aquela que decide quais famílias receberão os benefícios e quais não. Como não há para todos, é fundamental a existência de trabalhadoras que saberão distinguir o que é necessidade e o que não é. Afinal, se houver benefícios em quantidade e qualidade suficientes para todos, quem vai querer trabalhar? Questionamento bastante difundido pelos defensores da política de Estado Mínimo.

Pertinente também analisar a distribuição de cestas básicas nos CRAS. Apesar de existirem análises que localizam a distribuição em si de cestas básicas como prática assistencialista, pretende-se aqui refinar a análise a respeito dos mecanismos de controle que podem estar presentes nesta prática, para além da questão do assistencialismo. De acordo com Vasconcelos (1999) a prática da distribuição de cestas básicas por parte das políticas sociais diz de uma desconfiança e tutela para com as famílias beneficiárias, como se elas não fossem capazes de tomar decisões a respeito da condução de suas próprias vidas. Segundo o autor:

Prefere-se a distribuição de ajuda do tipo cesta alimentar e enxovais de bebê, que dificultaria o uso indevido do recurso despendido. Quando se distribui alimentos, o produto escolhido é definido segundo critérios técnicos relativos a sua composição química, mesmo que contrarie a cultura alimentar da região e diminua a adesão das famílias. (VASCONCELOS, 1999, p. 11).

Observa-se, portanto, que o serviço público opera ditando o que as famílias mais pobres irão comer, quanto irão comer, promovendo normatização dos hábitos das famílias atendidas. De acordo com Siqueira e Lino (2013, p. 37),

Para quem tem recursos materiais, a assistência pode ser facilmente consumida no mercado. Já em relação aos que demandam assistência social pública, o que se verifica são histórias de famílias que gritam por socorro, e às que se responde, na maioria das vezes, com práticas que em muitos momentos retiram dessas mesmas famílias a possibilidade de gerir suas próprias vidas de acordo com seus saberes, estratégias e possibilidades.

Vale destacar que via de regra cada família recebe uma cesta básica ao mês, independente do número de membros familiares, o que demonstra mais uma vez uma tentativa de padronização que não abarca as diferentes composições familiares e suas necessidades.

Dentro desse contexto, prima destacar as relações que o aparelho judiciário, que se firma na noção de direito, mantém com a política de Assistência Social e com os mecanismos de controle e regulação.

4.1 A judicialização como processo de regulamentação

Outro ponto que merece destaque no que se refere à regulamentação da vida da população atendida nos serviços de Assistência Social é a chamada “judicialização”. Serão trazidos elementos para analisar como essa prática pode ser um dispositivo de regulamentação da vida das famílias que buscam os serviços da Assistência Social.

A partir das experiências de trabalho e militância na área em diferentes municípios do estado, questões e inquietações foram sendo produzidas e serão aqui colocadas em análise. Momentos ricos de discussão e produção coletiva entre trabalhadoras que deflagram o caráter de “feitura” de novas práticas/conhecimentos. Um dos temas colocados em discussão frequentemente é a chamada “judicialização” da Assistência Social.

A autora Silva (2012) indica a judicialização como a atuação por parte do Poder Judiciário por meio de ações que interferem no curso das políticas públicas, o que em tese seriam atribuições próprias dos poderes Legislativo e Executivo. Ao Poder Judiciário “passou-se a requerer definição em situações controversas que envolvam o Estado e seus cidadãos. O Poder Judiciário seria, portanto, o defensor dos direitos, garantindo sua inviolabilidade.” (SILVA, 2012, p. 556).

Os autores Aginsky e Alencastro (2006), por sua vez, trazem a reflexão de que a judicialização das questões sociais tem trazido institucionalidade privilegiada a casos individuais em detrimento de um compromisso do Estado e da esfera pública com as

demandas de direitos da população em uma esfera mais ampla. Há de se rever também em que medida o Judiciário atua em favor da garantia de direitos, ou em favor da produção de provas para se punir mais e melhor.

De acordo com Bocco (2009, p. 116), vivencia-se na atualidade grande expansão dos ideais e princípios judiciais para as mais diversas esferas da vida, imprimindo caráter punitivo às práticas em diversos âmbitos, constituindo o processo de judicialização. Reis (2010, p. 7) também aponta a necessidade de levarmos essa discussão para além do questionamento das práticas no Judiciário e discutir o que chamou de produção de subjetividade judicializada e judicializante:

[...] entendida como uma configuração específica de sujeito, um certo modo de vida normalizado e normalizador, controlado por normas e desejosos de novas normalizações; enfim, vidas sustentadas por ideais moralizantes e muito pouco criativos.

De acordo com a autora, a questão ligada à crescente judicialização talvez esteja relacionada à

[...] busca frenética por segurança, controle de riscos a qualquer preço, defesa de objetividade, racionalidade sem limites, e, por fim, a busca eterna por culpados, segundo a lógica de que alguém deve pagar pela imperfeição do mundo. Uma responsabilidade que é disseminada por toda a sociedade, atingindo não somente infieis, criminosos, anormais ou pobres, mas cada um de nós, quando de repente nos surpreendemos colonizados por saberes normalizadores. [...] É preciso não esquecer que a doutrina do juízo alimenta uma produção de responsabilidade que vem sendo instrumentalizada por inúmeras formas de governar o outro. (REIS, 2010, p. 17).

Reis (2010, p. 9) aponta ainda a necessidade de desnaturalizar as práticas do Judiciário e localizar o fenômeno da judicialização no âmbito das relações de poder em sociedade:

[...] o direito, seus regulamentos e o conjunto dos seus aparelhos funcionam, na verdade, como instrumentos de dominação, os quais não devem ser entendidos como sendo de ordem global, como se partissem apenas do Estado ou de grupos específicos, mas sim devem ser caracterizados como formas múltiplas de relações de poder que podem ser exercidas no interior da sociedade.

A judicialização toma corpo nos debates da assistência social no Espírito Santo por meio das queixas de trabalhadoras que alegam excessiva demanda do Judiciário por laudos, visitas e avaliações. As trabalhadoras têm sido constrangidas por meio de solicitações e ameaças de prisão a realizarem as atividades prescritas pelo Judiciário, que incluem desde a convocação para a profissional servir como testemunha de um caso, até a produção de visita com laudo com cunho

investigativo, como Estudo Social/Laudo Social referente à Guarda de Crianças e Adolescentes; Habilitação para Adoção; Pensão de Alimentos; Interdição.

A capilaridade do trabalho da Assistência Social que produz conhecimentos e descrições a respeito da vida da família é de muito interesse para o âmbito judiciário. A partir da proximidade criada entre famílias e serviços é possível se produzirem espaços de intervenções e controles privilegiados. A Assistência Social pode ser um espaço estratégico para a produção de provas e inquirições. Bocco (2009, p. 118) avalia que as demandas de produção de laudos, avaliações e relatórios são dispositivos para estudo, registro e vigilância de comportamentos e sujeitos, com função policialesca, para controlar as camadas pobres da população e elenca duas razões pelas quais esse processo é considerado fundamental:

Uma, como rede ilimitada de exercício de poder e de submissão dos grupos estigmatizados e considerados perigosos; outra, por que esse esquema permite à classe média criar e manter postos de trabalho, em momento no qual a ameaça de desemprego atinge a todos.

Foucault (2005b) avalia que o Poder Judiciário não pôde assumir a tarefa de um controle sobre as virtualidades dos indivíduos, mas designou uma série de poderes laterais, à margem, para fazê-lo.

É assim, que, no século XIX, desenvolveu-se, em torno da instituição judiciária e para lhe permitir assumir a função de controle dos indivíduos ao nível de sua periculosidade, uma gigantesca série de instituições que vão enquadrar os indivíduos ao longo de sua existência; instituições pedagógicas como a escola, psicológicas ou psiquiátricas como o hospital, o asilo, a polícia, etc. Toda essa rede de um poder que não é judiciário deve desempenhar uma das funções que a justiça se atribui neste momento: função não mais de punir as infrações dos indivíduos, mas de corrigir suas virtualidades. (FOUCAULT, 2005b, p. 86).

Essa nova ordenação aparece pelo fato de que “[...] nenhuma lei autoriza a punir uma simples virtualidade.” (FOUCAULT, 2012, p. 113). Foucault (2013) também aponta que esse é um indício da difusão do poder normalizador, ou ainda, da onipresença dos dispositivos disciplinares, não mais focalizados na justiça ou nos juízes.

[Em nossa sociedade] há juízes da normalidade em toda parte. Estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz, do educador-juiz, do “assistente social”-juiz; todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos. (FOUCAULT, 2013, p. 288).

Donzelot (1986) também afirma que a função chamada educativa das trabalhadoras sociais pode ser vista como uma extensão do judiciário que, desse modo,

aperfeiçoou seus procedimentos, ramificando infinitamente seus poderes. Ou seja, o Judiciário cada vez mais abre mão dos instrumentos coercitivos em favor de instrumentos educativos.

Nesse sentido, o objetivo dos serviços da Assistência Social passa a ser atuar sobre as virtualidades dos indivíduos, sobre aquilo que eles podem vir a ser e eventualmente a produção de provas para o Judiciário para se punir cada vez mais e melhor. Nota-se que a preocupação em pauta é reduzir os desvios que se acredita que trazem consigo o perigo da desordem, do crime, da loucura.

A partir destas reflexões é possível problematizar o relato de uma trabalhadora que se queixa do seu relatório, produzido a partir de demanda por averiguação do Judiciário, ter parado na mão da família em questão: “Como vou olhar para essa família de novo?”, se questiona. A pergunta que se faz a partir desse questionamento pode ser: O que foi produzido de conhecimento sobre essa família que ela mesma não poderia saber⁶⁰? O trabalhador do SUAS tem sido colocado no lugar de produção de provas e conhecimentos sobre o outro, melhor dizendo, sobre a população pobre. Para que tem servido a produção de vínculo entre profissional e família a partir dessas práticas? Qual é o lugar dessa produção de saber?

Importante também colocar em análise a responsabilidade do trabalhador sobre o que é relatado ao Judiciário acerca do saber produzido sobre as famílias. É preciso se afirmar que o trabalhador possui a possibilidade de agir ativamente, decidindo com cuidado o que será escrito/dito ao Judiciário, ou ainda se algo será dito. Como afirma Bocco (2009, p. 119), é preciso romper a

[...] ordem que se mantém pela imposição do medo – medo de não participar no esquema penal, ou seja, de questionar as autoridades instituídas; medo de fazer algo diferente do estabelecido, medo de procurar alianças fora dos organismos oficiais, medo de compor estratégias de criação de realidades, junto aos coletivos diretamente atingidos pelos ‘efeitos colaterais’ do *design* neoliberal.

Existem, sim, relatos de trabalhadoras que afirmam ter se negado a produzir laudos ao Judiciário e ainda de outros que, ao se negar, foram demitidos. Será, então, que a precarização dos vínculos de trabalho na Assistência Social pode ser entendida como um mecanismo de coerção e vigilância sobre o trabalhador? Desse modo, não

⁶⁰ Importante ressaltar que existem recomendações do MDS que afirmam que “Os usuários têm o direito de acesso às informações referentes aos seus atendimentos, registrados no Serviço.” (MDS, 2012, p. 51). Semelhante ao direito dos usuários do SUS.

apenas a população está sob o jugo do poder normalizador, mas também o trabalhador. Será que assim ele poderá melhor exercer sua função de “juiz”?

Todas essas preocupações e estratégias de controle direcionadas às famílias atendidas pela Assistência Social parecem ser justificadas pelo fato de serem consideradas vulneráveis ou em risco. Por esse motivo, será necessário problematizar esses conceitos, bem como debater seus efeitos.

4.2 A produção da pobreza, da vulnerabilidade e do risco e seus efeitos

Seres ou não seres
Eis a questão
Raça mutante por degradação

[...]

Beira de mangue, alto de morro
Pelas marquises, debaixo do esporro
Do viaduto, seguem viagem
Sem salvo conduto é cara a passagem
Por essa vida que disparte
Vida de cão, refrão que me bate

Pedro Luis

Hoje no Brasil a Política de Assistência Social é direcionada a quem dela necessitar, de acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988). Quem necessita das políticas de Assistência Social? Com vários recortes de renda para acesso aos benefícios, as políticas de Assistência acabam sendo direcionada para aqueles que se tornaram pobres, ou seja, para aqueles que têm dificuldade de garantir seus direitos pela inserção no mercado. Essa focalização da Assistência Social que também tem atingido as demais políticas sociais como saúde⁶¹, habitação, dentre

⁶¹ Apesar de a política de saúde ser de caráter universal, garantido por lei, o que se observa no Brasil é uma clara segmentarização dos atendimentos às classes menos abastadas. A ausência de garantia de atendimento de qualidade para todos cria um terreno fértil para o desenvolvimento da iniciativa privada na saúde. A população mais abastada, então, migra para os serviços privados de saúde buscando serviços que nem sempre estão disponíveis para todos e com qualidade no SUS. Nota-se, portanto, que a baixa qualidade e baixa oferta dos serviços públicos de saúde servem a interesses

outras, de diferentes formas, traz consequências ao modo como a sociedade enxerga a parcela da população que faz uso desses serviços. É possível dizer que, muitas vezes, quem faz uso dessa política é visto como vagabundo, em uma lógica moralista e meritocrática que não considera as condições de vida e divisão da riqueza, e aponta apenas um modo de organização social como possível, a saber o modo de vida capitalista.

E parece-nos que a focalização da política de Assistência Social em uma determinada parcela da população, a saber, a população considerada pobre ou considerada em risco, possui efeitos ligados à governamentalidade, ou seja, diz respeito ao governo das classes consideradas perigosas e que necessitam ser tuteladas e vigiadas pelo Estado.

Coimbra (2006) afirma que a criação da premissa de que existem “classes perigosas” foi embasada “cientificamente” por teorias racistas, pelo eugenismo, pela teoria da degenerescência e o pelo movimento higienista nos séculos XIX e XX. A partir dessas teorias, uma série de dispositivos disciplinares e de controle foram empregados para atuar inclusive sobre aquilo que essas classes podem vir a ser, como afirma Foucault (2005b), um controle das virtualidades.

De acordo com Coimbra (2006, s/p),

Aos “pobres dignos”, aqueles que trabalham, mantêm a “família unida” e “observam os costumes religiosos”, é necessário que lhes sejam consolidados os valores morais, pois pertencem a uma classe “mais vulnerável aos vícios e às doenças”. Seus filhos devem ser afastados dos “ambientes viciosos”, como as ruas. Os pobres considerados “viciosos”, por sua vez, por não pertencerem ao mundo do trabalho – uma das mais nobres virtudes enaltecida pelo capitalismo – e viverem no ócio, são portadores de delinqüência, são libertinos, maus pais e vadios. Representam um “perigo social” que deve ser erradicado; justificam-se, assim, as medidas coercitivas, já que são criminosos em potencial. Essa periculosidade também está presente nos “pobres dignos”, que por força da sua natureza – a pobreza – também correm os riscos das doenças. Entretanto, é para a parcela dos “ociosos” que se irá enfatizar o seu “potencial destruidor e contaminador”.

capitalistas das grandes empresas médicas por lucro. E esse movimento leva à clara segmentarização dos atendimentos para as classes menos abastadas, apesar de previsto em lei que os serviços de saúde são para todos. Vê-se que as estratégias de governamentalidade e regulamentação da vida operam de forma indireta, mas afetando, sim, a direção que seguirá o conjunto da população.

Pode-se notar que deste modo são construídas as bases que ligam a pobreza à criminalidade e ao risco e, como afirma Coimbra (2006, s/p), a ideia de que “acabando com a pobreza acaba-se com a violência”.

Como será possível visualizar nesse tópico, mais uma vez os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população articulam-se um ao outro e, desta vez, em torno da noção de risco. Essa noção se apresenta, então, como estratégia de governamentalidade, como também afirmam Caliman e Tavares (2013).

Castel (2005) aponta que essa focalização das políticas de proteção social em determinadas parcelas da população, geralmente as que se encontram em situações de extrema pobreza, *déficits* diversos ou “impossibilidade de emprego”, dentre outras dificuldades, promove grande estigmatização negativa sobre essa parcela da população, mesmo se tratando de uma “discriminação positiva”. Esta, de acordo com Castel (2011, p. 13), consiste “[...] em fazer mais por aqueles que têm menos.” Por outro lado, no caso de discriminação “negativa” a diferença é sublinhada como um estigma que deflagra a rejeição e a suspeição:

[...] Não consiste somente em dar mais àqueles que têm menos; ela, ao contrário, marca seu portador com um defeito quase indelével. Ser discriminado negativamente significa ser associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os outros no-la devolvem como uma espécie de estigma. (CASTEL, 2011, p. 14).

Para Castel (2011), tal discriminação não se trata de uma exclusão propriamente dita, já que essas pessoas de algum modo estão inseridas na dinâmica social. Segundo Castel, essas pessoas não estão nem “fora”, nem “dentro”, são “excluídos do interior”. São cidadãos que, apesar de seu estatuto, recebem um tratamento diferenciado, são incluídos de forma perversa na sociedade. Salaria ainda que às consideradas classes perigosas foram atribuídas as ameaças que são trazidas pela sociedade em seu conjunto (CASTEL, 2011). Dentro desse contexto, uma série de medidas será tomada, então, para reprimir esses grupos:

Reprimir eficazmente os vagabundos moralizar os proletários ou, se continuam refratários, constrangê-los para acalmá-los, permitiria restaurar a paz civil e a harmonia social sem precisar mexer nos desequilíbrios estruturais que produzem “trabalhadores sem trabalho”, ou trabalhadores submetidos a condições tais que os degradam em vez de assegurar-lhes a independência econômica e social. (CASTEL, 2011, p. 70).

Ou seja, a sociedade em seu modo de funcionamento capitalista cria desigualdades imensas no conjunto da sociedade e logo se fazem necessárias políticas para

minimizar os danos causados às classes menos favorecidas, no caso, aqui chamamos de políticas de discriminação positiva. Segundo Castel (2011, p. 104), “no entanto, elas apresentam riscos. Focalizando particularmente as populações desfavorecidas, de alguma forma, elas enfatizam a desvantagem e conclamam seus beneficiários à revanche pública.”

Nos Serviços da Assistência Social, para que sejam disponibilizados benefícios e recursos, precisa-se ser enquadrado em situação de vulnerabilidade, como também avaliaram Siqueira e Lino (2013). Logo, recebe-se um rótulo. Quais são os efeitos desse rótulo?

Certa vez, uma trabalhadora conta que logo quando foi inserida no trabalho do CRAS, seu primeiro emprego como profissional de nível superior, a coordenadora do equipamento lhe orientou sobre o trabalho do PAIF. Disse que as famílias desse serviço eram aquelas com maior risco dentre as demais, e que portanto, deveriam ser acompanhadas. A trabalhadora afirma que a conversa não a esclareceu sobre o conceito de risco e que ficou pensando, afinal, o que seria esse risco.

A noção de risco ou vulnerabilidade atribuída às famílias que buscam os serviços da Assistência Social é um fator que merece destaque, uma vez que, de acordo com a Política de Assistência Social, seu público usuário são indivíduos, famílias ou grupos em situações de vulnerabilidade ou risco social, como já dito e uma vez que essas noções são naturalizadas no cotidiano de trabalho dos serviços e nas orientações federais, como também apontam Rodrigues, Guareschi e Cruz (2013, p. 16), as quais afirmam

[...] que a noção de vulnerabilidade e risco é incorporada à política social como algo já dado, naturalizado na sociedade, pois em nenhum documento se encontra o que são situações de vulnerabilidade social, apenas a necessidade de ações que possam preveni-las.

A partir desta afirmação, trazida por Guareschi e Cruz (2013), de que não existem publicações que definam o conceito de vulnerabilidade, realizamos pesquisa aos documentos produzidos pelo MDS de modo a investigar se estes utilizam ou mesmo se existe uma definição para esse conceito. Constatamos que, de acordo com o impresso *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculo*, publicado em 2013, estão em situação de vulnerabilidade social:

aqueles que estão em condições precárias ou privadas de renda e sem acesso aos serviços públicos (dimensão material da vulnerabilidade) e aqueles cujas características sociais e culturais (diferenças) são

desvalorizadas ou discriminadas negativamente (dimensão relacional da vulnerabilidade). (MDS, 2013, p. 7).

E que, portanto, a Proteção Social tem por objetivo eliminar/minimizar situações de privação material e discriminação negativa por meio de serviços continuados, capazes de desenvolver potencialidades e assegurar aquisições, além de fortalecer vínculos familiares e vínculos sociais mais amplos necessários ao exercício da cidadania (MDS, 2013, p. 8). Nesta publicação também se afirma a necessidade de fortalecimento de vínculos, já que existem “[...] convivências que desprotegem e tornam as pessoas mais vulneráveis.” (MDS, 2013, p. 12).

A respeito do objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários⁶², Cruz e Hillesheim (2013, p. 186 e 187) trazem reflexões e avaliam que essas ações

[...] partem do pressuposto de que tais vínculos se encontram fragilizados, inadequados ou fora de uma ordem que é esperada, necessitando de intervenções que os potencializem, permitindo que as famílias possam sair da zona de vulnerabilidade social na qual são caracterizadas. Ora, nessa formulação está implícito que há formas de conviver melhor que outras, tanto que um dos serviços do PAIF são os grupos de convivência [...]. (Grifo dos autores).

É possível notar que as orientações do MDS fazem uso do termo vulnerabilidade a partir da contribuição de autores que a consideram como “[...] o resultado da confluência da exposição aos riscos, da incapacidade de resposta e da inabilidade de adaptação.” (MDS, 2013, p. 25). Ou ainda vinculam a vulnerabilidade “[...] à pobreza, em decorrência da grande quantidade de movimentos de entrada e saída dessa condição [...]” (MDS, 2013, p. 26). As recomendações federais admitem que “[...] a falta de equidade socioeconômica e as precárias condições socioambientais do território são consideradas riscos, pois obstruem o desenvolvimento socioeconômico e impedem a coesão social.” (MDS, 2013, p. 26).

Ou seja, como também analisaram Caliman e Tavares (2013), o conceito de vulnerabilidade para essa política diz respeito mais à condição concreta de existência dos sujeitos como nível socioeconômico, classificação racial, infraestrutura da moradia, dentre outros. Os riscos, por sua vez, dizem da existência de uma precarização situacional, que pode ou não ser decorrente das condições de vida dos sujeitos.

⁶² De acordo com o MDS, as intervenções visando ao fortalecimento dos vínculos familiares pressupõem uma dimensão psicossocial, que pode também incluir uma intervenção terapêutica. Já nos vínculos sociais e comunitários a metodologia é mais coletiva e menos intrafamiliar (MDS, 2013).

Nota-se que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) orienta uma série de procedimentos para a superação da dita vulnerabilidade social. Dentre eles, destaca-se elencar junto à família tarefas ou procedimentos que serão de responsabilidade da família e outras que serão de responsabilidade da profissional, visando sempre “apoiar a família nas suas funções de proteção, socialização, aprendizagem e desenvolvimento das capacidades humanas” (MDS, 2009, p. 12), para superação das situações de vulnerabilidade.

Nesse sentido, como apontam Siqueira e Lino (2013, p. 47), “[...] nomear as famílias como ‘em risco’ e ‘em vulnerabilidade’ torna-se uma forma de desqualificar essas diferenças e de afirmar a importância da intervenção das profissionais em suas vidas, prescrevendo formas de ser e de viver.” A desobediência a essas prescrições nesse contexto também é encarada como “risco” que deve então ser erradicado e até mesmo punido. Siqueira e Lino (2013, p. 47) apontam para a importância de observarmos esses chamados “fatores de risco” sob outro aspecto: “A vida é um risco, sobretudo se criamos, se inventamos novas formas de viver, se rompemos com o instituído, com a norma.”

Nesse contexto, não é de se espantar que as trabalhadoras do SUAS reivindiquem receber adicional de insalubridade⁶³ a seus salários. Um motivo claro é a precarização do processo de trabalho e dos salários, mas não se pode negar que um modo de enxergar a população atendida também contribui para essa reivindicação. Tal reivindicação indica que as trabalhadoras estão enxergando as pessoas que atendem como perigosas e que trazem riscos para si. O recebimento de recurso adicional para compensar a insalubridade ou periculosidade do ambiente de trabalho naturaliza essa realidade e esvazia as lutas pela melhoria da qualidade de vida e combate a esses fatores que trazem perigos.

Recordo-me de que, quando trabalhava no CRAS, a gestão municipal providenciou crachás para as trabalhadoras, como preconizado nas legislações da Assistência Social, já que é um direito da usuária saber a credencial de quem as atende. Muitas profissionais se manifestaram contrárias a essa iniciativa afirmando que as usuárias iriam se utilizar de forma prejudicial e criminosa das informações das profissionais

⁶³ Essa reivindicação esteve presente na X Conferência Estadual de Assistência Social, da qual participei, com o seguinte texto: *Implantar plano de cargo, carreiras e salários para todos os trabalhadores do SUAS, criando e regulamentando o piso salarial por categoria e com previsão de insalubridade.* (CEAS, 2013, p. 67).

contidas no crachá. Ora, o que justifica essa relação de extrema desconfiança para com as usuárias? Curioso é observar que, por outro lado, as usuárias, para serem atendidas e receberem os benefícios, devem apresentar todos os seus documentos às profissionais. Nesse caso, alguma profissional também poderia fazer uso mal intencionado ou criminoso dos dados das usuárias. Por que a desconfiança só recai para com as usuárias? Observam-se, deste modo, os efeitos de uma política que vincula em suas práticas vulnerabilidade à periculosidade.

Por todo o exposto, há de se apontar a relação entre a concepção de que as usuárias da Assistência Social são perigosas, com o distanciamento entre trabalhadoras e usuárias, criando um terreno fértil para o desenvolvimento de práticas de controle e regulamentação da vida.

Com objetivo de desnaturalizar esses conceitos de periculosidade e risco, serão trazidas as contribuições de Foucault (2008a; 2005b), o qual analisa que a noção de risco, bem como a noção de perigo, foram gestadas ao longo dos séculos XVII e XVIII possibilitando a criação de um olhar diferenciado para com a população. Cita a relação estabelecida com a varíola para exemplificar estas mudanças.

Avalia que no século XVII se tinha a ideia de “doença reinante”. Esta se caracterizava como aquilo que se efetivava de acordo com região, modos de vida, clima, cidade. “Era nessa relação maciça e global entre um mal e um lugar, um mal e pessoas, que se definia, se caracterizava a doença reinante.” (FOUCAULT, 2008a, p. 79). Em um determinado momento, em contraponto, a doença vai aparecer como uma distribuição de casos em uma população que será delimitada no tempo ou no espaço. E a partir disso será possível identificar e controlar os riscos (FOUCAULT, 2008a), promovendo gestão da vida, da distribuição e das misturas da população e seu esquadramento.

[...] nessa noção, nessa análise da distribuição dos casos é possível identificar a propósito de cada indivíduo ou de cada grupo individualizado qual o risco que cada um tem, seja de pegar varíola, seja de morrer dela, seja de se curar. Pode-se então, para cada indivíduo, dada a sua idade, dado o lugar em que mora, pode-se igualmente para cada faixa etária, para cada cidade, para cada profissão, determinar qual é o risco de morbidade, o risco de mortalidade. (FOUCAULT, 2008a, p. 79).

A noção de risco se torna central e seu cálculo logo deixará evidente que os riscos não são os mesmos para cada indivíduo ou grupo, faixa etária, condições de vida,

etc. Essa diferenciação revela zonas de maiores ou de menores riscos. Desse modo pode-se identificar o que é perigoso (FOUCAULT, 2008a).

Nota-se que se apresentam então três noções até então desconhecidas: as noções de caso, risco e de perigo (FOUCAULT, 2008a). Foucault (2008a, p. 82 e 83) aponta que essas noções trazem à tona um novo sistema, inverso ao sistema disciplinar:

Nas disciplinas, partia-se de uma norma e era em relação ao adestramento efetuado pela norma que era possível distinguir depois o normal do anormal. Aqui, ao contrário, vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras e [em] fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis. Temos portanto aqui uma coisa que parte do normal e que se serve de certas distribuições consideradas, digamos assim, mais normais que as outras, mais favoráveis em todo caso que as outras. São essas distribuições que vão servir de norma.

Percebe-se que surge uma nova racionalidade que introduzirá outro modo de operar o esquadramento das populações. Essa nova governamentalidade operará por distribuições diferenciadas que também justificarão inclusões diferenciadas.

Foucault (2008a) identifica ainda que todo esse novo sistema e essas novas noções passam a integrar os mecanismos de *segurança da população*.

Esses mecanismos [de segurança] também tendem a uma anulação dos fenômenos, não na forma da proibição, “você não pode fazer isso”, nem tampouco “isso não vai acontecer”, mas a uma anulação progressiva dos fenômenos pelos próprios fenômenos. Trata-se [...] de delimitá-los em marcos aceitáveis, em vez de impor-lhes uma lei que lhes diga não. (FOUCAULT, 2008a, p. 86).

Ou seja, o que vemos surgir é uma gama de mecanismos que tornam pertinentes fenômenos específicos que não dizem respeito ao âmbito individual. “É uma maneira bem diferente de fazer funcionar a relação coletivo/indivíduo, totalidade do corpo social/fragmentação elementar, é uma maneira diferente que vai agir no que chamo de população.” (FOUCAULT, 2008a, p. 87).

Vemos então, que “[...] esse Estado de governo, que tem essencialmente por objeto a população e que se refere [a] e utiliza a instrumentação do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança.” (FOUCAULT, 2008i, p. 145 e 146).

A noção de periculosidade, por sua vez, foi criada no século XIX, conforme aponta Foucault (2005b). Por meio desta noção, o indivíduo passou a ser considerado ao nível de suas virtualidades e não de seus atos em si. Afirma que esta noção era

utilizada no âmbito do Poder Judiciário, mas que começou a ser executada também por outros poderes laterais.

Essa nova noção requer permanente vigilância sobre os indivíduos por alguém que exerce sobre eles um poder. Enquanto se exerce esse poder, enquanto se vigia, há também a possibilidade de se produzir um saber sobre os vigiados. Esse novo saber “[...] se ordena em torno da norma, em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer.” (FOUCAULT, 2005b, p. 88). Foucault (2005b) avalia que esta é a base da forma de saber-poder exercida pelas ciências humanas: Psiquiatria, Psicologia, Sociologia, etc.

Na Assistência Social, o CRAS se configura como um equipamento da Proteção Social Básica que possui um de seus objetivos primeiros, a *prevenção*. E, como apontam Cruz e Guareschi (2012, p. 26), na Assistência Social “[...] a chamada ‘população em perigo’ vive na fronteira, pois, oriunda de ‘famílias vulneráveis’, corre o risco de pertencer à população perigosa; logo, a urgência de ações consideradas preventivas.” Porém, estas ações possuem eficácia duvidosa, de acordo com Castel (2005, p. 90):

A vida é um risco porque o incontrolável está inscrito em seu desenrolar. Deveríamos interrogar-nos antes sobre a inflação atual da preocupação de prevenção que está estritamente correlacionada com a inflação da preocupação com a segurança. Sem dúvida alguma, seria melhor prevenir do que curar, mas as tecnologias eficazes de prevenção são de número limitado, e raramente infalíveis. Portanto, *a ideologia da prevenção generalizada está condenada à falência*. Mas o desejo desvairado de erradicar o perigo que ela encerra nutre uma forma de angústia sem dúvida específica à modernidade e que é inextinguível. (Grifo nosso).

Castel (2005, p. 91) também afirma que essa busca por prevenção e segurança pode entrar em conflito com os princípios do Estado de direito e pode se transformar em busca por bodes expiatórios: “O fantasma de ‘novas classes perigosas’ constituídas pelos jovens das periferias exemplifica este tipo de derrapagem.”

Nota-se que essa “população em perigo” e que necessita de “prevenção” aos riscos geralmente é identificada com a população com menor recurso financeiro, ou considerada pobre, conforme também aponta Vieira (2012, p. 108): “Correlaciona-se assim uma pobreza identitária e uma noção de risco naturalizada.”

Vieira (2012, p. 109) também concorda que a correlação entre a pobreza e a maior possibilidade de infringir normas sociais

[...] incita e justifica que ações preventivas sejam feitas em relação a essa população de possíveis infratores, que naturaliza essa condição de risco e a toma como ponto de partida para a construção de políticas. Não é, portanto, contra a lógica capitalista que produz miséria em massa que as políticas que se voltaram para essa população operam, mas contra os riscos naturalizados como inerentes à situação de pobreza.

Nesse bojo, Vieira (2012) salienta que há um discurso heterodeclarado acerca da pobreza, que constrói um quadro identitário que obscurece todas as demais produções que se dão no cotidiano de uma parcela da população. Perante essas afirmativas, apresenta-se então como desafio a desnaturalização das noções de pobreza, desigualdade e risco.

Para nos auxiliar nesta discussão sobre pobreza e desigualdade, trazemos as contribuições de Lazzarato (2012), o qual afirma que a lógica neoliberal joga com as desigualdades porque de fato é a partir delas que se governa. Não se almeja nem a redução nem a extinção das desigualdades. “A sociedade neoliberal vive bem com uma certa taxa de precariedade, de insegurança, de desigualdade, de pobreza, tal como as sociedades disciplinares admitiam naturalmente uma certa taxa de ilegalismo que elas próprias tinham criado.” (LAZZARATO, 2012, p. 50).

A chamada pobreza no neoliberalismo não está ligada à falta de desenvolvimento, muito menos é o sintoma de um atraso que o crescimento econômico irá reabsorver: ela é criada e mantida com objetivos ligados à governamentalidade (LAZZARATO, 2012).

De acordo com Lockman (2013, p. 42 e 43), o que se pretende com as políticas sociais não é o fim da desigualdade social, mas sim a gestão dos riscos que esses seguimentos da população possam causar para si e para o conjunto da sociedade:

Ao intervir sobre a vida da população, conduzindo suas condutas de determinadas formas, as políticas sociais, também gerenciam os riscos que algumas camadas da população podem produzir a si mesmas e aos outros. Viver na condição de miséria ou de pobreza absoluta pode produzir, não só um perigo para si mesmo, pelas más condições de vida que os sujeitos estão submetidos, ficando vulneráveis a doenças e outros malefícios, como também pode possibilitar o aumento da violência, das práticas ilícitas e conseqüentemente de uma variedade de riscos para a vida em sociedade. Sendo assim, as políticas de assistência social, ao intervirem sobre a vida da população conduzindo suas condutas e exigindo que realizem determinadas ações, podem ser entendidas como estratégias biopolíticas que objetivam gerenciar os riscos produzidos pela fome, pela miséria, pelo desemprego, pela doença, pela deficiência, etc e garantir a seguridade da população. Trata-se, portanto, um tipo de poder massificante que atua no corpo social, gerenciando e defendendo a ordem pública, diminuindo os riscos e aumentando a intervenção para intensificação da vida.

Portanto, pode-se concluir até aqui que a condição precária de vida em que se encontra uma parcela da população deve continuar sendo fator de indignação, mobilização e luta por vida digna. Pois o que é considerado pobreza não se trata de um atributo interior ou culpa dos sujeitos, mas sim de uma produção social datada historicamente que submete e mantém determinados grupos em condições de vida degradantes. A naturalização das noções de pobreza e desigualdade leva à sua perpetuação. Conforme apontam Spink e Spink (2006), as desigualdades em nossa sociedade permanecem como tal porque são naturalizadas, tornadas normais, dadas, óbvias e não problemáticas. Apontam ainda que a desigualdade “[...] não é um azar histórico, um vírus que se propaga pelo ar e, muito menos, uma conspiração de um grupo restrito. A desigualdade é sustentada no cotidiano pelas ações de todos, ao impor, ao aceitar ou a considerar que algo é normal.” (SPINK; SPINK, 2006, p. 8).

Outro ponto que merece destaque no âmbito da atuação nos CRAS são as intervenções visando à higienização da população considerada vulnerável ou em risco. As investidas para higienização dessa população consistem em mais um dispositivo disciplinar e biopolítico. A higienização é um dos fatores que levam uma família a ser ou não considerada em vulnerabilidade. Serão trazidas, portanto, reflexões e problematizações sobre como se operacionaliza esse dispositivo.

4.3 A preocupação com a higienização dos “vulneráveis” na Política de Assistência Social

Seja no momento da visita domiciliar, seja nos momentos dos atendimentos, a higienização é um assunto que frequentemente entra em pauta nos CRAS. Vários são os prontuários de famílias em que estão registradas informações sobre a higiene da casa e dos integrantes da família. Vários foram os momentos em que as profissionais proferiram orientações às famílias em relação à higienização da casa, ao ponto de uma trabalhadora do CRAS, certa vez contar que não foi bem recebida por uma família em uma visita domiciliar. Segundo ela, um componente da família dissera: “Vocês vieram aqui para saber se minha casa está limpa? Para me ensinar a limpar a casa? Não precisamos disso!”. Podemos observar nesse caso, tanto

práticas de resistência, quanto de controle operando. Nota-se que existe, da parte da pessoa que recebe a visita, a afirmação de determinado modo de vida e a recusa a certas práticas de controle que ditam modelos de organização da casa. Uma recusa a aceitar que alguém deve ditar um determinado modo de viver a outrem. Essas práticas de resistência e controle imbricam-se na relação compondo a cena acima. Será possível, então, as profissionais realizarem visitas domiciliares sem impor determinados padrões de higiene? Como produzir instrumentos de atuação que construam perante os diferentes sujeitos modos de vida dignos sem a pretensão de submetê-los ou julgá-los?

Na cena apresentada, nota-se que se trata de práticas de governo e resistência pelo viés da higienização. Nesse contexto, outra pergunta é pertinente: Mas por que a preocupação com a higiene é apresentada de forma tão natural?

Conforme aponta Corbin (1987), nos séculos XVIII e XIX na Europa, hábitos de higiene doméstica se fortalecem e posteriormente se tornaram a “higiene da família”. Esse processo, unido ao desdobramento da higiene pessoal, produziu uma exaltação da vida no espaço privado do lar em detrimento do espaço público. São produzidos novos modos de habitar vinculados a uma noção de medicalização do espaço privado. Esses hábitos de higiene eram disseminados com objetivos ligados principalmente à moralização: “O imperativo do ‘limpo em ordem’, a aprendizagem da limpeza revelam seus objetivos múltiplos. O objetivo moralizador e a necessária compressão dos instintos insinuam-se onde, até então, se tratava de desinfecção.” (CORBIN, 1987, p. 144). Para exemplificar, Corbin (1987, p. 144) também aponta alguns discursos que oficiais da marinha proferiam à época: “os homens mais limpos são sempre aqueles que se conduzem com maior honestidade e decência e que os mais negligentes são ao mesmo tempo os mais dados ao vício e ao desregramento”.

Nessa época, havia preocupações em relação à organização das habitações no sentido de desamontoar as pessoas possibilitando a ventilação⁶⁴ “para dominar o fluxo das exalações e para impedir o efeito mortífero das emanações sociais” (CORBIN, 1987, p. 133). Corbin (1987, p. 185) sinaliza que nesse contexto a

⁶⁴ De acordo com Corbin (1987, p. 125), a ventilação no século XVIII constituiu um eixo da estratégia higienista: “o fluxo que se deve controlar, antes de mais nada, é o do ar. Mais ainda do que drenar a imundície, é assegurar a circulação do fluido aéreo [...]”.

estratégia higienista assimila simbolicamente a desinfecção à submissão e assim “[...] tornar inodoro o proletário poderia instituir a disciplina e o trabalho”.

Essas tentativas de imposição de valores higienistas, no entanto, não se deu de modo harmonioso. Segundo Corbin (1987, p. 270), “A grande maioria da população quer ignorar esse empreendimento em curso.” As autoridades higienistas da época sofreram vários reveses em suas tentativas de implantar uma nova ordem. Motins eram realizados contrapondo-se às novas regras de desodorização, limpeza e de organização social:

Os camponeses insistem em conservar em suas portas o adubo indispensável. Na cidade, os catadores se opõem às medidas edilítárias. No início da Monarquia de Julho, eles desencadeiam verdadeiros motins contra as decisões do comissariado de polícia que tenta acelerar a retirada dos lodos; eles decidem obter, pela força, a manutenção de seus montes de lixo. De 1º a 15 de abril de 1832, os catadores obstruem a circulação dos carros do empresário dos lodos e queimam os novos depósitos. Os amotinados recebem a ajuda da multidão. Esta inquieta-se com as medidas de desinfecção. (CORBIN, 1987, p. 272 e 273).

Donzelot (1986, p. 46), por sua vez, considera que no século XIX o Estado e a medicina se ocuparam das habitações populares em torno de três eixos:

Organizar um espaço que seja suficientemente amplo para ser higiênico, pequeno o bastante para que só a família possa nele viver, e distribuído de tal maneira que os pais possam vigiar os filhos. [...] A busca da intimidade, a competência doméstica proposta à mulher popular, são o meio de fazer aceitar, de tornar atraente esse habitat que passa, de uma fórmula ligada à produção e à vida social, a uma concepção fundada na separação e na vigilância. Se o homem preferir o exterior, as luzes do cabaré, se as crianças preferirem a rua, seu espetáculo e suas promiscuidades, será culpa da esposa e da mãe.

Donzelot (1986) sugere ainda que foi com o intuito de promover a preservação da sociedade liberal por meio da adaptação dos indivíduos a esse regime que os higienistas incitaram o Estado a intervir pela norma na esfera do direito privado.

Rago (1985) também traz contribuições ao apontar um momento em que a medicina passa a incluir em suas pautas a questão social, e a construção de novos saberes e controle particularmente sobre a criança e sobre a mulher, já no século XIX e intensificando-se no século XX. De acordo com a autora, a medicina passa a definir estrategicamente dispositivos de regulação da vida íntima e comportamentos dos diversos setores da sociedade (RAGO, 1985). Equipes médicas eram formadas no século XX para orientar gratuitamente as mães pobres sobre a higiene infantil (RAGO, 1985). As famílias pobres eram os principais alvos, já que as mulheres dessas famílias eram responsabilizadas pelas altas taxas de mortalidade das

crianças devido à sua ignorância e inobservância às morais de higiene (RAGO, 1985). Esta situação justificava a rígida interferência da medicina no controle cotidiano dos pobres.

Na verdade em nenhum momento procurava-se pensar positivamente as práticas tradicionais das mães no cuidado com seus filhos e explicá-las em função de uma outra racionalidade. Ao contrário, o poder médico visa impor-se como o único competente para determinar regras universais de conduta da população não apenas em relação ao corpo, desautorizando todos os saberes antigos fortemente enraizados nos meios populares. (RAGO, 1985, p. 128).

De acordo com a autora, a grande preocupação com a situação das crianças era na verdade uma preocupação econômica, na medida em que estas passam a ser entendidas como “corpo produtivo, futura riqueza das nações” (RAGO, 1985, p. 121). E também uma preocupação política, já que fornecer assistência médica e assistência à infância evitaria formar entre a população rebeldes e desajustados.

[...] trata-se de eliminar as práticas selvagens e promíscuas de uma população ainda não devidamente civilizada, de regenerar o trabalhador e sua família, ensinando-lhes uma pedagogia das virtudes. Por isso, neste discurso moralista, político, econômico e filantrópico, ignorância, pobreza, alcoolismo, sífilis, tuberculose e criminalidade são tratados como doenças da mesma ordem, focos infecciosos que atuam e se alastram no interior do corpo social, provocando sua decomposição e degenerescência. (RAGO, 1985, p. 133).

A mesma autora aponta ainda que “os perigos detectados nos espaços públicos são transferidos, pela imaginação dos médicos, para a habitação insalubre e suja do pobre [...]” (RAGO, 1985, p. 174). Este último passa, então, a ser alvo de várias intervenções com objetivo de se eliminar o risco que significava para a sociedade burguesa.

Embora a teoria segundo a qual a doença era contraída pelas exalações miasmáticas estivesse desacreditada desde as descobertas realizadas por Pasteur e Koch, a representação imaginária que associa a figura do pobre aos elementos pútridos, aos detritos e ao perigo pestilencial se reforça. Aliás, as estratégias desodorizantes fundadas nas mitologias pré-pausterianas não são questionadas, aparece como ameaça à saúde dos burguês perfumado. Mais do que nunca, os trabalhadores e pobres em geral são percebidos como suspeitos em potencial, seja como portadores de germes, seja como possíveis criminosos. (RAGO, 1985, p. 174 e 175).

Sposati (1988, p. 101) também traz contribuições a respeito e afirma que no início do século XX no Brasil:

Mantinha-se o modelo da filantropia higiênica da São Paulo colonial e imperial, só que agora ele invade as moradias, embora a Constituição Republicana de 1891, ao declarar os direitos dos brasileiros e estrangeiros, tenha estabelecido que “a casa é o asylo inviolável do indivíduo” (artigo 72,

§11). O cortiço, porém, não é visto como casa, mas como foco, e como tal precisa ser exterminado.

Assistência Social e saúde compunham, neste período, um binômio próprio do conceito que associa saneamento moral e higiênico. Limpar a sociedade dos “venenos sociais”, reiterando o conceito miasmático das doenças, já defasado no campo da medicina, fazia, ao que parece, parte das concepções sobre os problemas sociais nas primeiras décadas do século XX. Os fluidos dos “venenos sociais” precisavam ser contidos e a medicina higiênica como forma de controle político das populações, se prestava a tanto. (SPOSATI, 1988, p. 122).

Como visto, as preocupações com as instalações consideradas insalubres dos pobres era uma preocupação econômica e política que visava ao controle das populações para uma melhor condução de seu conjunto. A higiene no interior das famílias precisava, portanto, ser disseminada e até mesmo imposta. Donzelot (1986) aponta que a construção de um modelo familiar que privilegie a higiene permite de modo mais satisfatória a manutenção da ordem pública. De acordo com o autor: “O apego do operário à ordem pública é garantido por seu desejo de conservar a moradia [...]” (DONZELOT, 1986, p. 44).

Com isso, não se pretende aqui desconsiderar os benefícios das práticas de higiene que contribuem para o aumento da expectativa de vida da população, ajudando na prevenção de doenças e sofrimentos. No entanto, não se pode negar que historicamente um certo modo de se relacionar com a higiene foi utilizado como forma de domesticar a população, principalmente a população pobre, com objetivos ligados à governamentalidade, enaltecendo determinados modos de vida e desqualificando outros. A máxima popular “sou pobre, mas sou limpinho” vigora ainda hoje e opera desqualificando os modos de vida principalmente da população pobre. A preocupação com a higienização da casa do pobre diz de um imperativo de domesticá-lo e fazê-lo se integrar à ordem e à moralidade vigente, fazê-lo se submeter.

Mas, como visto no relato feito no início do tópico, nem todos se submetem, alguns gritam e questionam intervenções naturalizadas no âmbito da assistência social. Ouvir esses gritos e até mesmo alguns sussurros é exercício cotidiano na construção de novas práticas, novos possíveis. Práticas de silenciamento desses gritos ou sussurros também estão presentes na Assistência Social. A seguir serão trazidas discussões e análises de algumas dessas formas de fazer calar as vozes que saem do controle.

4.4 Assistência Social entre a caridade e o direito

Na condição de trabalhadora nos serviços de assistência social, pude presenciar falas de trabalhadoras lamentando as reivindicações de determinada usuária do serviço e afirmando que estas eram sinais de sua ingratidão para com o serviço que tanto já tinha feito por ela. Nas recomendações do Governo, no que se refere à relação com as famílias, são inúmeras as publicações que reafirmam a necessidade de se romper com o caráter caritativo e filantrópico dos serviços da Assistência Social, enfatizando seu caráter de direito de cidadania (MDS, 2009; BRASIL, 2012). Esse esforço é evidenciado pelas trabalhadoras em inúmeros espaços. No entanto, situações que trazem à tona o caráter de controle e regulamentação da vida por meio de práticas de caridade e clientelismo dos serviços da Assistência Social evidenciam-se a todo momento.

O próprio MDS enuncia esta questão ao utilizar a seguinte frase em uma de suas campanhas: “Bolsa Família não gera acomodação. 75,4% dos beneficiários estão trabalhando. 1,7 milhão de titulares já deixaram de receber a *ajuda* do governo⁶⁵.” (PORTAL, 2014, s/p, grifo nosso). Cruz e Guareschi (2012, p. 22) também afirmam que as “[...] situações cotidianas nos Cras mostram a tensão entre o sujeito da caridade e o do direito”. O que estes conceitos têm colocado em funcionamento? Eles têm alguma função no que tange à regulamentação da vida da população?

Silva (2004), ao analisar a emergência do social, avalia que a primeira configuração deste se referia ao que chamou de “social-assistencial”. Silva (2005) propõe que se considere o social como um problema, não o tratando como uma evidência ou fato natural. Afirma a necessidade de constituí-lo como construção de um jogo de forças em um campo historicamente dado. Afirma que “[...] o social é essencialmente um objeto construído e produzido a partir de diferentes práticas humanas e que não cessa de se transformar ao longo do tempo.” (SILVA, 2005, p. 15). Sobre a primeira configuração do social afirma:

⁶⁵ Importante salientar que ao mesmo tempo em que apontam o Bolsa Família como ajuda nesse enunciado, passaram a considerar os recursos que a família recebe por meio deste programa como renda nas avaliações sociais. Essa nova modulação permitiu ao governo afirmar que retirou milhares de pessoas da extrema pobreza.

Ao falarmos de uma primeira configuração do social, estamos nos referindo às condições segundo as quais se atualizam um conjunto de práticas que levam à criação de determinados equipamentos institucionais, tais como os asilos, os hospícios, os orfanatos, etc. Trata-se portanto de mostrar como um certo tipo de problema requer um modo de intervenção específico que exige, por sua vez, um novo arranjo do tecido da sociedade em questão. (SILVA, 2004, p. 15).

Tais instituições foram criadas a partir do momento em que as relações informais não mais eram capazes de suprir as necessidades dos indivíduos (SILVA, 2004). Analisa que as intervenções visavam à proteção e integração das pessoas que pertenciam ao mesmo território e que eram incapazes de trabalhar. Essa primeira configuração “[...] revela uma ligação explícita com a questão do trabalho uma vez que a operacionalização de certos dispositivos assistenciais estará relacionada preferencialmente aos que são julgados incapazes de trabalhar.” (SILVA, 2005, p. 20).

Neste contexto emerge o fenômeno “das pessoas que precisam de ajuda” (SILVA, 2004). Ou seja, essa primeira organização funciona em uma lógica assistencialista.

Já na segunda configuração do social, conforme propõe Silva (2004), há a instauração da noção de direito. No entanto, nota-se que esse direito é um mito, já que se contradiz com a diretriz burguesa do Estado de livre mercado e já que desde sua origem o Estado volta-se para o fortalecimento da ordem burguesa. Essa contradição se torna evidente no que se refere ao direito ao trabalho (SILVA, 2004). Conforme aponta Silva (2004), essa noção de direito ao trabalho à época foi apontada por muitos como potencial destruidor do sistema democrático. Como o Estado vai garantir o direito ao trabalho ao mesmo tempo em que se exime da função de controlar as regras do mercado? De acordo com Silva (2005, p. 21) “[...] uma das primeiras lições ditas pela forma democrática da República é a de não confundir o ‘livre acesso ao trabalho’ com um ‘direito ao trabalho’.”

Para sair desse impasse, em sua segunda configuração, o social passa a ter a função de preencher o vazio entre a ordem econômica e política, promovendo a coesão dos estratos sociais, principalmente aos que estavam distantes do processo produtivo (SILVA, 2004). Ele vai assistir àqueles que se tornam pobres por não possuírem trabalho. Porém,

Não se trata do mesmo pauperismo que sempre ocasionou um certo tipo de intervenção pública e que caracterizava o campo específico do social-assistencial em função dos cuidados dispensados com certas categorias de populações desfavorecidas. Trata-se de um “novo pauperismo”, um

pauperismo que acompanha doravante o crescimento mesmo da produção industrial em função de uma nova organização do tecido social que produz uma desterritorialização do capital e uma desterritorialização do trabalho ancorada na idéia de “trabalhador livre”. (SILVA, 2005, p. 23 e 24).

Ou seja, a noção de direito traz implícita, nesta segunda configuração do social, a noção de regulamentação daqueles que de algum modo não foram incluídos pelo trabalho com objetivo de manter a ordem social burguesa: “[...] a ação social implementada pelo Estado-Providência não reduzirá as desigualdades. Ao contrário, ela servirá para mascará-las ao mesmo tempo em que as produz.” (SILVA, 2005, p. 25).

Nessas duas configurações do social propostas por Silva (2004; 2005), nota-se a presença em um primeiro momento da noção de caridade e, em outro momento, a emergência da noção de direito de cidadania ligados ao que se convencionou chamar de social.

A noção de direito, neste contexto, faz operar a lógica inclusiva da qual o capitalismo contemporâneo faz uso. De acordo com Silva (2005, p. 118),

[...] a estratégia do capitalismo sempre foi a de eliminar qualquer resquício ontológico de alteridade. Daí a dificuldade de enunciação capitalística em admitir que este modelo produz exclusão, pois a lógica subjacente ao mesmo é uma lógica inclusiva que faz com que o capitalismo não pare de produzir espaços cada vez maiores de miserabilidade como forma de expandir suas fronteiras. Deste modo, produz-se uma mimetização da violência por todo o tecido social e uma destruição sistemática da experiência subjetiva, roubando assim o sentido da própria.

A discussão sobre o caráter caritativo ou de direito de cidadania da Assistência Social, de acordo com Sposati (1988), foi motivo de debates no final do século XIX e início do século XX no Brasil. “Nos primeiros anos republicanos, pela primeira vez, colocou-se no debate para a opinião pública a questão assistencial, ou, mais particularmente, as funções assistenciais assumidas pelo Estado.” (SPOSATI, 1988, p. 107).

Influenciado pelas discussões que ocorriam na França sobre o papel do Estado, no que se refere à assistência social, esse ponto se constituía como um impasse no Brasil. As discussões na França se davam principalmente entre dois grupos. Um deles defendia que

[...] a assistência não seria um benefício, mas sim um dever da ‘República’ que, através de uma assistência fraternal, deveria assegurar a existência de cidadãos necessitados, dando-lhes trabalho nos limites de suas forças, ou dando, em falta da família, socorros aos que não estivessem em condições de trabalhar. (SPOSATI, 1988, p. 108).

Outro grupo considerava que tornar a assistência social papel do Estado iria resultar na “destruição dos costumes, do amor ao trabalho” (SPOSATI, 1988, p. 108). Afirmava que a assistência deveria se restringir à singela manifestação da caridade de todo o ser humano ou à simples manifestação voluntária e espontânea da virtude dos indivíduos (SPOSATI, 1988).

No Brasil, no mesmo sentido, as discussões se davam entre o interesse de regulamentar a caridade por meio do Estado e o receio de se incentivar ou recompensar a mendicância e a vadiagem.

Estava em questão o combate ao caráter espontaneísta da esmola, que “terminava mantendo a vadiagem”. Era preciso “saber dar esmolas”, “canalizar o altruísmo”, “a bondade” dos brasileiros. A ação estatal seria então de fiscalização da filantropia, para que não “alimentasse a vadiagem e a mendicância”. O Estado se posicionaria como o eterno vigilante para que as “obras de caridade” realmente operassem com dignidade. Seria instituído o que denominou-se de “terna fiscalização da mendicidade” que, na posição de sentinelas junto aos asilos, só socorreriam os verdadeiros mendigos. (SPOSATI, 1988, p. 108 e 109).

Regulamentar e responsabilizar o Estado pela Assistência Social significava reconhecer publicamente a existência da miséria que as oligarquias não suportavam, já que “os ‘mendigos’ eram vadios e racionalizar as esmolas confrontava-se com tal concepção, pois exigia uma ação de ‘amparo à vadiagem’.” (SPOSATI, 1988, p. 109).

Importante salientar que boa parte da população se encontrava alijada de participar destas discussões, já que

[...] a Constituição imperial de março de 1824 afirmava que aqueles que não possuísem renda anual de cem mil-réis não poderiam ser eleitores (artigo 90, item V). A Constituição Republicana de 1891, na mesma direção estabelece que mendigos e analfabetos não votam (Artigo 70, §1). (SPOSATI, 1988, p. 109 e 110).

Não se tem o objetivo de construir com esses fatos uma história da regulamentação da Assistência Social por parte do Estado no Brasil, mas sim, de levantar discussões a respeito dos interesses envolvidos no fato de a Assistência Social ser papel do Estado ou não e como esses interesses ora se constituem como práticas de governamentalidade, ora de resistência. Observa-se, desse modo, uma nova racionalidade política que orienta então a criação da Política de Assistência Social. Nota-se que sua institucionalização serve a interesses que dizem da própria regulamentação da vida da população pobre.

Sobre o caráter caritativo da Assistência Social, Donzelot (1986) aponta o viés despolitizante desse tipo de prática e afirma que a filantropia tem sido utilizada para garantir o desenvolvimento de práticas de conservação com o objetivo de dominação, pacificação e de integração social.

Importante, neste contexto, diferenciar a prática caritativa da prática filantrópica, de acordo com as contribuições de Donzelot (1986). Este autor afirma que

De modo geral a filantropia se distingue da caridade, na escolha de seus objetivos, por essa preocupação de pragmatismo. Em vez de dom, conselho, pois este não custa nada. Assistência à criança em vez de assistência aos velhos [...]. A caridade desconhece esse investimento pois só pode arder ao fogo de uma extrema miséria, com a visão de um sofrimento especular, a fim de receber, em troca, através do consolo imediato que fornece, o sentimento de engrandecimento do doador. [...] Entre a caridade e a filantropia se estabelece, no decorrer de todo o século XIX uma competição cuja beneficiária é a segunda. (DONZELOT, 1986, p. 65 e 66).

A filantropia dentro dessa visão pragmática também se utilizará de ferramentas para medir as necessidades por meio de uma investigação rigorosa para desarmar os artifícios da pobreza e “tornar a esmola útil aos que dão e aos que a recebem” (DONZELOT, 1986, p. 67).

Para Castel (2011) a filantropia também possui um caráter de dominação. De acordo com o autor,

[...] a filantropia é uma verdadeira política sob a responsabilidade dos notáveis, dos religiosos e dos patrões, e ela não deve preocupar-se com as causas estruturais que podem explicar as desgraças do povo. É necessário e suficiente impor uma moral a todos aqueles que vivem no inferno do pauperismo. [...] Quanto os que são alérgicos aos remédios morais, estes são substituídos pela repressão policial ou militar. (Castel, 2011, p. 70)

Nesse bojo, nota-se que a Assistência Social historicamente foi tratada como uma ação paternalista, personalista e despolitizante, seja por meio de uma noção de caridade ou filantropia, que se constitui como um favor ou ajuda e fornecida por uma pessoa ou grupo específico. Sposati (1988) analisa que deste modo a assistência social é lugar de discriminação e segregação. Nota-se que a autora opera essa análise na década de 80 em que a Assistência Social ainda não havia se constituído como política estatal.

Décadas se passaram e, apesar de a Assistência Social ter se constituído como direito, essa visão paternalista e personalista ainda se encontra presente. É inegável a necessidade de se superar essa visão caritativa e paternalista, de troca de favores que passa longe de relações de solidariedade e liberdade e por vezes se tornam

relações de dominação e subserviência. Porém é preciso se atentar para o fato de que transformar a Assistência Social em um direito não garante que esta política esteja a favor dos interesses da população atendida.

A população que requer os serviços da Assistência Social, por sua vez, dentro dessa rede de legalismos criada pelo Estado, encontra também seus mecanismos para alcançar seus interesses. Importante salientar que a luta por direitos na Assistência Social é diferente das lutas empreendidas pela população em outras políticas de Estado, como na saúde. Uma vez que a Assistência Social se constituiu em um terreno marcado pela filantropia e ajuda aos pobres, as práticas de resistência de quem requer o benefício também são marcadas por esse histórico. Para conseguir o benefício, portanto, talvez seja preciso se mascarar de “bom pobre”, de subserviente ou “pobre coitado”. Para garantir o direito de acesso aos benefícios e serviços sem abrir mão de seus modos de vida, tão esquadrihados pelas profissionais, talvez seja preciso mascarar determinadas situações.

E isso tanto acontece que as visitas domiciliares realizadas pelas profissionais geralmente são feitas de “surpresa”, sem aviso prévio. São programadas de modo que a requerente do benefício não possa se “preparar” ou “mascarar” alguma situação. Também já foi discutido que as profissionais têm sido produzidas para medir tecnicamente o limite entre a necessidade e fiscalizar os desvios. Se estes não existissem, não seria necessária uma rede tão rigorosa para garantir controle. Ou seja, nota-se que as práticas de resistência por vezes são sutis e se camuflam para poderem continuar existindo.

Olhar para a política de saúde, por exemplo, e ver as usuárias lutando nas ruas por direito a atendimento e não observar o mesmo acontecendo na Assistência Social é no mínimo curioso e merece análises. E pode-se afirmar que o fato de haver menos lutas organizadas pela assistência social não significa que elas não existem. Várias são as estratégias de resistência empreendidas, porém nesse caso, para existirem, necessitam de sigilo.

Nesse bojo, cabe afirmar que os interesses das populações atendidas nem sempre são garantidos pela via do direito e do legalismo da máquina de Estado. A conquista de direitos é importante, mas é importante frisar, de acordo com Rolnik (1995), que essa conquista não basta. O direito pode estar ligado a uma atitude progressista de

tolerar o outro, não de abrir-se para novas conexões e diferenciações que esse encontro permite. Garantir o direito à Assistência Social não garante ainda que os encontros propiciados por esse direito sejam de fato transformadores. A noção de direito na Assistência Social também pode carregar o viés da regulamentação da vida da população pobre.

Nota-se ainda que a relativa demora em se institucionalizar a Assistência Social como um direito deveu-se a uma série de preconceitos moralizadores produzidos a respeito da população pobre, que, aliás, foi alijada desse processo⁶⁶. Ou seja, na luta pela institucionalização da Assistência Social como direito, responsabilizando o Estado pela assistência aos pobres, estiveram presentes os interesses das classes dominantes.

As autoras Cruz e Hillesheim (1990) afirmam a necessidade de se interrogar as práticas e desnaturalizar as maneiras de fazer e pensar no âmbito da política de Assistência Social rompendo com a concepção de que “[...] as políticas públicas resultados das pressões dos movimentos sociais estão acima de qualquer suspeita [...]” (CRUZ; HILLESHEIM, 2013, p. 190).

Tendo esse desafio em vista, vale se ater às recentes legislações e normativas do SUAS, que, por se tratar de uma política estatal regulamentada, há relativamente pouco tempo, várias leis e normativas têm sido criadas visando “aprimorá-la” como um direito de cidadania. A autora Scheinvar (2012) afirma que as referências legais como leis, decretos, declarações, convenções, ao longo do século XX, tornaram-se a grande esperança de mudança. Comemora-se a criação de novas regulamentações na expectativa de que transformem as relações instituídas. “O Estado de Direito emerge como salvador das desigualdades e das injustiças: ‘*foi promulgada uma lei!*’, celebramos ante alguma regulamentação que atenda às nossas expectativas.” (SCHEINVAR, 2012). A promulgação de leis e normativas não garante que seja efetivada uma política que de fato atenda às demandas da população nem garante que as relações estabelecidas entre usuárias e serviço seja de respeito e confiança. Muitas vezes o que se observa é a burocratização das

⁶⁶ Na construção da Assistência Social como política integrante do tripé da Seguridade Social no Brasil, foi tímida a admissão da população como participante da formulação, da gestão e do controle social, reproduzindo o histórico legado tutelador e clientelista (PAIVA et al, 2010). Diferentemente de outras políticas como a de Saúde Mental, que foi fruto de diversas e intensas lutas dos movimentos sociais, usuárias e trabalhadoras dos serviços públicos.

relações justificada pela legislação. Muitas violências são praticadas com base em leis ou ainda por não haver lei que regulamente uma determinada ação. Scheinvar (2012, p. 46) avalia que

[...] no Brasil, em nome da lei ou do que se subjetiva como justo, o extermínio dos pobres é um dado administrativo incorporado às estatísticas e divulgado como vitória do "bem", da "verdade", contra o "mal". Práticas jamais interrogadas pelos responsáveis pela aplicação da lei.

Na mesma linha, Castel (2005, p. 24) aponta que o Estado de direito “[...] só pode decepcionar esta busca de proteção total, pois a segurança total não é compatível com o respeito absoluto das formas legais.” Castel (2005) afirma que as sociedades modernas criaram uma noção de indivíduo vulnerável e necessitado de proteção fornecida a partir de um Estado de direito. Porém, como disse, este Estado de direito não tem condições de atender a essas exigências e diz que

[...] é preciso então admitir que a segurança absoluta dos bens e das pessoas jamais será completamente assegurada num Estado de direito. É o dilema inscrito no cerne da aplicação da lei. Aplicar a lei passa pela mobilização de processos cada vez mais complexos que mantêm e até aprofundam a distância entre o que prescreve a ordem legal e a maneira como ela informa as práticas sociais. (CASTEL, 2005, p. 24).

Foucault (2008b) traz contribuições a esse respeito ao afirmar que a regra é justamente aquilo que permite a violência e a dominação. A regra tem a função de satisfazer a violência, permitindo reativar permanentemente o jogo da dominação (FOUCAULT, 2008b).

A humanidade não progride lentamente, de combate em combate, até uma reciprocidade universal, em que as regras substituiriam para sempre a guerra; ela instala cada uma de suas violências em um sistema de regras, e prossegue assim de dominação em dominação. Em si mesmas as regras são vazias, violentas, não finalizadas; elas são feitas para servir a isto ou àquilo; elas podem ser burladas ao sabor da vontade de uns ou de outros. (FOUCAULT, 2008b, p. 25).

Lagasnerie (2013, p. 134), no mesmo sentido, salienta que “as noções de ‘lei’, ‘justiça’ e ‘sujeito de direito’ fazem parte do sistema que elas pretendem combater. Logo, necessariamente reproduzirão, no fim, efeitos de sujeição”.

É nesse mesmo sistema de legalismos que o Estado permite a precarização do processo de trabalho no SUAS. Podemos citar argumentos utilizados pelos gestores da política sobre a precarização dos vínculos de trabalho da Assistência Social. Esses argumentos versam muitas vezes sobre a dificuldade de se realizar concurso público municipal, tendo em vista: o fato de o município ter atingido o limite de

gastos com pessoal estipulado pela lei de responsabilidade fiscal⁶⁷ (BRASIL, 2000); dificuldade de o pedido ser aprovado pelo Poder Legislativo quando não há aliança política entre este e o Poder Executivo; apontam que custear profissionais efetivos com verba federal é um risco, já que não há a garantia de continuidade desse recurso⁶⁸.

Vê-se nesses casos que certo modo de operar do Estado cria argumentos para justificar suas operações e entraves. Argumentos baseados na própria lógica da máquina do Estado. A justificativa da Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, é a que está mais em voga. No entanto, não se analisam os motivos de se ter atingido esse limite. Nesse sentido, alguns questionamentos se tornam pertinentes: como está a divisão dos gastos do município com pessoal por vínculo empregatício (estatutários, terceirizados, comissionados, estagiários)? Existe número excessivo de cargos comissionados? Esses cargos comissionados recebem muito mais do que o restante dos servidores? Essas análises precisam ser realizadas na medida em que o modo de funcionar do Estado se utiliza dessas justificativas, levando as trabalhadoras a entrar em um movimento reivindicatório pela revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal, como principal ou única forma de resolução do problema, vide as deliberações das últimas conferências⁶⁹.

Nota-se ainda que políticas como as de Saúde, em grande parte dos municípios, é a que recebe a maior parte das profissionais com vínculo permanente, mesmo existindo o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, podemos questionar: Por que existem profissionais efetivas sendo direcionadas prioritariamente para uma política em detrimento de outra?

⁶⁷ A Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe sobre as normas para as finanças públicas e estabelece que o Poder Executivo da esfera municipal poderá comprometer até 54% de sua arrecadação com gastos com pessoal (BRASIL, 2000).

⁶⁸ Caso o município alegue não possuir recursos para a contratação de pessoal efetivo para a execução dos serviços da Política de Assistência Social, os gestores do municípios são autorizados a utilizar a recursos do cofinanciamento federal para tal. Essa previsão está regulamentada na Lei nº12.435 de 2011 (BRASIL, 2011b) e na Resolução nº32 do CNAS (BRASIL, 2011d).

⁶⁹ A última Conferência Estadual de Assistência Social, da qual participei, possuiu duas novas deliberações relativas à Lei de Responsabilidade Fiscal. São elas: 1- “Promover discussões a respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo os Tribunais de Contas, de modo que garanta a contratação de profissionais efetivos no âmbito da seguridade social, mais especificamente na área da assistência social, sem que implique aumento na folha de pagamento.” (CEAS, 2013, p. 67); 2- “Fomentar o debate sobre a necessidade de alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal para contratação de recursos humanos no SUAS.” (CEAS, 2013, p. 64).

É importante destacar que a existência e ampliação de concursos públicos nessa área, por si só, não garante que as práticas profissionais sejam comprometidas com uma postura ético-política. No entanto, nota-se que sua ausência tem servido a objetivos ligados ao controle dessas trabalhadoras.

O próprio modo de funcionamento do Estado permite e perpetua a precarização dos vínculos de trabalho. Em tempos em que se promove uma política de Estado Mínimo, o Estado terá cada vez menos recursos para pagar seus servidores, restringindo seus direitos, um deles o direito ao vínculo estável. Standing (2014) avalia que a precarização do trabalho não atinge apenas os trabalhadores do setor privado, mas também os que atuam nos setores públicos.

Foucault analisa o contexto de surgimento de legislações com objetivos de punição, ratificando valores morais, e de como os aristocratas e as pessoas ricas se apropriaram deste processo. Afirma que no fim do século XVIII na Inglaterra,

[...] esse controle moral vai ser exercido pelas classes mais altas, pelos detentores do poder, pelo próprio poder sobre as camadas mais baixas, pobres, as camadas populares. Ele se torna assim um instrumento de poder das classes ricas, sobre as classes pobres, das classes que exploram sobre as classes exploradas, o que confere uma nova polaridade política e social a essas instâncias de controle. (FOUCAULT, 2005b, p. 94).

Foucault (2005b) afirma que o que estava em jogo na época era o controle das classes pobres e enfoca como ficava claro o fato de as leis serem direcionadas aos pobres e não aos ricos. Foucault (2005b, p. 94) ilustra como funcionava a lógica das leis à época: “[...] as leis são boas, para os pobres; infelizmente os pobres escapam às leis, o que é realmente detestável. Os ricos também escapam às leis, porém isso não tem importância alguma, pois as leis não foram feitas para eles.”

Ao mesmo tempo, observa-se que Foucault (2008b, p. 25 e 26) aponta uma possibilidade de contrabalancearmos as relações de força ao afirmar que podemos nos apropriar dessas regras de modo a não perpetuar dominações, afirmando que

O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras.

Nota-se que as regras, as leis estão no plano das lutas, não acima delas. Quando a questão se coloca deste modo, torna-se possível deslocar e fazer uso dessas leis e regras para outros interesses.

Seguem histórias de exercícios cotidianos de resistência que, por meio de um exercício ético, fazem uso desse sistema de regras para produção de vida digna.

5 A inquietude não se aplaca⁷⁰

“É justo revoltar-se!”

Guattari e Negri

Por todo o exposto até aqui, nota-se que a trabalhadora da Assistência Social é uma peça chave na produção de práticas de controle. Mostra-se oportuno, portanto, dar visibilidade e discutir sobre as práticas dessas trabalhadoras sociais⁷¹ que escapam das redes de controle e regulamentação. De acordo com Guattari e Rolnik (1986, p. 29), eles estão, ou melhor, nós, trabalhadores sociais, estamos sempre em uma encruzilhada:

Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permite criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos [de singularização] na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar.

Na fala das trabalhadoras que participaram da pesquisa, notou-se essa tensão principalmente quando são colocadas a escolherem as famílias que receberão os benefícios da Assistência Social. Percebe-se que muitas vezes são colocados para reproduzir modelos de um determinado modo de vida, e esse movimento geralmente é justificado pela noção de meritocracia. Porém é preciso assinalar que sempre se trata de práticas que podem ser produzidas de outros modos, não se trata de um “destino” dos trabalhadores sociais reproduzir os sistemas de produção de subjetividades dominantes (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 29):

Ora, não há profissão alguma que seja essencialmente policialesca, a não ser a própria profissão de polícia, e até isso é discutível. Do ponto de vista micropolítico qualquer práxis pode ser ou não policialesca; nenhum corpo científico, nenhum corpo de referência tecnológico garante uma justa orientação.

No entanto, é necessário frisar que, da mesma forma como as usuárias da Assistência Social são atravessadas por processos de produção de subjetividade capturados e cerceadores (OLIVEIRA, 2010), as trabalhadoras da Assistência

⁷⁰ Frase produzida por Antônio Negri.

⁷¹ Para Guattari e Rolnik (1986), trabalhadoras sociais são as pessoas que se convencionou considerar que de algum modo trabalham com produção de subjetividade, como jornalistas, assistentes sociais, educadoras, gente que desenvolve qualquer tipo de trabalho cultural ou pedagógico em bairros da periferia ou conjuntos habitacionais, psicólogos, dentre outros. De acordo com Donzelot (1986, p. 91 e 92), os trabalhadores sociais estão “disseminados numa multiplicidade de lugares de inserção [e], guardam sua unidade, não obstante, em função de seu domínio de intervenção, que assume os contornos das classes ‘menos favorecidas’ [...] substituindo a boa consciência da caridade pela busca de técnicas eficazes.”

Social, um pouco menos precarizadas do que as trabalhadoras que atendem, também são produzidas nesses mesmos processos. As trabalhadoras da Assistência Social também são constituídas em processos de produção de subjetividade que muitas vezes não lhes possibilitam sair facilmente da rede que produz incessantemente subjetividades hegemônicas.

É nesse contexto que se mostra oportuno visibilizar práticas que apresentem essas possibilidades de produções e conexões que escapam à produção de modos de vida hegemônicos. Não para que sirvam de modelos, mas para dar visibilidade e mostrar que são possíveis e que têm desempenhado função importante tensionando e reposicionando o jogo de forças.

Nas andanças e experiências produzidas no campo da Assistência Social, confrontei-me com vários impasses e dilemas éticos. Ouvi de várias profissionais que muitas vezes necessitam quebrar regras estabelecidas para garantir o direito e o bem-estar das pessoas que atendem. Pensemos, por exemplo, na seguinte situação, que aliás é bem comum entre as famílias que recebem o Bolsa Família: um mulher comparece para atendimento no CRAS. Ela recebe o benefício do Programa Bolsa Família. No cadastro do benefício estão declarados ela e o filho e não o marido, que trabalha e atualmente reside com ela, de acordo com relato da usuária. Ou seja, fazendo as contas de acordo com os critérios do Programa Bolsa Família, se ela declarasse o marido no cadastro não receberia o benefício. Durante o atendimento nota-se que a mulher sofre violência doméstica e apresenta desejo de se ver livre da relação de opressão e violência que sofre do companheiro e tem usado o recurso do benefício para construir sua vida de outro modo, com planos de se livrar da relação de opressão.

Um olhar apressado e burocrático poderia direcionar a trabalhadora a fazer uma denúncia da mulher, já que o fato de ela não declarar o marido no cadastro constitui uma fraude perante as legislações. Porém, também é possível notar que o recurso que recebe do benefício, mesmo que pequeno, lhe está possibilitando tensionar determinado lugar destinado à mulher na família e certas relações de subjugação. Nessa situação observamos a existência de um dilema ético. E quem faz a avaliação, se faz uma denúncia ou não, se obedece à regra cegamente ou se no jogo de forças opta por torcê-la, é a profissional que a atende. Como dizem Guattari e Rolnik (1986), as práticas das trabalhadoras sociais não necessariamente se

constituem como policialescas, podendo se abrir para outras produções e conexões.

Como apontou uma trabalhadora durante uma conversa:

[Trabalhadora]: - [...] A gente faz escolhas... A gente faz escolhas o tempo todo no CRAS. No auxílio-natalidade você tinha que escolher quem precisava mais e todo mundo estava dentro do critério, mas a gente tinha que escolher.

Ou seja, a todo momento se fazem escolhas, se produzem práticas, e essas escolhas podem ser encaradas a partir de uma perspectiva ética. Como aponta Machado (1999), ética como uso de regras facultativas, não como a aplicação de regras prescritivas e transcendentais. Esse uso aponta para uma relação diferenciada com as leis, códigos e normas, no âmbito da imanência:

Na perspectiva transcendente as idéias se oferecem como respostas apaziguadoras e verdadeiras e solicitam obediência. Na perspectiva imanente configura-se a necessidade de pensamento, de fazer perguntas, de produção de afirmações-problematizantes. (MACHADO, 1999, p. 5).

Ousar sair da linha, no sentido de criar novas normas e regras a partir dos encontros que se dão, é um imperativo, já que um conjunto de regras colocado de antemão não dá conta da complexidade das relações que se estabelecem no cotidiano. Conforme aponta Machado (1999, p. 17), “não há receitas. Precisamos ter coragem de abandonar as certezas presentes e nos permitirmos criar outras estratégias.” E esses dilemas éticos são capazes de forçar o pensamento (DELEUZE, 1987).

A publicação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) em conjunto com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) sobre o trabalho na Assistência Social também aponta para o risco de uma atuação meramente prescritiva e moralizante que promove a “gestão da pobreza”. E afirma a necessidade de práticas inventivas, práticas que não necessariamente estão previstas nos documentos prescritivos da política.

A intervenção profissional na política de Assistência Social não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades à “gestão da pobreza” sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante. (CFP; CFESS, 2007, p. 11).

Como visto, afirmam também a necessidade de se promover uma atuação profissional para além dos casos individuais, como se pode notar no trecho a seguir:

[...] [não] se pode reforçar a perspectiva de que o enfrentamento das desigualdades estruturais pode ser dar pela via da resolução de problemas individualizados e que desconsiderem as determinações objetivas mais gerais da sociabilidade. (CFP; CFESS, 2007, p. 41).

Orientam a “[...] situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizar o indivíduo pela sua condição sócio-econômica.” (CFP; CFESS, 2007, p. 38).

Apontam também a necessidade de se superar o que se chamou de tendências nos CRAS de restringir sua atuação a atividades de “[...] registro e controle das famílias para acessos a benefícios de transferência de renda.” (CFP; CFESS, 2007, p. 31).

Importante apontar que o Código de Ética dos Assistentes Sociais, em seu artigo 3º, orienta as profissionais a “Abster-se, no exercício profissional, de práticas que caracterizem [...] o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.” (CFESS, 1993). Ou seja, práticas inventivas são incentivadas pelos órgãos que regulamentam essas duas profissões. Em contrapartida, as práticas de policiamento e moralização podem ser alvo de denúncias e punição dessas profissionais. Porém, não há como garantir por meio da lei que essas práticas não sejam policiaiscas. Há um jogo de forças colocado que permite que essas práticas existam: se elas existem é porque produzem efeitos sob certos aspectos desejados, seja a manutenção do sistema de desigualdades, seja a objetivação do “povo miséria necessária”, como aponta Oliveira (2010).

Durante uma conversa em grupo, na pesquisa, perguntei às trabalhadoras sobre como era operacionalizada a distribuição do benefício por natalidade no CRAS em que trabalham. Curioso foi notar que todas as participantes suspiraram ao mesmo tempo e ficaram em silêncio. Pergunto o motivo daquela reação e elas respondem ser esse benefício motivo de muitos problemas no CRAS e que outra profissional poderia dar mais detalhes, e não disseram mais nada. Esta pesquisa também é composta por não ditos e por modos de expressão que não se resumem apenas à fala. Será que esta expressão está ligada ao fato de que a forma com que se operacionaliza este benefício traz grande sobrecarga de trabalho? Será que significa um sofrimento pelo não atendimento aos direitos dos usuários e portanto contribui para maior precarização da vida? Serão as duas situações? O que mais podem conter esses suspiros? Nota-se que a operacionalização de benefícios com critérios rígidos e em número insuficiente geram sofrimento no desenvolvimento do trabalho e mais ainda sofrimento para quem depende do benefício, mas que não terá acesso a ele. Como escapar do endurecimento das rígidas, perversas e arbitrárias regras de concessão de benefícios?

Vários podem ser os caminhos e estratégias a serem inventadas. Ao longo de meu percurso profissional e de pesquisa, defrontei-me com práticas inventivas que produziam desvios e rachaduras nos modos de funcionamento do Estado. Práticas de profissionais que, comprometidos com a produção de vidas dignas, ousavam construir novos modos de atuação em conjunto com a população atendida. São vários os atendimentos relatados por profissionais em que estas "davam cola" para a população atendida para que entendesse os modos de funcionamento da concessão dos benefícios para juntas criarem formas de tentar produzir bifurcações e saídas para as rígidas regras instituídas. Parceria fundamental, tendo em vista que a concessão dos benefícios é pautada por leis, decretos e portarias de difícil acesso e compreensão para a população que busca os serviços da Assistência Social, principalmente para os iletrados e sem acesso à internet.

Várias são as profissionais que fazem "vistas grossas" para determinadas situações ou informações fornecidas pelas usuárias negando-se a tarefa de fiscais da pobreza ou de polícia.

Inúmeras são as histórias que infelizmente não poderão entrar nesse texto, pelo cuidado que se deve tomar para não expor em demasia as armas e estratégias dos guerrilheiros das lutas cotidianas. Já que alguns movimentos de resistência são passíveis de coerção e punição. Algumas histórias apenas poderão ser apresentadas nas conversas informais, nos corredores, nas entrelinhas. Assim também se faz resistência. E esta dissertação pode ser considerada mais um dispositivo dessas lutas cotidianas.

Ao dar ênfase aos mecanismos de controle, pretende-se apontar seus modos de funcionamento com vistas a desnaturalizar as práticas que os produzem. Nesse sentido, redigir uma dissertação com destaque para os mecanismos de controle não se trata de afirmar que "tudo está dominado", pelo contrário, pretende-se instigar o leitor para a construção de novos caminhos que possam servir para multiplicar os modos de vida, não cerceá-los.

O enfoque nas práticas de controle nessa dissertação, portanto, não foi por acaso. Diz também das marcas presentes no corpo da pesquisadora que as vivenciou de perto. Como dito no primeiro tópico desta dissertação, uma pesquisa se faz pelo incômodo, por algo que instigue o pensamento. Nesse caso, pode-se dizer que um

forte motor desta pesquisa foi o desejo de problematizar e desnaturalizar as práticas de controle tão presentes na Assistência Social. Este é um dos compromissos ético-políticos dessa pesquisa.

Nessa linha, algumas perguntas às profissionais do roteiro de pesquisa foram incluídas com a intenção de suscitar nas conversas a discussão sobre práticas de resistência entre usuárias. É o caso das perguntas: “Quais casos você considera como sendo bem sucedidos no acompanhamento?” e “Quais casos você considera que não foram bem sucedidos no acompanhamento”. Escolheu-se falar de “sucesso” e “insucesso” no acompanhamento, uma vez que estes últimos poderiam nos dizer sobre os modos que a vida encontra de expandir e escapar dos mecanismos de controle. Essas perguntas nos possibilitaram perceber que, de um modo geral, os casos de sucesso estão ligados principalmente à inserção no mundo do trabalho, como é possível notar no tópico *A inserção no mercado de trabalho como estratégia de controle*. Já os casos considerados de insucesso de um modo geral nos permitiram analisar os modos de precarização da política pública, como foi possível nesse mesmo tópico. Ou seja, a pergunta sobre o insucesso possibilitou várias análises, mas poucas delas no âmbito das resistências.

Por outro lado, foi possível perceber com a pesquisa que um movimento de resistência presente com força entre as usuárias que participaram das conversas foram as várias recusas em fazer parte das atividades e solicitar benefícios no CRAS, como será possível visualizar no tópico *Um diário de exercícios de resistência e de redes de generosidade: do cachorro, do presente e da ladeira*.

Vieira (2012) também aponta em sua pesquisa que muitas das pessoas consideradas pobres pelas definições da política de Assistência Social, de diferentes formas, se negavam a participar do acompanhamento no CRAS. Analisa que, com isso, estavam negando o rótulo de pobreza e de acomodação que geralmente a elas é direcionado. Vieira (2012, p. 151) afirma que

O Forte⁷² recusa a pobreza como categoria capaz de explicar sua existência. Não são pobres, afirmam. Não lhes falta tudo. Pobre é aquele a quem tudo falta e ainda que lhes falte algo básico, nunca é tudo. Afirmar isso é lutar contra o esvaziamento de suas existências produzido pelos discursos da carência e da falta. Resistem ao exigir serem vistos descolados de tudo que carrega a ideia de pobreza. Se a vivem é momentaneamente, não são pobres e nem a pobreza define a vida deles.

⁷² Refere-se ao bairro Forte São João em Vitória, onde a pesquisa foi realizada.

Vieira (2012) sinaliza que, como as políticas sociais focalizadas requerem uma identidade de pobreza, tornam o direito ao acesso a esses benefícios algo vexatório, pois operam sob a lógica de responsabilização individual das necessidades. Solicitar os serviços e benefícios dessas políticas evidenciaria, portanto, uma incapacidade individual de superar a chamada pobreza.

Participar do acompanhamento familiar diz também de se submeter a determinadas regras que visam a um controle apurado da vida. Não participar desse processo pode indicar uma tentativa de garantir que se possa viver de diferentes modos, não necessariamente os determinados pelas políticas estatais. A não participação diz de um escape.

Outra estratégia de escape desses mecanismos de controle entre as usuárias foi a “trapaça” nas senhas distribuídas nos CRAS. Durante as conversas com profissionais, elas dizem que frequentemente produzem senhas em papel de cores diferentes de acordo com o dia para o atendimento do Cadastro Único. Afirmam que é necessário renovar as senhas com frequência, já que as usuárias levam para casa ou trocam as senhas entre si. Peço que me explique melhor e ela diz que diariamente são distribuídas senhas para os diferentes tipos de atendimento no CRAS, já que a demanda é maior do que a capacidade diária de atendimentos. E que as usuárias por vezes aparecem com a senha para outros tipos de atendimentos, que não o do Cadastro Único. Diz ainda que elas levam a senha para casa em um determinado dia e retornam em outro com a mesma senha burlando a organização do CRAS ou pegam senha para o vizinho ir no outro dia. Afirmam que fazem as senhas de cores diferentes para terem o controle de quem realmente compareceu no dia, já que existe um número limitado de senhas distribuídas por dia para marcação de atendimento no Cadastro Único.

Nesse caso, o mecanismo de resistência ficou evidente pela prática de controle, no caso, a manufatura de diferentes senhas de papel para os atendimentos. Nota-se que a construção dessas senhas diz de uma tentativa de gestão do processo de trabalho já que existe limitação da capacidade de atendimentos. Observa-se, com isso, ser necessário retirar as trapanças realizadas pelas usuárias do campo dos julgamentos morais e entendê-las em um contexto de necessidade de atendimento frente à falta de capacidade adequada desse atendimento para todos. Estratégias inventivas e de generosidade são criadas para se conseguir atendimento. Nota-se,

portanto, uma luta silenciosa pelo direito de acesso ao serviço. Do mesmo modo que as profissionais criam suas estratégias para gerir o processo de trabalho, as usuárias criam suas estratégias de burlá-las para conseguir atendimento.

Nessa mesma linha, serão trazidas discussões sobre essas estratégias de controle e de luta, considerando-as como um dispositivo político de produção de realidade.

5.1 Estratégias políticas de resistência e controle

Foram vários os trechos das conversas, tanto entre usuárias, quanto entre trabalhadoras, em que surgiram questões relacionadas à chamada “política”.

Dona Leda⁷³ durante uma das conversas da pesquisa me adverte sobre as manobras que alguns políticos utilizam para se manter em posições de privilégio e de destaque no aparelho de Estado:

[Pesquisadora]: - Estou aprendendo muito com a senhora, Dona Leda.

[Dona Leda]: - É bom você aprender e ficar atenta porque hoje em dia você tem que estar “com um olho no padre e outro na missa”. Não confie em muita conversa de político. [...] Chega muita gente dentro da sala de aula, dentro das faculdades e tem muito professor “maria-vai-com-as-outras”. [Que acredita em] qualquer 171 de político. Não entra nessa não! Foi isso que você falou? Pera aí que eu vou descobrir. Pesquisa. Mas nunca faça o que os outros dizem para você fazer. Nunca vai pelos outros.

[Nair]: - Quem vai pela cabeça dos outros é piolho, não é Dona Leda?

E complementa:

[Dona Leda]: - Você já contou quantos assessores um vereador está exigindo? Fora o salário? Será que essa humanidade, essa brasileirada todo não para para analisar a safadeza que está no país? Mais de 50 partidos. Conta para você ver. Você faz pesquisa não faz? Puxa na internet [...] a quantidade de partidos só nesse ano na campanha para deputado federal, estadual, senador, governador e presidente. Foram 38 partidos de frente. Você conta quantos estão na bancada, quantas bancadas para cada partido e quantos partidos têm geral. Daí você vai contar quantos assessores têm para eles... Secretários, assessores, capangas, matador, tudo contratado que o povo paga. E será que o povo é cego, será que o povo é tão estúpido que não vê isso?

[Pesquisadora]: - É muita gente ganhando com a miséria dos outros.

[Dona Leda]: - É muita gente comendo o que o povo paga. Porque nós vivemos como pobres e pagamos para um [...] desses andar de Mercedes Bens, carro importado, iate. Comer caviar que é a ova de peixe fresco. Eu

⁷³ Os nomes de pessoas apresentados neste tópico são fictícios. Medida tomada para garantir o sigilo dos sujeitos da pesquisa.

prefiro a ova de peixe frita feito moqueca do que como caviar. Eles pensam que a gente não sabe o que é. Mas gasta o dinheiro do povo. E o povo morre com os dentes encravados no chão [...]. Faz pesquisa! Lê! Estuda! Aprende! [...] para saber o que falar.

O que se percebe com mais evidência na conversa com a Dona Leda, é que, assim como aponta Foucault (2008h, p. 71), as massas não precisam dos intelectuais para saber, “[...] elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem.” A força expressa na fala de Leda faz arrepiar qualquer interlocutor. Suas reflexões sobre o sistema político do país que sustenta um ciclo de injustiça e desigualdade, que submete alguns e exalta outros, nos auxiliam nas discussões desta dissertação.

Na conversa com as profissionais, essa discussão sobre o que chamaram de “política” também apareceu. No fim da conversa eu pergunto:

[Pesquisadora]: - Tem alguma coisa que vocês querem dizer que vocês acham importante?

[Trabalhadora 1]: - [suspiros] Esse período de política que é muito difícil.

[Trabalhadora 2]: - Muito, muito difícil.

[Trabalhadora 1]: - [O problema] é sempre com cesta básica e auxílio-funeral, porque vem a gente explica, se não tem perfil, infelizmente, a gente explica que não tem outro recurso. [...] Aí volta o vereador, ou já faz contato direto com o secretário, ou liga para cá para saber porque [não foi liberado o benefício] ... Fica aquele triângulo: você que analisou que ele não tem o perfil, o usuário que precisa e o político querendo liberar porque é o voto dele. Então o caixão não foi um benefício [direito], foi o vereador que conseguiu.

As participantes da pesquisa se referem às dificuldades vividas nos serviços de Assistência Social em Cariacica no período de eleições estaduais. Mostram como se dão jogos de forças e de interesses em torno da concessão de benefícios como o auxílio-funeral e cestas básicas. Existem critérios específicos para a concessão dos benefícios de acordo com a política de Estado, ou seja, não são todos que requerem que possuem o direito perante a lei. No entanto, esses critérios, a que as conversas indicam, podem ser flexibilizados em decorrência de interesses eleitoreiros. Nesse caso, o benefício é trocado por votos. Também é possível avaliar que o vínculo precário das profissionais as coloca em uma encruzilhada. O receio de serem demitidas se se manifestarem contrárias ou mesmo se intervierem nessas relações de troca se fez presente nas conversas. Mais uma vez a precarização das trabalhadoras apresenta-se como uma peça da engrenagem desse sistema de desigualdades.

Por este caminho, de acordo com Siqueira e Lino (2013, p. 39), “cabe problematizar ainda: as cestas básicas são fornecidas como um recurso importante para as famílias que estão vivenciando a falta de alimentos ou são trocadas por votos, por obediência ou ‘bom comportamento’?”.

Nesse sentido, vê-se que uma estratégia de governo se dá pelo clientelismo e paternalismo. Governo este que irá perpetuar um ciclo de privilégios por meio de jogos de favores. Nesse jogo, mais uma vez a concessão de benefícios está condicionada, desta vez, a favores políticos: voto ou campanha para determinado candidato. Observa-se que essa estratégia visa principalmente à população menos favorecida e que necessita de recursos assistenciais ou mesmo emprego para sobreviver. Vários são os cargos públicos preenchidos com esse critério: ter um padrinho político. A necessidade dessa parcela da população é terreno fértil para as práticas clientelistas. Qual o interesse, então, de que essas pessoas deixem de ser necessitadas?

Nesse bojo, uma outra pergunta se faz pertinente: O que é política?

Existe toda uma produção que afirma a política como algo exterior ao sujeito e afirmam a primazia do “eu”, do privado em detrimento da vida pública. Baptista (2012, p. 187) traz contribuições a partir do sentido atribuído pelos antigos gregos à política e afirma que, para estes, “um mundo interior com lei própria, particular, geradora da soberania do eu unificado e da autonomia do cidadão inexistia”. Nesse contexto, politizar era um fazer-se, uma feitura interminável de si, no sentido de que a vida pública fazia parte de uma construção de si mesmo por meio de experiências na cidade. Portanto, “Assegurar a direção de si mesmo, exercer a gestão da própria casa, participar do governo da cidade são três práticas do mesmo tipo.” (FOUCAULT, 2007, p. 71).

Em alguma medida podemos fazer uso desse conceito de política para desconstruir essa noção já gasta de política que lidamos no cotidiano. Política pode dizer das relações que estabelecemos no mundo e que nos constituem como sujeitos. Política, então, diz respeito a todos nós, diz da coletivização da cidade e das questões que a perpassa. O sentido de política que se vive hoje ligada à garantia de interesses individuais e privados por meio de práticas clientelistas diz de uma produção. Logo

outras produções de política disputam espaço no processo de subjetivação. Outros modos de vivenciar a política são possíveis e necessários.

Como foi dito, existem disputas nos modos de subjetivação. Vale destacar aqui a disputa entre os modos de subjetivação que visam coletivizar as questões e os que as individualizam. Esse caráter de “individualização” e “interiorização” das questões do sujeito também se mostrou presente em uma das conversas com as trabalhadoras que relatam que um dos objetivos das atividades da Oficina Motivacional é elevar a “autoestima” das participantes. Importante apontar que promover atividades com este objetivo tem sido identificado como uma das funções dos psicólogos no CRAS. Problematizar a função do psicólogo de promover técnicas para elevação da autoestima parece oportuno, principalmente se analisarmos o histórico de produções intimistas desta profissão no Brasil⁷⁴. Por que a profissional de Psicologia tem que se ocupar de questões que remetem ao que é considerado “interior”, pessoal e privado dos sujeitos? A atuação profissional nos CRAS não pode ser política? Quais são os efeitos dessas práticas?

Nesse sentido, Barros (2007) produz análises sobre como um modo de subjetivação ligado à produção de um “modo-indivíduo” operou por volta do século XVIII. Afirma que é possível datar um momento em que começamos a nos enxergar como indivíduos, a construir o que hoje chamamos de individualidade. Aponta inúmeras estratégias cotidianas de produção do que chamou de “modo-indivíduo”, movimento que reforçava os valores de uma sociedade liberal burguesa.

Difundia-se a crença de igualdade de oportunidades para que cada um, por seu próprio esforço, pudesse subir os degraus da escalada social, mantendo-se a divisão social de classes. Esta valorização do indivíduo, que valia pelo que era, isto é, pelo quanto se esforçava e não pelo título de nobreza que tivesse, necessária ao capitalismo liberal que se implantava, produzia, neste mesmo movimento o modo-indivíduo. (BARROS, 2007, p. 49).

Contra a homogeneização da Idade Média, quando o homem deveria abandonar seus desejos e interesses em busca do reino dos céus, o movimento renascentista estimula os valores humanos terrenos, fazendo com que os homens comecem a se perguntar sobre si mesmos de outro modo, a se verem como indivíduos. A questão da liberdade passa a ser

⁷⁴ A esse respeito, ler artigo *Práticas “psi” do Brasil do “Milagre”: algumas de suas produções*, de Cecília Coimbra (2004). A autora afirma que as práticas de profissionais psicólogos produziram intimização das relações e que “Esse aumento de investimento nas questões relativas ao ‘interior’ faz com que o conhecimento de si mesmo se torne uma finalidade, em vez de um meio para se conhecer o mundo. A visão intimista, extremamente valorizada nesses anos [anos 60 e 70 do século XX], esvazia a realidade social e o domínio público. Estes são minorizados, desqualificados; o único sentido está no privado.” (COIMBRA, 2004, p. 46).

colocada, a partir dos séculos XVII/XVIII, como mola propulsora das concepções deste modo-indivíduo. (BARROS, 2007, p. 45).

Baptista (1999, p. 34) chamou esse movimento de “intimização de modos de vida”:

Intimizar a vida quer dizer colocá-la para dentro, destituí-la da história das práticas humanas, esvaziando sua multiplicidade de formas e de conexões. A partir daí, o público e o privado se dicotomizam em antagônicos espaços, reificam-se, e um eficaz aprisionamento efetua-se em lugares universalmente chamados de interiores. Interiores que se expressam em solitários e herméticos inconscientes ou personalidades, tomando a vida privada uma conquista individual à margem da história. Individualizada e prisioneira de essencialismos, ditados por deuses ou estruturas psíquicas afastadas do cotidiano, a privacidade toma a forma de territórios impermeáveis e sedentários, que inviabilizam estratégias de escape ou de fuga de formas sufocantes e fechadas de vida.

Ou ainda, este movimento não estaria na direção de promover conformação social? De que vale o aumento da autoestima se o esgoto continua a correr em frente à casa do sujeito, por exemplo? Será que a “autoestima baixa” diz mesmo de questões interiores? Baptista (1999, p. 34 e 35) avalia que este movimento não propicia o desenvolvimento de lutas coletivas, mas que, assim, “a luta permitida é a busca de um voraz preenchimento de faltas ou vazios, uma falta marcada por uma incompletude original que necessitará de sacramentos, sublimações ou da constatação do irremediável.”

Uma atuação política das profissionais na Assistência Social é possível, viável e durante as conversas nota-se um compromisso das profissionais com essa postura. No entanto, que elas citam alguns obstáculos para a execução de atividades que possam servir para instigar à reflexão e problematização do *status quo*. Assinalam:

[Trabalhadora 1]: - Eu [governo] ensino às pessoas aquilo que eu quero que elas saibam. [...] Se todo mundo for instigado a pensar o governo dá uma “quebrada”. Porque eles vão ter que começar a trabalhar com uma sociedade que pensa.

[Pesquisadora]: - E você acha que esse trabalho de pensar e estimular a refletir pode ser feito pelo CRAS? Tem como fazer isso no CRAS hoje?

[Trabalhadora 1]: - [...] No momento hoje a gente está tão sobrecarregado com as demandas que surgem... Teria que ter uma maior contratação de profissionais, teríamos que ter tempo na agenda para definir, para pensar. Hoje a gente não tem. Todo dia a gente tem demanda para trabalhar.

[Pesquisadora]: - Quais demandas?

[Trabalhadora 1]: - Atendimento para acolhimento, visita domiciliar solicitada por juiz, visita de CREAS, da saúde, de defesa civil. Temos grupos de convivência. [...] para incluir a questão da qualificação desse pensar... Teria que pegar as agendas e repensar todo o planejamento da equipe. [...] A todo momento a gente é cobrado para responder as demandas que surgem.

Observa-se que os próprios profissionais sinalizam a necessidade de espaços para exercitarem o pensamento. Exercício trabalhoso que demanda tempo que deveria

ser assegurado na carga horária de trabalho, afirmando que esse exercício de pensamento também é trabalho. Para tanto, há a necessidade de um trabalho desacelerado em que sejam possíveis análises sobre o que se tem feito.

Nas conversas as profissionais se queixam de falta de planejamento prévio das ações. Relatam que são agendadas capacitações ou reuniões que não estavam prevista com antecedência. Relatam as inúmeras vezes em que foram avisadas de última hora de uma atividade que deveria ser realizada ou capacitação da qual deveriam participar. Essa situação deixa clara a pouca autonomia que as profissionais possuem em relação a seu processo de trabalho. E ainda, denota que parece haver um modo de funcionamento sustentado no CRAS que barra e impede atividades que estimulem reflexões e problematizações. Não há nenhuma proibição formal ou decreto que as impeça. Mas uma série de outras demandas emergenciais forjam um modo de funcionamento pela emergência. Esse processo prima por respostas rápidas, que não facilita e por vezes inviabiliza a devida reflexão sobre o que se está fazendo e inviabiliza também a coletivização dessas questões.

E a precarização dos vínculos de trabalho parece ser, portanto, um fio condutor que permite um controle mais apurado das trabalhadoras. A primeira reação de algumas trabalhadoras que participaram das conversas da pesquisa antes mesmo de responderem se aceitariam ou não participar da pesquisa foi se eu já havia solicitado a autorização da Prefeitura. Essa atitude se apresenta como legítima se pensarmos nos protocolos do Estado para a realização de pesquisa em órgãos públicos. Mas essa reação pode indicar também outras questões que perpassam as relações estabelecidas entre a gestão e as trabalhadoras, como a hierarquização dos processos de trabalho. A ponto de uma trabalhadora se recusar a participar da pesquisa por não ter autorização da gestão para fazê-la.

A trabalhadora foi convidada a contribuir com a pesquisa, em um primeiro momento aceita, mas depois repensa sua decisão e diz que não deseja mais participar. Digo que é um direito dela não participar da pesquisa e que isso não geraria nenhum prejuízo, mas pergunto o motivo da decisão. Ela responde que tem medo de ser demitida e afirma que só faria se a Secretaria tivesse autorizado a pesquisa. Logo após, cita que ouviu boatos de que algumas profissionais seriam demitidas.

Dettman (2003) também aponta que as trabalhadoras da Assistência Social têm sido submetidas a formas de gestão que interferem diretamente no seu exercício profissional e no cotidiano do trabalho. “São submetidos a um controle que não mais se apresenta nas formas de regras e normas [...] mas que é pulverizado nos modos de gestão do trabalho.” (DETTMAN, 2003, p. 62).

Importante avaliar o papel que tais boatos têm cumprido no cotidiano de trabalho. O que mais as trabalhadoras fazem ou deixam de fazer com medo de serem demitidas? Evidencia-se um sistema de poder que barra o discurso/fazer das trabalhadoras. Leva-nos a pensar sobre o lugar de legitimação dos discursos por meio desses mecanismos de poder. Apenas os representantes oficiais da Prefeitura estão autorizados a falar sobre o trabalho realizado? A produção de conhecimento deve estar condicionada à autorização da Prefeitura? Mais uma vez observa-se o limite entre a política estatal e a política pública. Apesar do PAIF ser uma política de Estado, é importante lembrar que ela só se efetiva por meio das experiências cotidianas das profissionais e da população. Neste sentido, qual o lugar da construção coletiva e do compromisso com a disseminação desse conhecimento produzido coletivamente? Cabe salientar ainda que, nas conversas que efetuamos, as participantes não falaram em nome ou representando a Prefeitura, mas sim, compartilharam experiências produzidas coletivamente nesses espaços, que aliás, são espaços públicos.

Partindo das contribuições de Foucault (2008h), podemos nos questionar: Será que estamos diante de um sistema de poder que barra, proíbe ou invalida esse discurso/saber das trabalhadoras? Com quais interesses? Nesta pesquisa não se pretendeu ter uma amostra representativa da realidade das trabalhadoras, muito menos ter acesso à fala de um “representante da prefeitura”. Por outro lado, apresentou as vivências das trabalhadoras e usuárias como experiências únicas, mas que dizem também de um contexto local, social e de organização das políticas de Estado. É sempre importante lembrar do que as obras de Foucault trazem de contribuição a respeito da quando apontam a “Indignidade de falar pelos outros” (FOUCAULT, 2008h, p. 72).

Observa-se que, ao mesmo tempo em que existem práticas que produzem um sujeito “ensimesmado” e práticas que “falam pelo outro”, também é possível notar que existem produções ligadas à coletivização das questões vivenciadas e à criação

de redes de generosidade. A seguir, apresentam-se trechos de um dos diários de campo da pesquisa que evidenciam esses movimentos.

5.2 Um Diário⁷⁵ de exercícios de resistência e de redes de generosidade: do cachorro, do presente e da ladeira

Foram vários meses decidindo quais grupos participariam da pesquisa: trabalhadoras? Trabalhadoras e usuárias? Em conversas individuais ou em grupo? Quais outras formas são possíveis? E várias foram as pessoas que contribuíram para essas escolhas, incluindo a Banca de Qualificação. Em um primeiro momento definiu-se a conversa com as trabalhadoras, com as quais iniciei.

A entrada com as trabalhadoras era a meu ver mais fácil. Mesmo deixando de trabalhar com vínculo empregatício nos serviços de Assistência Social, o contato permanecia com várias amigas criadas no período em que trabalhei nessa área. Essas amigas poderiam me indicar novas pessoas para conversar, conforme definimos como estratégia de pesquisa. Afinal, eu era trabalhadora como elas, estávamos em um terreno de “pares”.

Mas e as usuárias? Fazia muito tempo que eu não mantinha contato com aquelas pessoas. Findo o meu vínculo empregatício, eu sentia que havia perdido o contato: não ligava, nem tinha feito nenhuma visita até então. A questão então girava nessa dúvida e insegurança de como reativar as conexões com aquelas pessoas. Pensei que pareceria oportunismo chegar depois de mais ou menos dois anos afastada pedindo para que elas falassem de suas vidas. Havia a insegurança de adentrar novamente esse território, de lidar com o imprevisível e com possíveis negativas. Foi mais fácil criar um movimento e entrar em contato com as profissionais. Felizmente, no decorrer da pesquisa tive a oportunidade de desconstruir essa visão de que a

⁷⁵ A proposta de um diário para este capítulo condiz com a discussão trazida por Lourau sobre a publicação de diários de campo como um modo de se fazer pesquisa, realizando análises de implicação, ou seja, afirmando que nenhuma pesquisa é neutra e trazendo em destaque o que é considerado como os bastidores da pesquisa, ou como chamou de o “fora do texto” (LOURAU, 1993, p. 80). De acordo com Lourau (1993), o diário de pesquisa permite que seja conhecido o modo como a pesquisa foi feita, auxiliando a desnaturalizar a noção de neutralidade nas produções de conhecimento.

entrada seria mais “fácil” com as profissionais do que com as usuárias, como será possível notar no decorrer desta discussão.

Depois de várias orientações e ajuda dos colegas de pesquisa, decidimos por entrar em contato com as usuárias. Eu não possuía o endereço nem o telefone daquelas pessoas, mas tinha em mente exatamente quem poderia fazer parte da pesquisa. Uma saída foi ativar a memória e lembrar onde viviam aquelas pessoas com quem durante um tempo compartilhei vivências no trabalho da Assistência Social.

Foi então que respirei fundo e fui para o território escolhido para a pesquisa⁷⁶. Não lembrava exatamente onde era a casa das pessoas, mas tinha alguns pontos de referência. Na primeira vez em que eu fui, perguntei em uma loja onde morava uma das usuárias do CRAS. Ela era conhecida ali e logo me informaram. Cheguei “com a cara e a coragem” na casa dessa senhora, que me recebeu muito bem. Tomamos um café e proseamos por uma tarde. Ela chamou para a conversa outra senhora que, na época quando eu trabalhava no CRAS, também participava das atividades. As duas se entusiasmam ao me rever e relembram do tempo em que partilhamos vivências no CRAS. No entanto, contam que atualmente participam esporadicamente das atividades do CRAS e que não dependem de nenhum benefício socioassistencial.

A conversa com essas senhoras foi muito gratificante, afinal, ser bem recebida depois de tanto tempo foi uma excelente surpresa e fortaleceu a proposta de conversar com outras mulheres que estivessem mais inseridas nas atividades e recebessem benefícios socioassistenciais. Elas dizem que não conhecem ninguém que participa mais ativamente. Resolvi então ativar a memória novamente para lembrar onde ficava a casa de outra usuária.

Esse primeiro encontro prazeroso me fez perceber que na verdade eu não havia perdido o contato com aquelas pessoas. O tempo em que ficamos sem nos ver e falar não alterou o modo como eu imaginava as nossas relações. Parecia que eu havia estado ali o tempo todo junto a elas. Percebi que proximidade se produz mesmo quando se está distante. E na verdade nesse tempo todo elas estavam comigo de outros modos. Percebi que eu havia perdido apenas os endereços e

⁷⁶ O bairro em que foi realizada a pesquisa não será identificado para garantir o sigilo das participantes.

números de telefone. Aliás, não era à toa que havia escolhido fazer pesquisa sobre essas experiências e naquele território especificamente.

Foi então que em outro dia estive novamente naquele território. A minha intenção era ir até a casa da Madalena⁷⁷, usuária que eu acompanhava no CRAS quando ainda trabalhava lá, para uma conversa para a pesquisa.

Eu estacionei o carro em uma rua principal e fui andando e me lembrando que essa era a rua de sua casa. Logo que saí do carro avistei um rosto conhecido. Esse rosto também olhou para mim e me reconheceu. Fui até seu encontro. Com muita alegria ela me cumprimentou e perguntou o que eu estava fazendo perdida ali. Eu disse que estava fazendo uma pesquisa e que estava procurando Madalena. Ela aponta para a direção da casa da Madalena.

Eu peço desculpas por não lembrar exatamente seu nome e pergunto o nome dela. Ela diz, Nair. Logo lembrei-me. Ela disse também que estava me confundindo com outra profissional que trabalhou no CRAS, mas lembra meu nome: “Ah, você é a Keli”. Logo em seguida ela aponta para a boca e diz lamentando: “Tive uma doença e precisei retirar todos os dentes”. Percebo que se tratou de uma perda significativa e que ela estava sentida por isso. Pergunto se ela já procurou os serviços de saúde e explico que ela tem direito a uma prótese dentária. Digo que posso procurar saber como ela pode garantir esse direito e depois orientá-la. Ela agradece e diz que quer sim.

Eu pergunto se ela está muito ocupada e se eu poderia conversar um pouco com ela. Ela diz que estava indo à casa de uma vizinha cobrar um dinheiro, mas que poderia conversar. Então me convida para ir até a casa dela, que era a poucos metros dali. Chegando a casa, eu fui entrando, pedi licença e logo fui tirando meu sapato. Ela muito rapidamente me impede de o tirar, dizendo: “Não, não, pode entrar de sapato, a casa está suja, não repare a bagunça”. Digo que não costumo reparar essas coisas, já que a minha casa costuma sempre estar de “pernas pro ar”.

Na cozinha estava sua nora, que me cumprimenta. Ela pede para eu sentar em uma cadeira na sala e lá iniciamos a conversa. Ela pergunta sobre o que serão as questões que irá responder, autoriza a gravação e assina o termo de consentimento.

⁷⁷ Os nomes de pessoas apresentados neste tópico são fictícios. Medida tomada para garantir o sigilo da pesquisa.

Ficamos por alguns minutos conversando sobre as experiências e vivências dela no CRAS, contou-me algumas histórias de vida, histórias sempre envolvendo muita luta. Mostrava força em sua fala, sem perder a oportunidade de tratar certas experiências com bom humor. Quando desligo o gravador pergunto se ela pode me indicar pessoas que topariam conversar sobre a pesquisa. Ela prontamente diz que sim e que me levará até lá.

Ela levanta vai até a porta do quarto e pede para o filho dela vir me cumprimentar. Eu pergunto se posso ir até a porta do quarto, ela afirma que sim e eu levanto para ir até onde ele está para cumprimentá-lo. Ela apresenta com muito orgulho seu filho e sua nora. Ele estava se arrumando para sair. Ela diz que podemos ir até a casa da Joana. Eu reconheci o nome e pergunto se ela estava morando no mesmo lugar. Ela diz que sim.

Sáímos para a rua e entramos em um beco bem próximo de onde estávamos. Lembro-me do beco onde fiz visitas para Joana, quando trabalhava no CRAS. A dificuldade para subir a ladeira no beco foi a mesma. Escorando-me e subindo devagar fui seguindo Nair, que me alerta: “Cuidado que aqui tem cachorro, eu morro de medo!”. Ela entra em um dos quintais e grita à Joana. Ela diz: “Vamos ver se ela está em casa primeiro, para a gente não subir à toa!”. Ainda não tínhamos chegado à casa dela, que se localizava mais acima no morro. Lembro-me de que realmente se tratava de uma casa com difícil acesso. Nem tão difícil, já que Nair estava comigo “abrindo os caminhos”.

Ela grita novamente: “Joana!”. Na janela aparece um homem e diz que ela não está em casa, que está trabalhando. Nair diz que esse homem é marido de Joana, e mesmo de longe me apresento. Digo que volto em outro dia, então. Despedimo-nos e Nair sai do quintal onde tinha entrado e um homem a cumprimenta de uma casa em obra mais acima no morro. Brinca com ela perguntando se está à toa e a manda arrumar uma trouxa de roupa para lavar. Ela brinca de volta e descemos o barranco do beco. Nessa hora penso sobre o comentário desse homem e percebo como está naturalizado um certo lugar da mulher principalmente no serviço doméstico. Penso em fazer uma intervenção respondendo, como costumo fazer nessas situações, mas desisto. Sigo descendo com Nair.

Eu pergunto se ela conhece alguém que frequenta o CRAS e que receba o Bolsa Família ou Cesta Básica. Ela diz que vai me levar à casa de Dona Joaquina. Como era um pouco mais distante, ela sugere irmos de carro. Entramos no carro e logo à frente estacionamos em um terreno indicado por ela. Subimos mais um morro. Dessa vez o morro estava pavimentado, mas era tão íngreme que ainda sim tornava difícil a subida, obviamente difícil para mim, porque ela subia com muita desenvoltura.

Na subida, Nair diz que hoje é seu aniversário. Eu a parabeno e lhe dou um abraço e seguimos conversando. Logo entramos em um quintal. Ela diz para não seguirmos em frente porque havia cachorro. Diz que já “levou uma carreira” do cachorro dali.

Chama Dona Joaquina, que diz: “Oi”, lá de cima. Nair pede para Dona Joaquina descer para conversarem e que diz que não irá subir por conta do cachorro. Dona Joaquina desce, Nair me apresenta, eu digo que gostaria de conversar com ela sobre o CRAS e apresento a pesquisa. Ela diz que aceita conversar e nos convida para subir no quintal. Nair pergunta sobre o cachorro e pede “pelo amor de Deus” para prendê-lo. Joaquina diz que o que é bravo está preso e vamos subindo para o quintal.

Na subida, ela nos mostra um grande amontoado de materiais e diz que trabalha com reciclagem. Desviando de materiais pelo quintal, ela convida para entrarmos na casa. Pede cuidado com a cabeça ao entrar pela porta. Uma casa muito simples de dois cômodos e de chão batido de terra. Entramos na casa, ela coloca um cobertor no sofá e nos convida para sentar. Sento no sofá e começamos a conversar. Digo que gostaria de falar dos serviços do CRAS. Nair pergunta se ela recebe cesta básica. Ela diz que recebe o Bolsa Família, mas que não recebe a cesta básica do CRAS. Afirma que a pedagoga da escola onde seus netos estudam já a encaminhou para lá, mas que ainda não foi atendida.

Pergunto se ela mora sozinha, ela ri e diz que mora ela e um “punhado” de gente. Fala sobre como é difícil trabalhar com reciclagem por conta de seus problemas de saúde, já que precisa andar muito para buscar o material. Os cachorros começam a latir, é uma vizinha que chama Joaquina. Esta sai para atender a vizinha e começam a falar sobre cesta básica. Quando ela retorna, pergunto se ela recebe cesta básica de outro local. Ela diz que sim, de uma igreja em um bairro vizinho. E que

mensalmente eles têm que pesar as crianças para receber a cesta. Diz que antigamente recebiam todo mês, mas que agora era de dois em dois meses. Afirma que a vizinha acabou de lhe avisar que o estoque de cestas da igreja foi roubado e que, por isso, havia menos cestas para distribuírem. Percebo que foi com algum pesar que Joaquina recebe essa notícia, mas observo que seguem sem mais questionamentos. Fico pensando sobre o roubo das cestas básicas. Roubo de comida que seria distribuída para famílias necessitadas. Fico impactada com aquilo. Mas será que existem outras pessoas precisando e fizeram uso dessa estratégia para conseguir comer? Será que são pessoas que não aceitam se submeter à filantropia? Nunca saberemos, apenas especulações que talvez nos ajudem a não cair na armadilha de moralizar esse ato. Afinal, nem as mulheres mais afetadas estavam preocupadas em saber quem roubou e com qual finalidade.

Conversamos um pouco sobre o impacto do Bolsa Família em sua vida, sobre a importância e força das mulheres. Ela pergunta se queremos ver a casa que ela está construindo. Digo que sim e ela nos leva até a construção, logo atrás de onde estávamos, com grande entusiasmo. No quintal havia muitos cachorros e uma das cadelas havia tido filhotes. Eu vejo que a cadela está bastante magra e comento isso. Dona Joaquina diz que agora tem apenas três filhotes porque cinco haviam morrido. Digo que eu tratei de um filhote que ficou doente e morreu e que tenho ração de cachorro sobrando em casa. Pergunto se ela quer e digo que se quiser posso trazer quando voltar. Ela responde: “Sim”, sorrindo, e seguimos.

A casa está ainda em construção. Joaquina nos mostra uma parede que caiu por conta da queda de uma ribanceira por trás da casa, no período das chuvas. A casa está sendo construída bem próxima de um barranco. Saindo, mostra-nos novamente a pilha de materiais recicláveis. Diz que a pilha está grande porque não consegue trabalhar por conta de um problema de saúde. Diz que caiu de um barranco no seu quintal e saiu rolando morro abaixo, o que lhe rendeu escoriações e lesões das quais ainda sente dor.

Um de seus netos estava a todo tempo do nosso lado. Eu brinco com ele. Ela diz que tem três netos. Eu pergunto se são todos homens. Nair diz que sim, e complementa dizendo que ainda bem que são todos homens. Pergunto por quê. As duas olham para mim com estranhamento. Nair diz que a filha de Joaquina costuma frequentar lugares perigosos e que ainda bem que os filhos dela são meninos e diz:

“Já pensou? Ela com uma menina nesses lugares? Credo, nem quero pensar!” Saímos do quintal, com cuidado por conta dos cachorros. Mais uma vez a questão da mulher presente. Fiquei pensando depois, por que meninas precisam ser mais protegidas que meninos?

Na saída, de cima do morro avistamos um carro do Batalhão de Missões Especiais (BME) da polícia passando pela rua de baixo. Elas apontam e dizem “Ixi! Tá tenso aqui!”. Há carro da polícia o tempo todo. Eu digo que indo para lá também havia visto um carro da polícia civil. Nesse momento tenho a impressão de que aquela é a política de Estado que mais está presente naquele lugar.

Digo que junto materiais recicláveis na minha casa e que voltarei trazendo-os, e com um bolo para tomarmos café. Elas riem. Joaquina se anima. Logo nos despedimos. Inclusive, recordo-me de que foi em algum momento do meu trabalho no CRAS que aprendi a separar os materiais recicláveis do lixo orgânico. Percebi que grande parte das pessoas que eu atendia trabalhava com isso e que eu poderia ajudá-los a gerar renda reunindo esse material, além de reduzir o impacto ambiental do grande volume de lixo que produzimos. Desse modo, eu reunia o material e levava para o CRAS para entregar para algum dos catadores de lá. Sempre senti que o trabalho que desenvolvia também produzia impactos e mudanças nos modos de gerir a minha vida e também de enxergar o mundo. Foi no CRAS que eu também aprendi a cuidar de plantas. Eu e as usuárias trocávamos dicas de como cuidar das plantas e também mudas. Muitas das que tenho em casa hoje foram presentes das usuárias.

Nair diz que podemos ir à casa de sua amiga Leda. Diz que acredita que ela recebe cesta básica do CRAS. Na saída do quintal, avistamos algumas mulheres próximas. Nair pergunta se quero entrevistá-las também. Como percebo que Nair não tem muita proximidade com aquelas mulheres, digo que não, que poderíamos prosseguir para a casa da Leda. Esse foi um critério que construí nesse momento. Eu percebi que poderia ser mais interessante conversar com pessoas que possuem vínculos de confiança entre si, e que Nair poderia ser a ponte entre mim e as demais pessoas para a conversa. Desde os primeiros dias em que estive lá, percebi que a existência do vínculo era importante. Percebi que a pesquisa estava sendo feita por meio dessas relações de confiança criadas. Uma conversa com uma pessoa totalmente estranha é diferente de uma conversa com outra apresentada por uma amiga de confiança. E essa foi a estratégia utilizada.

Subimos mais um pouco o mesmo morro. A pavimentação vai acabando à medida que subimos. Na subida, dois meninos descem o morro brincando e fazendo manobras com a bicicleta. Olho com espanto, com medo de caírem pelo morro íngreme. Nair me adverte: “Não mexe com eles. Está pensando que aqui é brincadeira?”. Continuamos subindo. Lá de cima há uma vista muito bonita da baía de Vitória e do bairro São Pedro. Dona Joaquina quem me mostrou.

Nair grita à Leda por detrás de um muro alto que protegia uma casa de alguns andares sem reboco. Nair diz: “E agora que não sei qual das casas é a dela?”. Continua gritando. Ouvimos um “Oi” distante e logo Leda aparece pela janela da casa. Pergunta o que queremos dali mesmo. Nair me apresenta e eu digo que estou fazendo uma pesquisa e que queria conversar com ela sobre o CRAS. Ela pede para entrarmos. Nair grita que prefere que ela desça por conta do cachorro. Pergunto, também gritando, se Leda tinha cachorro. Ela responde brincando que tem apenas um leão e faz gesto com a mão indicando o tamanho do cachorro. Entendi que o cachorro era pequeno e resolvi entrar no quintal.

Entrei por um portão de madeira com uma trava que podia ser facilmente aberta. Eu fui na frente, Nair atrás, com medo do cachorro. Subimos umas escadas no quintal. Leda foi descendo do segundo andar e nos encontrou em uma pequena varanda no primeiro andar, onde o pequeno cachorro estava preso. Ela ficou do lado de dentro da varanda, eu e Nair do lado de fora nas escadas.

Apresento a pesquisa. Leda logo se empolga e começa a falar do CRAS. Diz que é atendida ali desde os primórdios, quando havia uma equipe bem antiga e elogia a equipe. Diz que já passou muita necessidade e que já recebeu cesta básica, mas que ela mesma foi ao CRAS dizer que não precisava mais, quando começou a receber o BPC. Conta a história das lutas que travou para construir sua casa, ali onde estávamos conversando. “Escuta só a história”, diz ela. Fala de uma vez quando foi até o prefeito solicitar recursos para construir sua casa. Mas que a secretária do prefeito a encaminhou para a Assistente Social.

Diz que isso ocorreu quando tinha aquele terreno onde hoje mora e precisava de madeira para construir a casa: “Coisa que em qualquer lugar você consegue. Para a gente é difícil, mas para um prefeito...” diz ela. Diz que o tio de seu filho queria dar uma bicicleta de presente para ele, mas, ao invés disso, deu dinheiro para ela

comprar o terreno. Ela diz: “Hoje ele [meu filho] está velho e não ganhou a bicicleta. O dinheiro está aqui no terreno. É meu e não é. É do meu filho, o dinheiro da bicicleta dele.”

Leda diz que a Assistente Social que a atendeu falou o seguinte para ela: “Hã... Eu tenho até pena de você. Você está vendo essa gaveta ali? Está cheio de projetos de outros prefeitos encaminhados para ele. Disse que pobre tem que morrer e que ele não ia fazer nada daquilo não. Era muito projeto para pobre para esquentar a cabeça dele.” Leda diz com indignação que nunca irá se esquecer disso. Diz que, por fim, a Assistente Social contou uma história tão triste sobre um irmão doente que não estava tendo socorro e ajuda, que ela saiu de lá triste com vontade de brigar por aquela situação e diz: “E eu que fui lá pedir ajuda...”.

Leda me conta várias histórias sobre como batalhou para sobreviver e sustentar os filhos e de como entende de política. Fala com propriedade sobre o sistema político do país e de como as pessoas menosprezam o saber dos mais pobres. Digo à Leda que aprendi muito com aquela conversa e somos interrompidas por Nair que diz que precisa voltar para casa para fazer café para o marido. Despeço-me de Leda e descemos até o portão. Continuamos a descer o morro. Desço com dificuldade, estava com um sapato com fundo escorregadio. Digo isso à Nair, que me abraça e me ajuda a descer. Cruzamos com várias crianças uniformizadas, provavelmente retornando da escola. As crianças nos olham. Brinco e digo que é só amizade. A criança sobe rindo e Nair brinca dizendo que tem várias amigas com quem costuma andar abraçada ou de braços dados.

Entramos no carro, faço a manobra para retornarmos de onde viemos. Um rapaz cumprimenta Nair. Percebo que ela é bem conhecida no bairro. Nair comenta que uma amiga lhe ligou provavelmente para saírem em razão de seu aniversário. Eu peço desculpas por estar ocupando seu tempo no dia do seu aniversário e desejo que se divirta muito. Eu estaciono o carro próximo da casa dela, nos despedimos, combinamos que eu retornaria na outra semana com bolo para tomarmos café e com informações sobre sua prótese dentária e ela sai do carro.

Nesse dia, saí de lá com uma alegria muito grande de ter sido tão bem recebida e acolhida em um lugar que já há muito não frequentava. Saí com a certeza de que vale muito a pena cuidar das relações que construímos. E que foi pelo fato de eu ter

me esforçado para cuidar delas enquanto trabalhava no CRAS que estava tendo momentos tão ricos e tão alegres com aquelas senhoras. Saí já com vontade de retornar. Não vejo a hora de voltar.

Em outro dia retornei como prometido. Ligo para Nair que diz ter passado a noite inteira cuidando da mãe, que estava internada. Desejo melhoras para sua mãe e pergunto se eu posso lhe fazer uma visita neste mesmo dia. Digo que entenderei se não puder, já que ela chegou cansado do hospital. Ela diz que não tem problemas e que aceita a minha visita.

Chegando ao território, logo fui à casa de Nair. Ela me recebeu muito bem. Eu havia levado bolo para fazermos um lanche da tarde. Começamos a conversar. Digo que pesquisei sobre seu direito de obter uma prótese dentária pelo SUS e lhe dei um papel com o telefone de onde poderia obter mais informações. Digo ainda que ela poderia ter obtido essa informação no CRAS onde é acompanhada, e que uma das funções das profissionais é essa, de informá-la sobre seus direitos. Ela afirma que a profissional do CRAS que a acompanha viu que ela estava necessitando de uma prótese, mas que não disse nada a respeito. Percebo que provavelmente as profissionais do CRAS também não tivessem conhecimento desse serviço.

Neste momento seu filho passa por nós e nos cumprimenta. Ela começa a falar da criação de seus filhos. Diz que sempre conversa e os orienta. Diz que inclusive um deles, quando adolescente, sofreu uma “batida” policial. Conta que por sorte estava passando e viu. Afirma que os policiais foram grosseiros com ela e com o filho e que chegaram a ameaçá-lo. Diz de como é difícil parir e criar um filho para que depois a polícia o agrida ou o ameace. Começa a falar de como foram os seus partos. Conta várias histórias, todas elas bastante sofridas sobre a experiência do parto. Digo que costumo chamar o que ela sofreu de violência obstétrica. Ela diz que foi violência sim.

Conta ainda de quando foi fazer laqueadura e teve complicações. Diz como sofreu novamente por ter sido negligenciada e conta com detalhes o que aconteceu. Diz que ficou com sequelas e aponta para algumas cicatrizes em seu corpo. Confesso que não foi fácil ouvir aquelas histórias.

Diz que não sabe o que é “resguardo”, porque sempre lavou roupa para fora mesmo logo após os partos de seus filhos. Continuamos a conversa e em um momento digo

que não entendi bem algumas coisas que conversamos da última vez que estive lá. Eu a pedi para explicar melhor sobre o fato de a psicóloga do CRAS ficar vigiando-as, como ela disse. Perguntei como era essa vigilância. Ela diz que se trata de um caso específico, já que uma das participantes das oficinas motivacionais apresenta comportamento muito agressivo. Afirma que, por essa usuária já ter ameaçado uma integrante, a psicóloga passou a mediar essas questões. Pergunto se há alguma coisa que elas só fazem quando não estão na presença da psicóloga e ela diz que não, que ela tem uma relação de parceria com todas as usuárias.

Digo também que notei no decorrer da última conversa que ela afirma não ter trabalhado após se casar, mas que agora pouco havia dito que trabalhava “lavando roupa para fora” quando estive de “resguardo”. Ela diz que não trabalhava fora de casa, mas que sempre trabalhou lavando roupa para outras pessoas. Noto que ela possui muitos afazeres, mas todos eles desempenhados no espaço doméstico. Percebo que, por estar dentro de casa, ela não havia considerado essas tarefas como trabalho. Afirmando que o que ela faz e fazia na época também é trabalho, por que não?! Ela diz que sim e sorri.

Pergunto se ela pode me indicar a casa da Joana para conversarmos hoje, já que eu não havia conseguido conversar com ela na última vez em que estive ali. Ela sugere que a gente ligue primeiro para saber se ela está em casa. Ela me passa o número e eu ligo do meu aparelho celular. Joana atende com voz de sono, ela parece não se lembrar de mim, mas diz que aceita participar da pesquisa. Pergunto se posso ir até a sua casa. Ela diz que a casa está muito desarrumada porque ela havia trabalhado no dia anterior e que não tinha dado tempo de limpá-la. Digo que não há importância, mas quando digo que estou na casa da Nair, ela diz que prefere ir ao meu encontro.

Pergunto para Nair se podemos continuar conversando em sua casa. Ela diz que assim será ainda melhor. Enquanto aguardamos Joana, Nair começa a fazer café para comermos com o bolo que eu havia trazido. Joana chega, eu a cumprimento e começamos a conversa. Ela fala animada sobre seu novo trabalho. Explico sobre a pesquisa e ela prontamente aceita participar. Peço permissão para ligar o gravador. Percebo que fica preocupada em responder corretamente as perguntas. Ela me questiona se vai saber responder. Digo que não se trata de responder corretamente, mas sim falar de suas experiências e que poderíamos continuar conversando como

estávamos. O filho mais velho de Joana aparece na casa da Nair no meio da conversa. Eles parecem ser muito próximos. Durante a conversa fala sobre a importância dos serviços e benefícios da Assistência Social e diz que isso a auxiliou muito em momentos de dificuldades. Todas comemos bolo e tomamos café feito por Nair enquanto conversávamos.

Ao fim da tarde, explico que deveria ir embora por conta de outro compromisso. Despeço-me delas, que me acompanham até a rua principal onde havia estacionado meu carro. Nair nos chama atenção para o fato de as crianças estarem saindo agora da escola e que talvez encontrássemos Madalena, a quem eu procurava desde a outra vez que estive lá. Assim que chegamos à esquina, avistamos Madalena buscando seu neto na escola. Com muita alegria ela veio nos cumprimentar. Abraçou-me e disse que estava esperando minha visita. Disse que Nair lhe havia avisado que eu estava fazendo uma pesquisa.

Nair disse à Madalena que já havia me levado à casa de duas outras amigas e cita seus nomes. Madalena fala da importância de algo ser feito em relação à situação de Dona Joaquina e diz querer ajudá-la nesse natal. Digo que talvez fosse interessante elas levarem o caso de Dona Joaquina para o CRAS, já que está com dificuldades de se manter. Madalena diz que não tem frequentado o CRAS e que o serviço não é como antes. Diz que tem enfrentado dificuldades em relação aos serviços do CRAS, mas não entra em detalhes. Joana e Nair confirmam a fala de Madalena. Digo que trouxe material reciclável para ela e que estava neste momento indo até lá, mas que não poderia demorar. Ofereço carona para Madalena que não aceita, dizendo que hoje pegará outro caminho para casa.

Nair também havia separado materiais para Dona Joaquina e eu me ofereço para levá-los. O filho de Joana vai comigo para ajudar a carregar os materiais. Mais uma vez me defronto com aquele morro íngreme. O filho de Joana, um pouco tímido com a minha companhia, sobe na frente correndo e eu mais uma vez subo devagar e com cuidado, com pernas que não estão acostumadas a subir morros. Desta vez, fui com um sapato mais adequado para a subida, o que não facilitou de qualquer modo.

A escolha do sapato para visitar Dona Joaquina em um morro íngreme diz de um preparo tanto para se fazer pesquisa, quanto para iniciar um trabalho no CRAS. Escolher sapatos, estratégias, aliados, modos de se inserir e se apresentar são

fundamentais nesse processo e dizem de um cuidado no modo como se inicia um trabalho ou uma pesquisa.

Nesse sentido, recordo-me do relato de uma trabalhadora em uma das conversas que dizia das dificuldades encontradas para realizar visitas domiciliares às famílias no CRAS. Ela diz que muitas vezes eles recebem demandas para atendimento com endereços incompletos, faltando informações como número da casa e na maior parte dos casos se trata de becos sem nome e casas sem números. Diz ainda que a população os enxerga como polícia ou conselho tutelar e que por isso não os ajudam a encontrar as famílias e suas casas. Relata que os locais de visita muitas vezes são bairros com conflitos e intervenção frequente da polícia. Conta que recentemente uma assistente social foi fazer uma visita domiciliar e quase foi mordida por um cachorro ao adentrar um beco e que precisou se defender batendo no cachorro com uma prancheta.

A partir dessa situação, lembrei-me de todas as vezes quando, durante a pesquisa, Nair me advertiu sobre os cachorros e da ajuda que recebi da vizinha que segurou o cachorro para eu entrar no quintal. Para fazer a pesquisa eu contava com aliados que não permitiram que os cachorros me mordessem. Fiquei pensando: com quais aliados as profissionais do CRAS têm contado para desenvolver seu trabalho? Quais práticas têm permitido a associação do trabalho do CRAS com o trabalho da polícia? Com tanta rotatividade de profissionais nos serviços de Assistência Social e tanta precariedade no processo de trabalho, será possível criar vínculos e se preparar para desenvolver o trabalho ao ponto de construir aliados e não rivais no território?

Durante esse percurso percebi que a pesquisa só estava sendo possível porque contei com aliadas, mulheres com as quais já havia construído um vínculo, e que por mais que houvessem se passado alguns anos, os vínculos permaneceram de alguma forma, possibilitando minha reinserção naquele espaço e a construção de novas experiências. Quando não existem esses vínculos e não existe um preparo para se inserir e iniciar um trabalho, uma saída é bater com a prancheta no cachorro, se defender com a formalidade, legalidade e burocracia em um ambiente desconhecido, que se torna hostil e perigoso para a profissional. Um certo trabalho do CRAS, portanto, é também produzido/construído pelo distanciamento.

Voltando à história, chegando ao quintal, encontro o filho de Joana, que já havia chegado. Chamamos pela Dona Joaquina. Ela nos recebe com um singelo sorriso. Entregamos o material e a ração para os cachorros, como combinado. Ela agradece, o filho de Joana logo se despede e converso uns minutos com Dona Joaquina. Ela me convida para entrar. Eu digo que naquele momento não poderia ficar, mas que pretendia voltar. Ela pergunta se eu tenho como criar uma galinha. Sem entender a pergunta, eu digo que não tenho quintal e pergunto o porquê. Ela diz que quer me presentear com uma galinha. Eu agradeço e peço a ajuda dela para pensar como eu faria com uma galinha viva sem ter quintal. Ela diz que eu poderia matá-la para comer e gesticula: “Faça assim para matá-la e depois limpa e come”. Com ar de dúvida, digo que eu não teria coragem de matar a galinha e que se a levasse seria para criá-la. Ela prontamente diz que poderia matar a galinha para mim, então. Pergunto se ela tem plantas, digo que gosto muito de plantas. Ela diz que não tem, porque as galinhas comem todas. Digo então que, quando voltar na semana seguinte, conversamos melhor sobre como faremos com a galinha e agradeço o presente. Despeço-me de Dona Joaquina com um abraço e enfrento novamente o morro. Todos que passam me observam. Um homem, ao ver minha dificuldade ao descer, me adverte a ter cuidado. Agradeço e sigo em frente em direção ao carro, mais uma vez com vontade de voltar.

Conto aqui os bastidores da história. Quando visitei Dona Joaquina pela primeira vez e percebi que seus filhotinhos de cachorro estavam morrendo e que eu tinha ração em casa, e ainda que poderia ajudá-la, já que eu separava o lixo seco do úmido, confesso que me senti em uma encruzilhada. Pensei rápido, será que estarei quebrando algum protocolo de pesquisa? Será que como pesquisadora posso ajudar? Confesso que me lembrei das vezes em que estive no lugar de profissional do serviço e sentia que não poderia me envolver dessa forma com as pessoas que atendia. Primeiro porque se trata de muitas pessoas atendidas e não daria conta com os meus recursos de ajudar a todos, segundo porque se trataria de uma ajuda paliativa e não resolveria o problema, e terceiro porque poderia estar perpetuando uma relação caritativa que tanto questionávamos na Assistência Social. Afinal, pensara, era o Estado que deveria dar conta de toda aquela miséria, não eu com os meus recursos pessoais. Para além de julgar se essa atitude estava certa ou errada, há que se pensar nos efeitos dessas práticas. Elas também podem produzir mais e

mais distanciamento. Como na pesquisa eu não estava ali como trabalhadora, me senti livre para pensar em práticas de generosidade e que de fato me vincularam à Dona Joaquina. Assumi os riscos e no outro dia em que estive lá levei a ração e os materiais recicláveis. Refletindo, cheguei à conclusão de que, sob uma perspectiva, não era eu quem estava ajudando Dona Joaquina, tratou-se de uma mútua relação de generosidade: com seus relatos e conversas ela também me ajudou a desenvolver uma pesquisa de Mestrado. Por que se parte do pressuposto de que há uma relação assimétrica de ajuda/caridade em que eu sou a doadora e ela a receptora? Pelo fato de ser considerada pobre quer dizer que ela não tem nada a oferecer na relação que estabelecemos?

Fico pensando que esse lugar que é construído para o profissional da Assistência Social de técnico e especialista tem produzido, de fato, distanciamento entre as pessoas. Quando o profissional assume uma postura “técnica” ele pode perder a sutileza do trabalho e barrar as possíveis relações de generosidade que podem surgir. Sempre me lembro com alguma inquietação da fala de uma profissional da Assistência Social que disse que depois que ela passou a trabalhar nessa área não dava mais esmola, nem mesmo gorjeta para os chamados “flanelinhas”, guardadores de carros. Afirmava: é o Estado que deve se responsabilizar por essas pessoas. Afinal, quem é o Estado? Compreendi que trazer a responsabilidade para o Estado de certa forma é se desresponsabilizar pela situação. Como perpetuar práticas de generosidade que por vezes confundimos com caridade?

Nesse impasse lembrei-me também da vez em que, trabalhando no CRAS, atendi uma mulher que com menos de 25 anos já tinha dois filhos e cujo marido não permitia que ela usasse métodos contraceptivos. Em um atendimento ela me diz soluçando de tanto chorar que estava grávida novamente, mas que levaria a gravidez até o fim. Ela participava ativamente de um dos grupos no CRAS que eu acompanhava. Eu havia comprado uma roupinha de bebê para uma amiga que tinha dado à luz há pouco tempo. Chegando em casa pensei que a minha amiga iria entender se eu não desse presente para sua filha. Coloquei na bolsa e, assim que encontrei a usuária que havia atendido, presenteei-a com a roupinha. Ela começou a chorar emocionada e disse que aquele era o primeiro presente do neném.

Relações de vínculo entre profissionais e usuárias dos serviços também são possíveis e pertinentes. A formalidade exigida por um certo modo de funcionamento

do Estado por vezes enquadra e impede que esses afetos sejam construídos e compartilhados. Mas podemos notar também movimentos que escapam a esse enrijecimento imposto pelas formalidades. Confesso que, até o momento em que escrevo este parágrafo, não havia contado para ninguém esse fato. Apesar de ter assumido o ato, no fundo eu achava que estava fazendo algo de errado e que poderia ser no mínimo advertida por isso. O movimento de presentear pode ser compreendido aí como uma tentativa de formação de vínculo. E esse movimento se dava em ambas as direções. Muitas vezes também fui presenteada no CRAS. Ganhava panos de prato, plantas e bibelôs. Mas ser presenteada também era uma questão no CRAS: será que vão pensar que se trata de suborno? Indagavam minhas colegas de trabalho. Interessante observar que nenhuma usuária em toda minha experiência profissional tentou usar os presentes como barganha por algum benefício ou privilégio no atendimento. O presente dizia de uma criação de vínculo e de uma política de amizade, também possível nos equipamentos de Estado. Percebe-se que a criação de vínculo nesses espaços também pode ser criminalizada.

Por que será que nesses espaços formar vínculos é encarado como algo perigoso? Quais são os efeitos das práticas e dispositivos de distanciamento entre profissionais e usuárias? Tudo indica que o distanciamento pode facilitar as práticas de controle e policiamento⁷⁸. A criação de vínculos entre usuárias e profissionais, por sua vez, tem o potencial de promover conexões que questionem esse sistema de regras e lugares cristalizados entre profissionais e usuárias. Conexões que colocam as profissionais da Assistência Social ao lado das usuárias em suas estratégias de vida e de enfrentamento das iniquidades. Nesse sentido, o vínculo entre profissionais e usuárias pode ser considerado um movimento de resistência.

Retorno em outro dia novamente. Desta vez, vou direto à casa da Madalena. Eu já havia ligado para ela combinando. Ela diz que já estava me esperando desde cedo. Com as referências que Madalena havia me dado e com o auxílio da memória não foi difícil encontrar sua casa. Quando cheguei ela já estava no quintal me esperando.

⁷⁸ Oliveira avalia que o controle e o policiamento na Assistência Social perpetuam a “[...] reprodução da miséria necessária à constituição das desigualdades que alimentam o modo capitalista. Acompanhar os usuários para controlá-los e tutelá-los é enfraquecê-los em sua potência de enfrentamento das iniquidades. Enfrentamento que os mantém vivos e produzindo mundos que, muitas vezes, escapam a essa lógica predatória do capital. Modos de vida mais solidários e coletivos.” (OLIVEIRA, 2010, p. 104).

Ouviu o barulho do carro. Entro pelo quintal. Neste quintal eu precisava descer para chegar até a casa onde estava Madalena. Como havia chovido no dia anterior, o chão do quintal estava escorregadio. Desço com cuidado. Aliás, subir, descer, entrar e sair é sempre preciso fazer com cuidado. Percebo que nada se faz sem cuidado naquele lugar. Ela me recebe muito bem com um grande sorriso. Estava com a neta no colo. Convida-me para adentrar sua casa, onde estava uma de suas filhas e outro neto.

Conversamos um pouco e colocamos as novidades em dia. Ela diz que o marido faleceu há alguns anos, que está trabalhando e que continua fazendo sabão caseiro para venda. Pergunta onde eu estou trabalhando. Digo que no momento estou estudando e recebendo uma bolsa de estudos pelo governo e que em breve começarei a trabalhar em outra prefeitura. Ela se mostra feliz em saber que estou bem. Ela elogia meu trabalho e com este elogio foi possível notar que ela considera importante as profissionais se importarem com as pessoas que atendem e não trabalhem apenas pelo salário.

Agradeço os elogios e falo das dificuldades que enfrentei para me manter no serviço público, trabalho pelo qual possuo grande apreço. Ela me pergunta sobre o que se trata a pesquisa. Eu explico e ela aceita participar.

Durante a conversa ela cuida da sua neta. Eu brinco com a criança que logo se acostuma com a minha presença. Fico alguns minutos brincando com ela e me divirto muito. Madalena observa a brincadeira e solta algumas risadas. Proseamos sobre como foi sua inserção no CRAS, de como participou das oficinas motivacionais e hoje tem prazer em fazer os produtos para vender e que isso a ajuda nas despesas domésticas. Conversamos um pouco sobre como ajudar Dona Joaquina e pensamos em algumas estratégias de como juntar materiais recicláveis para ajudá-la em seu trabalho. Madalena fala da importância do trabalho de Dona Joaquina para o meio ambiente e de como poderíamos unir os vizinhos e estimulá-los a juntar os materiais para ela.

Madalena tem a ideia de fazer um panfleto para divulgar o contato de Dona Joaquina para os vizinhos que juntam os materiais. Pergunto se eu posso contribuir de algum modo. Pensamos juntas e combinamos que eu faria um panfleto estimulando as pessoas quanto à reciclagem de materiais e óleo de cozinha usado

que pode ser utilizado para fazer sabão artesanal. Também combinamos que eu conseguiria os sacos grandes para entregar para os vizinhos reunirem os materiais. Madalena então combina conversar com os vizinhos pedindo para que eles juntem o material. Minha proposta em ajudar foi no sentido de admitir que meu papel ali não era apenas o de “colher” os dados de pesquisa e que eu poderia me integrar aquecendo uma rede de generosidade ali formada.

Durante a conversa, sua neta nos exige atenção a todo tempo. Em diversos momentos paramos a conversa e brincamos com ela. Nessa hora Madalena recebe a visita de um amigo e logo tem a ideia de fazer café. Vai para cozinha e eu e seu amigo ficamos de olho em sua neta. A criança desce para o quintal, que tem várias plantas muito bem tratadas, algumas árvores e uma pequena horta. Como o quintal é íngreme, eu e o amigo de Madalena advertimos a criança do perigo de cair e continuamos de olho. Madalena volta com o café e lanchamos com o bolo que levei.

Observo mais adiante do seu quintal e pergunto o que tem lá embaixo. Ela diz que se trata de um pasto e que toda aquela área pertence a uma pessoa só, que a comprou por um pequeno valor. Volto a observar sua neta no quintal. Ela corre por uma parte cimentada do terreno. Pergunto o que é. Ela diz que se trata de uma fossa. Conta que aquele lote havia sido comprado de uma imobiliária que não se responsabilizou pelo saneamento básico e que, se quiserem esgoto, agora terão que brigar muito.

Após o lanche, agradeço a participação de Madalena e me despeço dela e de sua netinha. Foi uma tarde muito agradável. Antes de descer, eu convido Madalena para ir comigo até a casa da Dona Joaquina para falarmos sobre a ideia de reciclar óleo e lixo seco. Ela diz que não pode ir porque daí a pouco irá buscar outro neto na escola. Ao descer, fico sem jeito de passar na casa de Dona Joaquina sozinha e passo direto. Resolvo ir até a casa de Nair, um pouco mais à frente.

A visita na casa de Nair não estava programada, mas senti vontade de voltar. Chamo Nair, que logo aparece e me cumprimenta. Adverte-me por não ter ligado antes e diz que está lavando roupa para uma parente. Convida-me para entrar. Lá se encontrava sua cunhada. Mais uma vez levei bolo. Ela fez café. Lanchei duas vezes nesse dia. Proseamos o restante da tarde. De papo para o ar, sem nenhum compromisso. Pergunto se posso voltar no final da semana para ela me acompanhar

até a casa de Leda e Dona Joaquina novamente. Ela diz que será um prazer me acompanhar e que Dona Leda havia perguntado por mim. Diz ainda que Madalena havia brigado com ela por ter me “prendido” para conversar da última vez que estive lá, motivo de não ter dado tempo de ir à casa dela. Digo que acabo de voltar da casa da Madalena. Ela responde aliviada: “Ainda bem, se não ela ia me matar.”

Naquela mesma semana não pude voltar ao território. Tentei ligar para Nair, mas seu celular não atendeu. Retornei em um novo dia. Liguei para Madalena antes e ela disse que poderia me receber. Eu disse que havia feito o panfleto sobre reciclagem, como combinamos. Fui direto para casa de Madalena. No caminho encontro Nair na porta da casa de uma vizinha. Paro o carro e a cumprimento calorosamente e começamos a conversar. Ela diz que queria mesmo falar comigo e que só não me ligou porque estava sem créditos no celular para fazer ligações. Disse que estava aborrecida por conta de uma coisa que aconteceu no CRAS. Pergunto do que se trata. Ela diz que teve um imprevisto e que chegou atrasada no primeiro dia da Oficina Motivacional e que, quando chegou, a técnica do CRAS já havia colocado outra pessoa em seu lugar para fazer a oficina. Ela diz que irá procurar um local onde possa reclamar sobre isso. Pergunto se não há como resolver no próprio CRAS essa questão. Ela diz que já tentou conversar e nada se resolveu. Convido-a para irmos juntas à casa da Madalena para conversarmos melhor. Ela diz que não pode porque irá a um bairro vizinho, com uma amiga, ao dentista. Pergunto se é na Unidade de Saúde, como orientei. Ela diz que não, que vai ao particular e que a irmã vai dar de presente para ela uma prótese. Diz que não dá para esperar o da prefeitura porque tem medo de passar muito tempo e a prótese não servir mais.

Despeço-me de Nair e sigo caminho para casa da Madalena. Novamente fui muito bem recebida. Seus netos estavam lá novamente. Apresento a ela o panfleto que produzi a partir da nossa conversa anterior e peço sua opinião sobre o conteúdo. Ela, a princípio, diz que está tudo bom. Eu insisto perguntando se ela acha que existe algo que precisa ser mudado, de acordo com a experiência dela. Conversamos um pouco e sua neta logo me interrompe: “Keli, você ainda não brincou comigo hoje!”. Eu e Madalena rimos com a intervenção de sua neta. Madalena diz que, da última vez que estive lá, ela contou para várias pessoas sobre como foi legal nossa brincadeira. Eu fico espantada por ela lembrar o meu nome e

pergunto do que ela quer brincar. Ela diz: “De bolinha”, referindo-se à brincadeira que fizemos com uma bolinha de papel.

Pego um papel e começamos a brincar. Outro neto de Madalena também quer entrar na brincadeira. Brincamos um pouco juntos e volto a conversar com Madalena. Junto com o panfleto⁷⁹, eu levei sacos grandes, como Madalena havia sugerido, para distribuir na vizinhança para quem puder e quiser juntar materiais para Dona Joaquina. Conversamos sobre uma forma de colocar em ação as ideias discutidas. Combinamos que seria muito necessária uma conversa com Dona Joaquina primeiro. Pergunto se Madalena quer me acompanhar até a casa de Joaquina e ela mais uma vez se nega. Percebo que Madalena não é muito de visitar a casa dos vizinhos, apesar de receber muitas visitas. Digo que preciso ir andando porque tenho que ir até a casa de Joaquina. Despeço-me e sigo.

Chegando perto do morro de sua casa, vejo que a pavimentação estava toda desfeita. Questiono-me se por acaso havia obras por ali ou se as fortes chuvas que caíram recentemente haviam se encarregado de destruir a pavimentação. Subindo mais um pouco não tive dúvidas: foi a chuva. Chegando ao quintal, peço ajuda de uma vizinha para chamar Dona Joaquina. Novamente o perigo dos cachorros. Um cachorro me ameaça, mas logo uma vizinha o segura. Nota-se que naquele bairro muitas casas possuíam cachorros, que constituíam a política de segurança daquele território.

Dona Joaquina desce o quintal, diz que estava dormindo. Entrego um saco cheio de materiais reciclados que havia juntado, ela me agradece e me chama para entrar. Com a presença de Joaquina os cachorros se acalmam. Os filhotinhos estavam crescidos. Comento sobre como estão ficando bonitos. Ela diz com alguma naturalidade que havia três da última vez que eu os visitei e que há pouco um havia morrido.

Adentrando a casa, encontro outras crianças que não estavam ali da última vez. Uma delas acompanha a nossa conversa. Digo que produzi um documento a ser encaminhado ao CRAS solicitando seu atendimento. Leio o documento para ela e pergunto se ela quer que eu o encaminhe ao CRAS. Ela diz sem cerimônias que quer sim e que isso a ajudará muito. Peço outros pontos de referência para sua casa

⁷⁹ A versão final do panfleto produzido junto com Madalena se encontra no Anexo D.

para incluir no documento. Ela diz que sua casa não tem número. Durante a conversa reclama de dor. Digo que no documento solicito que deem atenção a essas questões. Despeço-me dizendo que dali iria para o CRAS entregar o documento. Ela mais uma vez agradece e eu desço o quintal. De longe ela grita: “Esqueci do seu negócio!”. Eu pergunto o quê e ela responde: “A galinha”. Eu digo que pode ficar para outro dia e agradeço a gentileza.

Em outro momento, em contato telefônico com Madalena, combino passar na casa dela para deixar os panfletos com as modificações que ela havia sugerido. Chegando ao território, ligo para Madalena, que diz não ter conseguido chegar a casa ainda e pede para que eu deixe as cópias com a sua filha que estava em casa. Deixo as cópias lá, como combinado. Resolvo passar na casa de Dona Joaquina para conversar com ela sobre a proposta do panfleto. Subo o morro já com alguma familiaridade com aquele local e chamo Dona Joaquina. Dessa vez um dos filhos dela estava presente e acompanha toda a nossa conversa com alguma desconfiança. Eu mostro o panfleto para ela, que aprova a iniciativa. Deixo algumas cópias com ela e digo que alguns sacos vazios para coleta estavam com a Madalena.

Dona Joaquina diz que já conseguiu atendimento no CRAS, conta sobre como foi bem atendida e mostra os documentos que recebeu a partir do atendimento. Dessa vez foi uma visita rápida, não pude ficar por mais tempo e percebi que a minha presença ali de alguma forma incomodou o filho de Dona Joaquina. Na saída ela diz que ainda não conseguiu matar a galinha para mim, e pergunta se no lugar eu aceito mangas de um pé enorme que crescia no seu quintal. Eu aceito e saio de lá com uma sacola cheia de mangas.

A proposta da produção do panfleto, bem como dos sacos para a separação do material pelos vizinhos, foi uma tentativa de aquecer uma rede de generosidade entre aquelas mulheres, disparada pelo processo de pesquisa. A partir disso fico pensando: como povoar o CRAS com práticas de generosidade? Como disparar processos que aqueçam mais redes como estas? Aquecer as redes de generosidade pode ser uma proposta que auxilie as pessoas a criarem estratégias coletivas para lidarem com a ausência de recursos para subsistência, entendendo essa ausência como um fenômeno coletivo, não individual. Essas redes de generosidade parece que eram as mais fortes políticas públicas daquele lugar.

A Política de Estado de Assistência Social foi uma forma criada por essa sociedade, como já discutido, para lidar com a questão da pobreza, ela não é a única forma de lidar com essas questões e deve se articular com outras redes, outros modos de lidar com o problema. A Assistência Social não substitui essas redes de generosidade. Na verdade, sempre existiu uma política de Assistência Social, sua estatização que foi relativamente recente. Talvez a questão pertinente a se debater seja para além da Política Estatal de Assistência Social. Afinal, que sociedade estamos vivendo que necessita de uma política de Estado para a Assistência Social? A criação dessa política estatal diz muito do modo como se tem organizado a nossa sociedade.

Reencontrar essas mulheres foi muito potente, me surpreender com sua hospitalidade em me receber depois de tanto tempo foi muito bom e me deparar com essa grande disposição para formar redes de generosidade de modo tão potente, melhor ainda. Nas vésperas do natal liguei para Madalena e Nair para desejar boas festas. Elas ficaram felizes de serem lembradas. Para além de uma pesquisa feita, fortaleceram-se vínculos. Aprendizados que constituem uma vida.

Estar com aquelas mulheres possibilitou reflexões importantes. Foi possível notar como esse cotidiano é vivo, como criam estratégias inventivas para suas vidas e como sutilmente conseguem escapar das malhas do controle.

Afinal, o cachorro, a galinha, o presente e a ladeira e as relações que os perpassam dizem de modos de vida que, de diversas maneiras, questionam um certo modo de viver que se pretende hegemônico. São as sutilezas de conexões produzidas nas quebradas.

6 Considerações Finais

Pesquisar como se efetuam os processos de resistência e regulamentação da vida nos CRAS nos permitiu perceber que estes são perpassados por práticas que operam a regulamentação da vida, mas também a produção de vidas potentes.

Existem várias Políticas de Assistência Social nos CRAS e também para fora deles, não apenas a política estatal, mas também políticas de amizade e solidariedade e políticas rebeldes. Modos de se relacionar que estão perpassados pelo modo de funcionamento do Estado, mas não só por ele, importante frisar.

E o diário foi um ponto relevante para esta análise. Ele permitiu dar visibilidade para relações que escapam ao modo de funcionamento do Estado, que criam políticas de fato públicas. O diário e as histórias trazidas ao longo do texto mostram como o cotidiano é rico, forte e escapa mais do que se deixa controlar. Apresentou a possibilidade de se produzirem conexões que questionam intervenções apressadas que têm por efeito a produção de modos hegemônicos de vida.

Assim, não se pretendeu julgar como boas ou más as práticas, mas analisar seus efeitos no âmbito da Assistência Social. Como efeitos de determinadas práticas, podemos citar a construção da Assistência Social como um direito de “segunda ordem” que apenas opera quando outros direitos falham. Ou ainda a produção de usuários com prazo de validade e os insistentes incentivos à inserção no mercado como modo de controle e produção de modos hegemônicos de vida. Citam-se também efeitos de certas práticas que instrumentalizam o conceito de família e as funções das mulheres no lar.

Com tudo isso, convocamos o leitor a se questionar sobre o que se tem produzido no âmbito da Assistência Social e apontar que é possível criar ações que escapem às produções regulamentadoras e fiscalizadoras. E essas construções têm arranjos de infinitas configurações. Por esse motivo não se pretendeu indicar ou construir modelos de atuação. No texto, se apostou na potência do vivo e da inventividade em dilemas éticos que de fato nos tiram o chão. O cotidiano repleto de disputas nos jogos de poder mostra a potência e pluralidade das práticas na Assistência Social.

Longe de traçar destinos ou criar modelos de atuação, pretende-se aqui abrir caminhos para novas problematizações, para novas produções que estejam comprometidas com a produção de vidas dignas.

Sem dúvida, a experiência de fazer um mestrado e estudar o tema foi muito rica e potente, espaço para colocar em análise determinadas práticas e criar problemas, exercício que nem sempre era fácil no turbilhão em que era inserida quando trabalhava no CRAS. Debruçar-se sobre essas experiências e criar novos sentidos e análises foi um exercício ao mesmo tempo difícil e prazeroso. Revirar as memórias, fazer novas conexões entre elas criando novas experiências, reinventando-se.

Finalizo com um salve a Cariacica, município em que tive a oportunidade de aprender sobre a importância das insignificâncias e sutilezas das relações que estabelecemos no mundo.

7 Referências

ABRANCHES, Graça. Como se fabricam as desigualdades na linguagem escrita. **Cadernos SACAUSEF**, Lisboa, n. 8, p. 33-37, 2011. Disponível em: <<http://erte.dge.mec.pt/index.php?section=1>>. Acesso em: 30 nov.2014.

AGUINSKY, Beatriz Gershenson; ALENCASTRO, Ecleria Huff de. A Judicialização da questão social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais. **Katálisis**. v. 9, n. 1. Florianópolis. p. 19-26. jan-jun 2006.

ARAGÃO, Elisabeth Maria; BARROS, Maria Elisabeth Barros de; OLIVEIRA, Sonia Pinto de. Falando de metodologia de pesquisa. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 5, n. 2, p. 18-28, 2005.

BAPTISTA, Luiz Antonio. **A cidade dos sábios**: reflexões sobre a dinâmica social das grandes cidades. São Paulo: Summus, 1999. 131p.

_____. **Politizar**. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Livia do; MARASCHIN, Cleci. (Orgs.). *Pesquisar na Diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 187-190.

BARROS, Manoel de. **Livro sobre nada**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997. 88p.
BARROS, Regina Duarte Benevides de. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007 – (Coleção Cartografias). 350p.

BARROS, Regina Duarte Benevides de; PASSOS, Eduardo. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. **Cien. Saude Colet.**, v. 10, n. 3, p. 561-571, 2005.

BEZERRA, Omyr Leal. **Cariacica**: resumo histórico. Cariacica: IPEDOC, 2009.

BOCCO, Fernanda. A Psicologia no Estado Penal: possibilidades e estratégias para subverter a judicialização. In: COIMBRA, Cecília Maria Bouças; AYRES, Lygia Santa Maria; NASCIMENTO, Maria Livia do. (Orgs.). **PIVETES**: Encontros entre a Psicologia e o Judiciário. Curitiba: Juruá, 2009, p. 116-122.

BOLSA FAMÍLIA: mais de 70% dos beneficiários trabalham. **Notícias MDS**, Brasília, mai 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/maio/bolsa-familia-mais-de-70-dos-beneficiarios-trabalham>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**. 1988. Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 2004c. Brasília, DF, 18 set. 2004.

_____. Decreto nº 5.598 de 1º de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 2005. Brasília, DF, 02 dez. 2005.

_____. Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 2000. Brasília. 05 mai. 2000.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 2004b. Brasília, DF, 10 jan. 2004.

_____. Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011 (Lei Orgânica da Assistência Social). Altera a lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**. 2011b. Brasília, DF, 07 de jul. 2011.

_____. Lei nº 13.014, de 21 julho de 2014. Altera as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar. **Diário Oficial da União**. 2014b. Brasília, DF, 22 jul. 2014.

_____, ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 (A) III da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, Brasília, 1998.

_____. Resolução nº 09, de 15 de abril de 2014. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. **Diário Oficial da União**. 2014a. Brasília, DF, 16 abr. 2014.

_____. Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Diário Oficial da União**. 2011a. Brasília, DF, 21 jun. 2011.

_____. Resolução nº 32, de 28 de novembro de 2011. Estabelece percentual de recursos do SUAS, cofinanciados pelo governo federal, que poderão ser gastos no pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, de acordo com artigo 6º-E da lei nº 8.742/1993, inserido pela lei nº 12.435/2011. **Diário Oficial da União**. 2011d. Brasília. 29 nov. 2011.

_____. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**. 2009. Brasília, DF, 25 nov. 2009.

_____. Resolução Nº 145, de 15 de outubro de 2004. Plano Nacional de Assistência Social (PNAS). **Diário Oficial da União**. 2004a. Brasília, DF, 28 out. 2004.

_____. Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília, 2011c. **Diário Oficial da União**, 22 out. 2011.

BRAUNSTEIN, Hélio Roberto. **Mulher encarcerada**: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <teses.usp.br>. Acesso em: 14 ago. 2014.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher, casa e família**: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.

CADASTRO Único. **Notícias MDS**. Brasília, s/d. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

CALIMAN, Luciana Vieira; TAVARES, Gilead Marchezi. O biopoder e a gestão dos riscos nas sociedades contemporâneas. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 4, 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Mar. 2015.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 451-471, 2010. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 13 ago. 2014.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2004. p. 93-108.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: O que é ser protegido?** Vozes, 2005.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi do Brasil do “Milagre”**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor. 1995. 371p.

_____. Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. **Mnemosine**. Rio de Janeiro, Vol. 1, nº0, p. 48-52, 2004. Disponível em: <<http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/20>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

_____. **Direitos Humanos e criminalização da pobreza**. Trabalho apresentado em Mesa Redonda: Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza no I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, realizado pela UERJ, em outubro de 2006. Disponível em: <<http://www.slab.uff.br/index.php/producao/8-noticias/42-textoscecilia>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Ser Jovem, ser Pobre é ser Perigoso? **Revista de Estudos sobre Juventude**. Distrito Federal, Ano 9, n.22, p. 338-355, jan./jun. 2005.

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEAS). **Relatório Final da X Conferência Estadual de Assistência Social: A gestão e o financiamento do SUAS**. Espírito Santo, 2013. 87p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Uma profissão de muitas e diferentes mulheres: resultado preliminar da pesquisa 2012**. 2012. Disponível em: <mulher.pol.org.br>. Acesso em: 08 nov. 2014.

_____; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Brasília, CFP/CFESS, 2007. 52p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 273/93**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. 13 de março de 1993.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução nº 212, de 19 de outubro de 2006. Propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social. Diário Oficial da União. 2006. Brasília, DF, 27 de out. de 2006.

CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. São Paulo: Companhia das Letras. 1987. 367p.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. A família como questão social no Brasil. In: CRUZ, Lílian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Articulações entre a Psicologia Social e as Políticas Públicas na Assistência Social. In: CRUZ, Lílian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Orgs.). **O Psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 15- 34.

CRUZ, Lílian Rodrigues; HILLESHEIM, Betina. Do território às políticas públicas: governo, práticas psicológicas e busca ativa. In: CRUZ, Lílian Rodrigues; CRUZ, Lílian Rodrigues; HILLESHEIM, Betina. Por uma crítica das práticas psicológicas na assistência social: tantas coisas podem ser mudadas...In: BRIZOLA, Ana Lídia Campos; ZANELLA, Andrea Vieira; GESSER, Marivete (Orgs.). **Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos**. 1. Ed. Florianópolis: ABRAPSO – NUPPE/CFH/UFSC, 2013. p. 181- 193.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (org.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**: 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2007. 226 p.

_____. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 183p.

_____; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Editora 34, 2007.

DETTMANN, Ana Paula da Silva. **Psicologia, Política e Ética**: histórias e personagens da política pública de assistência social. 2013. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição, 1986, 209p.

FALCÃO, Tiago. É possível crescer incluindo. **Plano Brasil sem Miséria**: dois anos de resultados. Brasília: [s.n.], [2013?], p. 20 – 22. [Revista produzida pelo MDS. Tiragem de 20 mil exemplares].

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. **Michel Foucault**: Ética, Sexualidade, Política. Coleção Ditos e Escritos Volume V. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d. p. 144-162.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005b. 158p.

_____. Atenção: Perigo. In: MOTTA, Manoel Barros de. **Michel Foucault**: Segurança, Penalidade e Prisão. Coleção Ditos e Escritos Volume VIII. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 113-114.

_____. Aula de 14 de fevereiro de 1979. In: _____. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008f. p. 179-219.

_____. Aula de 14 de março de 1979. In: _____. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008e. p. 297-327.

_____. Aula de 17 de março de 1976. In: _____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005a. p. 284-315.

_____. Aula de 19 de janeiro de 1983. In: _____. **O governo de si e dos outros**: curso dado no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010d. 377p.

_____. Aula de 1º de fevereiro de 1978. In: _____. **Segurança, território e população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008i. p. 117-153.

_____. Aula de 25 de janeiro de 1978. In: _____. **Segurança, território e população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a. p. 73-116.

_____. Aula de 31 de janeiro de 1979. In: _____. **Nascimento da Biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008c. p. 103-138.

_____. Aula de 7 de março de 1979. In: _____. **Nascimento da Biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008g. p. 257-295.

_____. Conversa com Michel Foucault. In: MOTTA, Manoel de Barros da. (org.) **Repensar a política.** Coleção Ditos e Escritos Volume VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. p. 289–347.

_____. É inútil revoltar-se? **Michel Foucault:** Ética, Sexualidade, Política. Coleção Ditos e Escritos Volume V. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. p. 77-81.

_____. Genealogia e poder. In: _____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008d. p. 167-177.

_____. **História da sexualidade 1:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal. 20ª reimpressão, 2010b. 174p.

_____. **História da Sexualidade 2:** o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. 232p.

_____. Michel Foucault: a Segurança e o Estado. In: MOTTA, Manoel de Barros da. (org.) **Repensar a política.** Coleção Ditos e Escritos Volume VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010e. p. 170–175.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008b. p. 15-37.

_____. O sujeito e o poder. 1982. In: DREYFUS, Hubert. L.; BABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010c. 348p.

_____. Os intelectuais e o poder. In: _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008h. p. 69-78.

_____. Poder e Saber. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Estratégia, poder-saber**. Coleção Ditos e Escritos Volume IV. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. p. 223-240.

_____. Um sistema finito diante de um questionamento infinito. In: MOTTA, Manoel Barros da. **Michel Foucault: Ética, Sexualidade, Política**. Coleção Ditos e Escritos Volume V. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 126-143.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 291p.

GUATTARI, Felix; NEGRI, Toni. **Os novos espaços de liberdade**. Coimbra: Centelha, 1987. 104p.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Manual para uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende**. 2014.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Orgs.). **O Psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 91-105.

HECKERT, Ana Lucia C. **Narrativas de resistência: educação e política**. 2004. 298f. 2004. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2004. p. 19-25.

LAGASNERIE, Geoffroy de. **A última lição de Foucault**. São Paulo: Três Estrelas, 2013. 165p.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Palestra proferida no 13º COLE-Congresso de Leitura do Brasil, realizado em Campinas/UNICAMP/SP, no período de 17 a 20 de julho de 2001.

LAVALLE, Adrián Gurza; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirándola. Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Política e Sociedade**, n. 5, p. 37-55, out 2004.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades**: crítica da insegurança neoliberal. 2012. Disponível em: <<http://zillis.webnode.com/products/o-governo-das-desigualdades1/>>. Acesso em: 09 fev. 2014.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Record, 1977. 112 p
LOCKMANN, Kamila. Assistência social, biopolítica e governamentalidade neoliberal. **TEXTURA-ULBRA**, v. 15, n. 28, 2013. p. 33-48. Disponível em: <periodicos.ulbra.br>. Acesso em: 30 set. 2014.

LOURAU, René. Objeto e Método da Análise Institucional. In: ALTOÉ, Sônia (org.). **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004: 287 p. (SaúdeLoucura. Textos;16)

_____. **René Lourau na UERJ**: Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993. 114p.

MACHADO, Leila Domingues. Ética. In: BARROS, Maria Elizabeth Barros (org.) **Psicologia: questões contemporâneas**. Vitória: Edufes, 1999.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2010. p. VII-XXIII.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro, vol. II. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

MELO, Joana Dark Nicolau de. A concepção de família na política nacional de assistência social brasileira: no foco da criminalização da pobreza. **Memórias: Revista Digital de História y Arqueología desde el Caribe**, n. 17, p. 102-134, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/memor/n17/n17a05.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

MIGUEL, Ricardo Meneses. **Projovem Adolescente em Venda Nova do Imigrante-ES e a vida dos jovens**: conexões, capturas, escapes e apropriações. 2014. 215f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-graduação Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Censo-SUAS 2012**: CRAS, CREAS, Centros POP, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselhos Municipais, Conselhos Estaduais. Brasília, 2013.

_____. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, 2013.

_____. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social. Brasília, 2009, 68p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 16 set. 2012.

_____. **Orientações Técnicas Sobre PAIF**: Trabalho social com famílias do serviço de proteção e atendimento integral à Família – PAIF. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 30 mar. 2012.

_____. **Plano Brasil sem Miséria no seu município**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/grupo.php?id_grupo=78>. Acesso em: 04 fev. 2014.

MONTEIRO, Ana et al. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 7-12, 2006. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 15 ago. 2014.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência**: a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1991. 86p.

NEVES, Claudia Abbês Baêta. Que vida queremos afirmar na construção de uma política de humanização nas práticas. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, n. 1, p. 781-795, 2009. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 11 ago. 2014.

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. **Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Porto Alegre. Vol. 11, n. 19/20 (jan./dez. 2004), p. 101-138, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31543>>. Acesso em: 14 out. 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. **Da utilidade e do inconveniente da História para a Vida**. São Paulo: Editora Escala, 2008. 125p.

NOVAES, Maria Stella de. **A mulher na história do Espírito Santo**: história e folclore. Vitória: EDUFES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo: Secretaria Municipal de Cultura, 1999. 147p.

O INFERNO começa depois da ponte. **Revista Capixaba**, nº 93, Ano 11, Vitória, 1975.

OLIVEIRA, Clever Manolo Coimbra. **Atenção básica na Assistência Social**: entre a miséria necessária, artes de governar e redes de solidariedade. Dissertação de Mestrado em Psicologia Institucional. PPGPSI-UFES, 2010.

PAIVA, B.; ROCHA, M.; CARRARO, D. **Participação popular e assistência social**: contraditória dimensão de um especial direito. Rev. katálysis [online]. 2010, vol.13, n.2, pp. 250-259. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 16 set. 2012.

PASSOS, E.; BENEVIDES, R. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, Liliana da Escócia (org). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção da subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, p. 17-31, 2009.

PAULON, S. M.; ROMAGNOLI, R. C. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Estud. pesqui. psicol.* [online]. 2010, vol.10, n.1, pp. 0-0. ISSN 1808-4281. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812010000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 set. 2012.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 227p.

PIMENTEL, Sílvia. **A mulher e a constituinte**: uma contribuição ao debate. São Paulo: Cortez, 1985. 87p.

PORTAL Brasil. **Quebrando mitos**: Bolsa Família não gera acomodação. 2014. disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/bolsa-familia-nao-gera-acomodacao.jpg/view>>. Acesso em 12 fev. 2015

PROGRAMA não transfere apenas dinheiro aos mais pobres, mas também autonomia. **10 anos de Bolsa Família**: nossa vida melhorou. Brasília, 30 out. 2013. Disponível em: <<http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/node/33269>>. Acesso em 12 fev. 2014.

PROJOVEM Adolescente. Brasília: MDS, s/d. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem>>. Acesso em 22 mar. 2015.

PRONI, Marcelo Weishaupt. O debate sobre a tendência ao pleno emprego no Brasil. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 8, n. 2, 2012. Disponível em: <ojs.c3sl.ufpr.br>. Acesso em: 26 ago. 2014.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 209p.

RÊGO, Walquiria Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, dinheiro e autonomia. O caso da Bolsa Família. **REVISTA POLÍTICA & TRABALHO**, v. 1, n. 38, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/15029>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

REIS, Érika Figueiredo. A judicialização da vida. In: **XI Simpósio Internacional IHU**: o (des)governo biopolítico da vida humana. Anais. São Leopoldo, RS, 2010. 1 cd.
REIS, Érika Figueiredo. Produzindo mães e pais de família. In: COIMBRA, Cecília Maria Bouças; AYRES, Lygia Santa Maria; NASCIMENTO, Maria Livia do. (Orgs.). **PIVETES**: encontros entre a psicologia e o judiciário. Curitiba: Juruá, 2009, p. 167-176.

ROCHA, M. L. da; AGUIAR, K. F. de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicol. cienc. prof. [online]**. 2003, vol.23, n.4, pp. 64-73. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 01 out. 2012.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lucia. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 249p.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. **No rastro dos “cavalos do diabo”**: Memória e História para uma reinvenção de percursos do paradigma do grupalismo-institucionalismo no Brasil. São Paulo: 2002. 520 p. Tese (Doutorado). IP-USP

RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, Neuza M. F.; CRUZ, Lílian Rodrigues da. A centralidade do vínculo familiar e comunitário nas políticas públicas de assistência social. In: _____ (Orgs.). **Interloquções entre Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 11-22.

ROLNIK, S. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: MAGALHÃES, M.C.R. (Org.). **Na sombra da cidade**. São Paulo: Escuta, 1995. p. 141-70.

SCHEINVAR, Estela. A família como dispositivo de privatização do social. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672006000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 abr. 2014.

_____. Conselho tutelar e escola: a potência da lógica penal no fazer cotidiano. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. spe, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000400008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 out. 2013.

SCHUBERT, Fernando Pinheiro. **Práticas de Militância Nômade**: experimentações rebeldes e novas lutas no contemporâneo. 2014. 158f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Plano Municipal de Assistência Social**: quadriênio 2013-2016. Cariacica, 2012.

SILVA, Naiane Louback da. A judicialização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, Set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 set. 2013.

SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Notas para uma genealogia da Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**, vol. 16, n.2, p. 12-19. 2004. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a03v16n2.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2013.

_____. **A invenção da psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SIQUEIRA, Kássia de Oliveira Martins; LINO, Michelle Villaça. Assistência Social e biopoder: produzindo “vulnerabilidades”, prevenindo “riscos” e normalizando as

formas de viver. **Mnemosine**, v. 9, n. 2, 2013. p. 35-53. Disponível em: <www.mnemosine.com.br>. Acesso em: 15 ago. 2014.

SLENES, Robert W.; FARIA, Sheila de Castro. Família escrava e trabalho. **Revista Tempo**, v.3, n.6, p. 1-7, 1998. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/site/>>. Acesso em: 19 set. 2014.

SOUZA, Kátia Ovídia José de. A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas. **Psicologia em Estudo**, v. 14, n. 4, p. 649-657, 2009. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 14 ago. 2014.

SPINK, Mary Jane; SPINK, Peter. **Práticas Cotidianas e a Naturalização da Desigualdade**: uma semana de notícias nos jornais. São Paulo: Cortez, 2006. 213p.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988. 333p.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. 285p.

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. O Impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na Condição Social das Mulheres. In: VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUZA, Rômulo. (orgs.). **Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados**, vol. 2, Brasília: MDS, 2007, p. 119–160.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. A priorização da família nas políticas de saúde. **Saúde em debate**, v. 23, n. 53, p. 6-19, 1999. Disponível em: <https://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/2/docs/saude25-livro_saude_em_debate.pdf#page=9>. Acesso em: 25 jun. 2015.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 4. ed. - Brasília: UNB, 1998. 285p.

VIEIRA, Ludmilla Ferraz Dias. **Vida no Forte São João e a tecedura de políticas**: acompanhando a produção de redes. Vitória: 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

ZAMBENEDETTI, Gustavo; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 454-463, 2011.

ZOURABICHVILI, François. Deleuze e o possível: sobre o involuntarismo na política.
In: ALLIEZ, Eric (Org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. 2000. São Paulo:
Editora 34, p. 333-355.

8 ANEXOS

ANEXO A – Roteiro para a conversa com trabalhadoras da Assistência Social

1. Nome, local de trabalho, vínculo empregatício (quais direitos você tem assegurado com esse vínculo?), tempo de trabalho na Assistência Social.
2. O que você faz no seu trabalho?
3. O que você considera importante dizer sobre o seu trabalho?
4. O que é acompanhamento (PAIF) para você? Como ele é feito?
5. Quem você inclui no acompanhamento (PAIF)?
6. O que você mudaria no seu trabalho?
7. Quais orientações que você sempre cumpre integralmente, ou seja, quais você acha que são imprescindíveis?
8. Que ações você realiza que para você está fora das prescrições/orientações?
9. Quais casos você considera como sendo bem sucedidos no acompanhamento (PAIF)?
10. Quais casos você considera que não foram bem sucedidos no acompanhamento (PAIF)?

ANEXO B – Roteiro a conversa com usuárias da Assistência Social

1. O que mudou na sua vida depois que passou a ser acompanhado pelo CRAS?
2. Em quais situações você procura o CRAS?
3. Você participa de quais atividades no CRAS? Por que você participa de tais atividades?
4. Fale sobre situações vividas por você ou alguém conhecido que você considera como sendo bem sucedidas no acompanhamento (PAIF) no CRAS.
5. Fale sobre situações vividas por você ou alguém conhecido que você considera que não foram bem sucedidas no acompanhamento (PAIF) no CRAS.

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA

Concordo com a participação no projeto de pesquisa abaixo discriminado nos seguintes termos:

Projeto: POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REGULAMENTAÇÃO DA VIDA E RESISTÊNCIAS: PROBLEMATIZANDO O ACOMPANHAMENTO FAMILIAR DO CRAS

Responsável: Keli Lopes Santos

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Coelho Heckert

Justificativa e objetivo da pesquisa:

Esta pesquisa visa analisar como vem se efetuando atualmente os processos de resistências e os processos de regulamentação da vida nos Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) desenvolvidos nos Centros de Referência da Assistência Social, no âmbito da Política de Assistência Social, mais especificamente no município de Cariacica-ES. Ou seja, visa analisar as práticas presentes nesses serviços e se elas tem servido para controlar a vida dos usuários, ou se para produzir modos de vida livres. Compõe esta pesquisa o desejo de problematizar e enfrentar práticas que produzem precarização da vida e controle sobre ela.

Descrição dos procedimentos de pesquisa:

Entrevista individual e grupal

Benefícios esperados:

Com esta pesquisa, espera-se poder contribuir para a produção de conhecimento na área da Assistência Social, bem como colocar em questão os processos de controle e regulamentação da vida por meio das Políticas de Assistência Social e evidenciar os movimentos de resistência e enfrentamento a essas práticas tão importantes para a afirmação de vidas dignas.

Esclarecimentos quanto à participação dos sujeitos na pesquisa:

- Não haverá identificação dos participantes. Nome e informações pessoais serão mantidos em sigilo;
- As entrevistas e os encontros dos grupos, quando gravados em áudio, serão transcritos e estarão disponíveis aos participantes;
- As transcrições não serão publicadas na íntegra de modo a garantir a não identificação dos participantes: apenas serão utilizados trechos das entrevistas;
- É permitido desistir, a qualquer momento, da participação;
- É possível obter todas as informações e esclarecimentos que julgar serem necessários diretamente com a pesquisadora;
- A pesquisa em seu formato de “Dissertação” estará disponível aos participantes interessados;
- Os resultados da pesquisa serão apresentados em artigos e eventos científicos sem qualquer

identificação dos seus participantes;

- Não haverá riscos para a sua saúde;
- Não haverá nenhuma forma de pagamento;

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Telefone: 4009-7840 e-mail: cepgoiabeiras@gmail.com

Estando assim de acordo, assinam o presente Termo de Compromisso em duas vias.

Cariacica, ____ de _____ de _____.

Participante voluntário da pesquisa

Keli Lopes Santos
Pesquisadora

Ana Lúcia Coelho Heckert
Pesquisadora responsável

ANEXO D – PANFLETO SOBRE RECICLAGEM PRODUZIDO NA PESQUISA

PROJETO MORADOR LEGAL

COMO SEPARAR O LIXO SECO DO LIXO ÚMIDO?

- **Lixo seco:** tudo o que não estraga com facilidade e no geral pode ser reciclado, como papéis, plásticos, metais e embalagens.



- **Lixo úmido:** é tudo o que estraga com facilidade, como restos de comida, fezes de animais e podas de plantas, papel higiênico sujo e guardanapos usados.

Dicas para a separação:

Tenha sempre duas lixeiras ou sacolas de lixo separadas, isso ajuda a evitar enganos e lave materiais que tem restos de comida.

A prefeitura não recolhe esse material, onde

posso entregar?

No bairro de “X” existem várias pessoas que trabalham com reciclagem e podem passar recolhendo o seu material na sua própria casa ou comércio. Telefone Joaquina: ****_****

PRA QUE GUARDAR ÓLEO DE COZINHA USADO?



Jogando o óleo usado no esgoto você está contribuindo para a poluição do meio ambiente e também para o entupimento do encanamento da sua casa. Você sabia que cada litro de óleo usado polui um milhão de litros de água? Comece agora a guardar seu óleo de cozinha usado em algum recipiente e doe para pessoas da comunidade que o utilizam para fazer sabão artesanal.

Telefone Madalena: **_******

Separando seu lixo e guardando seu óleo de cozinha usado você estará contribuindo para o meio ambiente e para o sustento de famílias que vivem da reciclagem desses materiais.

Contribua você também!